MARTHA BAPTISTA
SÉRGIO DE OLIVEIRA

ADEUS AO VÍRUS

Erradicação da febre aftosa: a participação de Mato Grosso na maior epopeia veterinária das Américas

entrelinhas

FESAMT

FESA/MT
Fundo Emergencial de Saúde Animal do Estado de Mato Grosso

DIRETORIA | TRIÊNIO 2020-2022

Antonio Carlos Carvalho de Sousa - *Presidente*
Oswaldo Pereira Ribeiro Junior - *Vice-presidente*
Jovenino da Cruz Borges - *Secretário*

Conselho Deliberativo – Titulares
Antonio Carlos Carvalho de Sousa - *Representante da Famato*
Oswaldo Pereira Ribeiro Junior - *Representante da Acrimat*
Jovenino da Cruz Borges - *Representante do Sindifrigo*
Osvaldo Xavier Camera - *Representante da Ovinomat*
Edson Ricardo de Andrade (*in memoriam)*
Emanuele Gonçalina de Almeida - *Representante do Indea*
José de Assis Guaresqui - *Representante da SFA/Mapa*

Conselho Deliberativo – Suplentes
Marco Túlio Duarte Soares - *Representante da Acrimat*
Normando Corral - *Representante da Famato*
Tadeu Paulo Bellincanta - *Representante do Sindifrigo*
Otavio Bruno Nogueira Borges - *Representante da Ovinomat*
Alison Seganfredo Cericatto - *Representante do Indea*
Alzira Araújo Menezes Catunda - *Representante da SFA/Mapa*

Conselho Fiscal – Titulares
Luiz Fernando Amado Conte - *Representante da Acrimat*
Vilmodes Sebastião Tomain - *Representante da Famato*
Marcílio José da Silva - *Representante do Sindifrigo*
Cassio Fernando Carollo - *Representante da Ovinomat*

Conselho Fiscal – Suplentes
Julio Cezar Ferraz Rocha - *Representante da Acrimat*
Rogério Romanini - *Representante da Famato*
Ronnie Rodrigues Ribeiro - *Representante do Sindifrigo*
Clemens Barbosa de Novais Junior - *Representante da Ovinomat*

Gerente Executivo
Juliano Latorraca Ponce

Colaboradora
Thaisa Patricia Budny

ADEUS AO VÍRUS

FESA/MT
Fundo Emergencial de Saúde Animal do Estado de Mato Grosso

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL

INDEA
Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso

Governo de Mato Grosso

SISTEMA FAMATO

ACRIMAT

SINDIFRIGO
SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FRIGORÍFICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO

OVINOMAT
Associação Mato-grossense dos Criadores de Ovinos

MARTHA BAPTISTA | SÉRGIO DE OLIVEIRA

ADEUS AO VÍRUS

Erradicação da febre aftosa: a participação de Mato Grosso na maior epopeia veterinária das Américas

Série *Memória do Agronegócio*
Volume III

entrelinhas

Cuiabá, 2021

Todos os direitos desta edição reservados para Entrelinhas Editora e Fesa/MT.

Editora Maria Teresa Carrión Carracedo
Designer Gráfico Maike Vanni
Revisão Marinaldo Custódio
Fotos históricas da edição Acervo Fesa/MT
Foto da capa Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT
Impressão Geográfica

Sigla: s/a – Autor não identificado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Baptista, Martha
Adeus ao vírus [livro eletrônico] : erradicação da febre aftosa : a participação de Mato Grosso na maior epopeia veterinária das Américas / Martha Baptista, Sérgio de Oliveira. -- 1. ed. -- Cuiabá, MT : Entrelinhas Editora, 2021. -- (Série memória do agronegócio ; 3)
PDF.

ISBN 978-65-86328-58-5

1. Agropecuária 2. Febre aftosa 3. Febre aftosa - Epidemiologia 4. Medicina veterinária I. Oliveira, Sérgio de. II. Título III. Série.

22-101533 CDD-636.0896925

Índices para catálogo sistemático:
1. Febre aftosa : Medicina veterinária 636.0896925

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Série *Memória do Agronegócio* | Vol. III

entrelinhas

Av. Senador Metelo 3773, Jardim Cuiabá | CEP 78.030-005 | Cuiabá-MT
Tel.: (65) 3624 5294 | 3624 8711
e-mail: editora@entrelinhaseditora.com.br | www.entrelinhaseditora.com.br

“Não é preciso ter olhos abertos para ver o sol, nem é preciso ter ouvidos afiados para ouvir o trovão. Para ser vitorioso você precisa ver o que não está visível.”

Sun Tzu **(em *A Arte da Guerra)***

“Aqui comparecemos com o propósito de trabalhar. E se não pudermos ver em vida aquilo que almejamos, pelo menos que nos seja dado morrer confiantes em que as gerações futuras hão de constatar que seus antepassados abriram o caminho para dar ao nosso país os recursos de que necessita, para ser na realidade o país do futuro.”

Sylvio Torres ***(1899-1977)***
(no encerramento da palestra de abertura da I Conferência Nacional de Febre Aftosa em 1950*)*

Pessoas que ajudaram
a resgatar esta história

~

Adair José de Moraes
Aldo Vaca
Alejandro Rivera
Alexander Estermann
Alfredo Vera Escalante
Aloísio Coelho de Barros
Aluísio Sathler
Antenor Nogueira
Antonio Carlos Carvalho de Sousa
Clovis Thadeu Ramalho Improta
Cesar Orozco
Daniella Bueno
Décio Coutinho
Diego Viali dos Santos
Donizeti Pereira de Mesquita
Edson Ricardo de Andrade (*in memoriam*)
Emanuele de Almeida
Emílio Salani
Eudes Talavera
Fernando Antonio Moretto
Fernando Groff
Francisco Olavo Pugliesi de Castro (Chico da Pauliceia)
Guilherme Marques

Inácio Afonso Kroetz
Irineu Barbieri
Ivan Suzuki Serpa
Ivo Gomes
Jaime Bom Despacho
Jamil Gomes de Souza
Janice Elena Ioris Barddal
Jeremias Pereira Leite
João Gilberto Bento
João Lozano Ewbank de Campos
João Staut
Jogi Humberto Oshiai
José Antônio de Ávila (Zeca D'Ávila)
José Armando Cerqueira Amado
José Carlos Balbo
José de Angelis Côrtes
José de Assis Guaresqui
José Marcos de Oliveira Silva
Josélio Moura
Jovenino da Cruz Borges
Juarez Molina
Júlio César Augusto Pompei
Kleiber Leite Pereira
Leôncio de Souza Brito Filho
Luiz Antônio Freitas
Luiz Carlos Meister
Manoel de Aquino Filho (Lito)
Márcio Antonio Luciano da Silveira
Marco Túlio Duarte Soares
Marcos Catão
Maria Auxiliadora Pereira Rocha Diniz

Mário Roberto Cândia de Figueiredo
Mário Eduardo Pulga
Monica Martini
Normando Corral
Onofre Ribeiro
Oswaldo Pereira Ribeiro Junior
Paulo Antônio da Costa Bilégo
Paulo Augé de Mello
Pedro de Camargo Neto
Ricardo Pinto
Rísia Lopes Negreiros
Roberto Bueno/Iagro
Roberto Renato Pinheiro da Silva
Rui Carlos Ottoni Prado
Sebastião Costa Guedes
Suely Tocantins
Tadeu Paulo Bellincanta
Tânia Maria de Paula Lyra
Tereza Cristina Correa da Costa Dias
Victor Saraiva
Waldebrand da Silva Coelho
Wilfredo Peinado Cuéllar (Liqui)
Wilton da Silva Santos

A todos que dedicaram uma parte preciosa de seu tempo para compartilhar conosco lembranças, informações e material acerca de sua contribuição pessoal e/ou institucional ao combate à febre aftosa, nossos mais sinceros agradecimentos.

Os autores

Apresentação

Antonio Carlos Carvalho de Sousa[1]

Em 1994, aos 27 anos e recém-formado em Ciências Contábeis, fui selecionado por Alexander Estermann, na época gerente da Sadia Agropecuária, para ser o executivo do programa Famato Aftosa. Quando cheguei à sede da Famato, na Avenida Getúlio Vargas, no Centro de Cuiabá, fui recebido pela dra. Elisete, então estagiária do Departamento Jurídico, que me entregou uma caixa com arquivo morto e um monte de contas a pagar, e dois talões de cheque do convênio Famato Aftosa. Cida, funcionária administrativa, me indicou uma mesa que era ocupada eventualmente por um dirigente de uma entidade. Pois justamente nesse dia ele apareceu e perguntou: "O que você está fazendo aí? Essa mesa é minha!".

Uma semana depois conheci o presidente da Famato, Zeca D'Ávila, e esse foi o início de uma grande amizade que foi se firmando ao longo das últimas décadas. Em 11 de outubro de 1994 o programa Famato Aftosa transformou-se no Fundo Emergencial da Febre Aftosa do Estado de Mato Grosso – Fefa/MT, do qual tive a honra de ser gerente executivo durante muitos anos, trabalhando diretamente com o seu primeiro e único presidente, Zeca D'Ávila. Junto com ele e outras lideranças do setor produtivo rural, enfrentamos a febre aftosa em Mato Grosso de forma

1 Presidente do Fesa/MT.

tenaz e contínua. Eu me orgulho de fazer parte de um grupo que não teve receio de pegar o boi pelo chifre em várias ocasiões para mudar a realidade deste estado.

Mato Grosso sempre teve forte vocação para pecuária, porém enfrentava diversas dificuldades, entre elas, barreiras sanitárias que impediam o acesso da carne bovina produzida no estado ao mercado internacional. Em 1994, ano em que o Fefa foi criado, Mato Grosso teve 162 focos de febre aftosa e, apesar do esforço de pioneiros, como os integrantes da Campanha de Combate à Febre Aftosa de Mato Grosso (Cacofa) no início dos anos 70, a vacinação contra essa enfermidade era vista com desconfiança pelos produtores rurais.

O Fefa desempenhou o seu papel com bravura, para levar a cultura da vacina aos pontos mais distantes do estado e também aos nossos *hermanos* do outro lado da fronteira, mas esta história começou bem antes. E é isso que nós, hoje à frente do Fundo Emergencial de Saúde Animal do Estado de Mato Grosso – Fesa/MT, nos propomos a resgatar, neste momento em que nosso estado caminha para a retirada da vacinação contra a febre aftosa.

Quis o destino que outra doença – a Covid-19, causada por um vírus traiçoeiro e desconhecido, o SARS-CoV-2 – provocasse atrasos no cronograma previsto pelo Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (Pnefa) para a retirada de vacinação na maior parte de Mato Grosso. Nosso sonho é que isso aconteça em 2022, quando estamos prestes a comemorar 60 anos do início da aplicação sistemática da vacina contra aftosa no Brasil.

Aqui cabe fazer um breve resumo da história recente da vacinação contra febre aftosa no Brasil. O médico-veterinário Sebastião Costa Guedes conta que desde os anos 1950 já se vacinava contra a doença com imunizantes feitos no Instituto de Biologia Animal da então Universidade Rural do Brasil, onde trabalha-

ram Ubiratan Mendes Serrão e José Freire Farias. Posteriormente ambos ocuparam cargos de liderança nacional no Mapa e na Opas, que planejou e dirigiu o Panaftosa. Porém a vacinação sistemática contra febre aftosa começou no Rio Grande do Sul nos anos 1960.

De acordo com o médico-veterinário Fernando Groff, da Divisão de Defesa Sanitária Animal da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul, a campanha contra a febre aftosa foi lançada em dezembro de 1963, no Palácio Piratini, em Porto Alegre, com a presença do então governador Leonel Brizola, que fez questão de ser fotografado vacinando uma rês. A campanha, entretanto, só foi executada em dezembro de 1965.

O mato-grossense Waldebrand Coelho da Silva lembra-se de ter vendido vacinas da Pfizer contra febre aftosa em Barra do Garças (na divisa com Goiás), assim que concluiu o curso de Medicina Veterinária em 1963. Segundo Waldebrand, que integrou a comissão coordenadora da Cacofa, executada no início dos anos 1970, somente grandes fazendeiros procedentes de São Paulo e Minas Gerais recorriam à vacina na época.

A vacina com imunizante oleoso, fundamental para o sucesso da campanha contra febre aftosa no Brasil, foi aplicada pela primeira vez em abril de 1972, "num rebanho destinado à seleção zootécnica de bovinos de corte na Fazenda Cinco Cruzes, hoje Centro Nacional de Pesquisa de Ovinos (CNPO), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) do Ministério da Agricultura, em Bagé (RS), verificando a factibilidade de imunizar adequadamente uma população bovina com uma vacina de adjuvante oleoso", de acordo com o médico-veterinário Paulo Augé de Melo, responsável pelo desenvolvimento do novo imunizante com o colega Ivo Gomes.

A história do combate à febre aftosa em Mato Grosso naturalmente não aconteceu de forma isolada do restante do país, das Américas e do mundo, como constataram os jornalistas Martha Baptista e Sérgio de Oliveira ao longo do processo de pesquisa e consulta às fontes, iniciado no final de setembro de 2020. A ideia de realizar este trabalho foi sugerida à Martha alguns meses antes por Edson Ricardo de Andrade, ex-secretário da Famato e superintendente do Senar-MT, conselheiro do Fesa/MT, e amigo querido que nos deixou no dia 28 de junho de 2021 aos 73 anos. Nascido em São Sebastião da Grama (SP), Edson estava ligado a Mato Grosso desde 1973 e sempre valorizou a preservação da memória do universo rural, tendo se dedicado nos seus últimos anos de vida à redação de livros com esse propósito.

Martha e Sérgio, dois jornalistas com vasto conhecimento do setor agropecuário, ouviram os relatos de dezenas de personagens que, em algum momento, contribuíram ou testemunharam a história do enfrentamento da febre aftosa no Brasil e, principalmente, em Mato Grosso. Ao longo das páginas deste livro, os leitores poderão conhecer aspectos muito interessantes e passagens dramáticas, quase desconhecidas, desta epopeia, que caminha para um final feliz.

É claro que nem todos puderam ser ouvidos por motivos diversos e, cientes de nossas limitações, antecipamos nossas desculpas àqueles que não tiveram seus depoimentos colhidos. Aproveitamos para reverenciar a memória de pessoas que nos são muito caras e não estão mais entre nós, como Homero Alves Pereira e Miguel Jorge Chamma, ex-presidente e ex-tesoureiro da Famato respectivamente; dr. Ênio José de Arruda Martins, meu xará Antônio Carlos Camacho, e João Bosco de Almeida.

Também queremos prestar nossas homenagens a todos que colaboraram de alguma forma para termos o Brasil livre de febre

aftosa: dos trabalhadores anônimos, que vestiram essa camisa nas fazendas, estradas, indústrias e nos laboratórios, aos pesquisadores, educadores sanitários, médicos-veterinários e outros profissionais que ajudaram a desenvolver as ferramentas necessárias a esse combate e contribuíram para sua utilização. Um agradecimento especial às lideranças rurais e produtores, que acreditaram na vacinação como uma forma de erradicar essa enfermidade dos campos de Mato Grosso, atuando em suas entidades e nos comitês municipais, peças-chave para o sucesso deste trabalho.

Destacamos como diferencial o fato de a luta contra a febre aftosa em Mato Grosso ter sido encampada por todos os governadores que administraram o estado nas últimas décadas, fazendo com que fosse vista como uma política de Estado e não de governo, acima de questões partidárias.

De alguma forma, todos ajudaram Mato Grosso a se tornar essa potência do agronegócio. Nesse meio tempo, o rebanho bovino do estado praticamente quadruplicou e a qualidade técnica da pecuária mato-grossense é indiscutível, com redução da idade de abate e melhoria em todos os aspectos: pastagens, alimentação e genética dos animais. Com isso, ampliamos a oferta de carne e, sobretudo, passamos a oferecer um produto que conquista a cada ano mais consumidores nos mercados doméstico e internacional, uma vez superada a barreira da febre aftosa.

Agradecemos a todos pela confiança depositada no trabalho do Fefa e, posteriormente, do Fesa. Graças às parcerias realizadas, conseguimos eliminar a circulação do vírus da aftosa em Mato Grosso e conquistamos o marco de 25 anos (16/1/1996) sem um foco dessa doença. O resultado está aí para todos conferirem: desde maio de 2000, o estado é reconhecido pela OIE como livre de aftosa COM vacinação e, em maio de 2021, parte de Mato Grosso conquistou o status de livre de aftosa SEM vacinação.

Tendo como referência as dificuldades enfrentadas num passado recente e as lições aprendidas, estamos certos de que continuaremos a trilhar esta estrada, alcançando nossa meta num futuro muito próximo: ter Mato Grosso inteiro livre de febre aftosa sem vacinação – o coroamento desta história de sucesso!

Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, vacina uma rês diante do Palácio Piratini, em Porto Alegre, em dezembro de 1963, no lançamento da campanha de febre aftosa, que seria executada somente dois anos depois

s/a | Acervo da Divisão de Defesa Sanitária Animal da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul | 1963

s/a | Acervo Adair José de Moraes | c.1970

Cronologia

Principais fatos que marcaram a história do combate à febre aftosa.

1514 Observado, na Itália, o primeiro caso de aftosa do mundo.

1860 É criada, em 28 de julho, a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, considerada o marco inicial da história do atual Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

1870 Vírus da febre aftosa chega às Américas.

1895 Registrado oficialmente o primeiro caso de febre aftosa no Brasil.

1906 É criado o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

1909 Criação, no mês de outubro, da Diretoria da Indústria Animal.

1910 É criada a Diretoria Geral dos Serviços Veterinários;

Início do desenvolvimento de uma vacina contra febre aftosa, na Alemanha, pelo bacteriologista Friedrich Löffler, primeiro a identificar o vírus da doença.

1924 Criação da Organização Internacional de Epizootias (OIE), hoje Organização Mundial de Saúde Animal.

1929 Estados Unidos erradicam a febre aftosa em seu território à bala.

1933 Getúlio Vargas regulamenta a profissão de médico-veterinário.

1934 Decreto Lei nº 24.548 regulamenta o Serviço de Defesa Sanitária Animal.

1940 Primeira produção brasileira de vacina contra aftosa, liderada pelo Ministério da Agricultura.

1950 Realizada no Rio de Janeiro a I Conferência Nacional de Febre Aftosa.

1951 Criação do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (Panaftosa).

1958 Brasil e Bolívia assinam o Acordo de Roboré, que compreendia negociações de petróleo, comércio, cooperação econômica e técnica, limites, ligações ferroviárias e intercâmbio fronteiriço.

1959 EUA impõem restrições comerciais a produtos oriundos de países com presença do vírus da aftosa.

1962 Panaftosa organiza a 1ª Reunião Técnica Contra a Aftosa com a participação de Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

1963 Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, lança a primeira campanha de vacinação oficial contra febre aftosa do Brasil;

Brasil cria a Campanha de Combate à Febre Aftosa (CCFA).

1965 Início da campanha no Rio Grande do Sul;

BID oferece recursos para financiar campanhas contra a aftosa na América do Sul.

1970 Implantação da Campanha de Combate à Febre Aftosa de Mato Grosso (Cacofa).

1971 Programa Nacional de Combate à Febre Aftosa (PNCFA), com coordenação nacional, começa a ser executado nos estados da região Sul.

1972 Primeira aplicação de vacina oleosa contra a febre aftosa;

Criada a Comissão Sul-Americana para a Luta contra a Febre Aftosa (Cosalfa);

Início da construção das instalações da Sadia Oeste, que começou a operar em 1975.

1973 Panaftosa padroniza a metodologia de produção industrial de uma vacina com adjuvante oleoso.

1976 Elaborado o Plano Estadual de Combate à Febre Aftosa em Mato Grosso.

1977 Divisão do estado de Mato Grosso, com a criação de Mato Grosso do Sul.

1979 Criação do Iagro (MS) e do Indea (MT).

1981 Brasil e Bolívia estabelecem critérios para a troca de informações sanitárias nos municípios fronteiriços, instituindo a Comissão Mista Permanente Brasileiro-Boliviana de Sanidade Animal.

1989 Criação do Fundepec-GO.

1990 Criação do Fundepec-SP.

1992 Assembleia da OIE aprova conceitos de zonificação e de regionalização, para reconhecimento internacional de país e zonas livres de febre aftosa;

Panaftosa produz vacina oleosa para atender as emergências e planos estratégicos de Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai e Peru;

Primeira edição do Pnefa, com a definição dos circuitos pecuários.

1994 Primeira doação oficial de vacinas contra aftosa para a Bolívia;

Criação do Fundo Emergencial de Febre Aftosa de Mato Grosso – Fefa/MT.

1995 Aprovação do Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, durante a Rodada do Uruguai de negociações comerciais multilaterais, ocasião em que foi criada a OMC.

1996 Último registro de aftosa em Mato Grosso (16 de janeiro);

Habilitação de parte de Mato Grosso para exportação à União Europeia;

Redução de 3 para 2 etapas de vacinação graças à vacina oleosa, mais eficiente.

1997

Mato Grosso cria zona tampão na fronteira com a Bolívia;

Assinatura do Plano Interinstitucional Brasil-Bolívia. A partir daí, o Fefa assume a doação de vacinas para a Bolívia, com compromisso inicial de 400 mil doses.

1998

OIE passa a gozar do mandato acordado com a OMC para reconhecer oficialmente, para fins comerciais, o status de zonas livres de doenças;

Reconhecimento da primeira zona livre de febre aftosa com vacinação, constituída pelos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

2000

Assinado o Convênio de Cooperação Internacional para a execução do Plano de estabelecimento de uma zona livre de febre aftosa no Departamento de Santa Cruz;

OIE reconhece parte de Mato Grosso como livre de aftosa com vacinação;

Santa Catarina e Rio Grande do Sul deixam de vacinar contra aftosa.

2001

Com focos no estado, RS retoma a vacinação.

Todo o Mato Grosso torna-se livre de aftosa com vacinação pela OIE.

2003

Chiquitania obtém o certificado da OIE de livre de aftosa com vacinação.

2004

É criado em Houston, no Texas, o Grupo Interamericano para a Erradicação da Febre Aftosa (Giefa).

2005 Foco de febre aftosa em Eldorado (MS), que logo se espalha por outros municípios;

Foco de aftosa no Paraná, prontamente debelado.

2006 Extintos os focos de aftosa em MS, após milhares de animais abatidos.

2007 OIE reconhece Santa Catarina como livre de aftosa sem vacinação;

Foco de febre aftosa na Bolívia;

Mato Grosso monta barreiras sanitárias na fronteira com a Bolívia.

2009 Criação do Fundo Emergencial de Saúde Animal do Estado de Mato Grosso – Fesa/MT.

2017 Mapa publica o Plano Estratégico do Pnefa 2017-2026, prevendo a suspensão completa da vacinação no país e o reconhecimento internacional de país livre de febre aftosa sem vacinação até 2023.

2018 Brasil obtém certificado de livre de aftosa com vacinação da OIE.

2019 Paraná deixa de vacinar contra aftosa;

Dose da vacina contra febre aftosa é reduzida de 5 ml para 2 ml.

2020 Rio Grande do Sul e Bloco 1 do Pnefa retiram a vacinação.

2021 Bloco I, formado por Acre, Rondônia, parte de Mato Grosso e do Amazonas, é reconhecido como livre de febre aftosa sem vacinação pela OIE.

Sumário

Apresentação 13
Cronologia 20

Introdução 31
Vacinar ou não, a discussão do momento 33

Primeira Parte – O começo de tudo 45
Capítulo 1 – O cheiro da aftosa 47
Capítulo 2 – Viagem no túnel do tempo 75
Capítulo 3 – Nasce o Indea 91

Segunda Parte – Ponto(s) de virada 103
Capítulo 4 – Evolução da vacina 105
Capítulo 5 – Circuitos pecuários 123
Capítulo 6 – Fundos, a salvação da pecuária 133
Capítulo 7 – Irmandade na fronteira 159
Capítulo 8 – Mudança de mentalidade 199
Capítulo 9 – O Poder da Comunicação 213
Capítulo 10 – A incrível história do último registro de febre aftosa em Mato Grosso 221

Terceira Parte – Mato Grosso sem aftosa 227
Capítulo 11 – Um novo tempo 229
Capítulo 12 – A lição que custou caro 237
Capítulo 13 – Tensão máxima na fronteira 247

Capítulo 14 – De Nova Xavantina à Venezuela.....265
Capítulo 15 – Adeus ao vírus?.....281

Homenagem ao dr. Ênio José de Arruda Martins.....303
Lista de abreviaturas 310
Referências 315
Sobre os autores.....317

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT

Introdução

s/a | Acervo Sindan | 2007

Vacinar ou não, a discussão do momento

Em maio de 2018 o Brasil recebeu o reconhecimento de país livre de aftosa com vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), após décadas de imunização em massa do rebanho bovino nacional. Desde então, o país vem se preparando para tornar-se livre de febre aftosa SEM vacinação, condição que o elevará ao mais alto status sanitário da OIE. O certificado representará um passaporte para que a carne produzida aqui chegue aos mercados mais exigentes – que, em contrapartida, são aqueles que melhor remuneram o produto. Detentor do maior rebanho entre os países da região, com cerca de 220 milhões de cabeças, contra pouco mais de 50 milhões do segundo colocado, a Argentina, o Brasil é visto como o líder natural que deve puxar a fila da retirada da vacinação no continente sul-americano. Da mesma forma, Mato Grosso, com mais de 30 milhões de cabeças – se fosse um país, ocuparia o terceiro lugar no ranking do continente –, está no centro das atenções nacionais por ter o maior rebanho comercial e ser o maior exportador de carne bovina do país.

A expectativa era de que em 2021 mais estados brasileiros – ou mesmo blocos – deixassem de imunizar seus rebanhos contra a doença, após terem cumprido todas as etapas previstas no Plano Estratégico 2017-2026 do Programa Nacional de Erradicação

e Prevenção da Febre Aftosa, que passou a se chamar Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa em 2020[2], e se colocassem ao lado dos que já retiraram a vacinação – Santa Catarina (no ano 2000), Paraná (em 2019), Rio Grande do Sul e Bloco 1 do Pnefa (em 2020). Apenas nesses estados que retiraram a vacina, espera-se um ganho direto ao produtor de, aproximadamente, R$ 135 milhões/ano. Porém, desde fevereiro de 2020 um outro vírus, conhecido por SARS-Cov-2, responsável pela mortífera Covid 19, atravessou o ritmo da pecuária nacional e deixou em suspenso a evolução do processo.

Se de um lado a pandemia atrapalhou os planos sanitários, de outro as exportações de carne bovina do Brasil registraram um recorde: foram vendidas 2,016 milhões de toneladas em 2020, alta de 8% em relação ao ano anterior, impulsionada pelo aumento expressivo das compras da China. Para 2021, a Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo) estima que o ritmo das exportações permaneça positivo, com possível avanço de 5% em volume.

A forte desvalorização do real frente ao dólar é um fator que tem dado maior competitividade para as commodities brasileiras nos mercados internacionais. Seria essa conjunção de fatores – pandemia de um lado, mercado guloso de outro – uma oportunidade para que todos os envolvidos na erradicação da febre aftosa – pecuaristas, serviço veterinário oficial, indústrias frigorífica e veterinária – refletissem um pouco mais sobre o enorme passo que representa a retirada da vacinação?

Nas dezenas de entrevistas realizadas no Brasil e na Bolívia para a elaboração deste livro – que conta prioritariamente a his-

---

2 Conferir Instrução Normativa nº 48, de 14 de julho de 2020, assinada pela ministra Tereza Cristina, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

tória do combate à aftosa em solo mato-grossense, mas também dá uma visão panorâmica da doença no continente e enumera as ações da cadeia produtiva e das instituições para erradicá-la – pode-se notar um corpo técnico absolutamente convencido da oportunidade da retirada, com raríssimas exceções, enquanto produtores e indústria ainda manifestam algum receio. Para representantes dos serviços veterinários oficiais e diversas personalidades que participaram ativamente da erradicação da aftosa, Mato Grosso, o Brasil e o continente sul-americano fizeram seu dever de casa durante décadas e, à exceção da Venezuela, por onde o vírus ainda circula, e da Colômbia, que deve permanecer vacinando pela movimentação de animais na fronteira com aquele país, os demais países estão prontos para abandonar a vacinação com segurança.

Os que defendem essa ideia, no entanto, são unânimes em enfatizar a necessidade de se fortalecer ainda mais a defesa sanitária de cada país, de conscientizar os pecuaristas sobre a importância da observação atenta de seus rebanhos e de se criar um banco de antígenos e vacinas regional para haver segurança de que, a qualquer imprevisto, como o improvável surgimento de um novo foco da doença, a resposta seja imediata e cirúrgica, de modo a não comprometer todo o trabalho desenvolvido até agora.

Entre os produtores e representantes da indústria, as opiniões são mais difusas: há quem afirme que nem todos os países ou estados estão com seus serviços veterinários oficiais preparados para tal desafio; há quem diga que com o mercado "bombando" como está, e com cara de que permanecerá demandando o produto brasileiro, não se justifica correr nenhum risco, mesmo que remoto; há, por fim, quem argumente que o custo da vacinação ainda é menor do que o aporte necessário à defesa sanitária, no caso da retirada.

O passado e o presente dessa batalha contra o vírus da aftosa, com suas histórias e personagens, estão nos próximos capítulos. Podem contribuir para que o leitor tire suas próprias conclusões desse debate que, ao fim e ao cabo, definirá o futuro da pecuária brasileira e continental. Os depoimentos a seguir expressam a diversidade de opiniões ainda existente.

Com a palavra, os entrevistados

"Entre as vantagens da retirada está a de demonstrar a todos que o Brasil tem o maior rebanho comercial do mundo e que teremos um bom sistema de defesa sanitária. Quem retira a vacinação contra a aftosa mostra que tem um bom sistema de defesa sanitária, e nós teremos com isso uma penetração maior nos mercados do circuito não aftósico" – **Sebastião Costa Guedes**, ex-presidente do Conselho Nacional de Pecuária de Corte (CNPC).

"As vantagens diretas ao produtor são a redução dos custos com a vacinação (compra da vacina e sua aplicação) e das perdas de produção de leite e lesões detectadas ao abate, frutos do processo da aplicação da vacina. Além disso, há a perspectiva de abertura de novos mercados externos que possam remunerar melhor os produtores e trazer mais recursos aos estados, uma vez que ainda há resistência e restrições para a condição de zona livre de febre aftosa com vacinação por parte de importantes mercados consumidores" – **Diego Viali dos Santos**, chefe da Divisão de Febre Aftosa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

"Afirmar que estamos livres do vírus da aftosa e continuar vacinando o rebanho causa desconfiança nos mercados. No caso de Mato Grosso e Bolívia, a retirada da vacinação está madura, mas vai requerer vigilância. A gente não pode vacilar. Não é uma questão de custo-benefício, porque o custo de não fazer a vigilância é a perda de mercado. Vigilância se mede pela eficácia, pela eficiência do serviço público e pela credibilidade dos produtores" – **Rísia Lopes Negreiros**, epidemiologista do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea).

"O custo para estabelecer um sistema de vigilância eficiente e seguro na Bolívia será maior que o de vacinar, mesmo com os argumentos de que mercados que remuneram melhor poderão ser acessados. Caso ocorra algum foco, teremos de abater milhares de animais, com prejuízos enormes, e levar mais vários anos para recuperar o status atual, de livre de aftosa com vacinação" – **Aldo Vaca**, presidente da Asociación de Ganaderos de San Matías (Agasam, Bolívia).

"Estamos num estado gigantesco, ainda de logística difícil e de pessoas que não estão 100% engajadas no processo. Temos que ter recursos guardados porque se houver um surto de febre aftosa teremos que ter uma ação muito forte para tomar decisões drásticas" – **Paulo Bilégo**, ex-presidente do Indea e ex-superintendente do Mapa em Mato Grosso.

"Os serviços estão preparados para a retirada. Todos os países são livres, exceto a Venezuela, e têm que mostrar evidências que têm serviço preparado para enfrentar alguma emergência sanitária, têm que ter sistema de prevenção na fronteira etc. As condições já estão dadas, estamos muito melhores que outros países, mas a gente tem mania de criar dúvidas. Congratulamos o Brasil pela retirada da vacinação no Paraná, Rio Grande do Sul, Acre, Rondônia e partes do Amazonas e de Mato Grosso. Vão puxar os outros. Esperamos que Paraguai, Uruguai, Argentina esqueçam os traumas e também retirem" – **Alejandro Rivera**, coordenador da Área de Febre Aftosa do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (Panaftosa).

~

"Avalio a retirada da vacinação como condição *sine qua non* para alavancar o desenvolvimento de todo o processo produtivo pecuário, e melhorar a economia de Mato Grosso. Em contrapartida, há que aumentar a vigilância sanitária e epidemiológica e o produtor rural atentar para sinais evidentes de doenças vesiculares e notificar ao órgão de saúde animal com a devida celeridade" – **Donizeti Pereira de Mesquita**, servidor aposentado do Mapa, secretário-geral do Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV-MT).

~

"Suspendendo a vacinação, tem que haver um sistema de vigilância epidemiológica ativo com a coleta frequente de material para envio aos laboratórios. Antes nós tínhamos laboratórios em todas as regiões do país. Hoje não há mais laboratórios em quan-

tidade suficiente para se fazer diagnóstico com precisão e rapidez. Fazer sanidade animal, vegetal ou humana sem apoio laboratorial é charlatanismo. Também tem que ter um fundo com valor significativo para dar segurança ao produtor rural para que ele seja o primeiro a fazer a notificação, caso surja um caso de aftosa na fazenda dele, porque sabe que será indenizado" – **Josélio Moura**, presidente da Academia Brasileira de Medicina Veterinária e ex-secretário nacional de Defesa Agropecuária.

"A retirada da vacinação em Mato Grosso é fruto de um trabalho pioneiro realizado por muitas pessoas. Não temo a retirada. Está consolidado. O Indea é o melhor órgão do governo do Estado; é um órgão seriíssimo, mas está um pouco desprestigiado. Fez um trabalho brilhante. Hoje aí está a realidade: Mato Grosso caminhando para o status de livre de aftosa sem vacinação. Para nós, é uma grande vitória!" – **Waldebrand da Silva Coelho**, ex-secretário de Agricultura de Mato Grosso e veterano da Campanha contra a Febre Aftosa (Cacofa).

"Sou totalmente favorável ao plano de retirada da vacinação em Mato Grosso e no Brasil. Se é livre de aftosa, por que vacinar? No entanto, o estado e o país têm de fortalecer o serviço oficial, com mais pessoal, capacitação, vigilância, e de preparar os produtores para a vigilância passiva – o olhar atento a qualquer sintoma de que o vírus da aftosa pode estar de volta. A gente nunca conseguiu falar que estamos bem. Mesmo com toda a tecnologia, falta gente – o último concurso foi em 2011! É preciso ficar claro

que não vamos ter a proteção da vacina, por isso é fundamental ter uma estrutura robusta e pronta para agir" – **Janice Elena Ioris Barddal**, chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Saúde Animal e responsável pelo Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal – SFA-MT.

"Hoje o foco é não usar a vacina, mas garantir que mesmo sem ela não teremos aftosa. A aftosa é uma doença comercial, que não ataca as pessoas. Ela é um termômetro da qualidade do serviço veterinário. Quem tem um serviço veterinário que não merece nota 10 não ganha licença para ficar sem vacinar. As pessoas dizem: 'tem que ter coragem'. Não, tem que ter estrutura, estratégia, fundo, a coragem vem naturalmente. O futuro é sem vacina, o mundo civilizado já está há mais de 50 anos sem vacina, e sem aftosa" – **Inácio Afonso Kroetz**, ex-secretário nacional de Defesa Agropecuária.

"O que o Sindan faz é espernear quando retiram a vacinação sem as condições necessárias, principalmente as condições de infraestrutura (postos de fiscalização, prédios, equipes oficiais, concurso, treinamento, comunicação, internet, reserva financeira para indenização do proprietário)" – **Emílio Salani**, vice-presidente executivo do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan).

"A vacina é um instrumento. Há outros instrumentos e ferramentas. Havia um endemismo na região. Você quebrou o endemismo com a utilização de vacina e teve algumas recaídas. Agora são locais já reconhecidos, áreas de fronteira, países conhecidos, você mantém a vacinação ali e passa a usar outros métodos: vigilância, restrição de trânsito, várias outras ferramentas. Todos os países da região que compram a nossa carne dizem: vocês querem me vender carne e dizem que não tem aftosa, mas se não tem risco, por que vocês continuam vacinando? O que estão escondendo?" – **Júlio Pompei**, coordenador de Cooperação Técnica do Panaftosa.

"Sou favorável à retirada. Como uma evolução e uma conquista do setor produtivo brasileiro, devemos buscar a excelência na gestão. O Brasil alcançou a condição de líder mundial na produção de proteína animal e na exportação de seus produtos. A retirada da vacina da febre aftosa reafirmará, perante os principais mercados consumidores, a nossa responsabilidade com a sanidade e a qualidade dos nossos produtos" – **Leôncio Brito**, pecuarista, ex-presidente da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul).

"Essa transição no meu entender teria que ser muito bem conduzida, com uma análise profunda, investigações profundas para ver como é que está tudo isso aí. Não podemos esquecer que o Japão, depois de quase 100 anos de erradicação da febre aftosa, teve um caso de febre aftosa. Agora vem a etapa mais crucial, mais difícil manter esse status. Meu temor é que a vigilância sa-

nitária não esteja tão imbuída nessa fase tão difícil. A etapa de erradicação sem vacinação tem que acontecer. Vacinar tem custos, tem deslocamento para comprar, para informar" – **Luiz Carlos Meister**, pecuarista, consultor, ex-vice-presidente do Fefa/MT e ex-diretor da Sadia Oeste.

~

"A vacinação é uma ferramenta, é um instrumento que você utiliza numa certa época, numa certa estratégia, para você erradicar uma doença e daí obviamente você retirá-la. Não é minimamente compreensível e aceitável você ser eternamente livre, mas vacinando, porque, se você é livre, por que então você vacina… Se você é todo livre e os vizinhos são todos livres, por que você continua vacinando?" – **Guilherme Marques**, ex-diretor do Mapa.

~

"Tenho apreensão. Se não tivermos um plantão de prontidão nas fronteiras, corremos o risco de ser surpreendidos de modo avassalador. Imagine se ocorrer um evento. Você vai dar razões para qualquer um que não esteja confortável comercialmente – que tenha feito algum tipo de barganha com o Brasil, do tipo: 'fico com a sua carne e você fica com a minha fruta, ou meu alho, ou meus aviões' (é isso que ocorre na prática no mercado internacional). A questão sanitária fica como uma carta na manga até os 50 minutos do segundo tempo. Hoje qualquer país do mundo importa com vacinação ou sem vacinação. Isso não é mais uma barreira. Essa situação se restringe ao Japão e a um ou outro mercado" – **Paulo Bellincanta**, presidente do Sindicato das Indústrias de Frigoríficos do Estado de Mato Grosso (Sindifrigo).

~

"Sou favorável à retirada, mas precisa ter um controle muito grande e apoio ao Indea. É preciso fortalecer o serviço veterinário oficial. Não é só falar: 'Vamos retirar'. É preciso ter vontade política. Mato Grosso vive da agropecuária e tem que ter essa preocupação. Tem gente receosa por falta de informação. As pessoas precisam saber que tem um plano robusto, que ninguém está fazendo nada irresponsavelmente. O pessoal tem muito medo das fronteiras com a Bolívia e o Paraguai, mas eles são muito eficientes. A Bolívia deve ter mais medo do Brasil que o Brasil da Bolívia" – **Francisco Pugliesi de Castro**, superintendente do Senar-MT.

~

"Não vejo riscos. Se somos livres de aftosa com vacinação, se não há atividade viral e se outros estados conseguiram ser livres sem vacinação, também podemos caminhar para esse status. Isso significa que nós, produtores rurais, fizemos o nosso trabalho corretamente até a completa erradicação dessa doença. O Indea tem estrutura confiável. Quem fala contra é quem vende vacina. Pode ter produtor com medo. Erradicamos ou não a doença? Só teremos certeza se erradicamos a partir do momento em que não vacinar mais" – **Normando Corral**, presidente do Sistema Famato.

~

"Devemos, produtores e serviço veterinário brasileiro, substituir a vacinação pelo compromisso contínuo de vigilância do nosso rebanho pecuário" – **Tereza Cristina**, ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

s/a | Acervo Waldebrand da Silva Coelho | c.1970

Primeira Parte

O começo de tudo

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT | 2008

Vaqueiro conduz boiada no Vale do Arinos (MT)

Capítulo 1

O cheiro da aftosa

> "Sentir o cheiro da aftosa é uma experiência inesquecível. É um cheiro de carne viva, de feridas expostas, de animal doente, de miíase (bicheiras). É um cheiro de creolina misturado com bicheira. Uma coisa asquerosa. A lembrança não sai da cabeça e quem viveu essa época de muita aftosa sabe do que estou falando" – *Inácio Afonso Kroetz*, ex-diretor de Defesa Animal e ex-secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, e ex-delegado do Brasil perante a OIE.

O Brasil tem hoje uma geração de médicos-veterinários que só conhece a febre aftosa por meio de livros ou relatos de veteranos como Inácio Kroetz, que, ainda menino, tomou a decisão de estudar visando amenizar os problemas enfrentados em pequenas propriedades rurais como a de sua família. Natural de Itapiranga, no extremo oeste de Santa Catarina, ele recorda que as crianças choravam porque se viam sem leite quando surgiam os casos de febre aftosa.

"Era extremamente traumático ver uma ou duas vaquinhas que tínhamos no sítio abortarem ou ver os bezerros morrerem de fome devido às manifestações clínicas da doença. Isso acontecia duas, três vezes por ano, praticamente todo ano".

No caso dos suínos, a situação era ainda mais dramática:

"A gente deixava os animais numa pocilga escura, totalmente vedada, para que as moscas não entrassem e não causassem bicheira demais. Mesmo assim, eles perdiam os cascos, ficava só o

toco dos pezinhos e das mãozinhas. Os leitões morriam porque as feridas nas bocas não deixavam que mamassem. A aftosa no suíno é terrível porque ele morre mesmo".

Quase todas as pessoas que tiveram contato com a vida rural e os médicos-veterinários acima dos 50 anos têm uma história para contar a respeito da febre aftosa.

"Busquei boi lá na Barra do Garças e 'afetou' tudo. O gado adoeceu na estrada e contaminou o rebanho todo. Tive que pôr os animais no caminhão para acabar de chegar. Nenhum deles morreu, mas chegou perto", conta o paulista Zeca D'Ávila, que se estabeleceu com a família na região de Pedra Preta (MT) em 1960. Em outra ocasião, ele teve menos sorte:

"Comprei gado no Pantanal e levei para casa. Morreram 300 vacas por causa da aftosa", recorda o pecuarista que, anos depois, foi uma das principais lideranças no combate à febre aftosa em Mato Grosso, na qualidade de presidente da Famato no período de 1992 a 2004 e do Fefa.

Na época em que atuava como tropeiro, Zeca recorria aos artifícios usados pela maioria dos pecuaristas para amenizar os danos causados pela febre aftosa, entre eles, o pedilúvio:

"A gente fazia um cocho de cimento para os bois passarem dentro da água e ali se colocavam remédios, principalmente cal, que come aquela podridão".

Segundo ele, havia também o costume de se colocar querosene na nuca do animal doente. "Nada resolvia. A vacina era o ponto crucial", comenta, numa referência à principal arma que seria utilizada no combate à febre aftosa nos anos vindouros. Mas que doença é essa que mobilizou uma legião de profissionais e produtores rurais e contribuiu indiscutivelmente para estruturar a defesa sanitária animal no Brasil e outros países?

"A maior epopeia veterinária das Américas foi a erradicação da febre aftosa. Houve desenvolvimento de metodologias, de abordagem epidemiológica, do conhecimento sobre vírus, investimentos vultosos. O combate à aftosa estruturou todo o sistema de sanidade animal dos países da região", resume o médico-veterinário paulista Júlio Pompei, coordenador de Cooperação Técnica do Panaftosa.

Na avaliação de Pompei, o programa de combate à febre aftosa possibilitou ao setor oficial ter um cadastro das propriedades rurais e dos rebanhos, e um controle das movimentações dos rebanhos, o que foi útil para se controlar todas as enfermidades animais.

"Teve-se uma noção de quantas pessoas estavam envolvidas na cadeia da bovinocultura, da produção à exportação", acredita o veterinário paulista, acrescentando que essa cadeia foi se organizando em função do programa de febre aftosa e incorporando melhores práticas de produção.

Tamanho não é documento

Há consenso de que o primeiro caso de febre aftosa no mundo foi observado em 1514, na Itália. No entanto, segundo o baiano Josélio Moura, presidente da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, a enfermidade só foi descrita 32 anos depois por Hieronymus Fracastorius, também conhecido como Girolamo Fracastorius de Verona, médico, matemático, geógrafo e poeta italiano, na obra "*De contagione et contagiosis morbis et curatione*" (Sobre o contágio e as doenças contagiosas e sua cura). A introdução da enfermidade nas Américas ocorreu com a vinda de animais procedentes da Europa:

> "Introduzida no continente americano com animais trazidos da Europa, a febre aftosa foi identificada pela primeira vez, em 1870, em vários territórios americanos, entre os quais: costa nordeste dos Estados Unidos da América; província de Buenos Aires, Argentina; região central do Chile; Uruguai e estado do Rio Grande do Sul, Brasil. No alvorecer do século XX sua presença era já constatada em outros estados brasileiros, e também na Bolívia, no Paraguai e Peru. Em 1950 foi registrada na Venezuela e Colômbia e, em 1961, no Equador".[3]

Porém, o primeiro reconhecimento oficial de caso de aftosa no Brasil data de 1895, segundo o Boletim de Defesa Sanitária Animal organizado por Silvino Carlos Horn, servidor do Mapa. De acordo com a Linha do Tempo publicada no site do Ministério[4], esse primeiro registro foi feito na região do Triângulo Mineiro e o foco teria ocorrido em consequência de importações de animais da Europa.

Apaixonado pela história da medicina veterinária, Josélio Moura faz um retrospecto de iniciativas que marcaram a estruturação da defesa animal no Brasil. Em outubro de 1909 foi criada a Diretoria da Indústria Animal, no governo do presidente Nilo Peçanha, que, um ano depois, criou por decreto a Diretoria Geral dos Serviços Veterinários, subordinada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. O primeiro diretor foi o então capitão

---

3 Trecho do artigo "Febre Aftosa: A grande barreira comercial da pecuária na América do Sul", de autoria de José de Angelis Côrtes, médico-veterinário, professor-titular de Zoonoses (aposentado) da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP, e ex-consultor do Fefa/MT, publicado na Edição nº 61 da revista "Produtor Rural" (agosto de 1997), p. 31.

4 https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa/brasil-livre-da-aftosa

João Moniz Barreto de Aragão[5], fundador da Escola de Veterinária do Exército. Foi também no governo de Peçanha que foi criada a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), que é o berço da tradicional Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)[6].

A criação da Diretoria Geral dos Serviços Veterinários aconteceu em função da vinda da Missão Militar Francesa ao Brasil, que teve marcante influência no ensino da medicina veterinária ao incutir nos primeiros alunos "a mentalidade de erradicação (e não controle) das doenças", segundo Moura. Essa mentalidade, acrescenta, prevaleceu no combate a enfermidades como a peste bovina, a peste suína africana e a febre aftosa.

Mas somente no dia 9 de setembro de 1933, o então presidente Getúlio Vargas regulamentou a profissão de médico-veterinário por meio do Decreto Lei nº 23.133. Por isso o Dia do Médico-Veterinário é comemorado nessa data. Um ano depois, em 3 de julho de 1934, Vargas e o ministro Juarez Távora assinaram o Decreto Lei nº 24.548, que aprovou o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, em vigor até hoje. Josélio Moura, que foi secretário nacional de Defesa Agropecuária em 1984/85, frisa a importância desse regulamento, que garante ao veterinário

---

5 De acordo com artigo publicado no Boletim da Academia Paulista de Medicina Veterinária (Apamvet), "entre os anos de 1904 e 1910, o então Capitão João Moniz Barreto de Aragão dedicou-se à bacteriologia e patologia dos animais domésticos, destacando-se seus estudos sobre o mormo no homem e a febre aftosa no município de Cantagalo (RJ), sendo que esse último estudo foi uma incumbência recebida da Academia Nacional de Medicina".

6 A história da UFRRJ tem suas raízes na ESAMV, criada em 20 de outubro de 1910 pelo Decreto 8.319. Assinado por Nilo Peçanha, então presidente da República, e por Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, ministro da Agricultura, o documento estabeleceu as bases do ensino agropecuário no Brasil. (fonte: https://portal.ufrrj.br/)

em missão oficial livre acesso a propriedades rurais (públicas ou privadas), aeroportos, trens e navios com o objetivo de combater enfermidades.

A febre aftosa é uma doença infecciosa aguda que causa febre, seguida pelo aparecimento de vesículas (aftas), principalmente na boca e nos pés de animais de casco fendido. De acordo com a classificação da OIE[7], é a doença infecciosa economicamente mais importante para a pecuária. Embora seja geralmente uma doença de baixa mortalidade em animais e sem relevância para a saúde pública, tem consequências importantes para o bem-estar e produção animal.

Considerada uma enfermidade altamente contagiosa, a febre aftosa é provocada por um vírus, que, se por um lado é considerado um dos menores em tamanho, é gigante em seu poder de espalhamento. Ele pertence à família *Picorna viridae* e, assim como o vírus causador da Covid-19 (SARS-CoV-2), tem características do ácido ribonucleico, ou seja, é um pequeno vírus com RNA. Há sete tipos de vírus: O, A, C, SAT1, SAT2, SAT3 e Asia1 – em geral, denominados de acordo com o primeiro local onde foram

7 Segundo Josélio Moura, a OIE foi fundada em 25 de janeiro de 1924 para coordenar o conhecimento científico visando o controle e a erradicação da Peste Bovina e de outras doenças animais. Em maio de 2011, houve o reconhecimento oficial de "Mundo livre da Peste Bovina", caminho que começou a ser percorrido com sucesso após o desenvolvimento de uma vacina considerada eficiente por um grupo de pesquisadores liderados pelo médico-veterinário inglês Walter Plowright. A OIE nasceu como Organização Internacional de Epizootias, mas em 2003 passou a se chamar Organização Mundial de Saúde Animal, mantendo a sigla original. Com um total de 182 países-membros (https://www.oie.int/), a OIE classifica a situação sanitária de cada país e oferece garantia de segurança sanitária no comércio mundial de animais e seus produtos.

identificados[8]. Todos produzem sinais clínicos similares e têm dezenas de subtipos e cepas. Os diferentes tipos só podem ser identificados em laboratórios, e somente os três primeiros (O, A e C) são considerados clássicos, com ocorrência no Brasil.

"A febre aftosa é causada por um vírus pequeno, de muito fácil difusão. Por isso, as respostas têm que ser imediatas. Não é por acaso que os Estados Unidos chamaram a enfermidade de '*the billion dollar disease*' (a doença de 1 bilhão de dólares)", comenta Moura, acrescentando que os norte-americanos argumentam que, no caso de ocorrência de um episódio de febre aftosa, o prejuízo pode chegar a esse montante em apenas um dia, caso o foco não seja rapidamente controlado.

> Desde as primeiras décadas do século XX, alguns países envolvidos com a economia pecuária compreenderam o significado da erradicação da febre aftosa de seus rebanhos e o fizeram com sucesso. Assim os Estados Unidos da América permanecem livres da doença desde 1929, o Canadá desde 1952 e o México desde 1954.[9]

Segundo o médico-veterinário Júlio Pompei, não havia vacinas na época e a erradicação nos EUA foi feita com "segregação e sacrifício de animais":

"A febre aftosa foi erradicada à bala nos Estados Unidos e tudo aconteceu à base da identificação visual dos sinais da doença".[10]

---

8 SAT, por exemplo, refere-se a tipos de vírus identificados na África do Sul (South Africa Territory), e Ásia remete a um tipo identificado no continente asiático.

9 Côrtes, José de Angelis, in artigo publicado na edição nº 61 da revista "Produtor Rural" (agosto de 1997), p. 31.

10 A febre aftosa foi tema de diversos filmes produzidos em Hollywood, o que comprova a relevância da doença para os norte-americanos. "O mais famo-

Anos depois, ao perceber que a enfermidade estava sendo reintroduzida em seu território através do México, os norte-americanos fizeram acordo com o país vizinho para a erradicação da febre aftosa em território mexicano. Eles também iniciaram o combate à doença no Canadá. "Até hoje, não houve reintrodução da enfermidade nas Américas do Norte e Central, e no Caribe", ressalta Pompei.

Ele explica que, embora outros animais sejam suscetíveis ao vírus causador da febre aftosa, o impacto da doença em animais silvestres é praticamente igual a zero. "Nos EUA, eles erradicaram a doença sem matar um único cervo ou alce. O que mantém a febre aftosa e permite a sua evolução num país é a bovinocultura e seus movimentos", argumenta. Médico-veterinário graduado na Universidade Estadual de Londrina (UEL), Pompei sustenta que os pequenos ruminantes também não têm impacto na manutenção da febre aftosa e cita o caso uruguaio:

"O Uruguai tem uma população de aproximadamente 10 milhões de bovinos e 15 milhões de ovinos. Em 2001, eles tiveram mais de 2 mil focos de febre aftosa e a medida que segurou foi vacinar somente os bovinos – uma decisão baseada na orientação do Panaftosa".

---

so filme, 'O indomado', vencedor de três Oscar em 1963, estrelado por Paul Newman, tem como ponto central da trama um foco de febre aftosa. Enquanto o fazendeiro quer seguir a lei, notificando o problema ao governo, seu filho representado por Paul Newman, é contra, no argumento de que o mais vantajoso para a família seria esconder, pois os veterinários colocariam a propriedade em quarentena, sacrificariam os animais e o prejuízo para o pecuarista seria grande". (fonte: "A doença de um bilhão de dólares", de autoria da médica-veterinária Tânia Maria de Paula Lyra, publicado no *Jornal do Brasil*, em 3 de novembro de 2005, na editoria de Economia & Negócios, e disponível em https://bit.ly/2Ncbxih)

Situação diferente do suíno, "um pobre afetado", na definição de Pompei:

"O foco nunca começa com eles, porém o impacto da doença sobre os suínos é avassalador. Os bovinos ficam doentes, perdem peso e a capacidade de produção de leite (no caso das fêmeas), mas dificilmente morrem. No caso dos suínos, o vírus vem, circula nos animais, que multiplicam a quantidade de vírus muito rapidamente, porém não permanecem como hospedeiros. Um surto de aftosa numa granja de suínos é a coisa mais pavorosa de se ver, mata tudo, mas uma vez concluído o surto, acabou. Ao contrário dos bovinos que, se não forem vacinados, vão continuar ciclando. Ou seja, permanecem com o vírus no aparelho digestivo por um período de até um ano[11]. No caso dos búfalos o vírus se mantém ativo por até cinco anos".

Tudo isso nos leva a uma questão: qual é o impacto da febre aftosa na saúde humana? Em sua definição básica, zoonoses são enfermidades transmissíveis entre os animais e os homens. Portanto, a febre aftosa é tecnicamente uma zoonose, porém é do senso comum que a sua importância se deve mais às questões de mercado do que ao seu caráter zoonótico.

"A febre aftosa é a enfermidade animal cuja prevenção e combate mais recursos recebeu no mundo. Isso acontece em função das implicações socioeconômicas da enfermidade e de sua influência nos mercados internacionais, tanto de animais quanto de produtos e subprodutos, envolvendo os prejuízos diretos e indiretos que acarreta na produção e na produtividade pecuária", argumenta Josélio Moura.

---

11 Alguns especialistas afirmam que a permanência do vírus nos bovinos pode se prolongar por até dois anos.

Mestre e doutor em Ciências Animais pela Universidade de Brasília (UnB), Moura diz que o fato de não ter forte caráter zoonótico é justificado por algumas características do vírus causador da febre aftosa: ele tem alto poder de difusão (no vento, nas vestimentas, utensílios, pneus de veículos etc.), porém não suporta variação de temperatura, nem de pH. Em outras palavras, a simples transformação do leite de uma vaca contaminada em iogurte já mata o vírus, já que há mudança no seu pH; o mesmo ocorre se o leite for ao fogo. No caso da carne de um animal contaminado, ocorre o mesmo.

"Se você levar a carne ao fogo ou maturá-la (o que muda o seu pH), matou o vírus. O perigo está no osso, na medula óssea", assegura Moura.

Embora os casos de febre aftosa em humanos sejam considerados raros e apresentem sintomas comparados aos de uma gripe, acrescida de aftas, merece registro um episódio testemunhado por Moura em Maracás, uma região de colonização italiana na Bahia. Ele conta que estava fazendo o cadastramento de uma área em 1972, quando trabalhava para o Grupo Executivo de Erradicação da Febre Aftosa na Bahia (Gefab), e foi chamado pelo único médico da cidade (dr. Antenor) para ver o caso de uma menina.

"Era uma criança loirinha, de olhos azuis, de uns quatro anos, e sua boca dava pena. Eu disse que ela tinha uma estomatite com características de febre aftosa, mas como estava com minha maleta com o líquido de Vallée para conservação do epitélio (pele da língua), retirei o material e enviei com urgência ao laboratório do Instituto Biológico da Bahia, onde a equipe do dr. Ciro Galvão diagnosticou o vírus O nessa menina. Provavelmente ela tomou leite cru de uma vaca contaminada. Dr. Antenor tomou os cuidados necessários para evitar a invasão de bactérias secundá-

rias (tratamento tópico) e, após 10 dias de tratamento, a criança estava recuperada".

Moura acrescenta que o livro "Zoonosis y enfermedades transmisibles comunes al hombre e los animales"[12], de autoria de Pedro N Acha e Boris Szyfres, traz diversos relatos de casos de humanos com sinais de febre aftosa. De qualquer maneira, os casos humanos não são tão assustadores quanto os testemunhados pela geração de veterinários que viu a febre aftosa em animais de perto. O médico-veterinário Fernando Antonio Moretto, uma das figuras mais emblemáticas do combate à febre aftosa em Mato Grosso, conta que ao examinar uma vaca que apresentava "sialorreia e claudicação"[13], durante um atendimento no sudoeste do estado, parte do epitélio da língua do animal desprendeu-se ao abrir sua boca para verificar a mucosa oral, deixando-a sem proteção.

"Os bovinos utilizam a língua para a apreensão do capim na sua alimentação, assim esse tipo de lesão compromete a ingestão de alimentos, ocasionando a perda de peso e, nas vacas paridas e/ou destinadas à produção de leite, acaba reduzindo a quantidade de leite, comprometendo a alimentação dos bezerros e interferindo no seu desenvolvimento e na produção de leite das propriedades que têm a pecuária leiteira como atividade econômica", detalha.

Moretto, que começou a atuar em Mato Grosso em 1984 como servidor do recém-criado Indea, acrescenta que, nessa época, a preocupação com o bem-estar animal em fazendas sem ins-

---

12 Washington D.C., Organização Pan-americana da Saúde (Opas), 2003 (3ª edição)

13 Sialorreia é o termo médico para excesso de salivação (baba) e claudicação é o termo utilizado para se referir ao comprometimento da capacidade de andar.

talações adequadas para o manejo do gado era vista com um tabu. "Tínhamos que enfrentar a resistência do pessoal do manejo quando era recomendado algum cuidado especial para os animais e se ouviam piadas desnecessárias". Segundo ele, era comum ver bovinos com lesões nos cascos e, entre as sequelas deixadas, estavam o "gabarro", que consiste no crescimento ou má formação dos cascos, deixando-os alongados, em forma de chinelo. Nas vacas leiteiras, quando as vesículas se localizavam nos tetos ou úbere, a contaminação secundária poderia ocasionar mamite ou mastite, e assim a produção de leite ficava comprometida. Nos suínos, a situação ainda era mais complicada, pois os cascos (as unhas) desprendiam-se e as falanges ficavam expostas, ocasionando dor para a locomoção, que só era feita em pequenas distâncias com a utilização dos joelhos.

O mineiro Aluísio Sathler, veterano do Mapa no combate à febre aftosa e outras enfermidades, menciona uma prática utilizada por pecuaristas na década de 1940: "Se três ou quatro animais eram afetados por febre aftosa, o proprietário fechava os mesmos com os demais daquele pequeno rebanho por algumas horas e assim quase todos se contaminavam. O objetivo daquele pequeno produtor era diminuir o tempo com as atividades necessárias aos cuidados com os doentes. A doença deixava sequelas, às vezes fatais, entre as quais a miocardite, que podia levar à morte", lamenta o médico-veterinário graduado na UFRRJ em 1971. "Era muito comum no passado uma vaca que tivesse tido aftosa ficar com miocardite. Ela não podia sentir calor que ficava com a respiração extremamente ofegante, não podia ver o sol que corria para a sombra. Ficava com os pelos enormes e morria após algum tempo", acrescenta.

A estruturação da defesa animal

Diante de tantos tabus, crendices e práticas não recomendadas pela medicina veterinária que ainda vigoravam pelo Brasil afora, são dignas de aplausos iniciativas que contribuíram para mudar a história da defesa animal não só no Brasil como nas Américas. A década de 1950 foi marcante na história do combate à enfermidade: entre os dias 5 e 11 de setembro, foi realizada no Rio de Janeiro a I Conferência Nacional de Febre Aftosa[14] e, em 25 de agosto de 1951, foi criado o Panaftosa. Segundo informações da própria entidade, a criação do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa ocorreu "a partir de um acordo entre a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Oficina Sanitária Pan-Americana (nome jurídico da Organização Pan-Americana de Saúde – Opas) e o governo do Brasil com o propósito de ser o primeiro e único centro especializado em febre aftosa das Américas, guiado pela missão de cooperar com os países da região na organização, desenvolvimento e fortalecimento dos programas nacionais de prevenção, controle e erradicação da doença".

A sigla Panaftosa será citada várias vezes ao longo da história do combate à febre aftosa em Mato Grosso por seu papel de des-

---

14 Essa conferência reuniu "autoridades sanitárias, pesquisadores e acadêmicos, que promoveram ampla e rica discussão sobre a realidade da doença no país, e apresentaram recomendações de estratégias iniciais de atuação". (Fonte: Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano de vigilância para a febre aftosa / Secretaria de Defesa Agropecuária – Brasília: Mapa/AECS, 2020). De acordo com essa fonte, "em decorrência das propostas firmadas durante a I Conferência Nacional de Febre Aftosa, foi implantado um programa nacional de combate à doença, sem resultados satisfatórios devido à carência de recursos financeiros e humanos, além da ausência de uma vacina eficiente".

taque na capacitação dos profissionais dos serviços de saúde animal e por sua contribuição à metodologia de produção industrial de uma vacina com adjuvante oleoso, considerada por todos como um divisor de águas. Não menos digna de aplausos foi a participação do Panaftosa na formulação e planejamento de políticas públicas para combater a febre aftosa nas Américas.

Em 1962, o Panaftosa organizou a 1ª Reunião Técnica Contra a Aftosa com a participação de Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai para tratar de temas metodológicos relacionados ao controle da doença. "As comissões interpaíses estabelecem recomendações sobre o trânsito internacional de animais e a padronização do controle em áreas fronteiriças. O evento é considerado o ponto de partida para o planejamento continental da luta contra a febre aftosa", informa o texto do folder institucional do Panaftosa.

Desde sua fundação o Panaftosa tem como sede as antigas instalações de uma fazenda no bairro de São Bento, em Duque de Caxias (na Baixada Fluminense). Hoje a propriedade está situada praticamente na zona urbana de Caxias, cidade que cresceu muito nos últimos 70 anos. Pompei conta que o Panaftosa pertence ao Sistema Nações Unidas[15].

---

15 A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada em 1946, após o fim da 2ª Guerra Mundial e, em seguida, foi fundada a Organização Mundial de Saúde (OMS), que estabeleceu um escritório em cada continente. Como as Américas já contavam com a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), criada pela OEA em 1902, a Opas, segundo Pompei, foi convidada a fazer parte do sistema Nações Unidas e ser o escritório de representação da OMS nas Américas. A ideia de criar o Panaftosa, em 1951, surgiu diante da necessidade apresentada por representantes de vários países americanos de um órgão que fizesse frente a uma doença com forte impacto socioeconômico: a febre aftosa. "Como a Opas já tinha um corpo de veterinários e contava com o Centro Pan-Americano de Zoonoses (Cepanzo, na Argentina), seus represen-

"No início, eram somente ingleses, alemães e norte-americanos que vieram para organizar, entender como funcionava a enfermidade em cada região e o impacto de diferentes ecossistemas, e trabalhar em cima de vacinas, de testes. Depois começaram a vir especialistas sul-americanos, que foram sendo capacitados", afirma Pompei, que foi coordenador de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo por seis anos antes de ingressar no quadro de colaboradores do Panaftosa em 2005.

O Centro Pan-Americano de Zoonoses (Cepanzo) e o Instituto de Inocuidade de Alimentos (Inpas), que funcionavam na Argentina e pertenciam à Opas, foram fechados e o Panaftosa conta atualmente com três áreas: febre aftosa, zoonoses e inocuidade de alimentos (enfermidades transmitidas por alimentos e por água). Por ser uma organização supranacional, mantida com recursos de diversos países, a Opas não obedece à legislação de uma nação específica e atua atendendo a mandatos dos países-membros (34 nas três Américas, mais a Guiana Francesa, que participa como convidada).

"No caso da febre aftosa, temos a Comissão Sul-Americana para a Luta contra a Febre Aftosa (Cosalfa), criada em 1972, onde se reúnem todos os chefes de serviços veterinários da América do Sul para discutir a enfermidade e aprovar resoluções, que se transformam em mandatos para o Panaftosa. Com esse mandato, a gente direciona a parte de cooperação técnica com os países", explica Pompei. Ele cita o exemplo da elaboração de um novo Plano Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa (PHEFA), por solicitação dos países-membros. Uma vez escrito, o PHEFA é submeti-

---

tantes se prontificaram a criar o Panaftosa e o Brasil se ofereceu para sediar o novo órgão uma área em Duque de Caxias, onde já funcionava o Centro de Patologia do Ministério da Agricultura", resume Pompei.

do à aprovação dos ministros das seis regiões das Américas (América do Norte, América Central, Caribe, Região Amazônica, Região Andina e Cone Sul) ou seus representantes indicados, e o Panaftosa passa a atuar de acordo com o plano aprovado.

Pompei destaca a importância de existir uma relação de confiança entre os países-membros (muitos deles concorrentes comerciais) e o Panaftosa, que, por não ter interesses comerciais, vai sempre tomar decisões técnicas. "Todos os programas de sanidade animal do Brasil foram estruturados em cima do combate à febre aftosa. Os princípios epidemiológicos, o desenvolvimento de testes, vacinas – tudo aconteceu por causa da aftosa. Só depois passou-se a olhar para outras enfermidades", diz.

Após a criação do Panaftosa em 1951, "começaram a irradiar-se as iniciativas de combate à doença", de acordo com o médico-veterinário José de Angelis Côrtes:

> "Assim, em 1961, surge o organismo específico de controle e erradicação da febre aftosa na Argentina e, em 1963, o Brasil cria a Campanha de Combate à Febre Aftosa, junto ao então Ministério da Agricultura. O Paraguai e Uruguai iniciam seus programas em 1967, o Chile, em 1970, e a Colômbia, em 1972.
>
> Dois aspectos revelam a linha comum adotada pelos países em seus programas de luta contra a febre aftosa:
>
> - a metodologia convencional de defesa sanitária animal, incluindo a vacinação sistemática dos rebanhos e a vigilância epidemiológica contemplando a identificação e atendimentos dos focos da doença e o controle do trânsito de animais e produtos.

- a base estrutural de natureza governamental, em sua maioria com apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento e apoio técnico da Opas".[16]

É impossível se falar em estruturação da defesa sanitária no Brasil sem mencionar os recursos externos investidos por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial (Bird). Tudo começou em 1965 com o BID, que, de acordo com o Panaftosa, ofereceu créditos financeiros para o desenvolvimento de planos de controle da doença para os países da América do Sul. O Panaftosa preparou então um guia para a elaboração de projetos para o controle da febre aftosa, que foi utilizado pelos países da América do Sul.

No início dos anos 70, Josélio Moura trabalhou no Grupo Executivo de Combate à Febre Aftosa (Gecofa), subordinado à Coordenação de Combate à Febre Aftosa (CCFA) do Ministério da Agricultura, que ficou inicialmente sob a liderança de Evandro Horta Costa. O cargo de coordenador geral da CCFA logo foi assumido por Ubiratan Mendes Serrão[17], que "fez escola dentro do serviço público" quanto à erradicação da enfermidade, na avaliação de Moura:

---

16 Côrtes, José de Angelis, in artigo publicado na Edição nº 61 da revista "Produtor Rural" (agosto de 1997), p. 32

17 Falecido em 2014, Ubiratan Mendes Serrão graduou-se em Medicina Veterinária pela UFRRJ em 1951 e, entre 1955 e 61, esteve vinculado ao Panaftosa como pesquisador associado. Em 1961, atendeu ao convite do Ministério da Agricultura para compor o Grupo de Trabalho em Febre Aftosa, que estabeleceu as bases para o combate à enfermidade no país. Entre 1971 e 1975, foi coordenador geral da CCFA e, de 1979 a 1984, foi secretário nacional da recém-criada Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. (fonte: https://www.paho.org/es/panaftosa)

"Era um órgão muito forte, poderoso, com recursos substantivos e mentalidade de erradicação dentro destes princípios: cadastramento das propriedades, trabalho junto aos produtores, vacinação, controle de trânsito, programa de educação sanitária, promoção, divulgação e treinamento de pessoal", recorda.

Contratado como médico-veterinário da CCFA no primeiro dia útil de 1972, Aluísio Sathler conta que o Programa Nacional de Combate à Febre Aftosa (PNCFA), com uma coordenação nacional, começou a ser executado no final de 1971, nos estados da região Sul, onde Rio Grande do Sul e Santa Catarina já desenvolviam as atividades de defesa sanitária animal em seus territórios com a infraestrutura existente (mas sem uma coordenação nacional).

À época, a CCFA já dispunha de recursos financeiros oriundos do contrato assinado pelo governo brasileiro com o BID. Tais recursos, somados àqueles do orçamento do Ministério da Agricultura e mais os recursos dos estados, permitiram a criação de infraestrutura para o combate à febre aftosa, com a contratação de médicos-veterinários, compra de veículos, instalação de escritórios regionais e locais, treinamento de pessoal, entre outras iniciativas.

Uma segunda etapa do PNCFA incluiu outras unidades da Federação e, quando os recursos oriundos do contrato com o BID foram totalmente aplicados, o governo brasileiro assinou um contrato de empréstimo com o Bird. A experiência das etapas anteriores e a soma dos recursos do Ministério da Agricultura, do Bird e dos estados, possibilitaram beneficiar ou expandir as atividades do PNCFA para outras unidades da Federação, como Mato Grosso.

"No início, só trabalhávamos com febre aftosa e em poucos estados. Depois, começamos a trabalhar com mais estados e mais

enfermidades (raiva dos herbívoros, brucelose, anemia infecciosa dos equinos etc.), caracterizando como um trabalho de defesa sanitária animal", recorda Sathler.

Ele explica que a atuação do órgão central era de coordenação de todas atividades de combate à febre aftosa no país, e também de outras enfermidades, o que fez com que tivesse a oportunidade de visitar Mato Grosso, incluindo áreas de fronteira, em diversas ocasiões, mas em cada estado havia uma coordenação estadual com um representante do Ministério da Agricultura, um da Secretaria da Agricultura e um do segmento organizado da pecuária. Cabia ao órgão central coordenar, apoiar e aprovar as programações dos estados.

E assim foi se estruturando a defesa sanitária animal no Brasil. No próximo capítulo, veremos que Mato Grosso, apesar de ser "um estado periférico", na definição do veterano pecuarista Zeca D'Ávila, já estava no radar do governo federal na virada dos anos 1970 e foi cenário de um esforço quase épico de combate à febre aftosa: a Cacofa.

Eterna vigilância

O enfrentamento contra a febre aftosa ocorreu em vários cenários e diferentes décadas, com o engajamento de inúmeros personagens. Por isso seria muita pretensão imaginar ser possível incluir todos neste resgate histórico cujo foco principal é Mato Grosso, mas é importante mencionar a participação de uma médica-veterinária, que se destaca por seu pioneirismo num setor com forte predominância masculina e por sua contribuição ao registro da história do combate a essa e outras enfermidades animais no Brasil.

Tânia Maria de Paula Lyra morava em Seropédica, onde se localiza a UFRRJ, e aos 13 anos, motivada pelo interesse pela leitura despertado por seu pai, inscreveu-se na biblioteca da Rural (como é conhecida). Ao concluir o segundo grau, casou-se com o médico-veterinário Décio Lyra, especialista em diagnóstico de febre aftosa que trabalhava no Instituto de Biologia Animal (IBA). Foram padrinhos do casamento os proeminentes médicos-veterinários Joaquim Monteiro de Carvalho e Ubiratan Mendes Serrão. Tudo isso contribuiu para a sua decisão de estudar Medicina Veterinária na UFRRJ, curso concluído em 1970.

Tony Oliveira/CNA | 2018

A dra. Tânia conciliou a vida familiar com a carreira profissional, de início como professora da UFRRJ e depois no Ministério da Agricultura, em Brasília. Seu marido (falecido em 2017, aos 82 anos) integrou a Equipe de Erradicação da Febre Aftosa, criada em 1963. Ela

ocupou vários cargos no Ministério, tendo sido a única mulher a responder pela Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), posto ocupado entre 1993 e 1995.

Sua dissertação de mestrado em Medicina Veterinária Preventiva, realizado pela UFMG, tratou de uma de suas especialidades, a peste suína clássica, porém, no doutorado em Ciência Animal (também pela UFMG), suas atenções se voltaram para a febre aftosa e o resultado foi a tese "Febre aftosa, evolução e determinantes das políticas públicas de controle e erradicação no Brasil, no período de 1950 a 2002". Sua atuação como escritora não parou aí e, em 2018, lançou o livro "Defesa Agropecuária: histórico, ações e perspectivas", que traz um capítulo sobre o combate à febre aftosa.

Servidora aposentada do Mapa, dra. Tânia tem planos de escrever um novo livro sobre o tema, abordando os fatos a partir de 2002. Ela acredita que a aproximação entre o setor privado e o governo na década de 1990 foi fundamental para o sucesso da luta contra febre aftosa no Brasil, e é favorável à retirada da vacinação, porém alerta para a necessidade de maior vigilância:

"A vacinação é extremamente necessária numa fase em que se quer controlar a doença e o número de infectados. Quando se está vacinando, às vezes relaxa-se um pouco, mas para se retirar a vacina, é implantado um trabalho muito maior de vigilância nas propriedades e nas fronteiras, com controle nos aeroportos, portos etc. O mundo não é livre de aftosa! Por isso temos que ter eterna vigilância. Esse é um trabalho que o governo tem que fazer e os produtores vão lucrar com isso, porque poderão exportar para países que exigem essa condição: livre de aftosa sem vacinação".

Desde sua fundação, em agosto de 1951, o Panaftosa tem como sede as antigas instalações de uma fazenda no município fluminense de Duque de Caxias

s/a | Acervo Panaftosa-OPS/OMS | 2010

s/a | Acervo Panaftosa-OPS/OMS | 2010

O Panaftosa foi decisivo para o desenvolvimento de novas tecnologias usadas no combate à febre aftosa

s/a | Acervo Panaftosa-OPS/OMS | 2010

A pistola e a vacina são marcas registradas da luta contra a febre aftosa nas Américas

ANNO V N.º 257 CUIABÁ, 16 DE JULHO DE 1910 MATO-GROSSO

O Pharol

JORNAL LITTERARIO, CRITICO E NOTICIOSO

PUBLICA-SE AOS SABBADOS

REDACÇÃO
Rua Pedro Celestino n. 32

REDACTORES E COLLABORADORES DIVERSOS
NUMERO AVULSO. . . . . 300 reis.

ADMINISTRAÇÃO
Rua Barão de Melgaço. 36

BIBLIOTHECA NACIONAL RIO DE JANEIRO

O PHAROL

ASSIGNATURAS
PARA A CAPITAL

Por mez	1$000
Por trimestre. . . .	3$000
Por semestre. . . .	5$000
Por anno	10$000

SECÇÃO LIVRE E ANNUNCIOS:
Preços convencionaes.

EXPEDIENTE

Toda a correspondencia deve ser endereçada á redacção, Rua Pedro Celestino, 32.

As reclamações devem ser dirigidas á administração, á Rua Barão de Melgaço, 36.

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA

Ao lançarmos á luz da publicidade uma local da nossa passada edicção noticiando ter passado, quasi por unanimidade, na Assembléa Legislativa do Estado, uma emenda apresentada pelo nosso presado companheiro de redacção deputado João Cunha, longe estavamos de suppor que aquella casa legislativa, em sessão do dia seguinte ao da emenda, iria approvar, em 3.ª discussão do orçamento, uma outra emenda, contendo materia perfeitamente opposta ao seu modo de pensar da vespera.

A primeira emenda, apresentada pelo Sr. deputado João Cunha, requeria que se retirasse o auxilio de 5:000$000, que figurava no orçamento para ser dado aos salesianos que deveriam applical-os na catechese.

A segunda, apresentada pelo senhor deputado Costa Marques pedia outros 5:000$000 de auxilio aos mesmos salesianos, para o mesmo fim da catechese.

Ambas foram approvadas por grande maioria ou, pelo menos, foi esta a declaração feita pelo Exm. Sr. Presidente da Assembléa.

Não queremos discutir a justiça ou injustiça de qualquer das duas emendas; a maior ou menor razão das medidas que pediam.

O que grandemente admirou-nos foi a incoherencia de alguns dos senhores deputados votando a favor de uma e, decorridas apenas 24 horas, votando a favor de outra opposta á primeira. O que revelaram com esse procedimento foi uma certa dubiedade no modo de pensar, estando com os ouvidos sempre attentos para acatar as determinações do alto mesmo em materia que, como esta, nem de leve viria affectar interesse partidario de especie alguma.

Verdade é que alguns dos senhores deputados affirmam que apezar do «*está approvada*» do Sr. Presidente, a segunda emenda não passou, tendo sido muito poucos os deputados que se retrataram do voto do dia anterior.

Si não passou foi pois mais uma desconsideração ao Sr. Cunha a declaração do Presidente da Assembléa e tanto isto comprehendeu o nosso companheiro de redacção que, em data de 12 do corrente, remetteu á Assembléa Legislativa, por intermedio do Sr. Felicissimo da Silva, a sua renuncia do cargo de deputado.

Foi um procedimento digno dos applausos de todo aquelle que, como nós, sabe venerar a altivez e independencia de caracter de um individuo, qualquer que seja a sua posição na sociedade.

Ao distincto patricio e companheiro, os nossos parabens.

A Previdencia

Temos á vista, offerecidos pelo Sr. Manoel de Faria Albernaz, incansavel agente geral d'*A Previdencia* neste Estado, os estatutos e diversos prospectos d'essa conceituada caixa de pensões vitalicias que foi fundada em 15 de Setembro de 1906 e tem sua séde na capital de S. Paulo.

Pelo ultimo boletim d'essa prospera caixa de pensões, relativo ao mez de Março ultimo, vê-se que correm auspiciosamente os seus negocios; sendo que até 31 d'aquelle se haviam inscripto 55 628 socios, contando a sociedade com um fundo inamovivel de pensões na importancia de 2.051:816$771 réis, além de 330.266$421 réis, destinado ao de reen bolso.

Agradecendo a remessa dos prospectos, auguramos toda a prosperidade a *A Previdencia*.

Febre aphtosa

Os principaes symptomas ou signaes da molestia são: — arrepiamento do pello dos animaes doentes; falta de vontade de comer; baba na bocca e difficuldade de mastigar; difficuldade de andar, o animal coxeando e deitando-se a tôa; apparecimento logo de bolhas na bocca, raiz dos cascos, entre os cascos e bico dos peitos, bolhas que se rompem, deixando a descoberto feridas em todos esses lugares.

A molestia propaga-se, rapidamente, a todos os animaes de uma fazenda, bairro ou municipio. Em todas as epidemias da molestia os simptomas não são os mesmos; ora as bolhas apparecem mais na bocca do que dos cascos, ora mais nos cascos do que na bocca.

Geralmente, a febre aphtosa mata poucos animaes e mata sobretudo bezerros e vaccas ou bois velhos e enfraquecidos.

Entretanto, em certas epidemias, quando a molestia vem *braba*, até bois e vaccas fortes morrem, e, ás vezes, morrem rapidamente, em poucos dias, ou como fulminados.

Nas fórmas graves, as juntas podem ser atacadas, bem como o canal digestivo, desde a bocca e intestino até o anus, e tambem o apparelho respiratorio, desde as ventas até o pulmão, que o povo chama bofes; e tambem ainda os quartos trazeiros, que ficam soffrendo de paralysia.

São estas fórmas graves, que tão grandes prejuizos causam aos agricultores e criadores de toda parte do mundo.

O animal atacado pela molestia póde ficar immune por dois annos, isto é: livre até dois annos.

As epidemias da febre aphtosa são chamadas epizoótias, nome que se dá ás molestias dos animaes, quando as atacam num tempo, de uma só vez.

Em resumo: quando um boi ou vacca, por exemplo, babar, sem poder comer, ou comendo com difficuldade, e coxear, deitando-se a cada passo — se deve pensar logo na febre aphtosa, sobretudo quando a molestia já existir no municipio ou nos visinhos.

E é por causa destes symptomas da bocca e cascos, que os inglezes chamam á febre aphtosa — *molestia da bocca e dos cascos*.

Como a molestia
se transmitte ou espalha

As bolhas da bocca, cascos e bicos dos peitos ficam cheias de um liquido turvo, de uma materia ou agua grossa, na qual está o microbio ou semente da molestia; quando as bôlhas rompem-se, esse liquido escorrendo das feridas e da bocca, misturado com a baba, cahe sobre as hervas, capins dos pastos, nos cochos dos estabulos, das estribarias e currales, nos baldes ou gamellas de beber agua, de modo que os animaes sãos, comendo em taes pastagens e cochos, ou bebendo agua em taes vasilhas, engolem o causador da febre aphtosa, o qual, se poder entrar no sangue, e ahi viver, produzirá logo a molestia.

Os bezerros ficam doentes, chupando os bicos dos peitos feridos, cheios de materia e, portanto, com microbios da molestia.

Os tratadores de animaes, os tiradores de leite, quando cuidarem de animaes atacados de febre aphtosa, ou tirarem leite dos mesmos, sem lavarem as mãos, como quasi sempre succede, transmittirão tambem a molestia, espalhando-a por onde forem, quando tocarem em animaes sãos, raspando-os, arreiando-os, dando-lhes comida ou tirando-lhes o leite.

De modo que — pastagens, cochos, baldes, gamellas, mãos sujas, da baba ou materia das feridas, são os meios pelos quaes, commumente, se transmitte a molestia.

Não é bem certo ainda que a febre aphtosa se transmitta ao homem, mas é quanto basta para não se beber o leite, mesmo fervido, dos animaes doentes, nem tambem comer a carne, mesmo bem cosida ou assada, pois ainda assim, leite e carne são alimentos suspeitos de fazer mal a gente, além de ser repugnante utilizar-se de coisas desta natureza.

Obras do porto de Corumbá

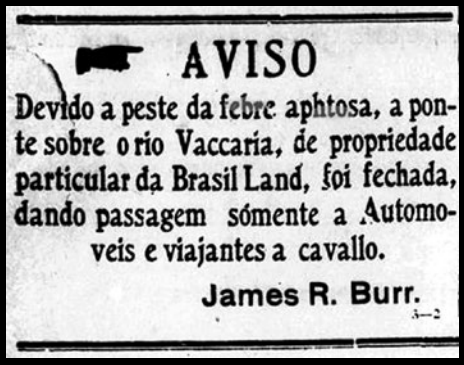
Conforme edital da Directoria Geral de Obras e Viação, publicado na *Gazeta Official* de 9 do corrente, são chamados concurrentes para execução de uma parte das obras de melhoramento do porto de Corumbá.

As obras a executar são as seguintes:

A) uma muralha de cáes continuo, com 80 metros de extensão, ao longo da margem direita do Paraguay, tendo 2 metros de altura de agua na maxima estiagem e 8m.80 na maior cheia observada;

B) uma rampa com 40 metros de extensão, talude de 1:3 e altura da agua de um metro a dous metros na extrema vasante;

① Jornal do Commercio (MT), ano 1923, edição 92; ② A Razão - órgão do Partido Republicano Mato-grossense (MT), ano 1935, edição 924; ③ Jornal do Commercio (Campo Grande-MT), 3 de agosto de 1930, edição 1180, primeira página; ④ Jornal do Commercio (Campo Grande-MT), ano 1940, edição 2567

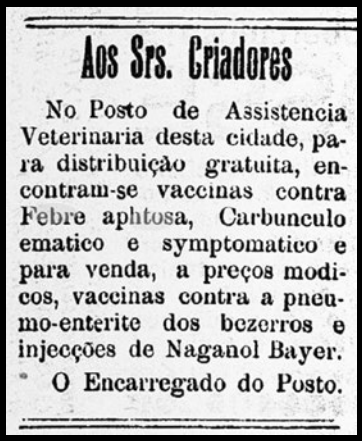


AVISO

Devido a peste da febre aphtosa, a ponte sobre o rio Vaccaria, de propriedade particular da Brasil Land, foi fechada, dando passagem sómente a Automoveis e viajantes a cavallo.

James R. Burr.

①



Aos Srs. Criadores

No Posto de Assistencia Veterinaria desta cidade, para distribuição gratuita, encontram-se vaccinas contra Febre aphtosa, Carbunculo ematico e symptomatico e para venda, a preços modicos, vaccinas contra a pneumo-enterite dos bezerros e injecções de Naganol Bayer.

O Encarregado do Posto.

②

Pela saude do gado

Attesto que fazendo experiencia em minha fazenda S. Sebastião, de preparado do Dr. Abilio Brazil, remedio efficaz contra a febre ophtoza estou autorizado a dizer que o resultado foi satisfatorio, em curto espaço de tempo as rezes atacadas já se acham completamente sã.

Em firmeza faço o presente; quem poderá fazer o uso que convier.

Aquidauana, 1.o de Agosto de 1930.

Aniceto Rondon
Test. Germano Fechni
José Luis de Figueiredo

Reconheço verdadeira as firmas supra de Aniceto Rondon, Germano Flechner e José Luis de Figueiredo dou fé.

Aquidauana, 1.o de Agosto de 2930.

Em test. Yym. da vrd.
1.o Tab.
João Jorge Moreira Serra

③

Srs. Criadores

FEBRE AFTOSA

Tratamento garantido com AFTOS

Produto do Departamento de Veterinária dos
Laboratorios Raul Leite S/A

— xx —

Depósito em Campo Grande, (Mato Grosso).
Rua Barão do Rio Branco n. 220

Endereço telegrafico «Guerainas» Caixa Postal n. 89.

④

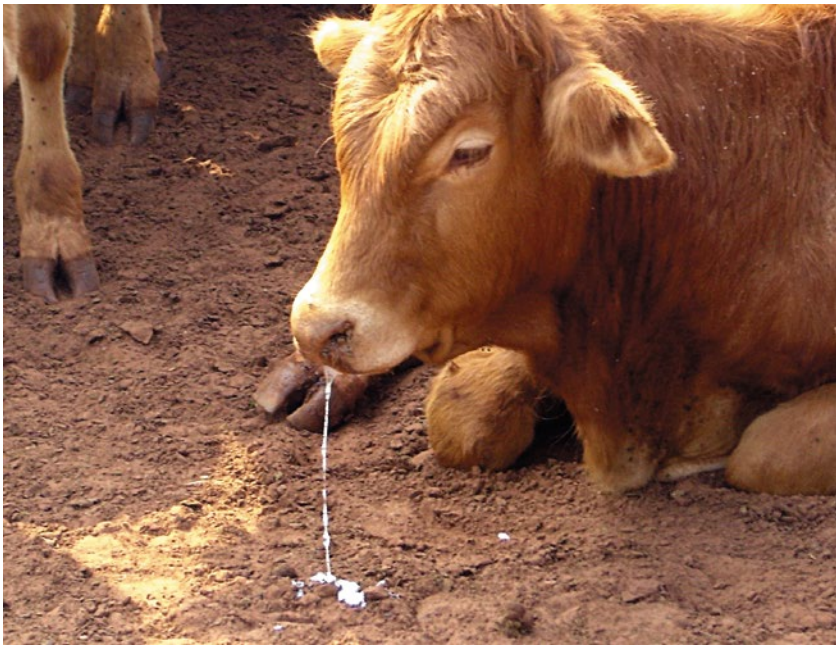
Arquivo Mapa-Brasil

Doença contagiosa economicamente mais importante para a pecuária, a febre aftosa manifesta-se sobretudo na boca e nos pés de animais de casco fendido, afetando principalmente bovinos e suínos

Arquivo Mapa-Brasil

Arquivo Mapa-Brasil

Arquivo Mapa-Brasil



Baba e tristeza são sinais característicos de que o animal contraiu o vírus

s/a | Acervo Waldebrand da Silva Coelho | c. 1970

Waldebrand da Silva Coelho, da Secretaria de Agricultura de Mato Grosso, abastece em Cuiabá um dos fuscas da novíssima frota da Cacofa

Capítulo 2

Viagem no túnel do tempo

> "Grande parte da movimentação do gado era feita a pé. Muitos animais saíam contaminando todo o trajeto, inclusive os pontos de parada. Eles contaminavam o ambiente. Fazia-se a assepsia com creolina, querosene, álcool, qualquer antisséptico, como uma forma de aliviar os sintomas dos animais contaminados, mas a única recomendação era a vacinação" – *Juarez Molina*, médico-veterinário cuiabano, graduado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1964.

Esse foi o cenário em que jovens médicos-veterinários de várias origens – a maioria formada na UFF, na UFRRJ e na Universidade Federal de Goiás (UFG) – uniram forças para implantar a cultura de vacinação do gado em Mato Grosso, na virada dos anos 1970. Foi nesse momento, em pleno governo militar, que foi deflagrada a Campanha de Combate à Febre Aftosa de Mato Grosso, conhecida pela sigla Cacofa.

Mato Grosso era um estado uno[18], onde não se imaginava ver lavouras de soja e fazendas de gado espalhadas por municípios si-

---

18 A divisão de Mato Grosso e a criação de Mato Grosso do Sul foi oficializada em 11 de outubro de 1977 pela Lei Complementar nº 31, sancionada pelo então presidente da República Ernesto Geisel. De acordo com a lei, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1979, Campo Grande tornou-se a capital de Mato Grosso do Sul, enquanto Cuiabá permaneceu como capital do estado remanescente. Mato Grosso (MT) hoje conta com uma área de pouco mais de

tuados ao norte da capital Cuiabá. As telecomunicações e as estradas eram infinitamente mais precárias, e a principal atividade econômica era a pecuária bovina, que estava concentrada no Pantanal – uma planície alagada de aproximadamente 250 mil quilômetros quadrados. A maior parte do gado criado de forma extensiva no Pantanal[19] seguia para o estado de São Paulo, onde era engordado nas regiões de Araçatuba, Barretos e Presidente Prudente, antes de seguir para o abate[20]. Era o tempo das estradas boiadeiras, das grandes comitivas, e também de muitos focos de febre aftosa.

Um dos protagonistas da história da Cacofa é o mato-grossense Waldebrand da Silva Coelho (natural de Torixoréu), que se graduou em Medicina Veterinária pela UFF em 1963 e, um ano depois, participou da criação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Mato Grosso (Acarmat)[21], sob a liderança de Bento

---

903 mil km^2, enquanto o vizinho Mato Grosso do Sul (MS) tem um território de aproximadamente 357 mil km^2.

19 Estudo do Sistema Rodoviário Coletor do Pantanal Mato-grossense, elaborado pela Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte (Geipot), em parceria com a Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (Codemat), publicado em 1974, estimava o rebanho bovino do Pantanal em 5,1 milhões de cabeças, sendo que 2,9 milhões (o correspondente a 56,8% do total da Região) localizado na área de influência de Corumbá.

20 "A Sadia foi a primeira unidade frigorífica para abate de bovinos a chegar ao estado, em 1975. Antes disso, Mato Grosso fazia cria e recria, e o gado era todo engordado e abatido em São Paulo" – Luiz Carlos Meister, pecuarista e consultor de pecuária de corte, radicado em Mato Grosso desde 1976. (in revista "Produtor Rural" nº 205, edição de agosto de 2010, p. 32)

21 Segundo o site da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (www.empaer.mt.gov/historia), o serviço de extensão rural no Estado foi constituído oficialmente no dia 15 de setembro de 1964, com a criação da Acarmat, que executou os programas de assistência técnica e extensão rural até 1976. Nesse ano, a entidade foi extinta e deu lugar à Empresa de Assistên-

Machado Lobo. Juntos com ele nessa empreitada estavam Juarez Molina e João Bosco de Almeida. Algum tempo depois, Lobo assumiu a Secretaria de Estado de Agricultura no governo Pedro Pedrossian (1966-1971), mas em 1969 deixou o cargo para ser prefeito de Cuiabá, sendo substituído pelo agrônomo Maçao Tadano.

Segundo Waldebrand, que respondia pela direção do Departamento de Produção Animal, Tadano recebeu de Brasília a missão de instalar em Mato Grosso a campanha contra a febre aftosa (atendendo a uma demanda do setor pecuarista de São Paulo) e, para isso, instituiu uma comissão coordenadora integrada por um representante da própria Secretaria de Agricultura (Waldebrand), da Acarmat (João Bosco de Almeida) e da Delegacia Federal do Ministério da Agricultura em Cuiabá (Sigmar Botelho[22]). Waldebrand ressalta o apoio logístico e administrativo recebido do então delegado do Ministério da Agricultura em Mato Grosso, o médico-veterinário Annibal Molina[23].

"O primeiro passo foi organizar a parte administrativa – controle de gado, cadastro das propriedades, levantamento dos recur-

---

cia Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso (Emater). Em 1992, entretanto, foi instituída a Empaer em decorrência da fusão da Emater, da Empresa de Pesquisa Agropecuária (Empa) e da Companhia de Desenvolvimento Agrícola (Codeagri).

22 Sigmar Botelho e João Bosco de Almeida já faleceram.

23 Natural de Rosário Oeste, Annibal Molina graduou-se na Faculdade Nacional da Medicina Veterinária, na Praia Vermelha, na cidade do Rio de Janeiro, na década de 1930. Como funcionário concursado do Ministério da Agricultura, trabalhou na inspeção da indústria de charque da lendária Fazenda Descalvados, no município de Cáceres. Foi casado com uma cacerense, teve quatro filhos (entre eles, os médicos-veterinários Ely e Juarez Dias Molina) e faleceu em 1971, quando era delegado do Ministério da Agricultura em Mato Grosso. A alameda onde está situada a sede da Superintendência do Mapa em Várzea Grande foi batizada com seu nome.

sos necessários – para apresentar ao secretário geral do Ministério da Agricultura, o médico-veterinário gaúcho Ezelino Arteche. A gente se reunia num galpão no Parque de Exposições de Várzea Grande", recorda Waldebrand.

Aos 86 anos, completados em 6 de outubro de 2021, o veterano se emociona ao lembrar que o trabalho de planejamento foi apresentado por ele e João Bosco a Arteche, numa reunião realizada em Brasília, tendo sido muito elogiado; porém, o secretário-geral (hoje falecido) disse que o Ministério da Agricultura não tinha recursos para iniciar a campanha naquele momento.

"Eu chorei e perguntei ao João Bosco: e agora?".

A solução veio da recém-criada Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), comandada pelo engenheiro-agrônomo goiano Sebastião Dante de Camargo Junior, que tinha ficado muito amigo dos dois mato-grossenses durante uma temporada passada no estado.

"Ele gostava muito do João Bosco, que era um livramentense (natural de Nossa Senhora do Livramento) brincalhão e piadista. Resolvemos lhe fazer uma visita na Sudeco e, ao contarmos nossa história, veio a surpresa: o dr. Sebastião perguntou de quanto precisávamos e, diante de nossa resposta, disse que o problema estava resolvido", conta Waldebrand.

Foi então firmado um convênio entre a Sudeco e a Secretaria de Estado de Agricultura de Mato Grosso, que garantiu os primeiros recursos necessários à implantação da Cacofa, no segundo semestre de 1970.

A estratégia idealizada foi a de fechar toda a divisa entre Mato Grosso e os estados de São Paulo e Paraná para impedir o trânsito de animais não vacinados contra a febre aftosa. "Na época, apenas grandes fazendeiros procedentes de Minas Gerais e São Paulo tinham aderido à vacinação contra febre aftosa em Mato

Grosso, mas a maior parte do rebanho não era imunizada. Foram montados escritórios da Cacofa em Corumbá, Dourados e Campo Grande, e instalamos a sede em Três Lagoas, que era o ponto estratégico, pois ficava no meio do fluxo do gado", explica Waldebrand.

Cinquenta anos depois, Juarez Molina – que sucedeu Waldebrand na direção do Departamento de Produção Animal – lembra-se do churrasco realizado em Três Lagoas para marcar o lançamento da Cacofa. Seu pai, Annibal Molina, comentou com João Bosco de Almeida em tom de brincadeira: "Duvido que o ministro da Agricultura venha". E de fato o ministro Luís Fernando Cirne Lima enviou um representante.

O médico-veterinário Jaime Bom Despacho (graduado pela UFRRJ em 1967), que foi um dos primeiros enviados a Três Lagoas como representante da Secretaria de Estado de Agricultura e um dos últimos a deixar a linha de frente, traça um mapa da situação na virada da década de 1970:

"Havia três pontos de saída do gado: Três Lagoas, Aparecida do Taboado e Porto Independência. O gado que vinha de Goiás entrava por Alto Araguaia, em Mato Grosso, e Cassilândia (atual Mato Grosso do Sul), para seguir em direção aos estados de São Paulo e Paraná. Eram boiadas enormes que atravessavam de balsa em Aparecida do Taboado (onde não havia ponte) ou desciam até Três Lagoas (onde embarcavam no trem) ou eram tocadas até Porto Independência, no rio Paraná, cerca de 15 km mais à frente, onde também atravessavam de balsa. Havia um corredor boiadeiro. Era uma boiada atrás da outra".

A esses animais procedentes das fazendas de Goiás somava-se o "gado magro" que vinha do Pantanal, seguindo para a engorda nas propriedades paulistas, mais próximas da indústria frigorífica.

E foi exatamente nesse "funil" que foi instalada a tropa de choque de combate à febre aftosa, que contava com o médico-veterinário peruano Alfredo Vera Escalante, graduado pela UFF em 1964. Ele já tinha estado em Três Lagoas após um curso de saúde pública e educação sanitária oferecido pela OEA e, em 1968, pouco depois de ter ingressado no Ministério da Agricultura, foi convidado a assumir um posto na cidade. Escalante tornou-se "o chefe e professor" dos pioneiros da Cacofa, na definição de Adair José de Moraes, um cuiabano graduado pela UFF na turma de 1969.

"Quando chegamos a Três Lagoas, só tinha duas Rural Willys, sendo que uma ficava com o Escalante. Fizemos uma espécie de extensão rural, explicando aos produtores o que era o vírus da febre aftosa, o que era vacina, como usar e esterilizar a seringa", conta Adair, que se orgulha de ter recebido treinamento do Panaftosa. Ele acrescenta que o convênio com a Sudeco financiou a compra dos primeiros "fusquinhas" – carros da marca Volkswagen, que se tornaram a marca registrada da Cacofa.

Nesses veículos, Adair, Jaime Bom Despacho e outros veterinários enviados pela Secretaria de Agricultura de Mato Grosso enfrentaram as estradas precárias da região, mapeando as propriedades rurais que tinham cabeças de gado. O Brasil começava a exportar carne para países da Europa e outros destinos, e havia a exigência de que o gado estivesse vacinado contra febre aftosa. Escalante menciona a assinatura de um convênio com o Reino Unido que estabelecia que todas as indústrias frigoríficas deveriam ser abastecidas com carne de gado vacinado contra a enfermidade. Adair cita a pressão da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), órgão ligado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, no sentido de que o gado de Mato Grosso só atravessasse a divisa após ter sido vacinado.

O papel dos médicos-veterinários da Cacofa era convencer os produtores – dos pequenos aos grandes pecuaristas – sobre a importância da vacinação e que nenhum animal seguiria viagem para São Paulo (ou Paraná) sem a apresentação do certificado de vacina.

"Foi um trabalho sério e difícil, realizado junto com o Ministério da Agricultura e o serviço de extensão rural (Acarmat), que funcionava muito bem na época. Não havia estrada, telefone, GPS, e a gente teve que levantar os mapas de cada município, usando os auxiliares contratados na região. Dividimos estes municípios em vários lotes, que eram entregues aos veterinários, que iam de propriedade em propriedade. Se o produtor tivesse uma cabeça de gado, ele estava incluído no mapa e a gente montava o esquema de vacinação, com base nos 'roteiros de acesso'. Era uma vacinação assistida, educativa. Tinha muita gente naquela época que não vacinava. Algumas propriedades sequer tinham brete e a gente orientava o dono a montar um tronco, que era feito de madeira roliça, cortada na hora", recorda Bom Despacho.

O médico-veterinário Manoel de Aquino Filho, natural de Poxoréu, que atuou na Cacofa após ter se graduado na UFG em 1971, lembra-se de ter sido recebido em Aparecida do Taboado por um produtor, de cartucheira:

"Ele já foi dizendo brabo: 'Aqui o senhor não vai vacinar porque minha vaca está prenha e não vai passar no tronco porque vai abortar'. A gente tinha que conversar, explicar que o bezerrinho já ia nascer com anticorpos. Era preciso ter muito tato porque o homem já estava com a arma na mão. Muita gente não acreditava na vacina".

Também egresso da UFG (turma de 1970), o cuiabano Wilton da Silva Santos cita alguns dos "argumentos" utilizados pelos

produtores da região de Aparecida do Taboado para driblar os representantes da Cacofa:

"Os embates eram cotidianos. As crenças mais comuns entre os produtores eram que a vacina provocava abortos, interrompia a produção de leite, causava diarreia nos humanos alimentados com o leite da vaca vacinada e ainda originava tumores nos animais no local da aplicação. Explicávamos que, se ocorresse algum desses problemas, era em decorrência do manejo incorreto na hora da vacinação".

Segundo o médico-veterinário, que permaneceu na região de 1971 a 73, a maior parte do gado era brava e os currais eram precários. "Às vezes, a vaca era derrubada no laço para receber a vacina", diz. Havia também quem difundisse que o pessoal da Cacofa visitava as propriedades com o objetivo de verificar o tamanho real do rebanho para que o governo pudesse cobrar mais impostos. "Eles arquitetavam tudo isso para dificultar nosso trabalho e a gente tinha que vencer essas barreiras", admite Wilton, que embora destaque o apoio recebido de pecuaristas que aderiram à campanha, também se lembra de ter havido a necessidade de intervenção do Exército em Aparecida do Taboado em algumas situações.

Adair José de Moraes complementa:

"Muitos produtores combatiam a febre aftosa despejando querosene na nuca dos animais doentes e diziam: 'Pronto, está vacinado'. Éramos odiados pelos transportadores de gado. Tinha gente que queria nos matar. Houve colega que teve que correr porque todo mundo puxava revólver".

Adair, que se valia de sua experiência de 10 anos como sargento do Exército, explica que sempre se buscava uma solução: o gado era detido, vacinado e aguardava o tempo necessário (15 dias) num pasto alugado até a vacina fazer efeito, antes de seguir viagem. Mas ele e outros veteranos reconhecem que contar

com o apoio do Exército foi crucial para o sucesso da campanha em Três Lagoas.

"Quando fui para Três Lagoas, um ex-ministro da Guerra mandou uma mensagem via rádio para o comandante geral do Exército na região recomendando que me dessem todo apoio", conta Escalante, 50 anos depois, citando o nome do general Arthur da Costa e Silva[24]. "Sempre contamos com o apoio do Exército. Em diversas ocasiões, colegas nossos ligavam dizendo que pecuaristas tinham cercado o escritório para exigir atestados. Imediatamente eu mandava o pelotão. Eu era o porta-voz junto ao Exército", diz o médico-veterinário, acrescentando que não raro era preciso parar o trem da Noroeste do Brasil – que cortava Mato Grosso, de Corumbá a Bauru – para verificar a documentação do gado embarcado.

"No início, a gente liberava mesmo se o gado não estivesse vacinado, mas sob condições. Chamávamos o proprietário do rebanho e ele tinha que assinar um documento se comprometendo a acertar a documentação. Avisávamos que da próxima vez não iríamos liberar", recorda o peruano.

"Já pensou ter uma boiada de mil cabeças, que vinha de Goiás com destino a São Paulo, parada no meio do caminho? Embora o nosso trabalho tivesse o caráter educativo, houve momentos em que tivemos que trancar. Aquela região de Três Lagoas, Aparecida do Taboado, era um lugar de gente braba, era na base do gatilho mesmo. A gente tinha que ter muito jogo de cintura para lidar com essa gente. Quando aconteciam uns casos mais complicados, a gente recorria ao Exército, que mandava parar a boiada, recolher

---

24 Costa e Silva foi ministro da Guerra no Governo Castelo Branco (de 1964-66) e assumiu a Presidência da República da 1967 a 69, sendo sucedido pelo general Emílio Garrastazu Médici (1969-74).

numa fazenda e fazer a vacinação", testemunha Bom Despacho, confirmando o bom relacionamento de Escalante com o Exército.

O suporte do governador Pedro Pedrossian também é destacado por todos:

"Muitos produtores não receberam bem a obrigatoriedade da vacinação. Houve muitas brigas e chegou a haver a necessidade de intervenção do governador, que era um grande produtor em Miranda. O apoio dele foi fundamental para o sucesso da campanha", atesta Waldebrand, que assumiu a Secretaria de Estado de Agricultura no final da Administração Pedrossian.

"A turma ia reclamar com o governador, mas ele não dava ouvidos. Aos poucos, foi-se criando uma consciência de campanha", sustenta Adair.

O trabalho da Cacofa se expandiu para a região de Dourados, que se firmava como polo pecuarista no sul de Mato Grosso. Sob o comando de Escalante, Adair e Bom Despacho foram encarregados de montar 14 escritórios regionais, contando com apoio das prefeituras municipais e dos sindicatos rurais.

"Precisávamos de gente para trabalhar, para auxiliar os veterinários contratados pelo Estado. Cabia às prefeituras contratarem esses auxiliares. Os sindicatos rurais ofereciam suas instalações para a gente trabalhar", explica Escalante. Segundo o representante do Ministério da Agricultura, nem todos os prefeitos se dispunham a colaborar de imediato. "Mas aí aparecia um pecuarista dizendo que queria comercializar seu gado e a gente respondia que ele não poderia fazer isso porque o prefeito de seu município não estava fazendo a parte dele. Ele ia atrás do prefeito para cobrar", recorda bem-humorado.

Escalante reconhece que se apelava para "argumentos impositivos", porém tudo isso era feito em prol da pecuária, que era a grande riqueza de Mato Grosso numa época em que ainda não se

imaginava que o estado pudesse um dia também ser líder na produção de grãos e fibras.

Adair menciona o caso de um prefeito (de Jardim) que sequer quis recebê-lo como representante da Cacofa: "Era um coronel aposentado do Exército, que veio reclamar com o governador Pedrossian. Este, por sua vez, mandou o prefeito falar com Waldebrand, em Cuiabá, que respondeu que quem resolvia era o pessoal de campo. Ele teve que nos aceitar".

Os veterinários de campo treinavam o pessoal, inclusive os "guardas sanitários" contratados pelos municípios para visitar as fazendas e orientar os produtores. Num desses treinamentos, Adair foi elogiado pelo secretário Maçao Tadano, que o convidou a retornar a Cuiabá. Como coordenador da parte da pecuária da Acarmat, continuou fazendo treinamentos voltados para o combate à febre aftosa e outras doenças; tornou-se o primeiro presidente da Emater em 1976 e atuou como extensionista rural até sua aposentadoria em 1993.

Além de muitas lembranças, a Cacofa deixou como herança alguns casamentos entre jovens veterinários e moças da região de Três Lagoas. Um deles foi o de Jaime Bom Despacho, natural de Santo Antônio de Leverger, que se casou com Márcia Aroma Fernandes de Costa, tendo como padrinho Alfredo Vera Escalante[25]. João Losano Ewbank de Campos também conheceu a esposa Dioripes na temporada de Três Lagoas e há quase 50 anos o casal compartilha o dia a dia da Pousada Piuval, em Poconé. Graduado pela UFRRJ em 1969, Losano trabalhou apenas quatro meses em Três Lagoas, mas ficou famoso por apreender boiadas inteiras.

---

25 Licínio Monteiro foi outro médico-veterinário cuiabano que atuou na Cacofa e acabou se casando em Três Lagoas.

"Eu era muito caxias", diz o produtor, contando que uma vez segurou um rebanho com 600 novilhas que vinha de São Paulo para Mato Grosso. "Os animais tinham atestado de vacinação contra a febre aftosa, mas não tinham de brucelose", explica. Em outra ocasião, apreendeu 40 mil doses de vacina contra a febre aftosa em Aparecida de Taboado por estarem misturadas com carne num freezer da revenda, cuja temperatura não atendia às exigências.

Ao lado de Dioripes, Losano reluta em falar sobre o tempo em que atuou como médico-veterinário no combate à febre aftosa e outras enfermidades. "Os produtores de Poconé não acreditaram em mim", lamenta o produtor rural, que após a temporada em Três Lagoas atuou como representante da Secretaria de Agricultura de Mato Grosso nos municípios de Poconé e Cáceres até ser afastado da frente de combate à febre aftosa.

"Éramos muito rigorosos e teve fazendeiro que só faltou me matar", afirma, numa referência às inimizades conquistadas por ele e colegas por negarem "atestados frios" para permitir o trânsito do gado de Mato Grosso para São Paulo.

Foram tempos difíceis, em que foi iniciado um trabalho de educação sanitária, ainda que na marra. A década de 1970 terminou com a divisão de Mato Grosso (em 1977) e a criação, em 1979, da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul (Iagro), e do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea)[26], preparando o terreno para uma nova forma de combate à febre aftosa no Centro-Oeste.

---

26 O Indea-MT foi criado pela Lei nº 4.171 de 31 de dezembro de 1979.

s/a | Acervo Waldebrand da Silva Coelho | c. 1970

Alfredo Escalante (o segundo da esq. para a dir.) recebe das mãos de Annibal Molina, então delegado do Ministério da Agricultura em Mato Grosso, as chaves de veículo a ser usado na Cacofa. Testemunham a entrega (da esq. para dir.) João Bosco de Almeida, Waldebrand da Silva Coelho, Juarez Coelho (Sudeco, ao centro de camisa branca), Sigmar Botelho e Juarez Molina

s/a | Acervo Adair José de Moraes | c.1970

Os médicos-veterinários Adair José de Moraes e Afrânio Batista de Figueiredo em ação da Cacofa na região de Três Lagoas (hoje MS)

s/a | Acervo Waldebrand da Silva Coelho | c. 1970

Lançamento da Cacofa em Cuiabá com as presenças de Sebastião Dante de Camargo Junior, superintendente da Sudeco; do governador Pedro Pedrossian, Gabriel Müller, presidente da Famato, e Waldebrand da Silva Coelho

s/a | Acervo Waldebrand da Silva Coelho | c. 1970

Faixas e cartazes no Parque de Exposições de Várzea Grande saúdam o superintendente da Sudeco, Camargo Junior, que doou recursos para a deflagração da Cacofa, e destacam os cuidados necessários ao combate à febre aftosa

s/a | Acervo Adair José de Moraes | c.1970

Placa alusiva à campanha contra febre aftosa na região de Três Lagoas

s/a | Acervo Adair José de Moraes | c.1970

Posto de Defesa Sanitária Animal utilizado pelos médicos-veterinários e outros integrantes da Cacofa

Servidores do Indea-MT reunidos diante da Unidade Regional de Supervisão do Indea em Rondonópolis, em novembro de 1983

s/a | Acervo Manoel de Aquino Filho | 1983

Capítulo 3

Nasce o Indea

> "No início dos anos 1980, eu trabalhava na regional do Indea em Cáceres e atendia os municípios de Mirassol d'Oeste, São José dos Quatro Marcos e Araputanga. Tínhamos uma quantidade tão grande de casos de febre aftosa para atender que não tínhamos horário de trabalho, nem finais de semana; trabalhávamos à noite, aos sábados e domingos. Muitas vezes éramos obrigados a usar os faróis do carro para conseguir coletar material dos animais doentes e enviar ao laboratório" – *Maria Auxiliadora Ferreira Rocha Diniz*, ex-presidente do Indea e uma das primeiras médicas-veterinárias de campo no combate à febre aftosa em Mato Grosso.

Natural de Poxoréu (MT), Maria Auxiliadora corporifica bem o espírito de um órgão criado em 31 de dezembro de 1979, ao final do primeiro ano do governo Frederico Campos[27], para combater a febre aftosa e outras enfermidades animais num estado recém-dividido. Graduada pela Universidade Estadual do Maranhão, Maria Auxiliadora ingressou no Indea-MT em 1982 e se dedicou de corpo e alma à estruturação do novo órgão, tendo trabalhado em quase todas as unidades regionais, em diversas funções. Em 1985, casou-se com um médico-veterinário, que na época também era servidor do Indea, e mesmo com dois filhos pe-

27 Ex-prefeito de Cuiabá e ex-governador de Mato Grosso, o cuiabano Frederico Campos faleceu aos 93 anos em 28 de fevereiro de 2021.

quenos continuou atendendo às demandas do órgão. "O Indea faz parte da minha vida e é uma extensão da minha família", orgulha-se Maria Auxiliadora, cuja filha e o genro também são servidores do órgão.

"Pegamos o início do trabalho, que era fazer o cadastramento e mapeamento das propriedades rurais, incluindo assentamentos, posses e reservas indígenas (a localização era identificada através de coordenadas geográficas e vias de acesso), levantar os nomes dos proprietários, número de animais existentes e os respectivos confrontantes. Com o resultado desse trabalho, tínhamos condições – em nível de administração central, unidades regionais e escritório local – de fazer um planejamento estratégico de como agir rapidamente nas propriedades que possuíam animais enfermos e em sua vizinhança. Foi um trabalho difícil e de suma importância para o controle e combate à febre aftosa no estado", orgulha-se.

Para executar essa atividade, as equipes saíam da sede do município no início da semana e só retornavam ao final:

"Caso não recebêssemos um convite de alguém da comunidade ou de um pecuarista para pernoitarmos, tínhamos que dormir no próprio veículo e comíamos produtos enlatados e farofa que levávamos numa caixa de madeira".

Em outra caixa, os servidores carregavam ferramentas para realizar pequenos consertos nos veículos utilizados, que eram caminhonetes rústicas, ainda com a marcha no volante e sem ar condicionado, aptas a enfrentar estradas de chão. O único meio de comunicação era o rádio.

Mas é preciso voltar no tempo para dar continuidade à história do combate à febre aftosa em Mato Grosso. O cuiabano Wilton da Silva Santos participou da Cacofa, como médico-veteriná-

rio contratado[28] pela Secretaria de Agricultura de Mato Grosso, entre 1971 e 1973, atuando no município de Aparecida do Taboado. Ele lembra que, na época, o rebanho mato-grossense era recriado e abatido em São Paulo, por isso partia-se do princípio de que, uma vez cercada a saída do gado na divisa entre os dois estados, haveria "um efeito cascata" no restante de Mato Grosso. E assim foram sendo criadas unidades de execução nos municípios mais ao norte, para dar condições aos pecuaristas de obterem o documento (o comprovante de vacinação) antes de iniciar o transporte de seu rebanho. "Demos início à interiorização no combate à febre aftosa", afirma Santos[29].

Paralelamente os jovens médicos-veterinários iam tendo oportunidades de capacitação fora de Mato Grosso. "Nunca vi um trabalho de treinamento naquele nível. Foi gente para São Paulo e até para o exterior, sendo que a maioria dos cursos era proporcionada pelo Panaftosa", recorda. Na primeira metade dos anos 70, ele ficou um ano na sede do Panaftosa em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, e retornou a Cuiabá com "uma cartilha" dos procedimentos a serem adotados. O treinamento incluía técnicas de planejamento, conhecimentos epidemiológicos e bioestatística. "Éramos treinados para compreender como o vírus da febre aftosa circulava no estado e aprender a monitorar essa circulação", afirma.

---

28 Wilton da Silva Santos conta que a forma de contrato era incipiente: os recursos vinham do Ministério da Agricultura para a realização de trabalhos de campo, mas como não havia um programa constituído, os médicos-veterinários eram "recibados", ou seja, pagos por meio de recibos.

29 Embora boa parte do rebanho mato-grossense ainda estivesse espalhada pelo Pantanal e nos municípios mais ao sul do estado, estava-se iniciando um processo de povoamento das regiões ao norte da capital (Cuiabá), com a vinda de levas de imigrantes sulistas e o surgimento de novos polos urbanos.

Em 1975, Santos participou de um curso de Planejamento em Saúde Animal, no Cepanzo, na Argentina. Ele conta que os médicos-veterinários recebiam cursos de educação sanitária e aprendiam como diagnosticar o vírus da aftosa num laboratório.

Em meados da década de 1970, o Ministério da Agricultura decidiu promover um diagnóstico da situação da febre aftosa nos estados com forte atividade pecuária e o levantamento feito em Mato Grosso norteou a elaboração do Plano Estadual de Combate à Febre Aftosa, em 1976 (realizado sob a coordenação de Santos). O trabalho de combate à febre aftosa ganhava cada vez mais evidência em Mato Grosso e, na época, tinha ainda como destaques os médicos-veterinários Augusto Marçal de Figueiredo, José Carlos de Abreu e Ivo Pedroso. Todos foram transferidos para a recém-criada Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (Cepa), responsável por fazer uma análise de conjuntura, que levou à realização de um trabalho visando operacionalizar o combate à febre aftosa em Mato Grosso.

"Vimos que não era possível controlar a febre aftosa sem recursos, via administração direta, com intervenções políticas. A saída era a criação de uma autarquia, nos moldes de uma que havia sido fundada no Espírito Santo com sucesso", lembra Santos. A Cepa, que era liderada por Álvaro Lucas do Amaral, propôs ao então secretário de Agricultura, Rômulo Vandoni, a criação do Instituto de Defesa Sanitária Animal do Estado de Mato Grosso. Vandoni "abraçou a ideia" e o grupo de Santos ficou responsável pela implantação do novo órgão. O primeiro presidente do Indea, que se instalou num dos andares do prédio da Secretaria de Agricultura, foi o engenheiro agrônomo Arnaldo Duarte Monteiro (falecido em 12 de maio de 1992):

"Ele não tinha vivência de defesa sanitária animal, porém tinha uma determinação e uma perseverança fora de série. Filho

de família tradicional de Cuiabá, tinha almofada no peito para amortecer os impactos políticos e não deixar atrapalhar nosso trabalho", comenta Santos, que faz questão de destacar a participação de Augusto Marçal de Figueiredo.

Na avaliação de Paulo Bilégo, um dos primeiros servidores do Indea, a "paixão" que sempre uniu os funcionários é fruto do trabalho dessas três pessoas: Figueiredo, que foi o primeiro diretor técnico; o diretor administrativo Wilton da Silva Santos, e Monteiro.

Um dos argumentos utilizados para a fundação do Indea foi a necessidade de ter uma autarquia que pudesse gerar recursos para dar sustentação ao trabalho imenso que precisava ser feito em prol do controle da febre aftosa num estado de grandes dimensões. Isso aconteceu por meio da criação de taxas sanitárias. Mais à frente, o grupo inicial de gestores da autarquia teve a ideia de criar um Fundo Emergencial da Febre Aftosa do Estado de Mato Grosso (Fefa), mas isso é assunto para outro capítulo desta história.

Recém-formado pela Universidade Estadual de Mato Grosso (hoje UFMS), o mato-grossense Paulo Bilégo não via a hora de voltar de Campo Grande, quando recebeu um convite de Vandoni, compadre de seu pai, para trabalhar no Indea, em Barra do Garças, sua cidade natal. "No dia 3 de março de 1981, assumi a unidade local, que atendia de Torixoréu até Vila Rica, que nem era município à época. Você gastava até 48 horas para chegar aos locais mais distantes de Barra do Garças", lembra Bilégo.

Em 1983, ele foi transferido para Cuiabá, onde assumiu um cargo de assessoramento técnico, passou pela Coordenadoria de Sanidade Animal e foi aprofundando seus conhecimentos sobre febre aftosa e outras zoonoses até assumir a presidência do Indea no governo Jayme Campos, em 28 de abril de 1992, em substi-

tuição ao engenheiro florestal Márcio Magno Martins. Mas antes de se dedicar à parte política e administrativa da defesa sanitária animal, Bilégo enfrentou muitos casos de febre aftosa como médico-veterinário e também conheceu a doença antes de se graduar:

"Meu pai tinha fazenda em Barra do Garças e comprava gado na região de Mato Verde (hoje município de Luciara, no nordeste de Mato Grosso). Naquela época, dizia-se: 'Vou pro Norte buscar gado'. Eram aproximadamente 100 dias de marcha a cavalo e, no caminho, ia juntando gado de vários produtores. Era a febre aftosa na essência da palavra. Havia casos de animais em que o epitélio da língua saía inteiro, de tanta afta. Eles mal andavam porque os pés ficavam arrebentados com aquelas lesões. Perdiam-se muitos animais".

Na condição de servidor do Indea, Bilégo conta que treinou vários colegas quando houve um surto numa propriedade de suínos em Água Boa. "O rapaz tinha uma granja e fornecia carne para aquelas pequenas pensões. Passou uma boiada 'afetada' e contaminou o 'chiqueiro", lembra. Assim como sua colega Maria Auxiliadora e outros médicos-veterinários da época, Bilégo fazia a interdição da propriedade onde havia o foco de febre aftosa e de todas as fazendas num raio de 20 km. Não havia o sacrifício dos animais infectados, que eram vacinados e recebiam tratamento paliativo nos locais das lesões. O médico-veterinário responsável fazia o acompanhamento semanal da área onde tinha sido detectado o foco e, após o ciclo de 21 dias em que o vírus permanecia ativo, ia liberando a área interditada.

O dono dos animais infectados quase sempre recebia a interdição de sua propriedade "como uma afronta". Diferentemente do que acontecia com o gado infectado durante uma comitiva, as reses contaminadas pelo vírus da aftosa nas fazendas conseguiam se recuperar na maioria dos casos, embora com grande sofrimen-

to. “Nas propriedades maiores, os animais eram tratados e desinfectados em pedilúvios rústicos, cavados no próprio solo, onde se depositavam o Biocid e a cal, com o intuito de debelar as lesões e infecções secundárias”, recorda Bilégo. No caso de lesões na boca, não havia muito o que fazer: “A gente aplicava vitaminas nos animais para melhorar o estado geral”.

Na época em que a febre aftosa grassava nas fazendas de Mato Grosso, os médicos-veterinários e seus ajudantes eram obrigados a tomar muitos cuidados com a desinfecção dos veículos e dos equipamentos utilizados (macacão, botas etc.). Eles estavam preparados para fazer o diagnóstico clínico e identificar os sinais da doença a olho nu. “A gente recebia a denúncia e já se deslocava para a propriedade, para fazer a coleta do material e a interdição da propriedade, antes mesmo de receber os resultados dos exames laboratoriais”, explica Maria Auxiliadora. “Tinha o mau cheiro, os cascos já estavam caídos e a gente via as vesículas na boca do animal infectado (bolhas cheias de líquido, onde está o vírus)”, detalha.

O médico-veterinário Fernando Moretto já tinha presenciado focos de febre aftosa quando era mais jovem, porém passou a ter um contato mais efetivo com animais infectados após ter sido contratado pelo Indea para atuar no controle da doença na região de Cáceres, a partir de janeiro de 1985. Segundo ele, a primeira etapa de vacinação realizada no final do ano anterior tinha sido “oficial”, ou seja, as equipes do Indea levavam os imunizantes e vacinavam os animais. Porém, a partir do ano seguinte, coube ao produtor comprar a vacina diretamente nas lojas agropecuárias, ficando responsável por seu transporte, armazenamento e conservação, até a sua aplicação.

“O Indea passou a fiscalizar a aplicação, bem como a correta conservação das vacinas. Éramos poucos médicos-veterinários e

as equipes saíam de Cáceres na segunda-feira, percorriam os municípios da região e voltavam na sexta-feira ou sábado. Pernoitávamos e fazíamos as refeições onde nos ofereciam e, felizmente, nessa época a hospitalidade era grande. Às vezes não tínhamos conforto, mas éramos sempre bem recebidos. Nossa 'traia' de dormir tinha rede, mosquiteiro, lanterna e materiais de higiene pessoal. Levávamos alimentos não perecíveis enlatados como feijoada, sardinha, carne cozida e carne de sol, arroz, óleo vegetal e sal, para as emergências e situações em que chegávamos fora dos horários das refeições", recorda Moretto. Os sustos eram inevitáveis e ele resgata um episódio que ilustra o tipo de dificuldade enfrentada:

"Em um dos pernoites, numa fazenda em Porto Esperidião, dormimos num barracão de madeira destinado a guardar a 'traia de montaria', milho para os equídeos e ferramentas. Meu colega decidiu fazer uma cama com os pelegos por achar que seria mais confortável que dormir na rede. Armei minha rede, peguei a lanterna e fui dormir. Acordei de madrugada com o barulho de ratos e, ao acender a lanterna, vi uma jararaca indo em direção ao milho e passando perto do colega, que dormia tranquilamente. Apesar do susto e da minha apreensão, só o acordei quando a cobra estava longe e não oferecia mais perigo. Ele passou o resto da noite sentado na cabine da pick-up Willys".

Foram anos difíceis, mas que deixaram nos veteranos a sensação de ter vivido uma parte heroica dessa epopeia.

"Eu saí do Indea, mas o Indea não saiu de mim. Quando eu me formei, tive outras oportunidades de emprego, mas entrei na defesa animal e fiz uma boa escolha porque me identifiquei muito com essa atividade. Fui privilegiado em termos de cursos e treinamentos, e hoje tenho a sensação de missão cumprida como médico-veterinário", conclui o hoje aposentado Wilton da Silva Santos.

Indea continua com as fiscalizações

A entrada e saída de protos agropecuários e florestal está sendo fiscalizado em pontos estratégicos de Mato Grosso, a partir da instalação de pontos de fiscalização pelo Instituto de Defesa Agropecuária — Indea*, medida esta, adotada no mês de fevereiro.

Além do posto instalado em Várzea Grande, outros cinco estão distribuídos por diversas localidades que fazem divisa com Goiás — Posto Boiadeiro, Taquari, Pontal Garças, Torixoreu —, bem como, Barra do Garças e um outro que está sendo instalado em Cocalinhos.

Explicando a finalidade desta iniciativa, o presidente do Indea, Salvador Antunes Maciel, informou ser a de controlar o trânsito de bovinos no sentido de evitar a descriminação de doenças infecto-contagiosas, notadamente, a febre aftosa. Para tanto, para que ocorra a entrada e saída destes animais, é necessário a apresentação de certificado de vacinação. Com isso, o órgão tem em mente, evitar que o produtor mato-grossense adquira animais contaminados, o que propiciará a melhoria qualitativa do rebanho.

Por outro lado, no que tange à fiscalização de produtos agrícolas, Salvador Antunes acrescentou que existe um convênio com o Ministério da Agricultura para a classificação dos produtos — arroz, feijão, milho e soja —, o que viabiliza o preço justo ao produtor. Em se tratando de produto florestal o presidente do Indea ressaltou que o trabalho desenvolvido pelos fiscais, consiste em identificação e cubagem da madeira. Além de tal trabalho impossibilitar a saída de madeiras, proibidas de serem retiradas, tal como a castanheira, ainda evita a saída de ICM do Estado.

INFRAÇÕES AUTUADAS EM FEVEREIRO

Assinalando que no primeiro mês de atuação, os trabalhos foram efetuados mais a nível educativo, Salvador Antunes disse que a partir de março o aspecto punitivo foi acionado intensamente. Os auto de infração são feitos pelo Indea com base nas normas do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF — em se tratando de irregularidades constatadas nas cargas de madeiras.

Apesar de ter sido inexpressiva a fiscalização em fevereiro, Salvador Antunes informou que o total de ICM que sairia de Mato Grosso seria superior a dois milhões de cruzeiros, ocorrência evitada através dos trabalhos dos fiscais. Segundo ele, os autos de infração foram lavrados em poucos caminhões de madeiras, o que leva a supor que era considerável a evasão do citado imposto antes da adoção de tal medida.

Embora não esteja concluído o levantamento dos autos lavrados em março, Salvador Antunes acredita que está relevante, contudo, a tendência é decrescer nos próximos meses função do mecanismo punitivo que desestimula a prática de irregularidades. Mesmo porque a meta do Indea é ampliar a rede de postos de fiscalização, para o que está buscando apoio junto a área estadual, em termos de respaldo financeiro a fim de viabilizar a instalação de postos em outros pontos considerados focos de saída e entrada de produtos.

Jornal do Dia (MT) | Edição 01164 | 1984

s/a | Acervo Manoel de Aquino Filho | 1983

O presidente do Indea-MT, Salvador Antunes Monteiro Maciel (o penúltimo da esq. para dir.), junto com servidores do órgão diante do prédio da Unidade Regional de Supervisão em Rondonópolis, em novembro de 1983

s/a | Acervo Manoel de Aquino Filho | 1983

Manoel de Aquino Filho (o primeiro à direita) recepciona o diretor da Divisão de Defesa Sanitária Animal do Ministério da Agricultura, Antônio Pessôa Nunes, e o assessor responsável por laboratórios em nível nacional, Alberto Santos, no Laboratório de Zoopatologia Annibal Molina (Lazopan), em Várzea Grande, sob a supervisão do presidente do Indea, Arnaldo Duarte (de camisa de manga comprida)

s/a | Acervo Manoel de Aquino Filho | 1994

Paulo Bilégo (o mais alto), presidente do Indea, participa da 21ª Reunião Ordinária da Cosalfa, em Lima (Peru), em abril de 1994, com Ocimar Villela, coordenador do Comitê de Febre Aftosa em Rondonópolis; José de Angelis Côrtes, consultor do Fefa; Antônio Cândido, presidente do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e Manoel de Aquino Filho (da esq. para a dir.)

s/a | Acervo Manoel de Aquino Filho | 1998

Delegação de Mato Grosso na 25ª Reunião Ordinária da Cosalfa, realizada em Campo Grande (MS), em 1998. A médica-veterinária Rísia Negreiros é a primeira à esquerda, ao lado do dr. Manoel de Aquino Filho, que tem à sua direita os colegas Waldomiro da Silva Vilela (de bigode) e Ivo Pedroso (de calças claras), ambos já falecidos

Divulgação/Sindan

Segunda Parte

Ponto(s) de virada

Francisco Alves | GComMT | 2018

Capítulo 4

Evolução da vacina

"Cada vez que o produtor tinha que reunir o rebanho para aplicar vacina, era uma cena bíblica, gado subindo em cima de gado[30]. Esse estresse fazia com que os animais perdessem peso e, naturalmente, o produtor não queria isso, mas tinha que vacinar. Porém tudo tem seus prós e contras. Graças à obrigatoriedade da vacinação, o produtor teve que ficar mais próximo de seu rebanho, podendo observar melhor a situação dos animais e aplicar outros insumos (antiparasitários, vitaminas etc.). Com isso, a pecuária foi se tecnificando e hoje o Brasil ocupa uma posição de destaque, porque temos muitos produtores de vanguarda. Mas foi um aprendizado puxado praticamente pela necessidade de combater a febre aftosa" – *Ricardo Pinto*, médico-veterinário paulista, ex-presidente do Sindan e ex-diretor comercial da Vallée.

---

30 Ricardo Pinto acrescenta que cerca de 80% do rebanho brasileiro é destinado à produção de carne e a grande maioria desses animais de corte tem a sua herança genética oriunda do gado zebuíno (*Bos indicus*), é criada a pasto e sem a presença constante de tratadores. No caso do gado leiteiro, a situação é diferente, já que a maioria dos animais tem origem europeia (*Bos taurus*), é mais dócil e está habituada ao trato humano diário. Por isso, os zebuínos estranham quando são reunidos em grandes quantidades, e privados de pasto e água, promovendo o alvoroço típico das etapas de vacinação.

Quando o bacteriologista alemão Friedrich August Johannes Löffler[31] identificou o vírus causador da febre aftosa na segunda metade do século XIX – o ponto de partida para o desenvolvimento de uma vacina contra a doença –, certamente não poderia imaginar o estado da arte a que chegariam seus colegas cientistas no século seguinte.

De acordo com o médico-veterinário paulista Sebastião Costa Guedes, a vacina contra febre aftosa começou a ser desenvolvida na Ilha de Riems, na Alemanha, onde Löffler fundou em 1910 um instituto para pesquisas de saúde animal, rebatizado em 1952 como Instituto Friedrich Löffler. Guedes, que tem uma extensa folha de serviços dedicados ao combate à febra aftosa[32], diz que a vacina também foi produzida por ingleses e franceses, e a primeira produção brasileira aconteceu no Rio de Janeiro, no final da década de 1940, liderada pelo Ministério da Agricultura. Ele conta que, em 1969, quando se graduou em Medicina Veterinária pela USP, a febre aftosa era a principal doença de bovinos no Brasil, com mais de 15 mil focos anuais:

---

31 Friedrich Löffler, que viveu entre 1852 e 1915, também foi um dos cientistas responsáveis por identificar o bacilo causador da difteria. Foi discípulo de Robert Koch e se tornou diretor do Instituto Robert Koch em Berlim, em 1913 (fonte: Enciclopédia Britânica).

32 Filho de pai pecuarista e "boiadeiro", Guedes trabalhou como médico-veterinário em diversos estados brasileiros antes de ingressar em duas grandes empresas internacionais de saúde animal: Merck Sharp & Dohme (MSD) nos anos 70 e, em seguida, Bayer. Foi vice-presidente do Sindan, presidente do Grupo Interamericano de Erradicação da Febre Aftosa (Giefa) e do Conselho Nacional de Pecuária de Corte (CNPC), entre outros cargos. Participou do Conselho e diretorias do International Meat Secretariat (IMS), com sede em Paris, e da International Federation for Animal Health (IFAH), em Bruxelas.

"Era um negócio tremendo, que dava muito prejuízo aos criadores. Eu vi isso no mercado e na minha família. Era uma doença tenebrosa no aspecto da morbidade. A mortalidade não era alta, mas a perda de peso e de resultados econômicos era notável".

Segundo ele, nos anos 1970, a vacina utilizada não era tão efetiva e nem todos os pecuaristas vacinavam. Por isso é importante conhecer um pouco sobre a evolução da vacina contra febre aftosa no Brasil e o que aconteceu para que hoje tantos produtores hesitem em abrir mão da vacinação compulsória à qual resistiram por décadas.

A vacinação contra a febre aftosa começou de forma mais sistemática no Rio Grande do Sul, segundo Aluísio Sathler. As primeiras vacinas, disponibilizadas aos produtores pelos fabricantes Pfizer, Rhodia, Leivas Leite (de Pelotas) e Noli (de Porto Alegre), eram aquosas (ou seja, tinham como adjuvante o hidróxido de alumínio), trivalentes (protegiam contra os vírus A, O e C) e asseguravam aos animais vacinados uma imunidade de quatro meses no máximo. A grande virada no que diz respeito à vacinação contra a febre aftosa foi a introdução da vacina com adjuvante oleoso, que continua sendo usada.

"O que está acontecendo com a vacina contra a Covid-19 é raríssimo. Em geral, o desenvolvimento de uma vacina é um processo longo e demorado, e foi o que aconteceu com a vacina contra a febre aftosa", comenta Sathler, fazendo uma comparação com a corrida em que se envolveram laboratórios do mundo inteiro visando à produção a toque de caixa de uma vacina contra a epidemia causada pelo vírus SARS-CoV-2.

Três tópicos da Linha do Tempo de um folder divulgado pelo Panaftosa dão pistas sobre a evolução da vacina contra esta enfermidade:

[1973] Panaftosa padroniza a metodologia de produção industrial de uma vacina com adjuvante oleoso e inicia estudos demonstrativos de campo sobre o comportamento desse produto.

[1984] Panaftosa promove o Seminário Internacional "Avaliação do Uso da Vacina com Adjuvante Oleoso nos Programas de Luta contra a Febre Aftosa na América do Sul".

[1992] Panaftosa produz vacina oleosa para atender as emergências e planos estratégicos de Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai e Peru.

A introdução do adjuvante oleoso na vacina foi resultado de pesquisas desenvolvidas por Paulo Augé de Mello e Ivo Gomes[33]. Por ter adjuvante oleoso, a nova vacina liberava as partículas antigênicas de forma lenta no organismo do animal, o que lhe garantia uma imunidade mais prolongada. Isso possibilitou uma mudança no calendário de vacinação, acarretando outras vantagens para os produtores.

Mas antes de tudo, era preciso comprovar que a nova vacina seria tão (ou mais) eficaz que a aquosa. Para isso, foi desenvolvido um estudo com apoio do Ministério da Agricultura que, de acordo com Sathler, comprava "animais sensíveis" (que nunca haviam tido contato com a febre aftosa) para que fossem testados na Unidade de Controle de Vacina (UCV), em Porto Alegre. "Era difícil e caro selecionar animais sensíveis porque havia muitos focos de febre aftosa no Brasil", recorda. O convênio entre o Ministério da Agricultura e o Panaftosa durou muitos anos.

---

33 De acordo com Paulo Augé de Mello, a vacina oleosa desenvolvida por ele e Ivo Gomes foi aplicada pela primeira vez em abril de 1972 na Fazenda Cinco Cruzes, em Bagé (RS).

"Era preciso ter certeza de que os animais estavam protegidos. Eles eram vacinados e ficavam isolados, enquanto tinham seu sangue coletado. Verificou-se que seis meses após a aplicação da vacina o animal ainda estava protegido contra o vírus da febre aftosa", diz Sathler. Em alguns casos (e faixas etárias), a aplicação da vacina oleosa garantia a imunidade por até um ano.

A nova vacina começou a ser produzida em escala comercial na Unidade do Laboratório do Ministério da Agricultura em Campinas (Lara Campinas, que hoje integra a rede Lanagro), chefiada por José Guedes Deak, onde foi montada uma pequena fábrica. Essa etapa de desenvolvimento da formulação da vacina oleosa contou com a participação da pesquisadora argentina Ingrid Bergman.

Num primeiro momento, a ideia de substituir a vacina aquosa pela oleosa não atraiu os laboratórios privados, porém, diante dos resultados auspiciosos da nova formulação, o governo federal deu um prazo-limite para que se adaptassem ao novo padrão e cedeu "a semente", sem cobrar royalties, aos que estavam em condições de atender às exigências de biossegurança, de modo a assegurar a produção de vacina oleosa em quantidade suficiente para proteger o rebanho brasileiro. A implantação da vacina oleosa foi gradativa e começou por áreas de fronteira e outros locais considerados estratégicos.

Um dos primeiros médicos-veterinários contratados pelo Indea, Paulo Bilégo lembra-se de ter feito um treinamento do Panaftosa para aplicação da vacina oleosa como parte de um projeto-piloto executado em propriedades do Pantanal, no município de Poconé, no início dos anos 1980. Ele se lembra que a experiência foi bastante positiva e agradou aos pecuaristas pantaneiros, que sempre enfrentaram dificuldades de manejo e logística diferenciadas em relação aos produtores com fazendas em área de cerrado.

Manoel de Aquino Filho, um dos veteranos da Cacofa, foi o palestrante desse evento, promovido pelo Sindicato Rural de Poconé e aberto pelo então diretor técnico do Indea, Augusto Marçal de Figueiredo, com a participação de aproximadamente 150 pessoas entre pecuaristas e médicos-veterinários. Na ocasião, ele falou sobre os benefícios da vacina com adjuvante oleoso, baseado em informações recebidas diretamente da fonte: o pesquisador Ivo Gomes, que percorreu vários municípios mato-grossenses dando treinamentos sobre a aplicação do novo imunizante.

"Nesses cursos, ensinávamos como a vacina devia ser aplicada, o que era adjuvante e inativante, passávamos conhecimentos sobre o produto que os veterinários de campo estavam começando a utilizar. Também dávamos treinamentos sobre qual deveria ser o procedimento no caso de ocorrer um foco de febre aftosa", recorda Gomes, aos 87 anos. Ele conta que viajou por diversos países da América Latina e por quase todos os estados brasileiros divulgando a vacina com adjuvante oleoso e, mesmo depois de aposentado, montou uma equipe com Paulo Augé de Mello, Tito Lívio Machado Filho e Josélio Moura (ex-servidores do Mapa), para falar sobre o imunizante.

A primeira versão comercial da vacina oleosa ainda protegia contra os vírus A, O e C[34]. Somente em 1995, o governo federal, em parceria com os serviços veterinários estaduais, determinou a obrigatoriedade do uso da vacina oleosa no Circuito Pecuário Sul, formado pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e

34 A discussão sobre a retirada do vírus C, de pouca incidência no Brasil, já estava em curso quando surgiu um foco no município de Carreiro da Várzea (uma ilha), no Amazonas, em setembro de 2004. Esse episódio fez com que a decisão de retirar a proteção contra o vírus C fosse adiada até 2017, quando houve a necessidade de reduzir a dose de 5 ml para 2 ml. A vacina contra febre aftosa comercializada no momento é bivalente, protegendo contra os vírus A e O.

Paraná em calendário único, com intervalos de vacinação a cada seis meses. Essa decisão foi fruto de muito estudo e disputas, de acordo com o então diretor do Departamento de Defesa Animal do Mapa, Inácio Kroetz:

"Se soubesse o impacto que causaria a proibição da vacina aquosa, talvez eu não tivesse tomado essa decisão. A mudança foi traumática e houve muita resistência por parte da indústria, que se viu obrigada a substituir uma vacina que era comercializada o ano todo (pois o calendário de vacinação, que previa a aplicação do imunizante três vezes por ano, variava de estado), por outra que seria vendida apenas duas vezes ao ano e que precisava ficar estocada para uso a cada seis meses. A indústria teve que se adaptar a novas regras de biossegurança e logística e soube responder bem ao desafio".

Kroetz resume assim esta última etapa da evolução da vacina contra aftosa:

"O Panaftosa desenvolveu a tecnologia do vírus, quem fez a parte fabril da vacina foi o Lanagro (Lara Campinas) e quem depois produziu em larga escala, com muita competência, foram as plantas autorizadas a produzir vacinas contra febre aftosa no Brasil".

Segundo Emílio Salani, vice-presidente do Sindan, quando a tecnologia da vacina oleosa foi transferida para a indústria de saúde animal, o grande passo foi desenvolver o imunizante com "dupla via de aplicação", o que permitia aplicá-lo na carne ou sob a pele (subcutânea). "Isso tornou a vacinação viável no sistema brasileiro, que é feito no tronco", explica. Outras melhorias vieram em prol da qualidade e rastreabilidade da vacina nacional, como o "duplo check", desenvolvido pelo Sindan junto com o governo federal. "Poucos remédios humanos têm o controle que a vacina contra aftosa tem", garante Salani. Isso significa que todas as vaci-

nas produzidas pelos fabricantes são encaminhadas para a Central de Selagem e Logística mantida pelo Sindan em Vinhedo (SP). Lá, os representantes do Mapa coletam um lote de 25 frascos, que é enviado ao Laboratório Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul, onde é submetido a testes de volume, esterilidade e inocuidade (para conferir se não há vírus vivo). Se tudo estiver correto, o mesmo lote é enviado à unidade experimental em Sarandi, no interior do Rio Grande do Sul, onde são feitos os testes de potência e para certificar se aquela vacina é Diva (Differentiating Infected from Vaccinated Animals).

Com o entusiasmo de quem atua na linha de frente da indústria de saúde animal desde 1990, Salani assegura que a vacina brasileira "é a melhor do mundo" por ser produzida com uma tecnologia que permite lavar o vírus da febre aftosa e utilizar somente as proteínas estruturais. Isso garante a diferenciação entre animais vacinados e não vacinados (e eventualmente infectados), que pode ser aferida por meio do inquérito soroepidemiológico (realizado com tecnologia desenvolvida pelo Panaftosa) para avaliar se há circulação viral.

"Por que os Estados Unidos e os países da União Europeia hoje compram carne bovina do Brasil? Porque a nossa vacina é Diva", afirma o vice-presidente do Sindan. "Tenho que provar ao meu cliente que seu risco ao comprar a minha carne é zero porque fiz o inquérito soroepidemiológico de proteínas não estruturais. E a vacina atrapalhou? Não, porque ela é Diva", complementa. Salani acrescenta que a tecnologia desenvolvida impossibilita que alguém use a vacina como desculpa para o caso de ter sido encontrada proteína não estrutural do vírus em alguma fazenda.

Mas essa história não parou aqui. Se por um lado a chegada da vacina oleosa trouxe vantagens para os produtores, que, grada-

tivamente, foram eliminando etapas de vacinação[35], por outro, ela provocou efeitos colaterais. Causou muita celeuma o aparecimento de abcessos em animais após a aplicação da vacina oleosa, o que acarretava prejuízos aos produtores no momento da comercialização para os frigoríficos (conferir Nota Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA[36]).

O assunto alimentou discussões ao longo de décadas e, em junho de 2017, foi tema de Nota Técnica da Secretaria de Defesa Agropecuária do Mapa. Após explicar a diferença entre "nódulos" e "abcessos", a Nota Técnica assinada pelo então secretário de Defesa Agropecuária, Luís Eduardo Pacifici Rangel, afirma que "a detecção de abcessos em carcaças não está relacionada à qualidade das vacinas contra febre aftosa".

Mesmo assim o governo determinou que a indústria fizesse uma nova alteração na vacina oleosa para evitar os efeitos secundários: a redução na dose de 5 ml. Emílio Salani reconhece que mais uma vez a indústria teve que fazer um esforço tecnológico para se adequar às exigências do Mapa e conseguiu reduzir a dose da aplicação para 2 ml.

"Junto com essa mudança, veio um caminhão e meio de benefícios: praticamente não tem mais caroço, abcesso; a praticida-

---

35 Em Mato Grosso, inicialmente havia quatro campanhas de vacinação de bovinos e bubalinos: fevereiro, maio, agosto e novembro. Em 1996, segundo Antonio Carlos Carvalho de Sousa, atual presidente do Fesa, foi retirada a etapa de agosto graças à entrada da vacina oleosa, mais eficiente. Mais adiante, foi eliminada a etapa de fevereiro. Atualmente a campanha de vacinação em Mato Grosso tem somente duas etapas: em maio, quando se vacina 100% do rebanho, de mamando a caducando, e em dezembro, quando são vacinados os animais de zero a 2 anos.

36 https://www.cnabrasil.org.br/assets/arquivos/artigostecnicos/especial-nota-tecnica2_0.61761000%201514912084.pdf

de de 2 ml é muito maior, a seringabilidade da vacina é melhor, o tempo de agulha é menor e, com isso, não há risco de a agulha utilizada esgarçar as fibras da carne. Além disso, o produtor pode carregar mais doses da vacina numa caixa de isopor e na pistola de vacinação. Fica mais fácil carregar o revólver, aplicar a vacina", argumenta o vice-presidente do Sindan.

Em fevereiro de 2019, matéria veiculada no site da CNA (www.cna.org.br) comemora o fato de o Ministério da Agricultura ter decidido "disponibilizar a nova vacina contra febre aftosa, em dose reduzida de 5 ml para 2 ml, na primeira etapa de imunização do rebanho", em maio daquele ano. Na ocasião, o assessor técnico da Comissão de Bovinocultura de Corte da CNA, Ricardo Nissen, disse que a vacina com menor dosagem iria reduzir "as reações (abcessos) nos animais e os impactos econômicos ao produtor rural"[37].

O médico-veterinário Ricardo Pinto, ex-presidente do Sindan, explica que a aplicação da vacina oleosa em organismos vivos forma "uma pequena bolsa", que é responsável pela liberação dos antígenos de forma gradativa e a longevidade de seus efeitos. Porém, se não for aplicada com todas as medidas higiênicas, pode haver uma infecção do local de aplicação por outros micro-organismos.

"Em geral, a aplicação da vacina no caso do gado de corte é feita numa grande quantidade de animais, em currais com lama, poeira, fezes e urina. Se surgiam calombos, eles não eram provocados pelo adjuvante oleoso e sim por conta de infecções secundárias", opina Ricardo Pinto.

---

37 Fonte: https://www.cnabrasil.org.br/noticias/mapa-atende-cna-e-reduz-dose--da-vacina-contra-aftosa

Ele acredita que a redução na dose de 5 ml para 2 ml tenha reduzido o problema, já que os antígenos tiveram que ser calibrados para manter a quantidade necessária num volume menor, mas alerta para a necessidade permanente de cuidados higiênicos na vacinação e de vacinadores bem treinados.

Quanto à qualidade das vacinas atualmente utilizadas, todos – médicos-veterinários do Mapa, do Indea, do Panaftosa e de outras instituições, ativos e aposentados – são unânimes em reconhecer que a indústria de saúde animal chegou a um nível de excelência de fazer inveja a muita gente em tempos de pandemia causada pela Covid-19. Até os anos 1990, meia dúzia de empresas fabricavam a vacina contra febre aftosa no Brasil, mas, a partir do momento em que o foco passou a ser a produção do imunizante com adjuvante oleoso, o número de plantas diminuiu e alguns nomes tradicionais da indústria passaram a se dedicar apenas à comercialização. Até o fechamento desta publicação, eram três as empresas produtoras da vacina oleosa: a norte-americana MSD, a brasileira Ourofino e a francesa Ceva Santé Animale, de acordo com o Sindan.

Além de outros cuidados já mencionados, Emílio Salani ressalta a Central de Selagem e Logística como mais um fator positivo na rastreabilidade da vacina contra febre aftosa. Segundo ele, cada frasco produzido recebe um selo holográfico desenvolvido com a mesma tecnologia utilizada no marco alemão. Esse selo garante obter em tempo recorde todas as informações sobre qualquer vacina utilizada:

"Se houver um foco de aftosa em Humaitá (AM), a partir do nome do laboratório e dados da partida do frasco, posso dizer em três minutos quando foi produzida, quais os resultados do laboratório produtor, quais os resultados dos testes aplicados pelo laboratório do governo, que dia ela chegou à Central, foi coletada, re-

cebeu o Ok, foi selada, despachada, para quem e em qual temperatura chegou ao destino final. Não se descarrega um caminhão com vacinas em lugar algum do país sem a presença de um fiscal federal agropecuário ou representante da agência estadual", detalha Salani.

Mário Eduardo Pulga, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de São Paulo até agosto de 2021, diz que "a vacina oleosa foi um divisor de águas" no programa oficial de combate à aftosa[38]. "Não existe produto mais testado – em termos de saúde animal e até humana – que a vacina contra aftosa brasileira. E isso lhe dá uma garantia de qualidade muito grande", afirma Pulga, que foi vice-presidente do Sindan para assuntos relacionados à febre aftosa.

Baseado na experiência de quem trabalhou por 32 anos na Divisão de Saúde Animal da Bayer, empresa que se destacou na fabricação de vacina contra aftosa, Pulga enfatiza a importância da conservação da vacina na temperatura ideal, entre 2º e 8º. "Ela não pode ser congelada porque se isso ocorrer quebra a emulsão (artifício químico usado para juntar água e óleo). O vírus da aftosa não está no óleo e sim na água. Quando há a emulsão, a gota de óleo fica por fora e a de água por dentro, e no momento em que a dose da vacina é inoculada no animal o óleo vai sendo absorvido gradativamente, fazendo com que prolongue o pico de imunidade da vacina oleosa em comparação com a aquosa", explica.

---

38 Entre a vacina aquosa e a oleosa, houve um intervalo de tempo em que duas empresas trabalharam com a vacina super aquosa (Vallée e Rhodia, hoje Merial). Segundo Ricardo Pinto, ex-Vallée, essa vacina tinha a mesma performance que a oleosa e aumentava a capacidade de imunização pela utilização de adjuvantes diferenciados, uma tecnologia desenvolvida pelo cientista francês Roger Belon, do Instituto Beurrier. Porém, ela acabou sendo suplantada pela vacina oleosa, desenvolvida pelo Panaftosa em parceria com o Mapa.

Outro aspecto interessante da evolução da vacina contra a aftosa é a forma de produção. Pulga conta que até os anos 1960 ela era produzida a partir da inoculação do vírus na língua da rês viva. Nos anos 70, a inoculação passou a ser feita no epitélio lingual extraído do animal. Em seguida, veio a fase da vacina lapinizada, com inoculação do vírus em coelhos neonatos, até se chegar a uma célula BHK (Baby Hamster Kidney), metodologia utilizada ainda hoje e que se mostrou de melhor capacidade de replicação do vírus.

"O vírus da febre aftosa (assim como o SARS-CoV-2) não tem capacidade de se dividir sozinho e precisa entrar numa célula, raptar a energia dela para se dividir lá dentro. Depois disso, ele rompe a célula, a mata e sai. Ter uma célula que pode replicar o vírus é o caminho básico para a produção de qualquer vacina. Uma vez o vírus multiplicado, você filtra, o trata e faz a vacina".

Nesta altura do campeonato, não restam mais dúvidas sobre a eficácia da vacina contra a febre aftosa produzida no Brasil. Segundo Aluísio Sathler, a demora no processo de evolução e aceitação da vacina usada atualmente foi providencial para o sucesso do Pnefa, criado em 1992, em que a estratégia de combate passa a ser outra visando a erradicação da doença. Além de dominar as etapas de produção da vacina, era preciso resolver os gargalos de armazenamento das doses, considerado crucial para o êxito do programa. A solução desses entraves passou pela estruturação dos serviços de defesa sanitária animal em Mato Grosso e outros estados produtores. Mas o setor privado, frisa Sathler, também teve que fazer sua parte, com a instalação de revendas de produtos veterinários, a compra de equipamentos adequados à refrigeração e conservação das vacinas etc. "Tudo isso foi sendo estruturado no dia a dia e, num estado de grandes dimensões como Mato Grosso, não foi implantado da noite *pro* dia", conclui.

Como um dos pesquisadores responsáveis pelo desenvolvimento da vacina com adjuvante oleoso, o niteroiense Ivo Gomes tem consciência de sua enorme contribuição para o combate à febre aftosa no Brasil, porém reage com humor quando questionado sobre o assunto:

"Meu sentimento hoje é de culpa, enquanto consumidor. O Brasil está apto a exportar carne para qualquer lugar do mundo e, com isso, o produto está cada vez mais caro para o consumidor brasileiro", diz. Mas ele reconhece que por ter um adjuvante oleoso que proporciona imunidade mais prolongada aos animais vacinados e também um inativante de primeira ordem que eliminou totalmente a possibilidade de ter o vírus ativo, o desenvolvimento da vacina oleosa representou um grande avanço para a bovinocultura nacional.

Mais formal, o pesquisador paulista Paulo Augé de Mello disse se sentir "imensamente honrado de ter participado deste vitorioso programa de combate ao vírus da febre aftosa". Aos 88 anos (completados em 29 de março de 2021), ele agradece ao Panaftosa pelo convite para ingressar em seu quadro internacional de funcionários em 1964:

"Não me considero o responsável pelo desenvolvimento da vacina oleosa e sim um integrante de uma equipe obstinada e composta de competentes cientistas. Talvez a palavra que encontre nesse momento para expressar meu sentimento – depois desses anos todos de muito trabalho e reconhecimento da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, com um Diploma da Ordem do Mérito, conferindo a mim e a Ivo Gomes[39] o grau de Comendador pelos serviços prestados – seria de dever cumprido".

---

39 Paulo Augé de Mello e Ivo Gomes foram homenageados durante o 33º Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária – Conbravet, em Cuiabá (2006).

s/a | Ascom Famato | c. 1990

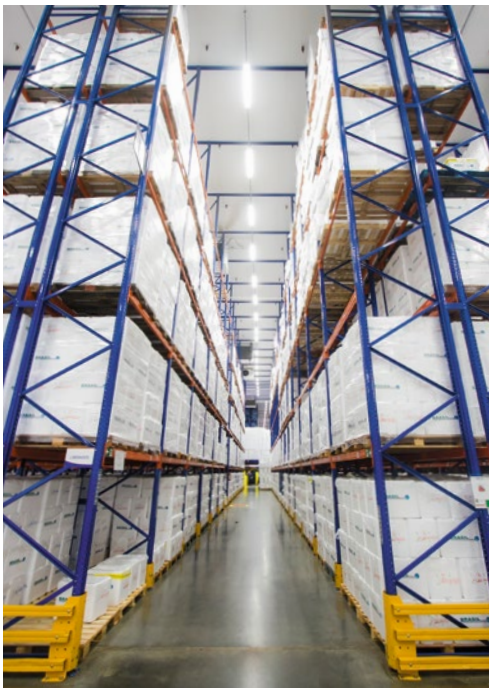
Na década de 1990, a vacinação era feita em condições precárias em muitas fazendas mato-grossenses e em alguns casos era preciso segurar a rês no braço

s/a | Divulgação/Sindan

A vacinação contra febre aftosa contribuiu para a evolução da qualidade do rebanho nacional

s/a | Ascom Famato

O gado avança no brete enquanto os homens vacinam contra febre aftosa e outras enfermidades



@dlfgomez | Divulgação/Sindan | 2000

s/a | Divulgação/Sindan | 2019

Ao longo das últimas décadas foi notável a evolução da vacina contra a febre aftosa em diversos aspectos, como a armazenagem, visando melhor atender às demandas de produtores rurais de vários estados brasileiros

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT | 2008

Capítulo 5

Circuitos pecuários

> "A doença começou realmente a ser erradicada depois que a OIE aprovou o conceito de regionalização, ou seja, os grandes países poderiam ter zonas livres e zonas não livres, O Brasil participou ativamente desse processo, foi um grande ator nesta área. O CNPC, à época presidido por João Carlos de Souza Meireles, transformou a sanidade animal na sua principal bandeira e trabalhou muito por esse processo junto com o Panaftosa" – *Sebastião Costa Guedes*, ex-presidente do CNPC e do Giefa.

Ao ser criado pelo Mapa em 1992, o Pnefa adotou como estratégia a regionalização das ações através dos circuitos pecuários. Não foi por acaso, mas sim inspirado na decisão da OIE, pouco tempo antes, de aceitar o conceito de áreas livres de aftosa com vacinação, ao invés da exigência de que todo o país estivesse livre para receber a chancela da organização.

"O Brasil lutou muito pela regionalização junto à OIE. Um país dessa dimensão não pode ser totalmente livre num determinado momento, tem que evoluir de acordo com os circuitos pecuários", afirma Sebastião Costa Guedes.

Uma razão adicional, porém não menos importante, para o país ter sido dividido em circuitos, de acordo com Guilherme Marques, do Mapa, "é porque toda a estratégia foi traçada com base na capacidade de resposta do nosso serviço veterinário, bem como na organização do produtor rural, pois essa batalha só é

vencida com engajamento de todos os atores. Não é possível fazer uma campanha de vacinação num período em que a chuva é demasiada ou a seca é demasiada a ponto de não se ter condições mínimas de vacinar. Uma campanha nacional, com o mesmo calendário, não seria viável, naquele momento". Segundo Marques, essa estratégia respeitou as peculiaridades regionais, mas do ponto de vista imunológico o importante é vacinar todos os animais bovinos e bubalinos no período preestabelecido. "Aí se tem uma imunidade massal que evita a dispersão do vírus caso ele exista". Ainda segundo ele, a estratégia de tornar os circuitos pecuários livres com vacinação veio do Sul para o Norte do Brasil porque o Sul era onde tinha pecuária, tinha o setor privado e a indústria mais organizados, e consequentemente o serviço veterinário mais preparado na época. "A última região a ser reconhecida como livre de aftosa com vacinação foi a região Norte".

Para Donizeti Pereira de Mesquita[40], atual secretário geral do CRMV-MT, a criação dos circuitos pecuários pelo Mapa, em conjunto com as Secretarias de Agricultura dos estados, Institutos de Defesa Sanitária Animal e a iniciativa privada, com reunião de vários estados com o mesmo status sanitário e o estabelecimento de metas para a erradicação gradativa da doença, foi

---

40 Donizeti Pereira de Mesquita é natural de Orizona (GO). Graduado em Medicina veterinária pela UFGO, em 1986 foi nomeado para a chefia do Serviço de Defesa Sanitária Animal da DFA/RO. Em 1991 foi transferido para a DFA/MT e no ano seguinte passou a chefiar a Seção de Sanidade Animal do órgão. Coordenou todos os programas sanitários, inclusive na gerência do Convênio Bird, para descentralização de recursos financeiros para reestruturação do Indea. Em 1999 passou a exercer a chefia da Diretoria Técnica, retornando posteriormente a chefiar a Seção de Sanidade Animal até 2002. Foi coordenador do Pnefa/MT e conselheiro efetivo do Fefa. Aposentou-se em 2017.

fundamental para a própria organização dos trabalhos em cada região, sob coordenação do Mapa, e para atrair a iniciativa privada a envolver-se no Pnefa. "Sem dúvida, a aprovação pela OIE da certificação de áreas livres de febre aftosa dentro do país representou uma virada importantíssima no modo como a doença passou a ser combatida".

Quando a questão passou a ser tornar os circuitos pecuários livres sem vacinação, a mesma lógica prevaleceu. "No ano 2000, Argentina e Uruguai tiraram a vacina e aí também autorizamos a tirar no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, porque entendemos que a situação regional estava sob controle", diz Marques. "Pelo menos nós tínhamos certeza do lado brasileiro, e acreditamos que os países vizinhos também tinham. Mas infelizmente isso não foi uma realidade". Segundo ele, houve uma precipitação na retirada da vacinação, especialmente na Argentina, o que gerou milhares de focos naqueles países – mais de 2 mil focos na Argentina, mais de 2 mil focos no Uruguai – e acabou respingando no Rio Grande do Sul, com aproximadamente 30 focos, identificados inicialmente no município de Joia.

"O Rio Grande do Sul decidiu voltar a vacinar", diz Marques. "Eu coordenei as equipes de campo na época. O estado voltou a vacinar por um desejo e uma relação muito próxima que existe ali, de confiança e de desconfiança do estado com a Argentina e vice-versa, mas Santa Catarina seguiu com a decisão correta de não voltar a vacinar e sim de melhorar seu serviço veterinário e fortalecer suas barreiras primárias". Foi, segundo Marques, o único caso de um estado deixar de acompanhar o circuito, mas com um custo altíssimo: "colocou mais de 75 postos de fiscalização entre o Rio Grande do Sul e o Paraná para poder seguir na busca do reconhecimento de livre sem vacinação, o que acabou acontecendo somente em 2007".

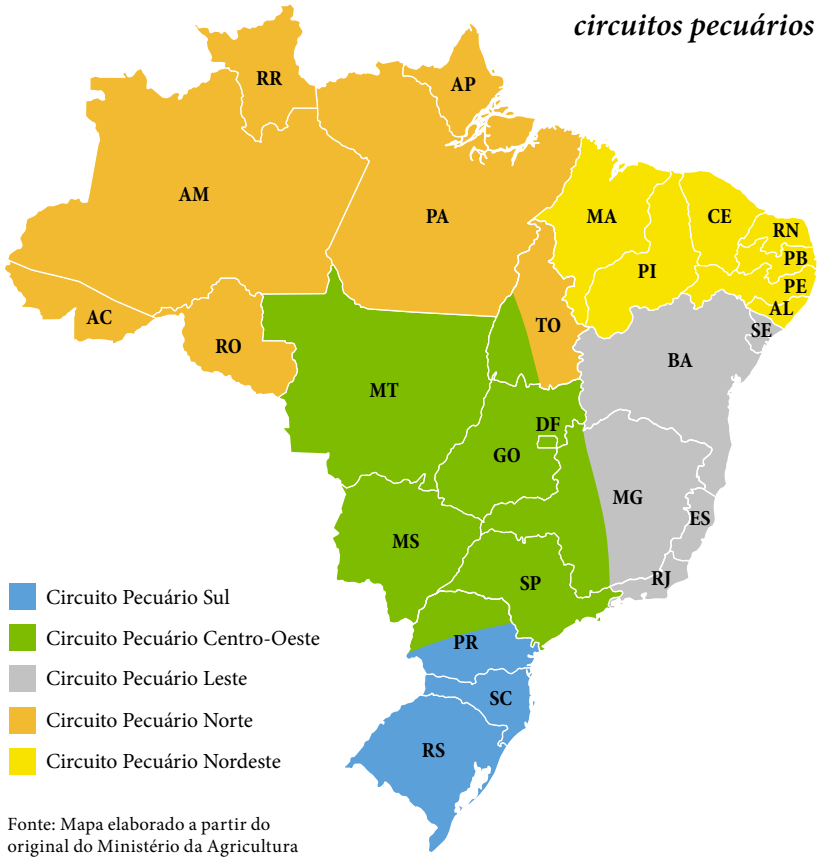
Coragem e investimento

Há 20 anos Santa Catarina não vacina contra febre aftosa. Isso possibilitou ao estado, que tem uma suinocultura muito pujante, seguir à frente do restante dos estados com exportações para os mercados mais exigentes do mundo, entre eles o Japão. "Para eles isso é relevante, alcançar mercados que paguem melhor", diz Marques. "Eles nadaram sozinhos nesses 20 anos porque tiveram essa coragem e esse investimento". Segundo Marques, foi possível fazer uma mudança no circuito à época, como é possível fazer nos blocos agora – caso do Bloco I, que incorporou partes do Amazonas e de Mato Grosso. Mas também tem um custo. "Esse custo se justifica quando você tem uma condição sanitária distinta em relação a áreas infectadas e outras que querem ser declaradas livres. Mas desde que todo o Brasil foi declarado pela OIE livre de aftosa com vacinação em 2018, com exceção de Santa Catarina, essa sensibilização fica bastante difícil", diz Marques. Segundo ele, não se justifica fazer investimentos tão vultosos já que todos são livres. "A diferença é que um utiliza vacina e outro não. Mas de qualquer maneira o Código Sanitário da OIE obriga que numa zona livre sem vacinação não podem entrar animais vacinados, razão pela qual tem que se implantar várias barreiras fixas, além de se utilizar das barreiras naturais existentes – e isso tem um custo altíssimo, porque são barreiras permanentes, funcionando 24 horas por dia nos 365 dias do ano, até se equiparar ao status da região vizinha".

Ainda segundo Marques, "os blocos foram pensados para minimizar esses investimentos, e eles não necessitam seguir os mesmos critérios que os dos circuitos pecuários. Uma vez que todo o país foi declarado livre de febre aftosa, significa que todos estão na mesma condição sanitária, e todos têm um serviço veterinário

satisfatório, razão pela qual não se necessita mais seguir o mesmo critério do sul para o norte. Uma vez que o bloco – ou o estado, caso ele resolva pagar o custo disso – demonstre ao Mapa ser suficientemente capaz, pode pleitear ser reconhecido livre sem vacinação". De acordo com Diego Viali dos Santos, do Mapa, bloco foi apenas uma nova forma de chamar os circuitos pecuários. "É a mesma ideia e concepção, de regionalizar e trabalhar dessa forma para o avanço da retirada, com as peculiaridades de cada circuito ou bloco".

Divisão do Brasil em circuitos pecuários



Fonte: Mapa elaborado a partir do original do Ministério da Agricultura

"Se vaca e boi votassem..."

Antenor de Amorim Nogueira, 72, nascido em Goiânia, tem uma longa história ligada à pecuária de corte, como criador e dirigente de entidades e órgãos públicos do setor. Do alto de sua experiência, considera que o Brasil está cometendo um grave erro ao continuar com a estratégia dos circuitos pecuários quando se trata de deixar de vacinar o rebanho contra a febre aftosa. "Isso traz dificuldades para os estados que estão melhor estruturados em sua defesa sanitária, como Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, por exemplo. Não é justo que fiquem prejudicados por causa de outros estados que não avançaram. Já disse à ministra Tereza Cristina que ela não pode passar pelo ministério sem que Mato Grosso do Sul, que é o estado dela, seja livre de aftosa sem vacinação".

Sem querer nomear as unidades da federação mais atrasadas, Nogueira cita o exemplo de Goiás, que há cinco anos, segundo ele, pede para suspender a vacinação, após 26 anos sem registro de nenhum caso, ao passo que Rondônia, que teve foco há menos de uma década, conseguiu o reconhecimento da OIE.

"Não é justo! Se Goiás avançou, tem o direito de sair sozinho. Se somarmos Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, que estão bem, temos 36% do rebanho nacional! Outros estados não progrediram porque não quiseram. Alguns têm problemas sérios! Dizer que retirar a vacinação em bloco é melhor porque reduz custos, na minha opinião, é uma desculpa esfarrapada. Não podemos ficar nivelados por baixo, porque isso atrasa o reconhecimento e o acesso a melhores mercados de quem fez a lição de casa".

Autoridade para falar do assunto é o que não lhe falta. Antenor Nogueira vem de uma família de produtores rurais e desde muito cedo teve contato com a febre aftosa. Lembra que o pai cos-

tumava tratar os animais doentes usando um pedilúvio com água e creolina. Depois de se formar em economia, dedicou-se a abrir as fazendas da família – são três em Goiás, mas já teve uma em Mato Grosso – para a atividade pecuária: em uma delas, próxima a Goiânia, cria gado PO (nelore mocho), e já exibiu seus animais em vários leilões nacionais.

Em 1989, Nogueira iniciou sua militância em entidades setoriais ao participar da criação do Fundepec-GO, do qual foi o primeiro presidente. "Era um fundo diferenciado, com contribuição voluntária dos pecuaristas; quem aderisse tinha desconto no ICMS". Na sequência, ocupou a presidência do Sindicato da Pecuária de Corte e da Associação Goiana de Criadores de Zebu. Em 1995 foi convidado pelo então presidente da CNA, Antônio Ernesto de Salvo, para assumir a Comissão de Pecuária de Corte da entidade, cargo que ocupou até 2017.

Sua primeira missão na CNA foi criar o Fórum Nacional de Pecuária de Corte, que reuniu entidades representativas de produtores de todo o país para fazer frente a uma intenção do Ministério da Agricultura de deixar de fora do Pnefa os estados mais atrasados em relação ao combate à febre aftosa, privilegiando aqueles que já tinham programas de vacinação consolidados, principalmente os do Sul do país. Foi quando conheceu Zeca D'Ávila, Leôncio Brito e outras lideranças sindicais. Juntos, pressionaram o ministro da Agricultura da época, Íris Resende, seu conterrâneo e amigo, a dar um prazo até que os demais estados pudessem se adequar às normas estabelecidas no plano. Conseguiram.

A partir daí, começou um trabalho intenso principalmente no Centro-Oeste, Nordeste e Norte visando a erradicação da doença. Foram realizadas reuniões em todo o país para convencer os pecuaristas da importância de se envolver no combate à febre aftosa. Participavam do Fórum, além de entidades de produtores

– entre as quais Nogueira ressalta Acrimat e Acrisul –, a Abiec, Abrafrigo, Sindan, entre outros. Com o Sindan, foi criado o Fundo Nacional de Defesa Agropecuária (Funapec), para oferecer apoio aos estados que tinham necessidade mas não recursos suficientes para a aquisição de vacinas. O trabalho de vacinação na fronteira com a Bolívia, por exemplo, se beneficiou do Funapec. "Participei de várias reuniões na Bolívia com o Zeca D'Ávila".

Paralelamente, Nogueira assumiu outras funções: foi o primeiro presidente do Instituto Goiano de Defesa Agropecuária (Igap), criado em 1997, e lá permaneceu por dois anos. Em 2003, foi convidado pelo então ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, para assumir a presidência da Câmara Setorial da Carne Bovina do Mapa, onde ficou até 2017. De 2010 a 2014 comandou a Agência Goiana de Defesa Agropecuária (antigo Igap). Indicado pela CNA, foi conselheiro efetivo do PHEFA como representante do setor. Atualmente, lamenta não poder visitar as fazendas, por conta da pandemia, e faz um comentário irônico: "Se vaca e boi votassem, o problema da aftosa teria acabado há muito tempo!".

s/a | Acervo Fesa/MT | 1999

Antenor Nogueira, Antonio Carlos Carvalho de Sousa e Junior Batista (um dos donos do frigorífico Friboi, hoje JBS) na 14ª Reunião do Circuito Pecuário Centro-Oeste, em Palmas (TO), em 1999

A movimentação dos animais entre diversos estados da federação foi um dos critérios usados para a criação dos circuitos pecuários

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT | 2008

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT | 1996

Caravana do convencimento: representantes do Mapa, leiloeiras, governo de Mato Grosso e Fefa visitam fazendas pelo interior pregando a necessidade da vacinação contra aftosa. Na foto, o grupo está a caminho da inauguração de posto fiscal na BR-158, no município de Vila Rica, na divisa com o Pará

Capítulo 6

Fundos, a salvação da pecuária

"Décio Coutinho[41] e eu participamos de uma reunião no Panaftosa e saímos com a ideia de criar uma entidade de interlocução com os produtores, que usasse uma linguagem não de polícia sanitária e sim de aproximação com os pecuaristas, recorrendo à mídia e a capacitações para promover o lado mais lúdico do combate à febre aftosa. Criamos então um fundo dentro do próprio Indea, uma instituição pública. Ora, a finalidade de um fundo é ter mobilidade, agilidade na gestão, facilitar o atendimento de focos e dar soluções a questões que acontecem de forma aleatória, mas como esse primeiro fundo era chapa-branca, esbarrava nas leis de licitações, o que dificultava a saída do dinheiro. O Fundepec-SP foi uma grande referência para nós, pois fazia a educação sanitária, a comunicação e a interlocução do governo com os produtores. Com o tempo, foi criado o convênio

41 Médico-veterinário formado pela UFF, Décio Coutinho tem uma longa história ligada a Mato Grosso. Em 1977, ainda estudante, veio a passeio com o amigo de faculdade Rubens Scaff para Cáceres, onde conheceu aquela que se tornaria sua esposa. Em 1980, já formado, retornou ao estado e em janeiro de 1982 ingressou no Indea. Trabalhou em Cáceres, Mirassol d'Oeste e em julho de 1982 assumiu o cargo de supervisor regional em Cuiabá. Desde o início participou do Programa de Controle de Febre Aftosa no Estado e, em 1984, assumiu sua coordenação. Foi presidente do Indea de 2003 a 2010, secretário de Defesa Agropecuária do Mapa (2015) e consultor da CNA. Aposentou-se do Indea em 2016 e desde 2018 preside a Associação Brasileira de Reciclagem Animal (Abra).

Famato Aftosa e, em seguida, o Fefa/MT" – *Paulo Bilégo*, ex-presidente do Indea.

Em 1990 a pecuária paulista estava à beira do abismo. A estrutura de defesa sanitária estava completamente sucateada, o controle de trânsito era praticamente zero, a frota de veículos ainda era aquela doada pelo Banco Mundial em 1973: os fuscas da Defesa tinham na sua maioria o assoalho furado. A cobertura vacinal não passava de 55%, sem considerar as subnotificações, e a média de focos era em torno de 350 por ano, recorda-se o zootecnista João Gilberto Bento[42], consultor da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ). Com esse quadro desolador, as exportações de carne bovina eram limitadíssimas e havia um temor permanente de o estado perder as vendas para seu melhor mercado, a União Europeia. As auditorias da UE eram implacáveis.

Pedro de Camargo Neto[43], então presidente da Sociedade Rural Brasileira, conta que a entidade reclamava do governo do Estado pela situação, mas não obtinha resposta para o problema. Em uma conversa com o pecuarista Ovídio Carlos de Brito,

---

42 O zootecnista João Gilberto Bento foi diretor executivo do Fundepec-SP de 1992 a 2002.

43 Pedro de Camargo Neto nasceu em 22 de janeiro de 1949, em São Paulo. É engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da USP – 1972, Master of Science pelo Massachusetts Institute of Technology – 1974, Doutor em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP – 1984. Agricultor e pecuarista nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Piauí nos últimos 45 anos, é consultor empresarial. Foi secretário de Produção e Comercialização do Mapa de 2001 a 2002, presidente da Sociedade Rural Brasileira de 1990 a 1993 e vice-presidente de 2017 a 2020. Foi presidente do Fundepec-SP de 1991 a 1999 e presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs), de 2004 a 2013.

à época presidente da Associação dos Criadores de Nelore, e com o ex-governador de São Paulo Paulo Egydio Martins, resolveram agir. Era preciso criar um instrumento da iniciativa privada para enfrentar a questão da aftosa no estado. Tomaram como exemplo o Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus), criado para debelar o cancro cítrico, e partiram para estruturar o Fundo de Desenvolvimento da Pecuária do Estado de São Paulo (Fundepec).

A iniciativa começou cambaleante como um bezerro recém-nascido. A arrecadação era feita pelos frigoríficos e repassada ao fundo. "Houve baixa adesão por parte dos pecuaristas", diz Camargo. Foi então que o secretário de Agricultura do estado, Barros Munhoz, encaminhou à Assembleia Legislativa a proposta de criação do Fundo Sanitário de São Paulo, vinculado à sua Secretaria, que passaria a recolher uma taxa sobre os abates. Foi incluída uma emenda que oferecia uma opção: no caso de o pecuarista pertencer a alguma entidade associada ao Fundepec, repassaria diretamente a este o valor da taxa. O Fundepec assinou um convênio com a Secretaria de Agricultura e o novo modelo começou a rodar. O valor da taxa era negociado anualmente.

"O dinheiro passou a entrar no caixa do Fundepec. Com ele reformamos barreiras, fizemos treinamentos e estabelecemos convênios com instituições que colaboravam para o enfrentamento da doença. Em sete anos de atividades vimos o índice de vacinação subir de 50% para 90%", conta Pedro de Camargo Neto. "Houve um interesse político do pecuarista em relação à aftosa, e logo outros estados passaram a nos procurar para montar seus fundos indenizatórios: Goiás, Paraná, Mato Grosso... A gente deu cópia do estatuto para muitos estados".

A pedido do então presidente do Indea, Paulo Bilégo, Décio Coutinho foi conhecer de perto a experiência do Fundepec. Convencido da importância da participação da cadeia produtiva na

luta contra a aftosa, voltou com o estatuto debaixo do braço e começaram então as conversas para a criação de um fundo privado em Mato Grosso. "Em 1992 o quadro sanitário brasileiro era desalentador e o governo federal lançou o Pnefa, que abriu caminho para a criação dos fundos indenizatórios", conta Kleiber Leite Pereira, empresário do ramo leiloeiro, em seu livro 'A História dos Leilões em Mato Grosso passa por aqui'. No ano seguinte, Pereira participou, como representante do setor, de uma reunião realizada nas dependências da Sadia Oeste, em Várzea Grande, para discutir a criação do que ele chama "embrião do Fefa". Estavam presentes representantes dos produtores, indústria frigorífica, Indea e Delegacia Federal da Agricultura. "No início de 1994 foi assinado um convênio denominado 'Famato Aftosa' entre o grupo que participou da reunião na Sadia Oeste. Este convênio permitiu de imediato a aquisição de veículos e trailers para fiscalização fixa e volante e a locação de inúmeros veículos", diz Pereira. Em agosto foi criado oficialmente o Fefa, com participação da Famato, Sindifrigo e Leiloeiras (que contribuíram financeiramente), Indea e Mapa. "Naquele ano foram notificados 162 focos de aftosa em Mato Grosso", registra Pereira.

Na história dos bastidores da constituição do Fefa um nome tem sido lembrado como "o pai da criança" pela proatividade que demonstrou ao longo daquele período: o do médico-veterinário Alexander Estermann[44], que entre 1991 e 1995 trabalhou no Grupo Sadia em Várzea Grande, primeiro como chefe do Departa-

---

44 Alexander Estermann nasceu em 1958 em Rolândia (PR). Veio com os pais para Mato Grosso em 1960, e morou até 1985 na Fazenda São João, em Diamantino. É médico-veterinário formado pela Universidade Federal de Viçosa (MG), com pós-graduação em Administração Economia Rural pela Lincoln University da Nova Zelândia.

mento de Agropecuária e depois como gerente de compras de bovinos. "Foi o cara que corria atrás, que queria ver o trem acontecendo", diz Antonio Carlos Carvalho de Sousa, atual presidente do Fundo Emergencial de Saúde Animal do Estado de Mato Grosso (Fesa), que substituiu o Fefa. Estermann foi o idealizador do Programa Mato-grossense de Melhoramento da Pecuária (Prommepe), lançado pelo governo do Estado em 1993, que exigia, para fins de obtenção de financiamento, um protocolo sanitário em que a vacinação contra aftosa era obrigatória. O programa teve o mérito de fazer evoluir a questão sanitária, essencial para que a carne mato-grossense pudesse romper a barreira do mercado europeu, no qual a Sadia Oeste tinha todo interesse. Estermann também pressionava a Famato, o Indea e o Mapa a encontrarem uma solução para o problema da aftosa. Encontraram.

"A criação e o funcionamento do Fefa foi um divisor de águas na eficiência tanto das campanhas como da notificação da vacinação e de eventuais casos isolados ou não da doença", diz Estermann. "A presença de representantes da indústria frigorífica, das empresas leiloeiras, da Famato (produtores rurais), do governo federal (Mapa) e governo estadual (Indea) no Conselho Diretor do Fefa promoveu sinergias, reduziu os gargalos, melhorou a comunicação, criou políticas e esclareceu aspectos técnicos e mercadológicos". Ele observa que o controle da aftosa foi um Programa de Estado e não um Programa de Governo. "Somente com esse trabalho persistente, que sofreu melhorias contínuas e era independente do partido político vencedor das eleições é que o rebanho de Mato Grosso cresceu de maneira controlada e segura. Aliar medidas de conquista de mercado e a valorização do produto Carne foi essencial para o controle da doença. Nesse sentido, o Prommepe e o Projeto do Novilho Precoce foram fundamentais. Uma lásti-

ma que a cadeia do couro nunca mereceu a mesma atenção que a cadeia da carne. Está aí uma grande oportunidade 'adormecida'."

Neste período também entrou em cena Antonio Carlos Carvalho de Sousa[45], que ao lado do primeiro e único presidente do Fefa, Zeca D'Ávila, teria seu nome ligado umbilicalmente ao fundo: foi contratado como executivo no curto período do programa Famato Aftosa, fez com a equipe jurídica da Famato o processo de constituição do Fefa, do qual passou a ser gerente executivo, criou o estatuto do Sindifrigo, para que as indústrias frigoríficas de Mato Grosso e Rondônia pudessem participar do Fefa como entidade constituída, e desde então esteve na linha de frente da luta contra a aftosa. Hoje preside o Fesa como representante da Famato.

---

45 Antonio Carlos Carvalho de Sousa nasceu em 1967, em Torixoréu (MT). Formou-se em Ciências Contábeis na primeira turma da Univag – Centro Universitário em 1993, e no ano seguinte participou de processo seletivo para a Sadia Agropecuária. Foi selecionado por Alexander Estermann para ser o executivo do programa Famato Aftosa. Logo depois surgiu a ideia de criar o Fefa/MT. "Comecei a trabalhar nos estatutos junto com os assessores jurídicos da Famato, do Indea e da Sadia Oeste, respectivamente, os advogados Elisete Ramos, Marilene Mendes e Edmundo Marcelo Cardoso. Havia a necessidade de chamar o povo para o programa. Zeca ia para a frente de batalha. Quem pegava no chifre do boi era o Zeca, Kleiber, Antonio Carlos Camacho. Perguntei se meu contrato ia terminar quando a febre aftosa fosse erradicada em Mato Grosso. Seu Zeca disse que não, porque aí começaria o trabalho de vigilância". Antonio Carlos nunca viu um caso de aftosa e hoje, além de ser presidente do Fesa, preside o Fundo do Leite, a Associação Mato-grossense dos Criadores de Ovinos (Ovinomat) e o Sindicato Rural de Santo Antônio de Leverger. Também integra a atual diretoria da Famato.

Time coeso

Décio Coutinho afirma que o Fefa foi o grande propulsor do programa de erradicação da aftosa no estado. "Proporcionou uma integração muito maior da Famato com o programa, através do presidente Zeca D'Ávila e seus diretores. Levou para a mesma mesa pecuaristas, indústria frigorífica e leiloeiras para discutir com o Indea e Delegacia do Mapa". O Indea suspendeu o recolhimento da taxa de trânsito de animais, que passou a ser paga para o Fefa, como forma de capitalização da entidade. O Instituto não emitia a guia se não tivesse o recolhimento ao fundo. "Com esses recursos o Fefa passou a visitar todo o estado e a conscientizar os pecuaristas da importância da vacinação para a valorização da cadeia produtiva da carne. Mato Grosso era considerado endêmico primário – não havia comércio para fora do estado", relata Coutinho.

Segundo Janice Barddal, atual chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Saúde Animal da SFA-Mato Grosso, Zeca D'Ávila (então presidente da Famato), Ênio Arruda (então no Indea) e Alzira Catunda, da Delegacia do Mapa, além de outros – pegavam uma caminhonete e saíam pelo estado, realizando reuniões e mais reuniões com os produtores. "Mato Grosso é um exemplo de sucesso da união entre serviço oficial (estadual e federal) e iniciativa privada", diz. Para Décio Coutinho, "foi importante a liderança do Zeca D'Ávila junto aos sindicatos rurais. Os leilões eram feitos nas exposições promovidas pelos sindicatos, e eles tiveram que trabalhar com o Indea e o Mapa; os animais precisavam ser vacinados para estar nos leilões."

Coutinho cita os personagens que, segundo ele, foram peças-chave para o avanço do Pnefa: Luiz Carlos Meister, então diretor industrial do Grupo Sadia no Estado, Kleiber Leite, representan-

te das leiloeiras, Paulo Bilégo, do Indea – "sempre muito aberto para que tudo acontecesse" – e Alzira Catunda. "O programa se desenvolveu porque teve uma continuidade dessas pessoas. Com a saída do Paulo do Indea entrou o dr. Ênio Arruda, que ficou oito anos como presidente, e depois dele entrei eu, que fiquei mais oito anos. No Mapa, foram dr. Ênio e dra. Alzira nesse tempo todo. Havia um ambiente institucional favorável."

Com esse time jogando junto, segundo Coutinho, não foi difícil convencer o governo federal da necessidade de ajudar a Bolívia. O programa com o país vizinho envolveu a doação de vacinas, equipamentos, treinamentos e ajuda na própria estruturação do serviço veterinário oficial, o Senasag. O resultado desse trabalho foi a conquista, pela região conhecida como Chiquitania, onde se deram as ações, do certificado de livre de febre aftosa com vacinação pela OIE, o mesmo status de Mato Grosso (posteriormente, em 2017, todo o Departamento de Santa Cruz, que abarca a Chiquitania, recebeu o certificado). "As pessoas eram todas muito comprometidas, foi um belo trabalho de cooperação", complementa Coutinho.

Resistência à vacinação

O pecuarista Luiz Carlos Meister[46] conta que quando era diretor da Sadia Oeste as lideranças do Ministério da Agricultu-

46 Luiz Carlos Meister, de 72 anos, é catarinense. Médico-veterinário concursado do Ministério da Agricultura em Santa Catarina, em 1974 foi enviado a Mato Grosso para fazer um estudo sobre a inspeção federal no estado, até então comandada por São Paulo. Em 76 veio definitivamente para montar a equipe de inspeção do Mapa em Mato Grosso. "Eu me apaixonei pelo estado. Como se não bastasse, me apaixonei por uma cuiabana (Silsi Biancardini)". Em fevereiro de 1980 foi convidado pela Sadia para ser o assistente do supe-

ra, Secretaria de Agricultura, Indea e Famato o procuraram para ajudar a criar o Fundo Estadual de Erradicação da Febre Aftosa. "Muitos estados estavam fazendo e resolvemos fazer aqui também. Como eu tinha aprendido muito sobre o mercado internacional de carne na Sadia, a gente priorizou a necessidade de erradicar a aftosa para que pudéssemos aumentar nossas exportações para a Europa, que naquela época era o melhor mercado para exportação de carne por causa dos preços". Segundo Meister, havia uma barreira erguida pelos europeus para não desequilibrar os produtores de lá: "O que eles não tinham eles compravam do Brasil, mas sempre punham uma pedra no nosso caminho. Eles não tinham interesse em habilitar mais estados e o argumento era sempre a incidência da aftosa".

Havia outra barreira a ser quebrada, diz ele, e essa era interna. "Muita gente com muitas cabeças de gado não queria vacinar e continuou comprando vacina e jogando fora. Mas não adianta você fazer o grande ou médio vacinar se o pequenininho não for motivado. E aí tinha o problema do curral. Nas aldeias e em pequenas comunidades foram construídos currais simples, mas funcionais, para que o pessoal levasse o gado para vacinar. Isso foi feito em muitos municípios de Mato Grosso através do Fefa", diz Meister. "Aí entendemos que tinha muito gado que vinha da Bolívia para o Brasil. Nós atravessamos a fronteira e fomos conversar com o pessoal de lá; fomos a Santa Cruz de La Sierra e conversamos com o pessoal da Federação dos Ganaderos de Santa Cruz (Fegasacruz). Angariamos a confiança deles e começamos a fazer um trabalho muito sério de orientação e de doação de vacinas

---

rintendente da área de produção. Deixou o Mapa, foi diretor adjunto da Sadia Oeste e depois diretor. Aposentou-se em 1998, quando passou a ser pecuarista em tempo integral, além de consultor na área de frigoríficos.

para os pequenos produtores da Bolívia da região de fronteira. Se a gente não ajudasse o pequeno lá fora como aconteceu aqui no Brasil, a aftosa não seria erradicada."

Para Meister, que foi vice-presidente do Fefa como representante da indústria frigorífica por alguns mandatos – assim como Kleiber Leite Pereira, representando as leiloeiras – o que mais o marcou no desafio de criar o Fefa foi encarar a realidade do estado. "Passamos a percorrer Mato Grosso e nessas andanças a gente lidou com muita gente humilde, pequenos criadores muito carentes de tecnologias e cheios de tradições, sendo que uma delas, muito forte, era não vacinar. Quebrar esse paradigma foi fundamental". Para essa empreitada, contavam com um trunfo: o presidente da Famato, Zeca D'Ávila, também presidente do Fefa. "O Zeca foi uma pessoa humilde na pecuária, foi peão, foi tropeiro. Tem uma linguagem toda apropriada para conversar com esse povo e tem uma liderança, um carisma. Foi um trabalho de convencimento muito profundo, ele foi conquistando esse povo e começamos a mudar o panorama. Esse negócio de construir os currais comunitários para os pequenos produtores atacou o ponto que era o mais crítico: fazer o povo entender a importância da vacinação. Zeca deu credibilidade ao Fefa. Todo mundo ajudando, somando: os grandes veterinários do Indea, os técnicos. Todo mundo foi se contagiando e a coisa se disseminou de tal forma que virou tradição vacinar todo ano". Quanto aos médios e grandes, à exceção de uns poucos que insistiam em não vacinar, o problema foi sendo resolvido. "Tivemos casos de produtores que usaram notas frias, mas nesse caso só havia uma saída: punição. Essa atitude era inconcebível".

"No Brasil, a doação de vacinas só era feita para aldeias indígenas", explica Antonio Carlos. "Comprávamos vacina contra aftosa e brucelose, e a vacinação era assistida por servidores do In-

dea. Estamos falando de algo em torno de 20 mil doses, é gado usado para subsistência". Já no caso dos assentamentos, o Fefa contratava vacinadores treinados em cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-MT), para venderem a dose aplicada. "Eles iam à revenda, compravam a vacina e vendiam a dose aplicada. Isso foi uma evolução muito grande. Às vezes, o produtor tinha duas ou três vacas e deixava de vacinar porque o custo de ir à cidade para comprar a vacina era muito alto. A figura do vacinador comunitário ajudou muito".

Nosso homem em Bruxelas

Outro personagem importante nessa história é Jogi Humberto Oshiai[47], especialista em Assuntos Públicos que conhece os labirintos das instituições da UE para encaminhar os trâmites burocráticos do mercado internacional de alimentos, em especial da cadeia de proteína animal, com livre trânsito nos gabinetes da UE em Bruxelas, onde reside há décadas. Segundo Antonio Carlos, foi "descoberto" pelo dr. Ênio durante uma reunião na Europa. Naquela ocasião Oshiai – então assessor econômico e comercial da Missão do Brasil junto à UE – ponderou sobre a necessidade de se atuar mais intensamente no âmbito do Mapa para que o Brasil

47 Jogi Humberto Oshiai tem pós-graduação em Comércio Internacional pela Solvay Business School, MBA em gestão de empresas pela Brussels School of Economics and Management e mestrado em Política Internacional pela Université Libre de Bruxelles, na Bélgica. É diretor de Assuntos Públicos do Escritório de Advogados Europeus FratiniVergano, em Bruxelas, Chief Business Officer do Escritório de Advogados Balera, Berbel & Mitne e sócio da Stark Capital Partners no setor de fusões, aquisições e créditos, ambas no Brasil. Foi assessor em Assuntos Econômicos e Comerciais da Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias por cerca de vinte anos.

levasse o tema da febre aftosa junto à OIE, em Paris, com vistas a ter o embasamento técnico e político para viabilizar as exportações de carne *in natura* para os estados-membros do bloco. "Ele veio a Mato Grosso no governo Dante. Disse para fazermos o pedido formal via ministério, mas acrescentou que seria interessante que o governador botasse a documentação debaixo do braço e fosse lá na UE entregar. E assim fizemos", lembra o à época gerente executivo do Fefa. "Conseguimos habilitar 50% de Mato Grosso para vender carne para a UE e anos depois conseguimos habilitar 100% do estado. Jogi foi o grande responsável por essas duas conquistas junto à União Europeia".

"Ele abria as portas para essa relação internacional, que não dominávamos, para chegarmos aos auditores", confirma Bilégo. "Na nossa imaginação, eram como se fossem deuses encastelados num palácio de mil andares. Precisávamos de pessoas articuladas e articuladoras para chegar a essas pessoas. Eram seres como nós, mas que eram pintados como pessoas inalcançáveis". De acordo com Bilégo, foi necessária muita persistência, determinação e ousadia para conseguir se aproximar dos auditores. "Depois eles passaram a acreditar muito em nós, tornaram-se grandes parceiros de Mato Grosso, principalmente depois da criação do Fefa. Eles não queriam mais aquele trabalho só chapa-branca. Eles queriam essa parceria público-privada, que já era uma realidade na Europa há muitos anos".

"No período em que trabalhei para o governo brasileiro, acompanhei o processo de habilitação de Mato Grosso para vender carne bovina *in natura* para a UE, iniciado no governo Jayme Campos e concluído com sucesso para uma parte do estado no governo Dante de Oliveira", diz Jogi Oshiai. "O que motiva o estado a buscar as habilitações? As empresas. O estado por si só não tinha condições (recursos humanos e financeiros) de bus-

car a habilitação. Aí entra o Fefa. Me contrataram como consultor". Oshiai acompanhou os vários solavancos ocorridos na relação entre Brasil (e Mato Grosso) e UE no que se refere ao mercado da carne, onde componentes como protecionismo dos produtores europeus e até um certo "desconhecimento" da burocracia do Mapa sobre Mato Grosso colaboraram para que o estado fosse constantemente pressionado pelas auditorias da UE. Em 2007, Oshiai voltou a Mato Grosso, desta vez para conhecer de perto a realidade na fronteira com a Bolívia, em razão de um foco de aftosa ocorrido naquele país.

"Uma coisa é controlar a fronteira de Santa Catarina, outra é controlar a fronteira seca de Mato Grosso. Você não sabe se o cara está fazendo tráfico de drogas, de sementes... O trabalho do fiscal lá é de herói. Na época, eu fiz questão de percorrer essa fronteira. A dra. Rísia foi fundamental nesse trabalho, ela foi uma heroína. Fez um trabalho excelente, que foi fundamental na nossa defesa. Sem os subsídios práticos e teóricos dela, eu não teria como fazer o lobby do lado de cá", afirma Oshiai. "Encaminhamos a documentação ao Ministério da Agricultura, ao Itamaraty, à Missão do Brasil, que por sua vez encaminhou à Comissão Europeia (DG Sanco). Em cerca de um ano atingimos o objetivo de aprovar 100% do estado de Mato Grosso para exportar carne bovina *in natura* à União Europeia".

Essência indestrutível

Com o papel fundamental representado pelo Fefa, de apoio financeiro ao Indea, doações de vacinas e mobilização da cadeia produtiva para a erradicação da aftosa, Mato Grosso abriu novos mercados e conquistou o status de livre de aftosa com vacinação. Porém, como disse Paulo Bilégo em entrevista para este livro, "o

Zeca se projetou muito com o Fefa. Cresceu como líder classista e líder político-partidário (foi eleito deputado estadual em 2002 pelo PFL). O Fefa tinha fundos financeiros. Você pode imaginar o que isso gera de desconforto para muita gente". E continua: "Nós começamos a história do Fefa: Zeca, Antonio Carlos, Homero Pereira, Edson Andrade, Miguel Chamma, Décio Coutinho e tantos outros. Ele foi muito bem concebido. Nasceu um fruto bonito, levou pancadas, fez muitas coisas, deixou de fazer outras, mas a essência ficou".

No final de 2008, o Ministério Público estadual entrou com uma ação movida pela Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat) e a Associação dos Produtores Rurais (APR) contra o Indea, proibindo-o de receber recursos do Fefa. Uma liminar expedida pelo juiz Agamenon Alcântara Moreno Júnior, da Quarta Vara Especializada da Fazenda Pública de Cuiabá, derrubou a exigência do pagamento por parte dos pecuaristas. "A gente deixou de receber: se ele (Indea) não exige, ninguém paga", conta Antonio Carlos. "No regulamento dizia que o dinheiro seria aplicado e distribuído proporcionalmente às entidades que o compunham. Como liquidante, entreguei o cheque para cada entidade. A Famato ficou responsável por fazer o fechamento da parte fiscal (pagar as taxas de cartório). Ela custeou essas despesas com os recursos que tinha recebido para isso".

Era para ser um final triste de uma história de sucesso, como foi o do Fundepec paulista: segundo Pedro de Camargo Neto, no final dos anos 90 o então secretário de Agricultura do governo Mário Covas, João Carlos Meirelles, quis alterar a forma de arrecadação do Fundepec. "Ele queria que o dinheiro entrasse na Secretaria de Agricultura para então ser repassado ao Fundo. Eu não aceitei e ele rompeu o convênio, fechou o Fundepec". Hoje, segundo Camargo Neto, São Paulo está entre os estados mais vul-

neráveis, de acordo com uma auditoria realizada pelo Mapa. "Se vier um foco será um desastre. São Paulo não tem vigilância, é protegido apenas pelos estados vizinhos. Se não tem vigilância, a vacina é um seguro barato", argumenta. "Para parar de vacinar é preciso ter segurança de que a vigilância e a emergência sanitária estão funcionando, e nós não temos".

Ele continua em sua cruzada para reorganizar o Fundepec, um modelo de gestão que inspirou a todos, como atesta Inácio Kroetz, ex-secretário de Defesa Agropecuária do Mapa: "Pedro de Camargo Neto foi uma pessoa fundamental na fundação dos Fundepecs no Brasil inteiro. Houve épocas em que discutíamos muito, mas ele foi a pessoa que estruturou o serviço em São Paulo, que foi um exemplo. O Fundepec lastreou toda a implantação e estruturação do serviço veterinário em São Paulo com recursos privados. Ele e o Zeca do Fefa foram as pessoas do setor privado mais presentes, extremamente importantes na estruturação dos serviços veterinários nos estados". Em Mato Grosso, onde a importância do Fefa era amplamente reconhecida pelo serviço veterinário oficial do estado e do Brasil e pelos organismos internacionais ligados à luta contra a aftosa, o então presidente em exercício da Famato, Rui Carlos Ottoni Prado[48], afirmou:

"Não podemos ficar sem o Fundo, os recursos que custeiam as ações sanitárias são imprescindíveis para Mato Grosso. Precisamos encontrar um novo mecanismo de fortalecimento, e não de extinção". Em 2009, foi criado o Fundo Emergencial de Saúde Animal do Estado de Mato Grosso (Fesa/MT), direcionado à

48 Rui Carlos Ottoni Prado nasceu em Campo Grande (MS), em 29 de abril de 1963. Formou-se em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e mudou-se para Campo Novo do Parecis (MT), onde é agropecuarista. Foi presidente da Famato de 2010 a 2016.

sanidade animal (incluindo brucelose, tuberculose e outras doenças que afetam a bovinocultura), pela Lei Estadual nº 9.293, de 23 de dezembro. Novo estatuto, novas atribuições, "mas a essência do Fefa está aí. Ninguém destrói porque ele é indestrutível" resume Bilégo.

Fesa, um novo tempo

Estava claro que Mato Grosso, um estado imenso, cuja importância da pecuária crescia ano a ano – as exportações de carne bovina saltaram de US$ 47 milhões para US$ 681 milhões entre 1996 e 2010, um crescimento de 1.340%! – não podia prescindir do aporte financeiro do setor privado em apoio à questão sanitária; afinal, os pecuaristas e a indústria frigorífica eram os maiores interessados em manter a cadeia produtiva protegida. O estado, sozinho, não tinha recursos suficientes para manter o nível de excelência alcançado pelo serviço veterinário oficial. Além disso, a agilidade necessária para a contenção de qualquer emergência sanitária é sabidamente incompatível com a burocracia estatal. As entidades que compuseram o Fesa – Famato, Acrimat, Ovinomat (que não fazia parte do Fefa), Sindifrigo, Indea e Superintendência do Mapa (ficou de fora o Sindicato dos Leiloeiros, que não estava ativo) – estavam todas maduras, empoderadas pelo vertiginoso crescimento do agronegócio mato-grossense na primeira década do novo milênio. Já não havia aquele espírito pioneiro, voluntarista, que predominou nos primeiros anos do Fefa.

As preocupações alegadas pela Acrimat para se rebelar contra o Fefa – não haver garantia de indenização do proprietário caso seus animais tivessem que ser abatidos, na eventualidade de um foco de aftosa – foram dissipadas pelo novo estatuto. "A parte legal ficou bem definida", explica o agropecuarista Rui Prado, pri-

meiro presidente do Fesa (2010-2011), indicado como representante da Famato. Seu vice foi Mário Roberto Cândia de Figueiredo[49], então presidente da Acrimat. Conforme estabelecido, Famato e Acrimat se revezariam na presidência do Fundo. Para Rui Prado, a principal mudança em relação ao Fefa foi na forma de contribuição do produtor: "Foi criado um fundo público e um privado. O produtor que contribuísse para o privado ficaria isento de contribuir para o público". A taxa cobrada foi indexada à Unidade Padrão Fiscal (UPF-MT).

"Como o valor pago diretamente ao Fesa era 20% do que se pagava para o estado, os produtores preferiram recolher para o Fesa", explica Antonio Carlos. "Saímos do zero em termos de recursos, mas logo as contribuições foram chegando e o Fesa ganhou corpo", emenda Prado. Segundo Mário Cândia, os produtores ficaram mais tranquilos ao saber que o novo fundo disporia de uma reserva de 50% do total arrecadado para fazer a indenização do pecuarista em caso de abate sanitário de seus animais. "Com o Fesa a arrecadação aumentou, os pecuaristas aportaram os recursos porque havia uma garantia maior", diz Cândia. Ele argumenta que com a erradicação da aftosa no estado, que possibilitou o acesso a novos e melhores mercados, o pecuarista passou a ter mais renda e pôde investir na propriedade, adotando um pacote tecnológico que engloba reforma de pastagens, genética e infraestrutura para melhor manejo do gado.

---

49 Mário Roberto Cândia de Figueiredo nasceu em Cuiabá em maio de 1950. É engenheiro civil. Como pecuarista, trabalha com genética e produz reprodutores nelore PO na Estância Capão do Angico, em Poconé, e cria gado comercial em uma propriedade em Alta Floresta.

Nas mãos do produtor

"Nosso rebanho cresceu de 8 para 31 milhões em 25 anos", diz Antonio Carlos. "Melhoramos as pastagens, melhoramos a genética do gado, diminuímos a idade de abate – antes demorava 5/6 anos, hoje estamos abatendo com 2 anos". Para ele, a evolução da agricultura, com a grande produção de milho e soja, também contribui para a alimentação bovina, possibilitando a terminação em confinamento. "Temos o estado mais organizado, o Indea mais atuante, profissionais mais bem treinados. Foram criados cursos de Medicina Veterinária em Mato Grosso, diante da demanda de mais mão de obra. O Indea tinha 30 veterinários para todo o estado, hoje tem cerca de 350. Houve uma necessidade de implementação do estado como executor de políticas de controle de doenças", diz. Ainda segundo Antonio Carlos, com a criação do Instituto Mato-Grossense da Carne (Imac), que tem por objetivo promover a carne bovina produzida no estado, os frigoríficos continuaram a fazer parte do conselho do Fesa, porém passaram a contribuir para o novo instituto. "Hoje o Fesa é mantido com dinheiro do produtor, que contribui com uma taxa em torno de R$ 3,19 por bovino abatido (o valor atualizado pode ser consultado na página do Fesa na internet). No final de 2020 o Fesa tinha uma quantia superior a R$ 120 milhões aplicados, para eventuais indenizações".

"O Fesa tem um papel muito importante, não apenas pelo recurso que ele tem alocado, de reserva, mas por todo o papel estratégico que tem desempenhado", afirma Marco Túlio Duarte Soares[50], que presidiu o Fundo entre 2017 e 2019. "Na minha ges-

---

50 Marco Túlio Duarte Soares nasceu em 1970 em Uberaba (MG). É administrador de empresas com graduação em agronegócios e especializações em

tão a gente fez uma reforma de 82 unidades do Indea. Algumas delas fazia 30 anos que não eram reformadas, eram prédios sucateados, sem estrutura, chovia dentro, era uma lástima. Os servidores do Indea nem condição de trabalho tinham". Segundo ele, também foi realizado um trabalho de articulação para ajudar o Indea na defesa sanitária. "Ele tem um papel fundamental nessa questão e a gente percebeu que em muitos momentos o governo estadual não vê isso com a importância devida. Fechou alguns postos nas divisas dos estados, na fronteira do país, então esses servidores, sem estrutura veicular, sem condições de trabalho, estavam numa situação difícil. A gente fez uma articulação junto ao governo do Estado, sempre atuando para que houvesse mais recursos para o instituto de defesa, porque obviamente a gente não quer que haja o problema da febre aftosa novamente".

Bolívia

Para Rui Prado, que voltou à presidência do Fesa no triênio 2014-2016, as ações de apoio ao Indea foram fortalecidas com o Fesa, enquanto a doação de vacinas para a Bolívia foi diminuindo gradativamente até cessar em 2018, na gestão de Marco Túlio. "Fomos orientados pelas autoridades a reduzir a doação e trabalhar mais dentro do estado", afirma Prado. "O Departamento de Santa Cruz e Mato Grosso estavam (e estão) no mesmo status sanitário, então preferimos oferecer um financiamento mais ro-

---

Gestão pela Fundação Getulio Vargas, Fundação Dom Cabral e Universidade de Birmingham, na Inglaterra. É produtor rural há mais de 30 anos, com propriedades nos municípios de Rondonópolis e Pedra Preta. Trabalha com cria, recria e engorda, mas o projeto principal é voltado para a genética. É proprietário da Celeiro Carnes Especiais em Rondonópolis.

busto ao Indea. Além disso, a Bolívia passou a usar a vacina de 2 ml antes de nós, o que criava uma dificuldade, era outro padrão. Por fim, duas instituições se diziam representantes dos produtores bolivianos, então ficou meio confuso". Para ele, o Fesa deve enfrentar outras doenças que trazem sérios prejuízos aos produtores, como a brucelose. "Precisamos ampliar o leque de ações, uma vez que estamos prestes a retirar a vacinação contra a aftosa."

De acordo com Marco Túlio, a direção do Fesa tinha consciência da importância da doação de vacinas para a Bolívia, para a região, para a população e principalmente para os animais, e por consequência para não ter uma infecção vinda da Bolívia para o Brasil. "Acontece que não existia uma forma legal que nos permitia, ou comprar essa vacina, ou mandar esse recurso do Fesa pra Bolívia. O Fesa é o Fundo Emergencial de Saúde Animal do Estado de Mato Grosso, não é do Brasil e não é da Bolívia, por isso é que em momento algum, em minha gestão, a gente permitiu que fosse feito nada ilegal, nada fora do que fosse recomendado pelo nosso setor jurídico e principalmente pelas auditorias que a gente contratou para avaliar todos os passos, todo o desenho financeiro, tributário, tanto entradas quanto saídas de recursos. A gente implantou uma auditoria externa que dá total transparência da gestão e organização financeira da entidade. É óbvio que esse apoio financeiro para a compra de vacinas e sua destinação daria um apontamento de auditoria, e foi o que nossa gestão não quis fazer".

Para Antonio Carlos, a situação da Bolívia é muito segura em relação à aftosa, razão pela qual não se preocupa com a desativação das barreiras sanitárias fixas do Indea na fronteira. Segundo ele, novas tecnologias, como drones e radares, além das patrulhas volantes, permitem a fiscalização do trânsito de animais na região, com vantagens sobre os postos fixos.

"Sou contador, não sou médico-veterinário, mas hoje não tenho medo de retirar a vacina. O que temos que fazer como produtor e entidade é manter a vigilância como produtor e entidade. O que trabalhamos nos últimos 25 anos foi: o maior responsável pela qualidade do rebanho é o produtor, não é o Estado. A função do Estado é chancelar para os países compradores que estamos com a situação sanitária ideal". De acordo com Antonio Carlos, o que aconteceu dos anos 70 até 1992 era que o produtor achava que aftosa era problema do estado. "Muita gente brigou, se indispôs contra os técnicos, que usavam muito o poder de polícia. No Pnefa de 92, o governo viu que se fosse trabalhar dessa forma não ia chegar a lugar nenhum, por isso chamou a iniciativa privada. O que nós fizemos? Quem executa o serviço de defesa é o estado, através do Indea. Nós vamos financiar para ele fazer bem feito". Uma auditoria contratada pelo Pnud – Ministério da Agricultura, concluiu que os melhores modelos de fundo do país foram o Fesa e o Fundepec-GO.

s/a | Acervo Fesa/MT | 1994

Cerimônia de entrega de veículos ao Indea pelo Fefa: a partir da esq., Homero Pereira, Alexander Estermann, Luiz Carlos Meister, Miguel Chamma, Paulo Bilégo, Ênio Arruda, Antonio Carlos, Alzira Catunda e Manoel de Aquino Filho

s/a | Acervo Fesa/MT | 1995

Trailers utilizados para o combate à febre aftosa na fronteira com a Bolívia

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT | 1996

In: *Produtor Rural*, nº 51, ago.-set./1996

Linha de frente do combate à aftosa em Mato Grosso: Kleiber Leite, representante das leiloeiras, Ênio Arruda, presidente do Indea, Alzira Catunda, do Mapa, Luiz Carlos Meister, da Sadia, Zeca D'Ávila, e Antonio Carlos Carvalho de Sousa, respectivamente presidente e gerente executivo do Fefa. Aos poucos o estado conquistou o cobiçado mercado europeu para a carne bovina mato-grossense

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT | 1996

Inauguração do Posto Fiscal do Indea, em Vila Rica, na divisa com o Pará, em 1996. Os recursos obtidos pelo Fefa junto aos produtores e indústria foram aplicados na estruturação do Indea no estado

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT | 2000

Lançamento de campanha contra febre aftosa em Barra do Garças, no leste mato-grossense. Em primeiro plano, o governador Dante de Oliveira (de camisa xadrez), entre o presidente do Indea, Ênio Arruda, Zeca D'Ávila, presidente do Fefa, e ex-governador Wilmar Peres de Farias

Edson Rodrigues | Secom/MT | 2006

Inauguração da sede do Fefa, em dezembro de 2006. O governador Blairo Maggi cumprimenta Zeca D'Ávila, sob os aplausos de Homero Pereira, Paulo Bilégo, do prefeito de Várzea Grande Murilo Domingos e Kleiber Pereira (da esq. para a dir.)

Senar-MT

O trabalho dos instrutores do Senar-MT no treinamento de vacinadores colaborou para ampliar a capacidade de vacinação contra a aftosa em Mato Grosso

Zeca D'Ávila, presidente do Fefa, repassa carregamento de vacinas a Osvaldo Justiniano, presidente da Fegasacruz, em San Matías

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT | 2000

Capítulo 7

Irmandade na fronteira

> "No hay camino?", perguntava assustada a médica-veterinária Rísia Lopes Negreiros, que juntamente com o colega Fernando Moretto e o também veterinário boliviano Mirko Ilhesska sacolejava em uma picape seguindo trilheiros de gado, cortando fazendas com água cobrindo as rodas, num percurso de 20 horas pantanal adentro entre San Matías, na fronteira com o Brasil, e o povoado de Santo Corazón, 184 km mais ao sul e mais para o interior da Bolívia. Bem-humorado, Ilhesska respondia: "El camino se hace al caminar!". O assunto que os levava ao lugarejo histórico, onde se encontra uma das igrejas das Missões Jesuíticas de Chiquitos[51], era vital para o futuro da pecuária brasileira e boliviana. O ano era 1999.

Apesar dos esforços empreendidos pelos brasileiros para erradicar a doença em anos anteriores, a aftosa ainda era uma amea-

---

51 As Missões Jesuíticas de Chiquitos estão localizadas no Departamento de Santa Cruz, na parte oriental da Bolívia. Seis dessas missões – San Javier, San Manoel de Velasco, San José de Chiquitos, Concepción, San Miguel de Velasco e Santa Ana de Velasco foram designadas coletivamente como Patrimônio Mundial da Unesco em 1990. San Juan Bautista (agora em ruínas), Santo Corazón e Santiago de Chiquitos – não foram nomeadas como patrimônio mundial pela Unesco. As missões foram fundadas pelos Jesuítas nos séculos 17 e 18, com o objetivo de converter os indígenas locais ao cristianismo. As antigas missões jesuíticas de Chiquitos são únicas pelo fato de que seus assentamentos e cultura sobreviveram praticamente intactos. (Fonte: Wikipedia)

ça real no final dos anos 90. Na Bolívia, país que sequer tinha um serviço veterinário organizado, ela era endêmica, e a colaboração do Brasil abria a perspectiva de avançar na sua erradicação. Para ambos os países, estava claro: sem resolver o problema dos dois lados da fronteira, não havia possibilidade de eliminar o vírus da aftosa dos rebanhos, uma vez que, historicamente, acontecia o comércio de animais entre brasileiros e bolivianos na fronteira seca que se estende por 750 km entre Mato Grosso e a região conhecida como Chiquitania[52], no Departamento de Santa Cruz.

A cooperação oficial entre Brasil e Bolívia remonta ao Acordo de Roboré, de 1958, que compreendia negociações de petróleo, comércio, cooperação econômica e técnica, limites, ligações ferroviárias e intercâmbio fronteiriço. Com base nesse documento, já nos anos 80, os ministérios das Relações Exteriores dos dois países estabeleceram critérios para a troca de informações sanitárias nos municípios fronteiriços, sob coordenação dos respectivos ministérios da Agricultura, que instituíram a Comissão Mista Permanente Brasileira-Boliviana de Sanidade Animal. Ficaram definidas as seguintes localidades para o intercâmbio de informações: Corumbá (Mato Grosso do Sul) e Porto Suarez; Cáceres (Mato Grosso) e San Matías (os dois municípios bolivianos pertencentes ao Departamento de Santa Cruz); Guajará-Mirim (RO) e Guayaramerin, no Departamento do Beni; Brasileia (AC) e Cobija, no Departamento do Pando. Posteriormente, foram incluídos Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) e San Ignacio de Velasco (Depto. de Santa Cruz).

---

52 A região da Chiquitania, que abrange quase toda a região fronteiriça com o Brasil no Departamento de Santa Cruz, era a que tinha melhor condição sanitária e tinha como objetivo exportar boi para o Brasil.

Em 1985, uma reunião em Cáceres definiu o calendário para os encontros técnicos ao longo da fronteira, com participação dos serviços veterinários dos estados e representantes dos governos federais, com apoio do Panaftosa. O médico-veterinário Paulo Bilégo, à época coordenador de Sanidade Animal do Indea, relembra: "Participei desde as primeiras reuniões bilaterais. A primeira viagem internacional que fiz foi à Bolívia, em 1986, liderada pelo Aluísio Sathler, do Mapa. Fomos a Cobija, no Altiplano. Discutíamos vacinação compulsória, condição de vacinação, condições de trabalho dos profissionais, se tinha veículos etc. Passávamos três dias falando de nossas mazelas dentro da Bolívia ou de Mato Grosso". Sathler emenda: "Todas as vezes em que nos reuníamos era para tratar de assuntos do interesse dos dois lados: como estava a vacinação, a estrutura, tinha vacina, não tinha vacina. Fazíamos um relatório do ano anterior e uma programação para o ano seguinte. A gente procurava fazer reuniões em várias cidades na fronteira dos dois países para que o pessoal local também pudesse participar e não somente o pessoal da capital. Era uma discussão dos planos de trabalho". Jamil Gomes de Souza, médico-veterinário com longa trajetória em postos-chave no Ministério da Agricultura brasileiro, conta que as negociações sanitárias com a Bolívia nem sempre foram fáceis. "Não porque as autoridades e técnicos não estivessem dispostos a negociar, mas sim pela instabilidade e elevada rotatividade dos negociadores bolivianos." Bilégo complementa: "Havia também a questão política: Santa Cruz fala uma linguagem que não é a mesma da capital. Isso dificultava muito. Tínhamos que fazer o trabalho oficial em La Paz e o prático aqui embaixo".

De acordo com o médico-veterinário Fernando Moretto[53], que ingressou no Indea em 1984 e ficou baseado no escritório regional de Cáceres, as reuniões previstas para Cáceres – San Matías não ocorreram dentro do cronograma, pois havia uma rotatividade muito grande de profissionais em San Matías e muitas vezes a substituição demorava meses. Enquanto o tempo passava, as negociações multilaterais sobre produtos agropecuários entabuladas na chamada Rodada Uruguai do Gatt (sigla em inglês correspondente ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio) "levava à quebra de alguns paradigmas do comércio internacional, entre eles o abandono de regras que até então permitiam reserva de mercado por tarifas alfandegárias, sendo estas substituídas pelas barreiras sanitárias. Nesse contexto, a febre aftosa, doença transfronteiriça de grande importância econômica, foi a primeira a reger o comércio de gado bovino, assim como os produtos e subprodutos agropecuários."[54] O cerco à doença se acentuava.

Segundo Moretto, as atividades de intercâmbio na fronteira seguiram em ritmo truncado até 1993, quando o consultor da Opas em La Paz, o médico-veterinário brasileiro Albino Belotto, convocou uma reunião da Comissão Mista Permanente Brasileira-Boliviana de Sanidade Animal para promover o estabelecimento de uma área demonstrativa de controle da febre aftosa:

---

53 Fernando Antônio Moretto, de 64 anos, é natural de Lençóis Paulistas (SP), formado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS), campus de Uruguaiana, em 1982. Além de vários cursos técnicos relativos à febre aftosa, fez especialização em Saúde Animal pela Universidade de Cuiabá (Unic). Está aposentado pelo Indea.

54 Trecho extraído do livro "A Fronteira Brasil-Bolívia em Mato Grosso", uma publicação da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, vários autores.

Esta reunión tiene como objetivos principales desarrollar acciones conjuntas en la región fronteriza da Província Angel Sandoval (cuja capital é San Matías) e la región de Cáceres del estado de Mato Grosso, para controlar la fiebre aftosa y si es posible su erradicación, que permita a los productores pecuarios, tanto brasileños como bolivianos, exportar carne bovina a los mercados de ultramar.

Pelo lado brasileiro, participaram desta reunião os funcionários do Indea Décio Coutinho e Fernando Moretto e, pela Delegacia Federal de Agricultura e Abastecimento (DFA-MT), Ênio Arruda.

Foi a partir daí que o ritmo mudou, afirma Moretto. Em 1994, como marco da retomada das ações conjuntas na fronteira de Mato Grosso, ficou acordada a doação, pelo Brasil, de 50 mil doses de vacina aos criadores e comunidades indígenas de San Matías. Jamil Souza comenta que "por se tratar de um país com baixos recursos, a contrapartida exigida pela Bolívia da parte brasileira envolvia sempre a doação de vacinas e apoio técnico". Um movimento semelhante ocorreu nos outros estados fronteiriços (Mato Grosso do Sul, Rondônia, Acre), porém de menores proporções, devido à área menor de fronteira seca entre eles e a Bolívia.

Pelo acordo estabelecido, a vacina doada pelo Brasil seria comercializada em território boliviano: os pequenos produtores fariam um pagamento simbólico, enquanto os médios e grandes desembolsariam valores maiores, e os recursos da comercialização seriam aplicados na manutenção do escritório de San Matías e despesas de viagem do médico-veterinário do Senarb, órgão de defesa sanitária que posteriormente veio a tornar-se Servicio Nacional de Sanidad Agropecuaria e Inocuidad Alimentaria – Senasag. Porém, como as doações eram do Mapa, em parceria com os

laboratórios fabricantes das vacinas, Moretto diz que os trâmites burocráticos dificultaram a execução plena do acordo nos anos seguintes.

Acordo de cavalheiros

A doação de vacinas contra aftosa aos produtores de San Matías já vinha sendo feita informalmente, através de um "acordo de cavalheiros", pelo Sindicato Rural de Cáceres à Asociación de Ganaderos de San Matías (Agasam), conta o pecuarista, ex-prefeito e por duas vezes presidente do Sindicato Rural de Cáceres, Aloísio Coelho de Barros, hoje com 76 anos. Segundo ele, na década de 80 o comércio de bovinos com a Bolívia era legal, e alguns pecuaristas costumavam comprar bezerros no país vizinho através de um escritório de importação e exportação estabelecido em Cáceres para fazer a recria em suas fazendas do lado brasileiro. Em contato com o representante dos pecuaristas bolivianos, Barros, como presidente do Sindicato Rural de Cáceres, estabeleceu a parceria para a doação de vacinas, um modo de prevenir a compra de animais infectados. "Fizemos uma reunião no sindicato e decidimos ajudar. Era a época das grandes exposições agropecuárias, havia dinheiro em caixa. Não tinha muita fazenda aberta na fronteira, nem do lado brasileiro nem do lado boliviano, então era mais fácil controlar: a gente doava vacina para os pequenos de lá e apertava os grandes para vacinar." A fazenda Toca Vaca, onde Barros faz recria de 3.000 animais todo ano, tem 6 km de cerca na linha divisória entre os dois países. Hoje, segundo ele, a bezerrada para recria vem da região de Juína, no noroeste de Mato Grosso.

Ritmo intenso

A iniciativa privada de Mato Grosso começou a participar efetivamente do planejamento das ações de defesa sanitária na primeira metade dos anos 90, quando o lançamento do Pnefa, em 1992, abriu caminho para a criação dos fundos indenizatórios, explica Kleiber Leite Pereira, empresário do ramo leiloeiro. No ano seguinte, começaram as discussões que levaram à criação do Fefa/MT em 1994. Com o aporte de recursos do Fefa, o trabalho do Indea no país vizinho se intensificou: "Levávamos treinamentos, colegas para fazer o trabalho, trazíamos colegas de lá para fazer capacitação. Eles vieram fazer os primeiros cursos de Comunicação e Educação Sanitária aqui conosco, sob a coordenação do Panaftosa. Isso foi expandindo a mentalidade", conta Paulo Bilégo, que presidiu o Indea, no governo Jayme Campos. Entre as principais dificuldades do trabalho na Bolívia, segundo ele, estavam a questão da logística – "o Chaco é muito parecido com o nosso Pantanal" – e a resistência dos fazendeiros bolivianos. Bilégo considera o médico-veterinário Fernando Moretto um dos pilares dessa ação na Bolívia: "Cáceres tem uma grande parcela de contribuição em tudo isso porque era nosso porto seguro para adentrar na Bolívia. Moretto foi um dos grandes idealizadores desse trabalho desde o início, ainda nos anos 80. Ele tinha livre trânsito na fronteira, conhecia todos os bolivianos pelo nome, sabia tudo".

"Dr. Moretto no habla espanhol, pero entiende todo lo que dicen", brincavam os bolivianos. "Foram anos de muita aprendizagem e muito respeito que resultaram em uma grande amizade. Tivemos contato direto de 1985 até 2011, trabalhando na fronteira, sem maiores problemas", comenta Moretto. Ele conta um episódio que marcou essa época: "Em 1994, na primeira doação ofi-

cial à Bolívia, fui um dia antes para San Matías verificar se estava tudo bem e se a geladeira que iria armazenar as vacinas estava funcionando. Ao perguntar sobre a geladeira fui informado que estava desligada, seria ligada na manhã seguinte. Perguntei se estava funcionando. 'Acho que sim, não a ligamos ainda'. Fomos ligar e nada de gelar. Não tinha técnico de refrigeração em San Matías. Pensei: vou mandar vir um de Cáceres amanhã cedinho (são cerca de 90 km de distância). Na saída da cidade, para minha sorte encontrei um funcionário de uma loja de refrigeração que estava realizando manutenção em San Matías. Ao verificar a geladeira, ele constatou que havia um cano que se rompera no transporte. Consertou, repôs o gás, ligou e o refrigerador começou a congelar. Termostato quebrado. Resultado: voltou no outro dia para trocar. Sanado o problema, a vacina pôde ser armazenada e a vacinação, realizada".

1 kg de carne para a Europa

Em 1995, ao assumir o governo de Mato Grosso, Dante de Oliveira[55] tinha entre seus principais projetos o de vender o primeiro kg de carne bovina para a Europa, mercado exigente, até então fechado para o produto mato-grossense por questões sanitá-

55 Dante Martins de Oliveira (Cuiabá, 6 de fevereiro de 1952 – Cuiabá, 6 de julho de 2006) ficou nacionalmente conhecido pela autoria de uma emenda constitucional que levou seu nome, propondo o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República, num movimento que resultou na campanha das Diretas Já. Foi deputado estadual, deputado federal, prefeito de Cuiabá, ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário do governo Sarney, novamente prefeito de Cuiabá e governador de Mato Grosso por dois mandatos. Veio a falecer em Cuiabá vítima de uma pneumonia, num quadro agravado pelo diabetes. (Fonte: Wikipedia)

rias. Era necessário, portanto, reforçar os quadros do Indea. Ênio José de Arruda Martins, médico-veterinário que passou a comandar a autarquia naquele ano, pretendia ter pelo menos um profissional da área em cada município do estado, visando prioritariamente à erradicação da febre aftosa, principal entrave à comercialização da carne do estado no mercado internacional. Enquanto não se realizava um concurso público para contratação de funcionários, o jeito foi contar com os recursos do Fefa para bancar o salário dos veterinários recrutados em outros estados: "Ajudamos mais de 100 veterinários a permanecerem em Mato Grosso enquanto o Estado regularizava a situação funcional deles", conta Antonio Carlos Carvalho de Sousa, à época gerente executivo do Fefa. "Aprovamos uma ajuda de custo de quatro meses, que foi prorrogada por mais dois meses". Era necessário, também, reforçar a vigilância na fronteira com a Bolívia e nas divisas do estado. Foi a vez de o então DDA (Departamento de Defesa Animal)/SDA (Secretaria de Defesa Agropecuária)/Mapa, hoje DSA (Departamento de Saúde Animal), à época comandado por Inácio Kroetz, comparecer.

"Nós tínhamos 40 milhões no orçamento do departamento para aplicar, mas não podíamos contratar gente", relembra Kroetz. "Os estados tinham que ser sensibilizados para contratar pessoas para poder tocar o Pnefa e criarem suas próprias estruturas de serviço veterinário oficial, pois era impraticável fazer esse trabalho com o Serviço Federal. Com amparo legal para fazer cumprir as atribuições do Pnefa, eram atendidos os projetos para dotar os serviços estaduais com recursos para fazer as estruturas (escritórios, informatização, móveis, equipamentos e materiais de trabalho, veículos e combustível) para fiscalização e vigilância do trânsito animal. Na medida em que eles iam gastando de acordo com o projeto, a gente ia colocando mais recursos, auditando o

uso desses recursos, e criando termos aditivos para projetos de até quatro anos. Isso foi uma parte estruturante do serviço veterinário brasileiro. Foi uma virada que teve vários protagonistas."

Um dos fatores para a sacudida geral foi a exigência de cumprimento dos requisitos sanitários pelos países importadores, celebrado em Acordo Sanitário e Fitossanitário na Organização Mundial do Comércio (OMC), afirma Kroetz. A partir de janeiro de 1995 somente problemas sanitários poderiam ser barreiras legítimas ao comércio internacional de produtos agropecuários. Em fevereiro de 1996, durante uma reunião em Bruxelas, aconteceu o agendamento da vinda de uma missão europeia para auditar a possibilidade de Mato Grosso ser incluído na lista de estados fornecedores de carne bovina para a Europa. O impedimento alegado para não autorizar a importação de carne do estado era o risco da aftosa. Três autoridades do Mapa – o secretário da SDA Ênio Marques, o diretor do DDA Inácio Kroetz e o diretor do Dipoa Jessy Guimarães –, mais duas autoridades de Mato Grosso, o então secretário da Agricultura Jeremias Pereira Leite e o presidente do Indea, Ênio Arruda, participaram dessa reunião. Após intensa negociação, a missão veio e, alguns meses após, a meta se concretizou: Mato Grosso foi autorizado a exportar carne bovina *in natura* para a Europa, menos a região Norte e o Pantanal, mas foi um bom começo. Dez anos depois o estado inteiro foi autorizado. "Se não houvesse a pressão externa, nem a vacina teria sido tão bem desenvolvida, nem os serviços veterinários teriam recebido recursos, nem o setor privado iria se interessar em ajudar. Era um fator impeditivo para a exportação da carne, que tínhamos em abundância. O atual e moderno parque industrial da indústria de proteína animal no país é outro resultado da pressão externa". Para Kroetz, a educação sanitária, a criação do Indea e o trabalho da Famato foram os grandes motores da mudança no estado. "Os

grandes produtores viam grandes prejuízos por perto, não tinha outro jeito a não ser se conscientizar".

Rísia Lopes Negreiros, mineira de Ataleia, estava entre os profissionais mantidos pelo Fefa no início do governo Dante. Tinha-se formado em medicina veterinária pela UFRRJ em 1988 e trabalhava em uma fazenda próxima à capital fluminense quando, por indicação do diretor da faculdade, foi convidada pelo dr. Ênio para trabalhar no Indea. Foi designada para o escritório regional do órgão em Cáceres, passando a atuar em Figueirópolis d'Oeste, município da região. "Me encantei com o serviço", conta a doutora Rísia, ainda na ativa, hoje com mestrado e doutorado em Epidemiologia pela USP.

O Indea promoveu concurso público em 1996 e Rísia passou a compor o quadro de funcionários efetivos do órgão. Foi designada para a regional de Tangará da Serra e de cara enfrentou um grande desafio: uma missão estrangeira da rigorosa DG Sanco (sigla para Direção-Geral de Saúde e Consumidores), hoje DG Sante (Direção-Geral de Saúde e Segurança Alimentar), da Comissão Europeia, veio a Mato Grosso para uma auditoria. E isso exatamente no ano em que o estado registrou o último foco tido como de aftosa, em Colíder (posteriormente, ficou confirmado que a doença, na verdade, era a língua azul – ver *A incrível história do último registro de febre aftosa em Mato Grosso, na p. 221*). Rísia foi auditada em Barra do Bugres. Segundo ela, era preciso estar muito bem informada, pois as perguntas eram bastante técnicas e muitas vezes capciosas, havia "pegadinhas"[56]. Mato Grosso pas-

56 Moretto dá um exemplo concreto de pegadinha: "Durante uma auditoria da União Europeia, depois do último foco de Mato Grosso do Sul (2005), estávamos jantando e um dos auditores perguntou: 'Mato Grosso vacina porque tem o vírus ou por medo que entre'? Essas perguntas fora da auditoria são as

sou no teste. A missão aprovou a compra de carne maturada da parte central do estado, ficando de fora o Pantanal e a faixa norte. "Isso mexeu com a cadeia produtiva inteira", conta Rísia. "Os frigoríficos ganharam motivo para se instalar no estado: começou com oito, foi a 14 e daí por diante. Foi um período de grandes investimentos, de geração de empregos e de renda".

Foi um avanço, mas uma questão crucial ainda estava pendente: segurança sanitária na fronteira e ao norte do estado. Como a Bolívia não tinha status definido e havia registro de um foco em 1997, nesse mesmo ano o Mapa exigiu que Mato Grosso tivesse uma área de proteção em toda a fronteira e também nas divisas com Rondônia, Amazonas e Pará. O Indea ficou responsável pela determinação dos limites das zonas tampão. "Foi um momento difícil para toda a cadeia produtiva", diz a médica-veterinária Janice Barddal, da SFA em Mato Grosso. Boa parte do rebanho do estado, à época, ficou dentro dos limites da zona tampão, e pela orientação do Mapa os animais só poderiam ser abatidos em frigoríficos localizados naquela área. Com isso, apenas a planta de Pontes e Lacerda estava habilitada, ficando de fora os frigoríficos de Cáceres, Mirassol d'Oeste, São José dos Quatro Marcos e Araputanga. Resultado: Pontes e Lacerda não tinha capacidade para

---

mais complicadas, pois testam o conhecimento do médico-veterinário e o raciocínio deve ser rápido para não comprometer o resultado da auditoria. Resposta: 'Nenhuma das duas coisas. A retirada da vacinação passa por decisão de governo, que envolve economia e determinação política e deve ser tomada em conjunto pelos governos federal e estadual e os produtores, pois será mudado todo o enfoque das ações da defesa, passando o foco principal para a vigilância primária, visando prevenir a reintrodução do vírus'. Isso não entra nos relatórios de auditoria, mas é muito explorado nas reuniões e considerado nas conclusões e recomendações das visitas".

abater todos os bois da zona tampão, e os outros frigoríficos ficaram sem matéria-prima.

Janice conta que para os fazendeiros cujas propriedades ficavam nessas áreas a situação ficou muito difícil, pois não conseguiam comercializar seus animais. Outra dificuldade nessa época, segundo ela, era enfrentar a resistência dos produtores em vacinar. Eles alegavam dificuldades de manejo e viam no Indea um órgão punitivo, por conta da zona tampão, o que atrapalhava a relação. "Foi um período longo para estabelecer uma confiança entre nós e os produtores", diz ela. "O dr. Moretto, do Indea de Cáceres, ficava no meio do fogo cruzado". Segundo Moretto, o perímetro acabou tendo que ser alterado, por pressão dos frigoríficos. Foram realizados novos estudos e optou-se por ampliar a zona tampão, de forma a incluir todas as plantas frigoríficas da região. "Tanto os estudos como a instalação dos novos postos de controle, mobiliário e alimentação dos fiscais foram bancados pelas empresas interessadas. As prefeituras contribuíram cedendo funcionários para trabalharem como plantonistas (Mirassol d'Oeste, São José dos Quatro Marcos, Araputanga, Pontes e Lacerda, e Cáceres)". O Departamento de Sanidade Animal do Mapa em Brasília solicitou que o Indea justificasse a alteração. "Como a região de Cáceres foi a que sofreu maior mudança, o Donizeti Pereira de Mesquita, então chefe da Seção de Sanidade Animal da DFA-MT e o Irineu Barbieri, do Indea, solicitaram que eu os acompanhasse para justificar a medida", diz Moretto. "No Mapa, encontramos um colega que tinha participado de uma missão da UE para habilitar Mato Grosso para exportação e, ao parar para cumprimentá-lo, o Barbieri e eu ficamos mais para trás. Quando chegamos na sala da dra. Denise Euclydes Mariano da Costa, à época chefe do DSA, ela estava falando para o Donizeti: 'Vocês precisam de argumentos muito fortes para essa alteração'. Nisso nós entra-

mos. Ela comentou: 'Com esses dois argumentos, já está aprovado' (risos)[57]. Ledo engano: foram seis horas de discussão e apresentação de dados estatísticos e geográficos para a aprovação do novo traçado".

Com o estabelecimento da zona tampão – uma área de 255.598 km^2, ocupada por 12.285 propriedades localizadas na fronteira com a Bolívia e nas divisas com Rondônia, Amazonas, sul do Pará, Tocantins e parte de Goiás –, tornou-se ainda mais premente a necessidade de apoiar a Bolívia para que Mato Grosso conquistasse a certificação da OIE como livre de aftosa com vacinação e pudesse abrir novos mercados. "Nosso primeiro compromisso com a Bolívia, em 1997, foi de 400 mil doses", diz Antonio Carlos Carvalho de Sousa. "Como Fefa, de 1997 a 2011, enviamos 2 milhões de doses; de 2012 a 2017, como Fesa, enviamos mais 1 milhão de doses. No total, foram doados cerca de 3 milhões de doses".

Hablar espanhol

Embora a Bolívia não tivesse registrado mais nenhum foco desde 1997, sequer tinha um serviço de saúde animal completamente organizado. Se Mato Grosso queria ser reconhecido como inteiramente livre da aftosa com vacinação pela OIE, teria que se enquadrar na Portaria nº 50 do Mapa, de 1997, segundo a qual, para se conseguir o certificado, os vizinhos precisam ter status sanitário igual ou superior. Rísia Negreiros havia participado de

57 O motivo da brincadeira da doutora Denise era o porte físico avantajado dos dois, cada qual com seus mais de 1,90 m de altura. Eram conhecidos no Indea como Marmitão 1 (Barbieri) e Marmitão 2 (Moretto), também pelo fato de sempre receberem missões de maior duração e distância.

uma reunião da Cosalfa em Campo Grande, onde o assunto tinha sido abordado e ali ela sentiu necessidade de aprender espanhol para "hablar" com propriedade com os colegas bolivianos. "Falando a língua deles fica mais fácil, cria empatia e demonstra que você está preocupada em realmente entender o que estão dizendo". Em 1999, Rísia foi transferida para Cuiabá, onde concluiu o curso. Na Coordenadoria, em consenso com os colegas que ali estavam há mais tempo e após realizarem fiscalizações volantes na região fronteiriça para familiarizar-se com o ambiente, Rísia levou o problema da Bolívia para o dr. Ênio Arruda, que respondeu: "Você é nossa embaixadora no assunto, vai lá e veja o que pode ser feito". Ela foi.

Aqui retomamos o início deste capítulo e vamos encontrar a dra. Rísia rumo à cidadezinha histórica da Bolívia. Depois de sacolejar por 20 horas, ela e os colegas Moretto e Ilhesska enfim chegaram a Santo Corazón. Era Dia de Finados, as pessoas estavam taciturnas, arredias, não havia "clima" para uma conversa sobre febre aftosa.

"Preciso desenvolver uma empatia", pensou Rísia. Seu objetivo ali era conhecer os criadores, sensibilizá-los e influenciá-los a entrar em um programa de vacinação que lhes permitisse caminhar juntos com Mato Grosso na erradicação da aftosa. Como não havia hotel no vilarejo, ficaram hospedados na casa do representante do povoado, denominado "cacique", um fazendeiro local que aos poucos compreendeu o objetivo da visita, e assim o gelo foi sendo quebrado.

— Vocês vacinam? – perguntou Rísia aos produtores.

— Sim, de vez em quando, quando vem alguém de Santa Cruz e traz a vacina. Mas agora estamos fazendo um esforço, porque senão brasileiro não compra.

— E tem comprador??? – espantou-se a veterinária, uma vez que o comércio de gado entre os dois países estava proibido.

— Sim!!!, respondeu o fazendeiro.

Risia percebeu ali que era impossível evitar o trânsito de animais na vastidão da fronteira, onde sequer cerca é possível fazer na planície inundada e de difícil acesso. "O mais acertado era promover uma vacinação correta, com o mesmo tipo de vacina e na mesma época das campanhas praticadas em Mato Grosso para que, se o gado fosse comercializado com brasileiros, não oferecesse riscos sanitários ao rebanho mato-grossense."

— Vou levar essa necessidade de ter vacina regularmente para o Fefa e ver o que é possível fazer – prometeu. E completou:

— Querem mandar algum recado para Santa Cruz?

— *Dijelos que estamos aislados, alejados e olvidados!* (Diga-lhes que estamos ilhados, distantes e esquecidos!)

Era novembro, época de muita chuva na região. A equipe só conseguiu retornar a San Matías por obra do experiente motorista que os conduziu, conhecedor dos caminhos transitáveis em meio ao aguaceiro. As visitas prosseguiram por San Ignacio de Velasco, San Rafael, San Miguel, Concepción, até a capital do Departamento, Santa Cruz de La Sierra. Ali os profissionais se reuniram com representantes do Senasag e da Fegasacruz, e foram discutidos os pontos de estrangulamento do sistema de defesa sanitária animal proposto para erradicação da febre aftosa e as correções necessárias.

O diagnóstico revelou o seguinte: existência de obrigatoriedade de vacinar contra febre aftosa; escassez de vacina; comprometimento na logística de obtenção da vacina; falhas na cadeia de frios; poucos registros de comercialização e aplicação da vacina; campanhas que perduravam por longo período, comprometendo a imunidade de reba-

nho; dificuldades na avaliação da cobertura vacinal; ausência de registros na movimentação de animais; e legislação frágil para garantir programa de qualidade[58].

O sucesso dessa reunião levou a outra mais ampliada, com participação dos setores privados de Mato Grosso (Famato), Mato Grosso do Sul (Famasul) e Fegasacruz, além de Mapa e Senasag, que articularam a assinatura do Acordo Interinstitucional entre o Brasil e a Bolívia, envolvendo estados brasileiros e o Departamento de Santa Cruz para coordenar ações de defesa sanitária na Bolívia. Com isso, o país vizinho ganhou forças para a criação da sua lei nacional de defesa agropecuária.

"Em 25 de novembro de 2000, com a assinatura de um Convênio de Cooperação internacional para a execução do Plano de estabelecimento de uma zona livre de febre aftosa em Santa Cruz, localizada na área de influência da fronteira de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a situação levou a cobrar um novo enfoque e dinâmica da luta contra febre aftosa, com uma forte e preponderante participação do setor privado (Fegasacruz, Famasul, Famato, CNA, Fefa/MT, Fesa/MS, ABC etc.), somado aos esforços dos governos estaduais (Indea, Iagro) e do Senasag", recorda Aluísio Sathler. Os estados ficaram responsáveis pelas ações oficiais e pelo apoio técnico para o cadastramento das propriedades rurais na Bolívia, sempre com a participação ativa do Panaftosa. Foi criado então o Comitê Internacional Misto Brasil-Bolívia (CIMBB)[59]

---

58 *In* "A Fronteira Brasil-Bolívia em Mato Grosso", uma publicação da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

59 Os CIMBBs são formados pelo Indea e sindicatos rurais dos municípios mato-grossenses da fronteira, pelo Serviço Nacional de Sanidade Agropecuária e Inocuidade Alimentar da Bolívia (Senasag), Asociación de Ganaderos de San

em cada município da fronteira boliviana para administrar a recepção, comercialização e aplicação das vacinas doadas pelo Brasil. Os recursos obtidos pagavam os custos operacionais e financiavam a estruturação do serviço veterinário oficial.

Os médicos-veterinários do Indea Adelar Mariotti e Fernando Moretto, do escritório regional de Cáceres, passaram a orientar os bolivianos na organização dos escritórios e registros das ações sanitárias. Também foram ofertados pelo Indea cursos de educação sanitária, de atenção a emergências, entre outros, necessários ao desenvolvimento do projeto. Na sequência entrou em campo a dra. Rísia, na área de epidemiologia. Ela e Moretto fizeram várias visitas à Bolívia, com duração de semanas, com ações de campo e visitas aos escritórios locais e ao escritório central do Senasag em Santa Cruz. Paralelamente, Mato Grosso vinha fazendo seu dever de casa. O médico-veterinário Manoel de Aquino Filho (Lito) fora designado por Ênio Arruda para ser o coordenador estadual do Inquérito Soroepidemiológico para avaliação de atividade viral de febre aftosa em Mato Grosso. Ele explica o procedimento: "Tiramos sangue por amostra, de acordo com modelo matemático, nas propriedades dos 126 municípios de Mato Grosso, nas 10 regiões administrativas (dados de 1999. Hoje são 141 municípios e 12 regiões administrativas). Coletamos em torno de 2 mil amostras para verificar se tinha atividade viral. Ênio me deu carta branca para realizar esse trabalho: 'Você agora é o presidente do Indea', disse. Graças a Deus, deu tudo certo. Fomos o primeiro estado a entregar os resultados. Conseguimos a ampliação da zona livre de aftosa com vacinação em Mato Grosso. Fizemos a sorologia em 1999 e, em 2000, veio o reconhecimento".

Matías, Asociación de Ganaderos de San Ignacio de Velasco (Agasiv) e Comitês Cívicos (representação dos indígenas).

O rebanho bovino dentro dessa área livre representava cerca de 13 milhões de cabeças, distribuídas por 60 mil propriedades. O restante, estimado em cerca de 3,7 milhões de cabeças, continuou submetido às restrições impostas pela zona tampão. Em maio de 2000, Zeca D'Ávila, Antonio Carlos Camacho, Luiz Carlos Meister e Antonio Carlos Carvalho de Sousa integraram a delegação do Circuito Pecuário Centro-Oeste que recebeu da OIE, no Palácio do Congresso, em Paris, o certificado de área livre de febre aftosa com vacinação.

> "O certificado que abre as portas dos mercados mundiais para produtos bovinos de Mato Grosso, inclusive carne *in natura*, foi entregue ao ministro da Agricultura e do Abastecimento, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, que representou o governo brasileiro na 68ª Assembleia Geral da OIE. Posteriormente, o ministro Pratini de Moraes entregou o certificado da OIE ao governador Dante de Oliveira, em solenidade realizada na sede da embaixada brasileira em Paris"[60].

Vale lembrar que esse certificado não contemplava os animais da zona tampão. Por outro lado, ele abriu caminho para a exportação de bovino em pé por pecuaristas dos municípios beneficiados pela decisão da OIE. O clima era de otimismo total. Para Dante de Oliveira, o certificado da OIE "representa o início de uma nova era tanto para a economia como para a pecuária do estado" ("Produtor Rural", ed. 90, p. 27)

Como resultado imediato, a partir daí Mato Grosso pôde comercializar carne *in natura* desossada para a União Europeia.[61] O

---

60 *In* revista "Produtor Rural", edição 90, junho de 2000, p. 26.

61 O Estado e o país, é certo, surfaram na onda da Vaca Louca que teve início na Inglaterra, nos anos 80, e atingiu toda a Europa como um tsunami nos

trabalho de Rísia e Moretto na Bolívia culminou com a realização da sorologia, em 2001, que determinou a ausência de atividade viral na região da Chiquitania. Nesse mesmo ano, todo o Mato Grosso foi reconhecido como livre de aftosa com vacinação. Em maio de 2003, foi a vez de a Chiquitania receber o diploma da OIE. Zeca D'Ávila, que presidiu o Fefa desde sua criação até 2010, quando foi criado o Fesa, comenta: "Fizemos um trabalho muito forte na Bolívia. Era muito importante para que eliminássemos a doença de uma vez por todas. Foi esse argumento que levamos pra frente para conseguir acabar com a aftosa em Mato Grosso e nos países vizinhos. A Famasul fez esse trabalho na fronteira com o Paraguai e nós fizemos na Bolívia, para extinguir o mal de uma vez por todas. Fizemos um trabalho muito bem feito".

"A gente passou a doar a vacina não porque a Bolívia era pobre, mas porque eles não tinham logística para fazer chegar o produto no momento certo na região da fronteira, principalmente aos pequenos produtores e comunidades indígenas. Além disso, qual a qualidade da vacina que eles usavam, quando usavam? A gente não sabia. Compravam da Argentina, do Paraguai, onde tivesse. Se o gado fosse entrar no Brasil, que entrasse com a nossa vacina!" – diz a dra. Rísia. "Batalhei muito para que a doação continuasse, porque a gente conhecia o nosso produto, sabia que era de qualidade. A vacina era vendida aos produtores, não era uma relação paternalista. Com o dinheiro os bolivianos estruturaram o Sena-

---

anos 90. Os rebanhos europeus foram dizimados, as pessoas pararam de consumir a carne produzida no continente e o produto brasileiro ganhou espaço não só na União Europeia mas também abriu os mercados de países como Rússia, Israel e outros. A Austrália, outro grande fornecedor daqueles mercados, segundo Rísia, cometeu um deslize ao terceirizar o serviço de vigilância sanitária e com isso perdeu alguma credibilidade, abrindo mais uma janela para a carne brasileira – e mato-grossense.

sag. Até então eles não tinham uma legislação nacional ou instituições para tratar especificamente da febre aftosa, e mais uma vez o Indea colaborou para constituí-las".

"Se tem um comércio de gado (oficial ou não) entre Mato Grosso e Bolívia, ou os dois estão na mesma categoria sanitária ou um vai passar a doença *pro* outro. Na região de Cáceres, tem fronteira seca de 500 km com a Bolívia. Ou a Bolívia está bem ou Cáceres nunca será livre de febre aftosa", argumenta Júlio Pompei, do Panaftosa. "Tem que ter a visão de seguir todo mundo junto. Se o outro não tiver condição, você apoia, senão você vai receber o problema dele".

Do outro lado da fronteira

O pecuarista boliviano Wilfredo Peinado Cuéllar, que foi presidente da Asociación de Ganaderos de San Matías (Agasam) entre 2008 e 2014 e presidente do CIMBB de San Matías entre 2010 e 2015, conta que depois das campanhas de vacinação eram redigidos informes sanitário e econômico da ação, que refletiam também o forte impacto social, principalmente nas comunidades menores, com a realização das etapas. Com apoio financeiro do Fefa foram construídos vários bretes comunitários para a vacinação do gado – antes, nas pequenas comunidades, os animais tinham que ser contidos a laço, o que dificultava sobremaneira a vacinação. Os relatórios, remetidos aos respectivos governos, foram fundamentais, segundo Peinado, quando da vinda de missões internacionais de inspeção sanitária ao Brasil para liberação de mercados para a carne mato-grossense. "Os auditores olhavam a documentação brasileira e comparavam com as informações bolivianas. Batia. Fomos avalistas do passaporte para a exportação do Brasil, porque lutamos juntos, temos uma forte irmandade."

Para Peinado, ou Liqui, como é conhecido, a doação de vacinas pelo Fefa fez uma enorme diferença no desenvolvimento da pecuária regional de seu país. Hoje o Departamento de Santa Cruz também tornou-se exportador de carne bovina, graças ao avanço da genética e da certificação de livre de aftosa. Ele aguarda o desfecho dessa parceria, que é a retirada da vacinação: "Antonio Carlos e Zeca construíram isso, hoje nós podemos produzir alimentos. San Matías tem genética muito avançada e é uma zona limpa. Evoluiu junto com o Brasil. San Ignacio tornou-se o coração da pecuária, com um frigorífico que inicialmente tinha capital brasileiro. Em cinco ou seis anos nos tornamos livres da aftosa. Agora estamos caminhando para a retirada da vacinação". Para Peinado, definitivamente ficou no passado a prática de "colocar querosene na nuca do animal ou misturar sal com benzocreol para combater a aftosa, que deixava o pelo do gado cinza".

Ele avalia que a ação sanitária empreendida na fronteira teve um efeito colateral benéfico, principalmente em relação à segurança na região: "Hoje sabemos quem são nossos vizinhos". Segundo Peinado, há um estigma de que os bolivianos da fronteira são maus, delinquentes, quando na verdade são vítimas da passagem de drogas pela região em direção ao Brasil. Moretto, que conhece como poucos a fronteira, endossa: "Os mesmos problemas que os brasileiros com propriedade na fronteira têm, os produtores bolivianos têm. Correm o mesmo risco".

Atual presidente da Agasam, com participação na direção da Fegasacruz, o pecuarista boliviano Aldo Vaca lembra que a vacinação, acompanhada pelo pessoal do Indea e do Fefa, era feita quase sempre em condições precárias. Segundo ele, os pequenos produtores – cujo rebanho é basicamente formado pelo gado pantaneiro (*bos taurus iberico*), de menor porte, com chifres –, não tinham estrutura de curral e tronco para conter os animais; cada

rês tinha que ser laçada, derrubada e peada para receber a vacina. Segundo ele, na região de San Matías são criadas aproximadamente 140 mil cabeças de gado, e em todo o Departamento de Santa Cruz, cerca de 10 milhões de animais. Em 2018 o processo de doação de vacinas pelo Brasil cessou, segundo Vaca, porque a Bolívia já havia adotado a vacina de 2 ml, enquanto o Brasil ainda usava a dosagem de 5 ml – passou a 2 ml em 2019 – e também porque as importadoras de vacinas bolivianas – o país não tem fabricação própria – pressionaram o Senasag para cessar a doação brasileira, por questões de mercado. Agora, segundo Vaca, os produtores, pequenos, médios ou grandes, têm que comprar a vacina a preço de mercado. As comunidades indígenas e pequenos produtores rurais do pantanal boliviano, diz ele, estão reclamando, e mesmo criando dificuldades para a realização da vacinação, que é obrigatória. "O custo é elevado para os pequenos criadores do Pantanal. A Bolívia realiza duas etapas de vacinação, de mamando a caducando, mas a campanha no segundo semestre é em datas diferentes para o Pantanal e a região mais ao norte: no Pantanal o início é antecipado por conta da entrada da estação chuvosa em novembro."

A Agasam quer retomar a parceria com o Brasil e, mais que isso, tornar legal o comércio de animais entre os dois países, que sempre aconteceu na informalidade, embora proibido. Em agosto de 2020, Aldo Vaca queria realizar o primeiro leilão conjunto de animais em San Matías, com gado brasileiro e boliviano na pista, mas a pandemia de Covid-19 interrompeu os planos. "Os bolivianos querem vender bezerros aos brasileiros e comprar novilhas para incrementar o rebanho. A genética nos criatórios (excetuando-se as pequenas criações no Pantanal) é a mesma da brasileira; criadores bolivianos participam das grandes feiras pecuárias brasileiras, como a exposição de Uberaba, e compram sêmen

de touros nas centrais brasileiras". A Bolívia já é exportadora de carne, inclusive para a China, e pretende ampliar o comércio internacional com a obtenção do certificado de livre de aftosa sem vacinação.

Rondônia

Nem só a Bolívia estava isolada pela zona tampão. Rondônia, Amazonas e Pará também eram motivo de preocupação naquele período, e o Indea, que já tinha postos espalhados pelas divisas do estado, passou a agir com mais rigor nessas áreas. A de menor preocupação era a divisa com o Amazonas, protegida pela floresta. No Pará, o órgão passou a atuar no sul do estado, na área reivindicada então por Mato Grosso como seu território. Com a recente decisão do litígio, favorável ao estado do Pará, o Indea está em fase de transição: continua acompanhando as propriedades já cadastradas pelo órgão, até que o serviço veterinário do Pará assuma o controle, mas já não cadastra novas propriedades. Rondônia foi um caso à parte: em 1999, durante reunião sobre febre aftosa em São José do Rio Preto, o "Marmitão 1" Irineu Barbieri foi convidado pelo colega rondoniense Fernando Pinto para montar a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril (Idaron) no estado, então governado por José de Abreu Bianco. Com larga experiência no cadastramento de propriedades e na montagem de escritórios do Indea no nortão de Mato Grosso, Barbieri topou.

"Assumi e fiquei quatro anos montando escritórios do Idaron em Rondônia". Ele conta que na mesma época – abril de 1999 – foi criado o Fundo Emergencial da Febre Aftosa (Fefa-RO) por José Vidal Hilgert, "um sulista que chegou num 'Fuca' com duas motosserras novas e várias peças e hoje é um grande empresário no estado". Como em Mato Grosso, as duas instituições trabalharam em conjunto pela erradicação da aftosa em Rondônia.

"Lá foi mais fácil, pelo fato de o estado ser separado do Departamento de Pando pelo rio Madeira e, em solo brasileiro, ser ligado ao restante do país por somente duas rodovias – a que vai de Cuiabá ao Acre e outra que vai de Porto Velho a Manaus. A

maioria do pessoal de lá é do Sul, já tinha tradição de vacinar. Mesmo assim tinham os relapsos. Entramos com vacinação pesada, sacrificamos animais no único caso que presenciei. O Fefa-RO doava vacinas para os bolivianos e patrocinou treinamento dos técnicos daquele país em Minas Gerais para serem extensionistas na Bolívia. Também intensificamos a fiscalização: havia um barco e um avião patrulhando constantemente a fronteira", recorda-se Barbieri.

Depois de quatro anos no estado vizinho, ele voltou a Mato Grosso, para o escritório de Várzea Grande, onde trabalhou até se aposentar.

A "Marmita"

O leitor já conheceu os "marmitões" do Indea, Fernando Moretto e Irineu Barbieri, apelidados assim pela estatura avantajada. Chegou a hora de conhecer a "Marmita". Nossa personagem ganhou este apelido não por ser grande como os colegas, mas por ter passado tanta fome quando atuava no município de Nova Xavantina, logo no início da carreira, que prometeu a si mesma nunca mais sair para o campo sem levar o que comer.

"A gente saía cedinho do escritório em Nova Xavantina para fazer o cadastramento das propriedades. Lá pelos lados da Serra Azul tinha uns gaúchos que plantavam arroz. Eles não ofereciam nem água, nem comida, e se estavam almoçando iam atender a gente lá no terreiro, nem convidavam para entrar. Eram arredios. A gente acabava comendo só bem mais tarde, numa localidade conhecida como Posse do Banco Safra."

O ano era 1987 e Suely Tocantins acabara de chegar da capital paulista, onde nasceu, filha de pai cuiabano, cresceu e se formou médica-veterinária pela Universidade de São Paulo (USP). Casou-se, trabalhou em clínicas veterinárias e, com a morte prematura do marido, uma irmã que morava em Cuiabá a convidou para vir para Mato Grosso. Foi contratada pelo Indea, em regime CLT, e participou de vários treinamentos em Barra do Garças.

"O Indea tinha convênios com o antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF – hoje Ibama) e com a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), e os treinamentos abrangiam autorização de desmatamento, cálculos relacionados à madeira, parte ambiental, fiscalização de pescadores, coleta de material de doenças de citros e ainda a identificação e procedimentos relativos às doenças em animais, em especial a febre aftosa", conta. "A legislação em relação à aftosa não era tão exigente, o pessoal vacinava quando achava que devia".

Arquivo pessoal

Suely Tocantins junto a Hilgo Paulo Silva, já falecido, na Fazenda Florida, fronteira com a Bolívia

Depois dessa fase de treinamento, passou a trabalhar no escritório de Nova Xavantina. Enfrentou os problemas corriqueiros da época: dificuldade de comunicação, péssimas estradas – que algumas vezes a fizeram dormir no carro, em meio a um atoleiro, ou sobre baixeiros nas propriedades – e a fome na Serra Azul. Mas maravilhou-se com o rio Araguaia e as paisagens dos municípios por onde passava – Cocalinho, Água Boa…

Suely conta que o Indea estava se estruturando na época, criando algumas coordenadorias, e como o pessoal era pouco era preciso deslocar-se para outros municípios do estado para ajudar em alguma tarefa mais urgente: assim, conheceu também Alto Garças, Alto Taquari e várias outras localidades até ser transferida para Cuiabá em julho de 1989. Estava em curso o cadastramento dos municípios do entorno e, com a criação da unidade do Indea em Santo Antônio de Leverger, foi designada chefe do escritório local. De agosto a dezembro daquele ano, duas equipes sob seu comando conseguiram cadastrar 40.000 km^2, ou 1.872 propriedades. "Fizemos um mapa do município que acabou medindo 4,5 metros. A gente tinha que ficar deitada sobre ele para poder registrar todas as propriedades. Em dezembro de 1989 entregamos o cadastramento, com o croqui de cada propriedade, tudo detalhadíssimo – número de animais, instalações, cobertura vegetal, cursos d'água, tudo".

"Quando fui pra Santo Antônio a gente passava a semana toda fora. Pensei: esse povo não me pega mais. Preparava meu farnel – arroz, feijão, carne seca, frutas e o que mais tivesse na geladeira de casa. Levava também um fogãozinho. Biro-Biro, um colega engenheiro florestal, sempre que eu ia para o campo perguntava: 'Tá levando marmita'? Logo começou a me chamar de "Marmita", foi espalhando, depois veio o Barbieri, continuou com aquilo, e o apelido ficou. Mas no Pantanal é muito diferente, o

povo é muito hospitaleiro, sempre oferecia almoço, pouso, era outra realidade".

De 1990 a 92 Suely trabalhou no escritório de Chapada dos Guimarães, e em 1993 pediu transferência para o escritório regional do Indea em Cáceres, onde passou a trabalhar com Fernando Moretto. Em 1994, prestou concurso para a Unemat, onde passou a dar aulas de biologia. Também em 1994 o governador Jayme Campos lançou um grande concurso público no estado e ela se tornou funcionária estável do Indea.

"Atendi muitos casos de aftosa em Cáceres. A equipe era aguerrida. A gente era uma espécie de filtro para Rondônia. Cheguei a trancar rodovia federal para realizar inspeção. Em 1996, refiz o cadastramento das propriedades do baixo Pantanal. Sempre trabalhei no baixo Pantanal. Estreitei os laços com os produtores pantaneiros, com quem sempre tive uma ótima relação. A cada ano vacinamos mais, os proprietários sempre colaboraram muito. Por conta dessa relação, consegui incluir o município de Cáceres no projeto Fazenda Pantaneira Sustentável, da Embrapa Pantanal".

Suely Tocantins aposentou-se pela Unemat em 2014 e pelo Indea em 2017, já como doutora. Havia feito especialização na Universidade de Viçosa, em 1990, mestrado em Ecologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) de 1998 a 2000 (quando trabalhou com brucelose em bovinos no Pantanal, realizando a sorologia em todos os municípios pantaneiros do estado, ainda antes do lançamento do Programa Nacional de Erradicação da Brucelose) e fez doutorado em Ciência Animal – área de concentração em epidemiologia – pela UFMG em 2007. Hoje é proprietária da Vigente, uma startup que trabalha com conformidade ambiental e fundiária, possui uma pequena empresa alimentícia e dedica-se também ao seu xodó de muitos anos: o artesanato, inspirado na região que passou a amar, o Pantanal.

Agradecimento especial

A fiscal estadual do Indea Rísia Negreiros estava na Bolívia, acompanhando os trabalhos de sorologia da região da Chiquitania, quando foi apresentada ao epidemiologista boliviano Cesar Vladimir Orozco Quezada, médico-veterinário formado pela Universidade Gabriel René Moreno, de Santa Cruz de La Sierra. O currículo do colega era invejável. Depois de passar por um curso no Instituto Nacional de Investigaciones Agrarias (Inia) em Madri, Espanha, Orozco havia trabalhado como veterinário de campo com pequenos produtores e, em 1997, obteve o cargo de epidemiologista na Unidad Nacional de Vigilancia Epidemiológica de Enfermedades Animales (Univep). Em 1999, fez mestrado em Epidemiologia e Economia na Universidade de Reading, na Inglaterra, e entre 2001 e 2003 trabalhou como epidemiologista do Senasag em Santa Cruz.

Foi nessa época que os dois se conheceram, na frente de batalha contra a febre aftosa na fronteira Mato Grosso-Chiquitania. A princípio, Rísia ficou com um pé atrás, pensando que Orozco iria fazer uma abordagem europeia do trabalho. Logo, porém, viu que o colega boliviano não seguiria este caminho, e inclusive dava ouvidos às palavras da veterinária brasileira – ainda sem os títulos de mestre e doutora em epidemiologia –, a quem elogiava pela capacidade de estabelecer um clima de confiança com os produtores. Foi numa das conversas que Rísia sugeriu – e Orozco acatou – a ideia de se redigir a legislação específica para o serviço veterinário boliviano, documento escrito a quatro mãos por Orozco e Ernesto Salas García.

Em 2003 Orozco passou a trabalhar na Bolívia para o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA APHIS) na implementação de programas de controle e erradicação de enfermidades animais e vegetais. O USDA APHIS dedicou técnicos e recursos econômicos para a erradicação da febre aftosa nos departamentos de Beni e Pando, anteriormente fontes primárias de infecção por febre aftosa no país. Hoje, Cesar Orozco coordena as atividades regionais da APHIS em relação à aftosa na América do Sul. Participa das reuniões do PHEFA, Cosalfa, Giefa e outras organizações regionais. A partir de 2020, Orozco começou a trabalhar em assuntos sanitários e fitossanitários na Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, representando a APHIS, no melhoramento comercial de produtos agrícolas.

Dr. Orozco dedicou parte do seu tempo para levantar e nos enviar documentos preciosos a respeito da certificação da Chiquitania pela OIE, para a qual contribuiu diretamente. A ele, nossos mais sinceros agradecimentos.

s/a | Acervo Fernando Moretto | 1994

Primeira doação de vacinas contra a aftosa do Brasil para a Bolívia. No centro da foto, o médico-veterinário Fernando Moretto, do Indea (Marmitão 2)

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT | 2000

O Fefa iniciou oficialmente a doação de vacinas para a Bolívia em 1997. Da esq. para dir.: Antônio Carlos Camacho, Ênio Arruda, Zeca D'Ávila, Osvaldo Justiniano e produtores bolivianos

s/a | Acervo Fesa/MT | 2000

Antônio Carlos Camacho, Zeca D'Ávila, Luiz Carlos Meister, Ênio Arruda e Antonio Carlos Carvalho de Sousa durante evento em que a OIE declarou parte de Mato Grosso livre de aftosa com vacinação em 2000

s/a | Acervo Fesa/MT | 2000

O governador de Mato Grosso Dante de Oliveira exibe o certificado da OIE, tendo à sua esquerda o então ministro da Agricultura, Pratini de Moraes

s/a | Arquivo da Famato | 1997

Assinatura do Plano Interinstitucional Brasil-Bolívia por representantes da Famato, Famasul, ABC, Indea, Fefa e Fegasacruz em San Matías, em 1997

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT | 1996

Lançamento de campanha de vacinação em Cáceres reúne autoridades e produtores brasileiros e bolivianos

s/a | Arquivo pessoal Rísia Negreiros | 2000

Rísia Negreiros (de preto) e colegas em frente a uma das igrejas das missões jesuítas na Chiquitania

s/a | Arquivo Famato | c. 2000

Ênio Arruda, Zeca D'Ávila, Fernando Moretto e Rísia Negreiros inspecionam a construção de posto fiscal na Bolívia

s/a | Arquivo Famato | c. 2000

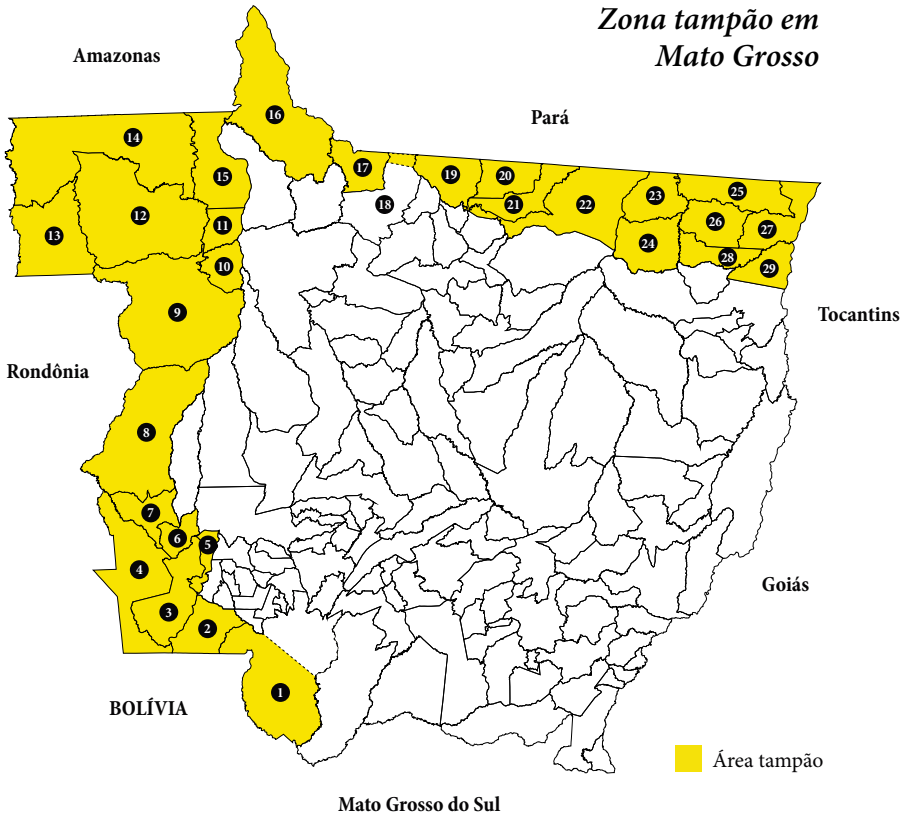
Trabalho conjunto de entidades brasileiras e bolivianas consolidou a Irmandade na fronteira, realizando inúmeras ações no combate à febre aftosa

s/a | Acervo Fesa/MT | 2003

Antonio Franco, presidente da Fegasacruz, exibe o certificado da OIE que reconhece a Chiquitania como primeira zona livre de aftosa (com vacinação) na Bolívia

s/a | Arquivo Agasam | 2018

Reunião na Famato, em junho de 2018: de frente, Antonio Carlos, presidente do Fesa, Normando Corral, presidente da Famato, Aldo Vaca, presidente da Asociación de Ganaderos de San Matías (Agasam) e Jeremias Pereira Leite, presidente do Sindicato Rural de Cáceres

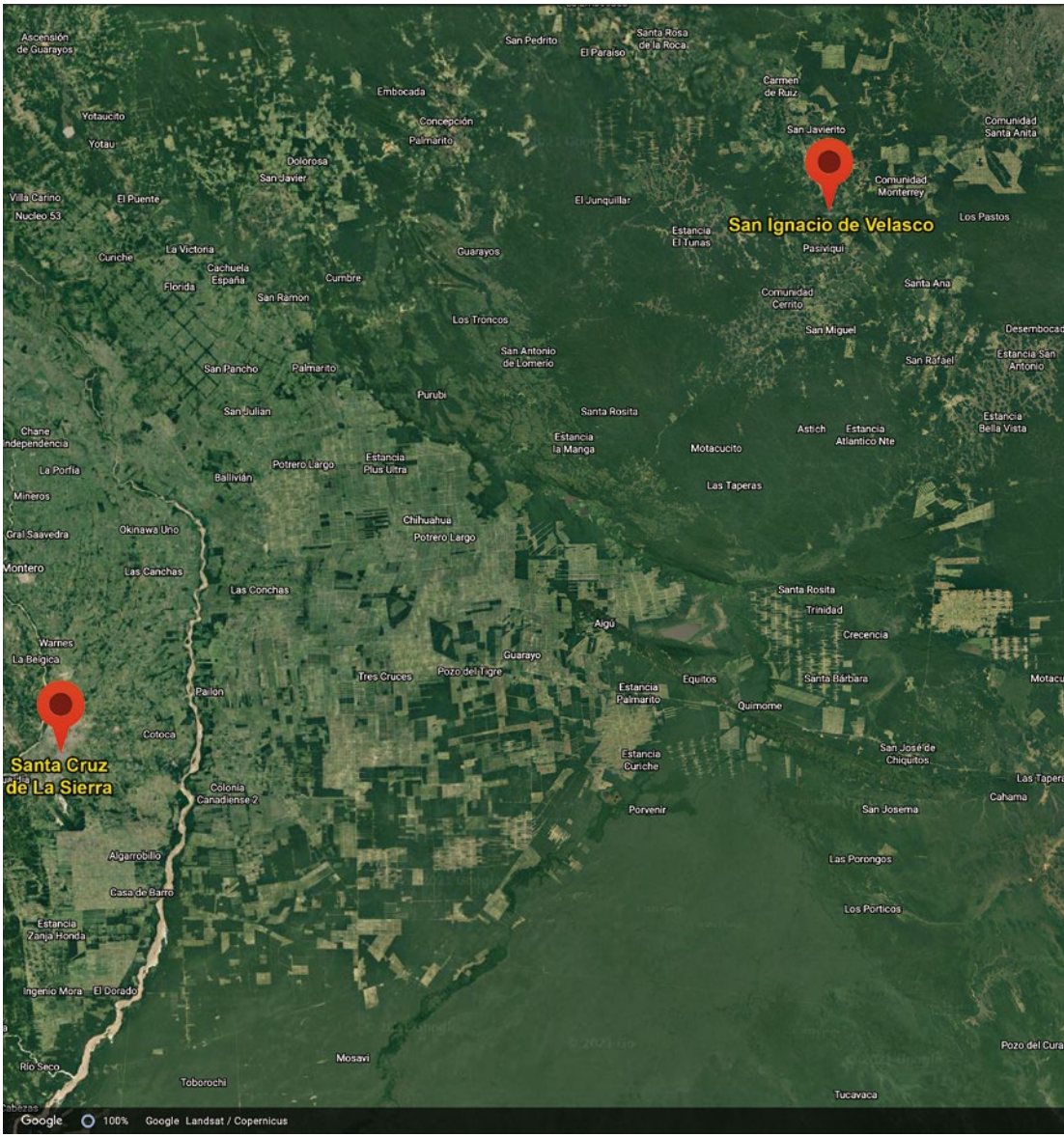


1 - Cáceres
2 - Porto Esperidião
3 - Pontes e Lacerda
4 - Vila Bela da SS. Trindade
5 - Vale de São Domingos*
6 - Conquista D'Oeste*
7 - Nova Lacerda
8 - Comodoro
9 - Juína
10 - Castanheira
11 - Juruena
12 - Aripuanã
13 - Rondolândia
14 - Colniza*
15 - Cotriguaçu
16 - Apiacás
17 - Paranaíta
18 - Alta Floresta
19 - Novo Mundo
20 - Guarantã do Norte
21 - Matupá
22 - Peixoto de Azevedo
23 - Santa Cruz do Xingu*
24 - São José do Xingu
25 - Vila Rica
26 - Confresa
27 - Santa Terezinha
28 - Porto Alegre do Norte
29 - Luciara

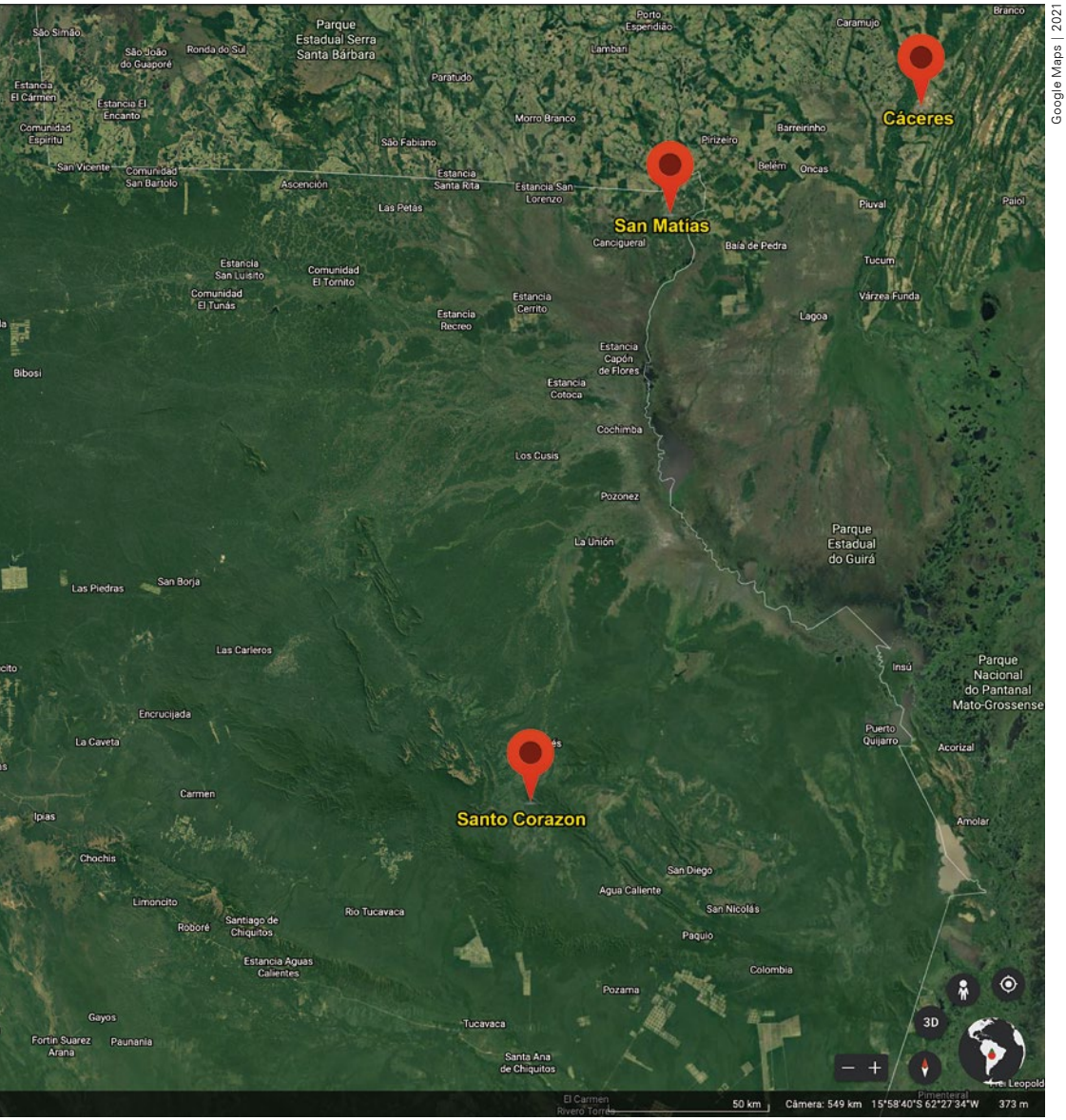
**Municípios criados após 1999.*

Fonte: Mapa desenhado sobre base cartográfica de 2015 (MIRANDA; BASTOS, 2016), com informações do mapa original do Indea publicado na revista "Produtor Rural", edição 77, de abril de 1999.

Mapa elaborado a partir do original do Indea referente à Portaria nº 618 de 28 de dezembro de 1999, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, que criou temporariamente uma zona tampão para separar alguns municípios da zona livre de febre aftosa com vacinação



Fronteira Brasil-Bolívia, ou Chiquitania-Mato Grosso, onde ocorreu o enfrentamento conjunto da doença até a obtenção do status de livre de aftosa com vacinação



Google Maps | 2021

Chico Valdiner | Gcom/MT | 2015

Capítulo 8

Mudança de mentalidade

> "O curso de Educação Sanitária foi um divisor de águas na minha vida. Aprendi que não precisava usar a força para realizar o meu trabalho. Comecei a fazer reuniões com os produtores nas comunidades rurais e dizia a eles: 'se você vacinar e ficar alguém sem vacinar, e amanhã ou depois estourar um foco de aftosa, o município todo ficará interditado, o estado todo ficará interditado e todo mundo terá prejuízo. Por isso preciso saber quem não vacina, quem joga vacina fora'. E assim fui conseguindo aliados" – *Ivan Suzuki Serpa*, ex-servidor do Indea-MT, conhecido como o Japonês da Toyota[62].

Se há um ponto em comum nas lembranças dos servidores do Indea que atuaram no combate à febre aftosa em diferentes décadas é o reconhecimento da importância que sempre foi dada à capacitação. Formado pela UFRRJ, Roberto Renato Pinheiro da Silva é um dos remanescentes da leva de 11 médicos-veterinários cariocas que atenderam ao convite do Indea para cerrar fileiras contra a aftosa no segundo semestre de 1995[63].

---

62 A alcunha do ex-servidor do Indea é uma referência ao fabricante do utilitário usado na época pela maioria dos médicos-veterinários de campo.

63 Os 11 médicos-veterinários recém-formados foram contatados pelo professor Rogério Serrão Piccinini, da UFRRJ, que, por sua vez, recebeu um telefonema do então presidente do Indea, Ênio Arruda, que buscava profissionais para engrossar os quadros do órgão, num momento em que Mato Grosso avançava a passos largos no combate à febre aftosa, visando obter o status de livre

"Éramos nove homens e duas mulheres, e assim que chegamos a Cuiabá, em setembro, tivemos uma semana de treinamento com o professor José de Angelis Côrtes. Havia muito preconceito e a maioria das pessoas dizia que não íamos aguentar o tranco por sermos do Rio de Janeiro", conta Roberto, ressaltando que esse pensamento era principalmente dirigido às moças do grupo.

Pois as duas jovens médicas-veterinárias – Érika Gleice Menezes do Nascimento e Karen da Costa Rocha – permaneceram em Mato Grosso, a segunda se casou com Roberto e os três são até hoje servidores do Indea[64].

Atual presidente do CRMV-MT, Roberto faz parte da geração de profissionais que, por terem ingressado no Indea por meio do concurso de 1996, não chegou a ter contato com animais com sinais clínicos da febre aftosa:

"Não tivemos contato com a febre aftosa em Mato Grosso de forma presencial, mas se surgisse um novo foco estávamos tecnicamente preparados para agir", garante.

A segurança de Roberto deve-se a treinamentos intensivos como o que era dado pelo epidemiologista sergipano José de Angelis Côrtes. Professor aposentado da USP, ele participou como voluntário, ainda estudante, da elaboração do Plano de Defesa

---

da doença com vacinação junto à OIE. Na época, outros jovens egressos da UFRRJ já estavam atuando em Mato Grosso, como Guilherme Marques e Marcos Catão.

64 Junto com essa nova "leva de cariocas" também vieram médicos-veterinários recém-formados em universidades da região Nordeste e a mineira Rísia Lopes Negreiros, graduada na UFRRJ. Por ser um período de mudança do governo estadual, todos os veterinários recém-contratados ficaram cinco meses sem receber seus vencimentos (de setembro de 1995 a janeiro de 96) e só conseguiram se manter em Mato Grosso graças a uma ajuda de custo paga pelo Fefa, no valor de R$ 200 nos primeiros três meses e de R$ 300 nos dois últimos meses, recorda Roberto Renato.

Sanitária nos anos 1960. Na década de 1990, esteve diversas vezes em Mato Grosso para dar treinamentos como consultor do Fefa.

"Eu ensinava de A a Z, desde como segurar a seringa para vacinar até o que fazer no caso de o vírus da febre aftosa atingir algum município", conta Côrtes, aos 81 anos.

Outro médico-veterinário que marcou época nos treinamentos realizados em Mato Grosso foi o baiano Clovis Thadeu Rabello Improta, radicado em Santa Catarina há quase 50 anos. Ao lado de Huldo Cony Filho, ele foi um dos responsáveis pelo processo de conscientização de muitos agentes da defesa sanitária de Mato Grosso. Paulo Bilégo, que assumiu a presidência do Indea em 1992, elogia a participação desses especialistas na capacitação dos servidores mato-grossenses:

"Quando começou o combate à febre aftosa, ainda no período anterior à divisão do estado, a filosofia era outra. Nos anos 1970, em pleno governo militar, não tinha conversa: era vacinar ou ser preso. E essa doutrina perdurou na primeira metade da década de 1980, quando comecei a trabalhar na defesa sanitária estadual. Mas, depois de muito refletir, tivemos que nos reprogramar para começar a utilizar outra linguagem", argumenta Bilégo.

Segundo ele, nessa transformação foram muito importantes o Panaftosa – entidade supranacional que sempre investiu na capacitação dos agentes de combate à febre aftosa e outras enfermidades – e médicos-veterinários como José de Angelis, Cony e Improta. O ex-presidente do Indea destaca que o primeiro curso de Educação Sanitária e Comunicação em Saúde em Mato Grosso foi ministrado por Improta e Cony. Bilégo também faz questão de mencionar a contribuição de outros educadores, como Magali Caixeta e Elisabeth Rios, ambas do Instituto Mineiro de Agropecuária.

"Devemos muito a esses professores. Em um ano fizemos uma verdadeira revolução em termos de aproximação com os produtores rurais e a população mato-grossense, passando a utilizar recursos da mídia", recorda Bilégo. "Nunca soube o que era um spot de rádio e, nesse curso de Educação Sanitária e Comunicação, que durava de 15 a 20 dias, a gente ia a uma emissora de rádio para aprender a se comunicar usando a linguagem do produtor", detalha. Segundo o ex-presidente do Indea, foi preciso abandonar a "linguagem chapa-branca", que criava "um antagonismo tremendo" entre os órgãos de defesa sanitária e pecuaristas, para ter sucesso no combate à febre aftosa. "Uns produtores vacinavam por medo, outros ficavam revoltados e simplesmente não vacinavam. A comunicação foi fundamental e decisiva nessa mudança de mentalidade", testemunha Bilégo.

O médico-veterinário Fernando Moretto também só tem elogios para os cursos de Educação Sanitária do qual participou como aluno e monitor:

"Compreendi o cuidado necessário na abordagem do produtor rural, tanto na linguagem como no esclarecimento do papel de cada ator nas ações de defesa sanitária. Na implantação dos programas sanitários, em especial, em relação à febre aftosa, tivemos a imposição das ações por parte dos governos, trazendo resistência dos produtores à sua adoção e implementação na sua propriedade. Quando as ações foram postas para serem discutidas e o produtor entendeu a necessidade de sua implantação para obter as certificações sanitárias, necessárias para a abertura de mercados importadores que remunerassem melhor a carne exportada, rapidamente se evoluiu para a diminuição dos focos de febre aftosa, culminando com a extinção da doença".

Segundo Moretto, antes da realização desses cursos de educação sanitária, todas as ações dos servidores do Indea eram ba-

seadas em legislação federal[65] e apoiadas em argumentos técnicos com ênfase em resultados econômicos, o que levava os pecuaristas a não entenderem que se houvesse controle sanitário aliado à qualidade da carne seu produto seria valorizado. "Tinha uma frase que doía toda vez que a ouvia: 'Não exporto carne, só crio o bezerro'. Infelizmente quem não se atualizou acabou sendo excluído da atividade", comenta Moretto. Ele não tem dúvidas de que a educação sanitária foi fundamental para que todos – produtores, trabalhadores das fazendas e outros representantes da cadeia da pecuária bovina (comércio, transporte etc.) – deixassem de ver o agente sanitário como um "inimigo" e passassem a enxergá-lo como um parceiro que precisava de informações para poder certificar a sanidade do rebanho. "Era importante que eles se sentissem como copartícipes do processo e compreendessem as consequências para Mato Grosso de um eventual episódio de febre aftosa", explica.

"Esse trabalho de conscientização foi fundamental para a evolução de Mato Grosso no combate à febre aftosa", concorda a médica-veterinária Maria Auxiliadora Ferreira Rocha Diniz. Segundo ela, o governo mato-grossense investiu muito na formação dos servidores do Indea oferecendo treinamentos e cursos de capacitação (com conhecimentos teóricos e exercícios práticos), ministrados por professores excelentes e reconhecidos em nível nacional. "Ficávamos em média 30 dias confinados no Centro de Treinamento do Indea no bairro Planalto, em Cuiabá, sem poder sair, para fazer um curso de Emergência Sanitária, onde aprendíamos tudo que era necessário para enfrentar um episódio de febre

65 Fernando Moretto diz que a primeira lei estadual sobre defesa sanitária foi a Lei nº 6.089 de 23 de outubro de 1992, regulamentada pelo Decreto nº 3030 de 17 de junho de 1993.

aftosa", recorda a servidora, hoje aposentada. Maria Auxiliadora deu cursos de Educação Sanitária para produtores rurais de diversas comunidades nos municípios de Mirassol d'Oeste, São José dos Quatro Marcos e Araputanga, com o objetivo de sensibilizar o pecuarista para a importância da vacinação e do controle de seu rebanho.

O baiano Clovis Improta é até hoje um entusiasta da educação sanitária e, aos 71 anos, ainda trabalha com treinamentos em Mato Grosso e outros estados, agora em parceria com a filha Rafaella Lenoir Improta, com doutorado em Psicologia Socioambiental. Ele diz que a educação sanitária já estava prevista no Regulamento do Decreto Lei nº 24.548/1934, que criou o serviço de defesa sanitária animal no Brasil, na Era Vargas[66], porém, com a evolução da pedagogia voltada para a saúde, as questões de sanidade começaram a ser trabalhadas de uma forma mais participativa.

Nos cursos realizados em Mato Grosso, os servidores do Indea aprendiam a realizar reuniões, preparar material educativo, elaborar roteiros de vídeo e fazer programas de rádio. "O pessoal aprendia a se comunicar com o produtor, investigar os problemas dele, fazer um programa de rádio, preparar um roteiro de vídeo, elaborar cartilhas e folders educativos, e a trabalhar com as técnicas de dinâmica de grupo. Ninguém aprende isso na faculdade", diz Improta.

---

66 "Com o fim de tornar mais eficiente o combate às moléstias infectocontagiosas será organizado um serviço de propaganda, divulgação e educação sanitária, pelo que serão distribuídos, gratuitamente, folhetos, prospectos, cartazes ou monografias e efetuadas conferências pelo seu técnico" (artigo 73 do Regulamento da Defesa Sanitária Animal de 3 de julho de 1934).

O objetivo desta primeira fase era preparar os agentes para fazerem um diagnóstico educativo, de modo a ter condições de conhecer a realidade do tema a ser trabalhado com um grupo. Esse tema, exemplifica Improta, poderia ser a visão de uma comunidade rural quanto à vacinação contra a febre aftosa. A partir dos resultados do diagnóstico educativo, os participantes do curso, conhecedores do grau de conhecimento, atitudes e comportamentos do seu público em relação ao tema trabalhado, estavam capacitados a propor um projeto educativo.

"Paulo Freire diz que as mudanças só acontecem a partir do momento em que houver uma reflexão para se levar a uma ação. Ninguém muda o comportamento de ninguém sem que o outro passe por um processo de reflexão", explica Improta, enfatizando a importância da pedagogia freiriana na mudança de mentalidade dos agentes dedicados ao combate à febre aftosa.

Baseado em sua experiência como professor e coordenador do Programa Estadual de Educação Sanitária da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc – um órgão equivalente ao Indea), Improta tem uma lista de casos memoráveis em que recorreu a esse tipo de pedagogia com sucesso. Um desses episódios envolve o ex-servidor do Indea Ivan Suzuki Serpa, conhecido como "o Japonês da Toyota", que o professor gosta de citar em seus treinamentos. Suzuki trabalhou na região de Juína, no noroeste mato-grossense, entre 1993 e 96, e ganhou fama por encarnar o típico "*polícia* sanitário". Durante o 10º Encontro Nacional de Educação Sanitária e Comunicação para a Saúde (Enesco), realizado em Campo Grande (MS), alguns participantes fizeram uma paródia sobre esse tipo de agente, que se apoia na força e no medo para se impor. Suzuki não gostou da brincadeira e questionou os colegas.

"Eu me levantei e disse: 'Acho que moramos num país diferente porque estou vendo todo mundo falar aqui que os proprietários em seus devidos estados são todos muito educados, todos vacinam o gado. Pois lá onde moro, ando com escolta policial, já fui ameaçado de morte e, no entanto, nunca deixei de fazer o meu serviço. Lá não sou um educador sanitário, sou um *polícia* sanitário", recorda.

Na ocasião, Clovis Improta expressou seu estranhamento diante da constatação de que Suzuki, que contou ser um campeão sul-americano de judô, não seguia a filosofia das lutas marciais no seu dia a dia. "Estou vendo que você sabe a técnica e não a filosofia das artes marciais, que diz que quando há uma força é preciso fazer com que ela se volte contra si mesma", lembra Improta, que prometeu convidar o "Japonês da Toyota" para um curso de Educação Sanitária em Indaial (SC). No ano seguinte, o professor pediu a Ênio Arruda, então presidente do Indea, que liberasse o servidor para ir a Florianópolis. Para surpresa de Improta, Suzuki anunciou ter uma novidade assim que se encontraram no aeroporto. Mais tarde, perante os colegas, ele contou que, após refletir muito, tinha decidido mudar de estratégia.

"O professor Clovis me disse: 'Suzuki, você é um lutador e faz parte do judô ceder para vencer'. Depois de fazer essa análise, resolvi ceder para vencer e foi quando houve a mudança. O pessoal não gostava de tirar GTA, aí o Japonês da Toyota encontrava uma boiada na estrada e pedia o GTA. Se não tinha, eu ia em Juína pegava a escolta policial e parava a boiada na estrada até aparecer o GTA. Todo mundo comentava: 'Aquele japonês é doido'. Mas eu era um executor, gostava de executar meu trabalho e só sabia fazer isso à base da força. Depois do encontro, aprendi que quem tem inteligência não precisa fazer força".

Suzuki procurou se aproximar dos produtores nas comunidades rurais da região de Juína, promovendo reuniões onde alertava que se apenas um pecuarista deixasse de vacinar seu gado, as consequências afetariam todos no caso de ocorrer um foco de febre aftosa. Aos poucos, o médico-veterinário foi conquistando aliados e, uma vez ciente dos nomes de quem não estava fazendo sua parte, ele intimava aquele produtor a avisá-lo sobre o próximo dia de vacinação para que pudesse estar presente na propriedade. "Às vezes, eu ia e ficava sem água, comida, mas com o tempo aprendi a me virar", conta Suzuki, que tem muito orgulho de sua história no Indea e hoje vive tranquilo num sítio em João Pessoa (PB).

s/a | Arquivo pessoal | 1993

O então servidor do Indea Ivan Suzuki Serpa, em participação no 10º Enesco, em Campo Grande (MS), em 1993

Vacinadores comunitários

O Senar também desempenhou um papel muito importante no combate à febre aftosa em Mato Grosso, no que diz respeito à formação de vacinadores comunitários. Antonio Carlos Carvalho de Sousa, atual presidente do Fesa e ex-superintendente do Senar, diz que a capacitação desses profissionais foi fundamental para o sucesso da campanha de vacinação em assentamentos rurais e comunidades de pequenos produtores.

O médico-veterinário Fernando Moretto acrescenta que nesses cursos ministrados por instrutores do Senar-MT, em parceria com os sindicatos rurais e associações de produtores, com apoio do Indea, os alunos recebiam informações sobre cuidados de higiene, conservação da vacina, locais de aplicação e proteção individual, entre outros aspectos.

Francisco Olavo Pugliesi de Castro, atual superintendente do Senar-MT, informa que o órgão dispõe de 350 cursos voltados ao produtor rural, sendo vários deles destinados à pecuária. "Os instrutores ensinam a fazer inseminação, manejo de gado de leite e de corte, nutrição, e também abordam toda a parte sanitária – aplicação de vacinas, combate a ecto e endoparasitas etc. O Senar-MT participou ativamente do esforço de melhoria do rebanho mato-grossense", afirma Chico da Pauliceia, como é conhecido.

Projeto Vacininha

Outra iniciativa interessante de educação sanitária aconteceu no final dos anos 2000. Trata-se do Projeto Vacininha, realizado pelo Indea, de 2007 a 2010. Segundo o médico-veterinário Roberto Renato Pinheiro da Silva, servidor do órgão licenciado para presidir o CRMV-MT, a proposta era levar conhecimentos sobre a febre aftosa a estudantes da zona rural.

"Trabalhávamos com os professores, que levavam o aprendizado aos alunos. O Indea promovia um concurso de redação onde avaliávamos se o aluno tinha compreendido a mensagem que precisava levar a seus pais", recorda Roberto, acrescentando que o Projeto Vacininha contou com apoio financeiro do Fefa.

O presidente do CRMV-MT acredita que o trabalho de educação sanitária e a criação dos comitês municipais, associados ao crescimento da pecuária em Mato Grosso e das exportações de carne, e à inexistência de focos de febre aftosa a partir da segunda metade dos anos 90, levaram o produtor rural a compreender a importância do trabalho do Indea.

"Ele entendeu que realizar a parte dele (vacinar) era importantíssimo para a erradicação da doença. A resistência do produtor foi quebrada assim: trazendo-o para junto do Indea, orientando-o para que ele mesmo orientasse seus pares sobre a importância da vacinação. E agora começa outra etapa: que ele entenda que é importante não vacinar, mas que é importante estar vigilante, que qualquer sintoma compatível com doença vesicular deve ser comunicado ao Indea o mais breve possível. Essa parceria agora é mais importante ainda", conclui.

s/a | Acervo Manoel de Aquino Filho | 1998

Os encontros nacionais de Educação Sanitária e Educação para a Saúde foram fundamentais para a mudança de mentalidade de médicos-veterinários da linha de frente do combate à febre aftosa. Manoel de Aquino Filho (o primeiro da esq. para a dir.), Ivo Santana Pedroso (de calça jeans, ao centro) e Maria do Carmo Lima e Silva (a última à direita) participam do XII Enesco em Cuiabá, em 1998

s/a | Acervo Manoel de Aquino Filho | 2001

Os cursos de Emergência Sanitária, de cunho internacional, muito contribuíram para a capacitação de médicos-veterinários como Rísia Negreiros, Ivo Santana Pedroso e Manoel de Aquino Filho, reunidos no centro da foto de 2001

Chico Valdiner | Gcom/MT | 2015

Servidores do Indea acompanham etapa de vacinação contra febre aftosa em 2015

PRODUTOR
RURAL
PORTA-VOZ DO HOMEM DO CAMPO - CUIABÁ-MT - JANEIRO DE 2000 - EDIÇÃO 85
Especial: FEBRE AFTOSA
LIVRE PARA
EXPORTAÇÃO
Referência Nacional

PRODUTOR
RURAL
PORTA-VOZ DO HOMEM DO CAMPO
FEBRE AFTOSA
CAMINHO LIVRE PARA EXPORTAÇÃO
EUROPA
ESTADOS UNIDOS
ÁSIA ORIENTE
MERCADO EXTERNO
SUPERADA
A GRANDE
BARREIRA
CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO: A VERDADE SOBRE AS MUDANÇA

Capítulo 9

O Poder da Comunicação

> "A cada etapa de vacinação contra a febre aftosa, os pecuaristas mato-grossenses vêm dando lições de responsabilidade. Com isso Mato Grosso reconquistou a condição de Estado Livre de Febre Aftosa com Vacinação, pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Afinal, responsabilidade com a questão sanitária não é moda passageira. É compromisso! Não vacile, vacine!" – Texto de anúncio institucional publicado na revista "Produtor Rural", edição nº 182, de julho de 2008.

Num estado de grande dimensão territorial[67] como Mato Grosso, a comunicação se tornou uma arma poderosa no combate à febre aftosa. Porém, no início dos anos 1970, os pioneiros da Cacofa enfrentaram muitas dificuldades devido à precariedade dos meios de comunicação. Aos 81 anos, Adair José de Moraes, veterano da Cacofa, conta que na época "não havia telefones", o que dificultava sobremaneira a troca de informações entre as lideranças instaladas na capital (Cuiabá) e os agentes que atuavam na região de Três Lagoas (hoje Mato Grosso do Sul). Ele recorda o papel desempenhado pelos rádios transmissores.

---

67 Mato Grosso é hoje o terceiro maior estado do país, com aproximadamente 903 mil km^2, mas antes da divisão ocorrida em 1977 chegou a ter mais de 1,2 milhão de km^2.

"Fui o primeiro presidente da Emater, de 1976 a 77, e, na minha gestão, instalamos rádio transmissores em todos os nossos escritórios em Mato Grosso. Tínhamos rádio de Ponta Porã a Alta Floresta, e até a polícia estadual utilizava nossos rádios", diz Moraes, frisando que, na época, algumas cidades do chamado Nortão, como Sinop, estavam sendo fundadas e atraindo imigrantes sulistas.

Duas décadas depois, Mato Grosso já contava com o seu Instituto de Defesa Agropecuária (Indea) e, aos poucos, os novos gestores começaram a investir mais em comunicação. Um dos caminhos foi a realização dos cursos de Educação Sanitária e Comunicação, em que os servidores eram capacitados a se comunicarem melhor com os produtores rurais recorrendo aos meios de comunicação disponíveis nas fazendas e comunidades rurais como o rádio. É sempre bom lembrar que as antenas parabólicas ainda eram um luxo e, em muitas propriedades rurais, principalmente no Pantanal, a energia elétrica era restrita a alguns horários e fornecida com o uso de motor estacionário. O radinho de pilha era o grande amigo do produtor rural e a internet discada estava chegando às cidades do interior.

O ex-presidente do Indea Paulo Bilégo é testemunha desse período, em que era tão difícil conquistar a adesão dos produtores à campanha de vacinação por conta das dificuldades de infraestrutura e logística em quase todas as regiões de Mato Grosso. No Pantanal, a situação era especialmente delicada: por ser uma região mais tradicional, com nítida vocação para a cria, era ainda mais desafiador convencer os pecuaristas das vantagens da vacinação contra a febre aftosa.

Assim que assumiu a presidência do Indea, no governo Jayme Campos, Bilégo contratou a agência do jornalista Onofre Ribeiro (Canal 2000 de Comunicação) para criar a primeira campa-

nha de marketing focada na vacinação contra a febre aftosa. Ambos concordam que ela foi muito marcante: no vídeo uma vaca da raça Girolando conversava com outro animal dizendo que "para ir aos States (EUA) e para o estrangeiro era preciso estar com a documentação em dia". O detalhe da campanha, que também foi realizada por meio de anúncio impresso e spot de rádio, é que a protagonista tinha uma nota de um dólar pregada na testa.

"Foi um sucesso enorme", recorda Onofre, que trabalhou em parceria com o publicitário Ronaldo Cruz (já falecido). O jornalista orgulha-se de ter contribuído para mudar a percepção do pecuarista mato-grossense quanto à importância da vacinação contra a febre aftosa. Na opinião de Bilégo, essa primeira campanha foi "uma grande sacada":

"Queríamos mostrar ao produtor que se ele vacinasse seu rebanho haveria uma valorização em dólar do seu produto no mercado internacional. No início, os pantaneiros argumentavam: 'Mas eu não vou levar meu gado para a Europa'. A gente respondia: 'Hoje não, mas amanhã você vai'. Esse 'amanhã' acabou chegando em poucos anos", afirma Bilégo, numa referência à certificação obtida por Mato Grosso junto à OIE para a venda de carne *in natura* para a União Europeia em 2000.

Onofre Ribeiro continuou à frente do marketing do Indea até o final do mandato de Bilégo na presidência da autarquia – em 1º de janeiro de 1995, com a mudança de governo, ele foi substituído por Ênio de Arruda Martins. O jornalista se lembra de um período em que eram feitas duas campanhas distintas, sendo uma dirigida aos produtores do Pantanal (que já utilizavam a vacina oleosa) e a outra destinada aos pecuaristas do Cerrado (que ainda usavam a vacina aquosa). "Hoje vacinar já faz parte da rotina do produtor rural e as campanhas são praticamente um lembrete", diz.

O trabalho de convencimento dos produtores nos anos 90 também contou com o suporte de líderes carismáticos como o então presidente da Famato, Zeca D'Ávila, que ajudou a vencer a resistência dos pecuaristas mais ariscos com o seu linguajar franco e direto. A partir da criação do Fefa em 1994, os investimentos em marketing tornaram-se ainda mais robustos.

Outra arma poderosa na luta contra a febre aftosa e os mitos que cercavam a vacinação foi a revista "Produtor Rural", da Famato. "A revista teve um papel muito importante, preponderante na campanha contra a aftosa, em levar essa mensagem ao produtor rural", reconhece Zeca.

A história de "Produtor Rural" confunde-se com a do jornal "A Voz do Produtor", criado durante a gestão de D'Ávila à frente do Sindicato Rural de Rondonópolis em 1991. Em seu primeiro número, datado de julho de 1991, "Produtor Rural" (ainda com o formato de jornal) trazia um artigo com o título: "Aftosa: vacinar para exportar", inaugurando um tema que estaria presente em quase todas as edições, por meio de reportagens, entrevistas e peças publicitárias, até a publicação deixar de circular em setembro de 2010.

"Programa de combate à aftosa continua mas o Indea terá ações mais abrangentes", registrou "Produtor Rural" em reportagem de capa, após a posse do novo presidente do órgão, Ênio de Arruda Martins (nº 36 – janeiro/1995).

"Combate à aftosa: Ações dos comitês dinamizam resultados" (nº 40 – maio/junho/julho/95); "Vencendo a febre aftosa no Estado de Mato Grosso" (nº 52 – setembro/outubro/96); "Europa abre a porteira para a carne bovina de Mato Grosso" (nº 54 – janeiro/97); "Febre aftosa sob controle no estado" (nº 55 – fevereiro/97), "América do Sul unida contra a febre aftosa" (nº 57 – abril/97) – estes foram alguns dos títulos das matérias que acom-

panharam a evolução do combate à febre aftosa em Mato Grosso, nos anos 90.

"É pra comemorar!" (nº 125 – julho de 2003); "Combate eficaz" (nº 132 – fevereiro de 2004); "Barrado no baile" (nº 137 – julho de 2004); "Esforço continental" (nº 148 – junho de 2005); "Situação de risco" (nº 167 – março de 2007); e "Estratégia na fronteira" (nº 169 – maio de 2007) são exemplos de matérias publicadas em "Produtor Rural" na década de 2000, que mostram avanços e retrocessos desse case de sucesso.

Não menos interessantes são as peças publicitárias veiculadas na própria "Produtor Rural" e em outros veículos de comunicação. Uma das que marcaram época traz a imagem do touro Mato Grosso Al. Pauliceia, de propriedade da família do atual superintendente do Senar-MT, Francisco Olavo Pugliesi de Castro, o Chico da Pauliceia.

Aos poucos, o clima de vitória vai tomando conta da propaganda relativa à febre aftosa: "Em time que está ganhando não se mexe! Há mais de 10 anos o Fefa entrou em campo para ser campeão de parceria contra a febre aftosa. Mato Grosso livre de aftosa... Responsabilidade de todos" (anúncio veiculado na edição nº 159 da revista "Produtor Rural", em junho de 2006).

A campanha contra a aftosa também marcou presença em eventos de grande porte como o Encontro Internacional dos Negócios da Pecuária (Enipec), realizado pela Famato e parceiros, que atraía a Cuiabá centenas de produtores rurais e os nomes mais destacados do combate à enfermidade nos cenários nacional e internacional. Um exemplo disso foi a mesa-redonda que aconteceu no Enipec 2006, reunindo o presidente do Giefa e do CNPC, Sebastião Costa Guedes, e representantes do Fefa. Paralelamente a este evento aconteceu o XXXIII Conbravet, que trouxe à capital mato-grossense o diretor da OIE, Raymond Dugas.

Aos poucos, a febre aftosa deixou de ser o bicho-papão, que tirava o sono e causava prejuízos aos pecuaristas mais antigos, dando lugar às comemorações diante do sucesso de Mato Grosso no combate à enfermidade. Mas a história da aftosa no mundo e no Brasil ensina que todo cuidado é pouco quando estão em jogo a sanidade animal e o acesso ao mercado internacional.

A propaganda institucional do Fefa/MT em prol da vacinação contra febre aftosa marcou época em várias edições da revista "Produtor Rural". No primeiro anúncio, destaque para Alexander Estermann, um dos fundadores do Fefa

s/a | Ascom Famato | 2004

Antônio Carlos Camacho, Zeca D'Ávila, Blairo Maggi e Jonas Pinheiro (da esq. para a dir.) participam do Enipec, no Centro de Eventos do Pantanal, em março de 2004

s/a | Secom-MT | 2006

Jamil Gomes de Souza, do Mapa, fala a produtores rurais mato-grossenses durante o Enipec, em maio de 2006

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT

Capítulo 10

A incrível história do último registro de febre aftosa em Mato Grosso

> "Naquela época, tudo era febre aftosa. A doença ainda era muito presente na região. Não estávamos acostumados com a ocorrência de outras doenças vesiculares. Além disso, os sintomas encontrados nos animais eram semelhantes aos da aftosa: febre, aftas na língua e gengiva dos animais, lesões interdigitais (no casco), no úbere. Coletei o material para exames laboratoriais e, baseado na experiência e nos sinais clínicos, diagnostiquei o episódio como febre aftosa" – *José Carlos Balbo*, médico-veterinário aposentado do Indea.

O dia 16 de janeiro de 1996 era mais um dia rotineiro para José Carlos Balbo, um paulista de Cafelândia que decidiu se mudar para Terra Nova do Norte (a cerca de 640 km de Cuiabá), em 1985, após se graduar em Medicina Veterinária pela Unesp – Campus Jaboticabal. Balbo interessou-se pela política (elegeu-se vereador ainda nos anos 80 e se tornou prefeito do município em 1997) e fazia trabalhos como veterinário numa região povoada por pequenos produtores e com forte vocação cooperativista. Em 1993, ingressou no Indea que estava contratando médicos-veterinários como parte do esforço do governo Jayme Campos de combate à febre aftosa em Mato Grosso.

"Foi um período muito bom, de muitos treinamentos. Com o advento da vacina oleosa, o Estado estava empenhado em erradicar a febre aftosa. Em 1994, teve o concurso do Indea e eu me

efetivei", recorda Balbo. Ele acrescenta que o número de focos de febre aftosa em Mato Grosso teve uma queda acentuada na época – de 162 focos em 1994 para 61 em 1995 – e já apresentava sinais clínicos mais brandos por conta do uso da vacina oleosa.

Pois coube a José Carlos Balbo ter seu nome associado ao último registro oficial de um foco de febre aftosa em Mato Grosso. Embora estivesse lotado na Unidade de Terra Nova do Norte, ele foi chamado a Colíder (a cerca de 80 km) para averiguar casos suspeitos de aftosa, em substituição a um colega que estava de férias. Vinte e cinco anos após esse episódio, Balbo não se recorda bem dos detalhes, mas se lembra que eram poucos animais doentes em algumas pequenas propriedades. Ele fez o trabalho conforme determinava o protocolo: examinou o rebanho, coletou material para envio ao laboratório, interditou a área no entorno e vacinou o gado.

Como havia contraído uma forma séria de brucelose, Balbo teve que vir a Cuiabá para se tratar logo depois, deixando o suposto foco de aftosa de Colíder sob a responsabilidade de um colega de Sinop. O laudo dos exames laboratoriais, realizados fora da capital mato-grossense, trouxe a surpresa: o resultado veio como Língua Azul, uma enfermidade normalmente associada a ovinos e que foi inicialmente relatada em bovinos na África do Sul, em 1933, sendo conhecida também como Estomatite ulcerativa e Pseudo Febre Aftosa.

"Trata-se de uma virose, uma doença vesicular que tem praticamente os mesmos sintomas que a febre aftosa. Quando ocorre em ovinos, os animais apresentam a língua azulada, o que não acontece nos bovinos. O vírus causador dessa enfermidade não tem uma capacidade de transmissão tão violenta quanto o da aftosa", afirma Balbo. Ele diz que não havia casos dessa doença na região, ao contrário do que ocorria com a febre aftosa até os anos

anteriores. “Eu não estava habituado com outras doenças vesiculares”, justifica Balbo, que reconhece que o correto teria sido escrever “doença vesicular” no diagnóstico clínico feito na ocasião. Embora o exame laboratorial tenha revelado a ocorrência Língua Azul (outros casos dessa enfermidade foram registrados na região depois), o que prevaleceu para os anais oficiais foi o diagnóstico clínico de febre aftosa do médico-veterinário e o foco de Colíder passou à história como o último registro de febre aftosa em Mato Grosso.

Acervo Indea-MT

PLANILHA PARA ACOMPANHAMENTO DE AUSÊNCIA / PRESENÇA DE FOCOS - 1996

Nº ORDEM	SEMANA	INICIO DO FOCO	ESPÉCIE ANIMAL	MUNICÍPIO DO FOCO	NOME PROPRIETÁRIO	NOME PROPRIEDADE	Nº DA PROPRIEDADE	SETOR	COORDENADA	DATA DA 1ª VISITA	COLETA S	COLETA N	I.I.C.E. S	I.I.C.E. N	I.C.C.E. S	I.C.C.E. N	RESULT. + VIRUS	RESULT. —	NOTIFICAÇÃO	FECHAMENTO	POPULAÇÃO EXPOSTA	ENFERMOS	TAXA ATAQUE
01	04	04.01.96	BOVINA	Brasnorte	José dias dos Santos	Sitio Boa Vista		05	2130-64V	20.01.96	X	-	X	-	X			N	20.01.96	01.03.96			
02	04	10.01.96	BOVINA	Brasnorte	Jonascir da Silva Angelo	Sitio Jonascir		05	2130-64V	22.01.96	X	-	X	-	X			N	20.01.96	01.03.96			
03	04	12.01.96	BOVINA	Confresa	Mauro da Costa Ataíde	Faz. Agrocan		02	1556-89V	22.01.96	X	-	X	-	X			N	22.01.96	07.02.96			
04	04	13.01.96	BOVINA	Confresa	Antônio R. P dos Santos	Faz. Braquiaria	039	01	1556-89V	20.01.96	X	-	X	-	X			N	20.01.96	08.02.96			
05	05	12.01.96	BOVINA	Colider	João Pereira Dutra	Sitio Pedreira	103	02	1656-76V	01.02.96	X	-	X	-	X			N	01.02.96	01/03/96			
06	05	14.01.96	BOVINA	Colider	Alfredo Farias	Sitio Água Branca	119	02	1656-76V	01.02.96	-	X	X	-	X		-	CL	01.02.96	01/03/96			
07	05	16.01.96	BOVINA	Colider	Creusa Maria Mendes	Sitio Barra Bonita	138	02	1656-76V	01.02.96	X	-	X	-	X			N	01.02.96	01/03/96			
08	05	01.01.96	BOVINA	Cáceres	Moacir Galvão Filho	Faz. São Sebastião	099	03	2756-45V	02.02.96	X	-	X	-	X			N	01.02.96	04/03/96			
09	06	05.02.96	BOVINA	S.J do Rio Claro	Jacinto Inácio de Aquino	Faz. Palmital	081	01	2056-69V	05.02.96	X	-	X	-	X			N	05.02.96	10/02/96			
10	06	08.02.96	BOVINA	São Pedro da Cipa	Argílio de Oliveira	Chácara São Lourenço	044	01	2656-70V	09.02.96	X	-	X	-	X			N	08.02.96	22/02/96			
11	05	03.02.96	BOVINA	Jangada	Nemésio Faustino Mendes	Faz. Agrobarninha		03	3456-70V	07.02.96	X	-	X	-	X			N	07.02.96	05/03/96			
12	07	08.02.96	BOVINA	S.Jose do Povo	Ricardo José de Oliveira	Faz. São Luiz	05	21	3856-70V	13.02.96	X	-	X	-	X			N	12.02.96	01/03/96			
13	07	05.02.96	BOVINA	Pontes e Lacerda	Paulo Barbosa de Freitas	Faz.ST$ Maria	038	03	3356-55V	14.02.96	X	-	X	-	X			N	13.02.96	26/02/96			
14	08	12.02.96	BOVINA	N.C.Norte	Antonio A.Peral	Sitio ST$ Antonio	300	01	1556-71V	23.02.96	X	-	X	-	X			N	22.02.96	11/03/96			
15	10	28/02/96	BOVINA	Juara	Benedito Oliveira	Sitio Meu Brasil	-	-	1856-66V	06.03.96	X	-	X	-	X			N	06/03/96	26/03/96			
16	07	11/02/96	BOVINA	Caceres	Manoel Fagundes	Faz.N S.Aparecida	109	05	2756-45V	14/02/96	X	-	X	-	X			N	14/02/96	19/03/96			
17	13	26/03/96	BOVINA	N.S.Joaquim	Miguel M.Marques	Faz. 3 M	80	01	3256-53V	29/03/96	X	-	-	-				N	29/03/96				
18	14	15/03/96	BOVINA	T.N.Norte	Antonio T Souza	S. Alvorada	144	01	1556-70V	30/03/96	X	-	-	-				N	30/03/96	30/4/96			
19	15	28/03/96	BOVINA	Confresa	Domingos Guimarães	F Caranguejo	235	02	1556-89V	01/04/96	X	-	-	-				N	01/04/96				
20	15	30/03/96	BOVINA	Campinopolis	Bertoldo R. Paiva	S. São Roque	34	02	3156-84V	11/04/96	X	-	X	-				N	10/04/96				
21	14	28/03/96	BOVINA	Figueiropolis	Silvalino M.Oliveira	S.Nova Esperança	-	01	3456-61V	06/04/96	X		X					N	05/04/96				

Reprodução de planilha para acompanhamento de ausência/presença de focos de 1996 – ano em que foi registrado o último caso de febre aftosa em Mato Grosso

Acervo Indea-MT

LOCALIZAÇÃO

N.R.S.: SINOP
U.L.E.: COLIDER
MUNICÍPIO: COLIDER

IDENTIFICAÇÃO

PROPRIEDADE: SITIO AGUA BRANCA Nº. 119
PROPRIETÁRIO: ALFREDO FARIAS
SETOR: 2 COORD. H:16 V:74

		POPULAÇÃO N/VAC.	POPULAÇÃO VAC.	ENFERMOS N/VAC.	ENFERMOS VAC.	MORTOS N/VAC.	MORTOS VAC.
BEZERROS (AS)	0 04 m		–	–	–		
	04 12 m		112		–		
NOVILHAS	12 24 m		51		–		
	+ 24 m		–		–		
NOVILHOS	12 24 m		–		–		
	24 36 m		–		–		
	+ 36 m		–		–		
VACAS			145		03		
TOUROS			06		–		
BOIS TRAÇÃO			–		–		
TOTAL			314		03		
INÍCIO FOCO	EQUÍDEOS						
14	OVINOS						
01	SUINOS						
96	CAPRINOS						
	BUBALINOS						
	OUTROS						

POPULAÇÃO ANIMAL NO FOCO ENFERMOS E MORTOS

RAIVA: X
AFTOSA: X
INGRESSO ANIMAIS: SIM / NÃO X — DATA — B O CA S BU OU
ENFERMO: B O CA S BU OU — ORIGEM:
DISSEMINAÇÃO PROVÁVEL: contagio com animais vizinhos
HOUVE COLHEITA? SIM ☐ NÃO ☒
VACINAÇÃO: DATA — DIA 24, MÊS 11, ANO 95 — Nº. BOV. VAC. 314 — VACINA APLICADA — LAB. 032 — VALIDADE 02/97 — PART. 002/95 — TIPO Aftosa

DATA: 1ª VISITA 01/02/96 — SEMANA Nº 05

NOTIFICAÇÃO: PROPRIETÁRIO ☐ VIG. EPIDEMIOL. ☐ TERCEIRO X LEITE ☐ CARNE ☐ CRIA X RECRIA X ENGORDA ☐

NOME: José Carlos Balbo CRMV-MT 0994 ASS.: Jose C S Balbo

COD. 16.02.025 — 29 DDSA

Notificação - 01/02/96

INFORME INICIAL E COMPLEMENTAR DE CASOS DE ENFERMIDADES

LOCALIZAÇÃO

N.R.S.: SINOP
U.L.E.: COLIDER
MUNICÍPIO: COLIDER

IDENTIFICAÇÃO

PROPRIEDADE: SITIO ÁGUA BRANCA Nº. 119
PROPRIETÁRIO: ALFREDO FARIAS
SETOR: 2 COORD. H:16 - V:74

		ENFERMOS N/VAC.	ENFERMOS VAC.	MORTOS N/VAC.	MORTOS VAC.
BEZERROS (AS)	0 04 m		–		
	04 12 m		–		
NOVILHAS	12 24 m		01		
	+ 24 m		–		
NOVILHOS	12 24 m		–		
	24 36 m		–		
	+ 36 m		–		
VACAS			05		
TOUROS			–		
BOIS TRAÇÃO			–		
TOTAL			06		
EQUÍDEOS					
OVINOS					
SUINOS					
CAPRINOS					
BUBALINOS					
OUTROS					

RAIVA: X
AFTOSA
TIPO MAT. COLETADO
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR DE CASOS DE ENFERMIDADES

CRONOLOGIA

DATAS	DIA	MÊS	ANO
INÍCIO DO FOCO	14	01	96
NOTIFICAÇÃO	01	02	96
1ª VISITA	01	02	96
COLHEITA			
ENVIO LABORATÓRIO			
OUTRAS VISITAS	09	02	96
	15	02	96
ÚLTIMO DOENTE	17	02	96
ÚLTIMA VISITA	01	03	96
REMESSA LABORAT			
RECEB. DIAGNÓSTICO			

DIAGNÓSTICO: RAIVA POS. ☐ NEG. ☐ — AFTOSA INS. ☐ NEG. ☐ — O ☐ A ☐ C ☐

PROPRIEDADES: SIM X NÃO — SIM X NÃO — NO FOCO — QUANTAS 07 — INTERDIÇÃO/TERMO

LABORATÓRIO 040
PARTIDA 006/94
VALIDADE 03/96
DOSES 1.085
VÍRUS
VACINAÇÃO PERI-FOCAL

DOENTES EM
ESTÁBULO
PIQUETE X
INVERNADA
ISOLAMENTO

NOME: JOSÉ CARLOS BALBO ASS.: Jose C S Balbo

Reprodução do registro oficial do último caso registrado de febre aftosa em Mato Grosso, em janeiro de 1996

Estomatite vesicular

Em 2014, 18 anos após o episódio de febre aftosa em Colíder, as autoridades sanitárias de Mato Grosso levaram um susto com um foco de estomatite vesicular em bovinos em Castanheira (800 km ao norte de Cuiabá), que mobilizou dezenas de médicos-veterinários e muitos recursos do Fesa/MT[68].

"Foi uma operação de guerra", compara a médica-veterinária Daniella Bueno, que era coordenadora de Defesa Sanitária Animal do Indea. Durante uma inspeção de rotina em animais procedentes de outros estados, foram identificados sinais na boca semelhantes aos provocados pela febre aftosa. Na época, segundo Daniella, não havia diferenciação entre as ações recomendadas para conter focos de estomatite (uma enfermidade que também é de comunicação obrigatória) e de aftosa, e o município inteiro ficou interditado.

"Era uma região de pequenos produtores. O nosso grande desafio era não deixar o foco se alastrar para o restante do estado. Foi preciso debelar o foco, porém não foi necessário sacrificar os animais, mas de qualquer maneira tudo acabou sendo muito traumático para os produtores e o custo foi muito alto. Para nós, do Indea, foi como um treinamento oficial, quase um simulado de um foco de aftosa", recorda Daniella.

O episódio de Castanheira provocou mudanças na legislação federal no sentido de diferenciar a resposta oficial a um foco de estomatite vesicular em bovinos. "Foi um grande aprendizado para todo o país sobre como agir em casos como aquele", conclui.

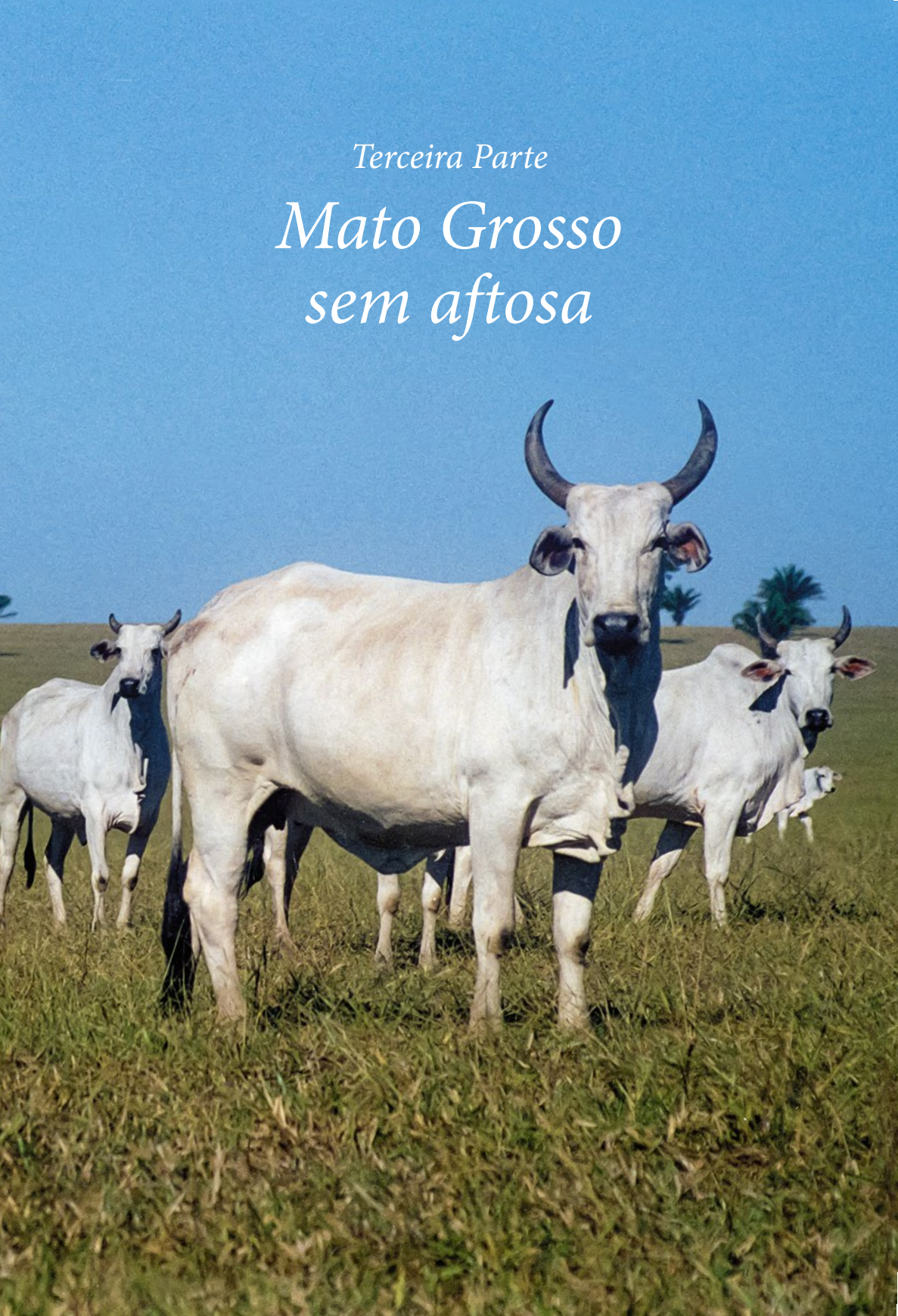
---

68 Mais informações sobre o foco de estomatite vesicular em Castanheira em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/agrodebate/noticia/2014/07/indea-confirma-caso-de-estomatite-em-bovino-de-mato-grosso.html>.

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT

Terceira Parte

Mato Grosso sem aftosa



Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT

Capítulo 11

Um novo tempo

"Eu nunca tinha estado no Pantanal nem a passeio. Tomei posse no Indea em 6 de outubro de 2003 e, menos de um mês antes do início da campanha de vacinação contra febre aftosa, assumi meu posto em Barão do Melgaço, que tem 97% de sua área no Pantanal. Fui a primeira mulher a trabalhar lá. A pecuária ainda era muito rudimentar. Não havia controle de trânsito, ninguém sabia o que era GTA. No caso de comunidades mais distantes, como São Pedro de Joselândia, eu comunicava o dia em que estaria lá para fazer a vacinação e eles reuniam todo o gado. Era aquela coisa linda: o gado saindo do Pantanal, tudo junto, misturado, porque não havia cerca nas fazendas. Sabia-se quem era o dono do animal pelo picote da orelha, e o bezerro que estivesse junto com a vaca era dele" – *Daniella Bueno*, médica-veterinária graduada pela UFMT em 2002 e aprovada em concurso público do Indea no último ano do governo Dante de Oliveira.

Em janeiro de 2000, a edição 85 da revista "Produtor Rural" iniciava uma nova fase entrevistando nas primeiras páginas "uma personalidade importante para o meio rural". O então governador Dante de Oliveira inaugurou a seção elogiando o desempenho de Mato Grosso no final do milênio anterior.

> "Um estudo realizado pela Secretaria de Planejamento, UFMT e Unic, sob a supervisão do IBGE, apontou que Mato Grosso foi o estado que mais cresceu no país no período de 1985 a 1997, com uma evolução do PIB (Produto Interno Bruto) de 144,57%, enquanto o PIB do Brasil cresceu, no mesmo período, 36,53%".[69]

O sucesso do combate à febre aftosa não poderia ficar de fora da entrevista do autor da Emenda Diretas já: ao mencionar a contribuição do setor produtivo rural, Dante destacou como avanços da pecuária "um programa de melhoramento genético do rebanho" e o fato de Mato Grosso já ter obtido o controle da aftosa, "num esforço conjunto com os produtores, o que abre as portas do mercado externo para a nossa carne". Ou seja, Mato Grosso iniciava os anos 2000 com perspectivas excelentes, não obstante os gargalos de infraestrutura que comprometiam o desenvolvimento do estado, na avaliação do ex-governador, principalmente em relação às vias de transporte (rodovias, hidrovias e ferrovias).

"Mato Grosso vence a febre aftosa" – anunciava a manchete de reportagem especial da edição de janeiro da "Produtor Rural", em que se comemorava o fato de o estado estar há 40 meses sem qualquer foco da doença.

> "Os pecuaristas da região que compõem o Circuito Pecuário Centro-Oeste terminaram o ano de 1999 com um bom motivo para comemoração. No dia 28 de dezembro daquele ano, Pratini de Moraes, ministro da Agricultura e Abastecimento, assinou portaria declarando a região livre de Febre Aftosa com vacinação. Mato Grosso, Paraná, São Paulo, Goiás, Distrito Federal e parte de Minas Gerais são

69 *In* revista "Produtor Rural", Edição 85, janeiro de 2000, p. 4.

agora considerados Zona Livre de Febre Aftosa com vacinação, já que foram objeto do inquérito sorológico iniciado em 1º de agosto de 1999 e concluído somente na última semana de dezembro. O inquérito constatou a inexistência de atividade viral".[70]

Portanto, quando a jovem Daniella Bueno assumiu sua vaga em Barão de Melgaço em outubro de 2002, Mato Grosso já estava há quase sete anos sem registro de casos de febre aftosa, mas ainda era um período de muita cautela. Por ter feito o concurso para um município com sérias dificuldades de acesso, ela enfrentou o que chama de "a maior aventura" de sua vida e que quase adiou seu casamento.[71] A comunicação era precária, não havia energia elétrica e as condições de transporte obrigavam-na a permanecer em Barão de Melgaço a semana inteira. Para trafegar entre as fazendas da região, onde o atendimento do Indea também contemplava o gado de uma aldeia indígena (Perigara, habitada por Bororos), Daniella usava um barco, mas a maior parte do percurso era feita numa caminhonete Toyota Bandeirante[72].

---

70 *Ibidem*, p. 25

71 O casamento de Daniella estava marcado para 14 de novembro. Ela viajou para São Pedro de Joselândia, a cinco horas de Barão de Melgaço, na segunda-feira anterior, levando uma parte das vacinas que ficaria guardada até o dia da vacinação num freezer a gás doado pelo Fefa. A intenção era retornar na quarta-feira, mas a Toyota quebrou. Sem telefone para pedir a peça substituta, o jeito foi aguardar a volta de uma pessoa da comunidade que foi a Cuiabá. "A peça chegou quase na hora do almoço, Simião (o técnico) fez o conserto, e só consegui dar notícias à minha família quando cheguei a Barão de Melgaço, no final da tarde. Todos estavam desesperados", conta Daniella. Ela chegou a Cuiabá por volta de 22h, a tempo de participar do casamento civil na sexta-feira. A cerimônia religiosa aconteceu no sábado e, após oito dias de licença, Daniella voltou ao Pantanal para concluir a vacinação.

72 Daniella trabalhava com um técnico mais experiente (Simião Dias de Oliveira), que costumava dirigir a caminhonete, porém, logo percebeu ser mais

Apesar das dificuldades, Daniella permaneceu dois anos na região até que decidiu abrir mão do concurso para não colocar o casamento em risco mais uma vez. Chegou a escrever uma carta com o pedido de exoneração, mas foi convidada a assumir uma vaga no município de Chapada dos Guimarães, mais próximo da capital, e, dois anos depois, foi trabalhar na Unidade do Indea instalada no Parque de Exposições de Cuiabá.

Foi nesse período que Daniella foi convidada a trabalhar com o experiente médico-veterinário Fernando Moretto no combate à febre aftosa. Ambos ficaram responsáveis pela organização de uma grande operação realizada na região do Limão, no município de Cáceres, na fronteira com a Bolívia, entre os dias 8 e 14 de agosto de 2009, sob coordenação de Júlio Pompei, do Panaftosa/Opas, reunindo cerca de 200 profissionais, em que foi simulado um episódio de febre aftosa.

"Montamos uma história acerca da origem do foco e as equipes iam a campo para investigá-la: onde surgiu, quantos animais estavam contaminados. A gente fez simulação de focos, interdição de propriedades, sacrifício de animais. Chegamos a cavar buracos como se fôssemos enterrar os animais sacrificados. Mobilizamos o Exército, usamos rádios para nos comunicar diariamente com autoridades do Mapa. Foi o maior simulado de febre aftosa das Américas".

Mas, por incrível que pareça, Daniella só viu um caso real de febre aftosa nos Estados Unidos – país que erradicou a enfermidade há quase um século. Ela foi um dos cinco médicos-veterinários brasileiros convidados a fazer um curso de doenças trans-

---

vantajoso trocar o banco de carona pelo de motorista por conta dos inúmeros "colchetes de arame" na entrada das fazendas pantaneiras, que ela nunca conseguia abrir.

fronteiriças em 2015, em Plum Island Animal Disease Center – uma ilha de segurança máxima localizada a leste de Nova York. Lá são mantidos vírus de diversas doenças animais já erradicadas nos EUA, como febre aftosa, peste suína clássica, gripe aviária e doença de Newcastle, entre outras, e são realizados treinamentos para médicos-veterinários e autônomos.

Durante sua temporada de 15 dias em Plum Island, Daniella e outros veterinários tinham aulas teóricas no período da manhã e, à tarde, acompanhavam a evolução de doenças em animais (bovinos, suínos e ovinos) nos quais tinham sido inoculados vírus como o da febre aftosa. Eles presenciaram o surgimento de sinais clássicos da enfermidade como as aftas e, por volta do 13º dia após a inoculação, tiveram a oportunidade de assistir à necropsia dos animais sacrificados visando identificar os danos internos causados pela doença.

"A minha geração, que entrou no Indea em 2003, nunca viu febre aftosa. O grande desafio da defesa sanitária é ter como principal objetivo de combate uma doença que muitos médicos-veterinários e técnicos nunca viram", comenta Daniella. Ela ressalta a importância dos treinamentos para o sucesso do trabalho de vigilância sanitária animal:

"Lá nos EUA eles nunca vacinaram contra febre aftosa e estão constantemente treinando veterinários oficiais e autônomos. A questão não é se vai haver um foco de febre aftosa e sim quando haverá, porque a possibilidade é real. O trabalho de vigilância é constante e fundamental", alerta a médica-veterinária, que assumiu a presidência do Indea em 2018 e atualmente trabalha na linha de frente do planejamento zoosanitário visando à futura retirada da vacinação contra febre aftosa em Mato Grosso.

Hailiyn Heiviny | GCom/MT | 2018

Daniella Bueno (de pé, com microfone), então presidente do Indea, participa com lideranças do setor produtivo rural do primeiro Fórum Estadual para divulgar o Plano Nacional do Pnefa junto a produtores e à indústria, promovido pelo órgão em Cuiabá, em abril de 2018

s/a | Panaftosa-Opas/OMS | 2009

Mozart Couteiro Targueta (Mapa-SP), Roberto Renato Pinheiro da Silva (Indea-MT), Francianne Abrantes Assis (Mapa-DF) e Júlio Pompei (Panaftosa), durante a grande operação que simulou a ocorrência de um episódio de febre aftosa, no distrito do Limão, em Cáceres (MT), entre os dias 8 e 14 de agosto do 2009. De pé, Luciano Chiochetta (Iagro-MS)

s/a | Panaftosa-Opas/OMS | 2009

Cerca de 200 profissionais de vários estados participaram do simulado de febre aftosa, no município de Cáceres (MT), na fronteira com a Bolívia, em agosto de 2009

Milhares de animais infectados foram abatidos e incinerados entre 2005 e 2006 em Mato Grosso do Sul

Wanderson Lara | APN 10 2005

Capítulo 12

A lição que custou caro

Mato Grosso do Sul havia recebido da OIE o certificado de livre de aftosa com vacinação em 2001, depois de ter debelado um último foco em 1999, no município de Naviraí. Um ano antes, Porto Murtinho, na fronteira do estado com o Paraguai, também havia registrado focos da doença. À época, José Armando Cerqueira Amado[73], que presidiu a Famasul entre 1994 e 2000, acompanhou o abate sanitário. "Foi uma das coisas mais tristes que já vi na vida", relembra.

Reconhecido como um dos estados de pecuária mais tecnificada, com a presença da Embrapa Gado de Corte nas cercanias de Campo Grande desenvolvendo pesquisas para todos os sistemas de criação, parecia impossível que, após a superação das ocorrências de Porto Murtinho e Naviraí, Mato Grosso do Sul caísse novamente na vala comum dos estados com focos de aftosa. Mas foi o que aconteceu em 2005, quando um foco foi notificado na Fazenda Vezozzo, situada no município de Eldorado, na região sul do estado. No dia 10 de outubro daquele ano, o Minis-

73 Nascido em Uberaba em 1961, o advogado José Armando Cerqueira Amado cresceu em Campo Grande, onde o pai tinha propriedade. Hoje, além de atuar como diretor da Caixa de Assistência da OAB-MS, cria nelore mocho em suas fazendas nos municípios de Campo Grande e Figueirão, e planta soja numa propriedade em Caarapó. Foi secretário geral da Famasul entre 1988 e 1994, e presidente da entidade até o ano 2000.

tério da Agricultura comunicou a ocorrência, após o Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro), do Mapa, em Recife, confirmar o diagnóstico para a febre aftosa em amostra colhida em bovinos da fazenda.

Assim que o diagnóstico foi confirmado, o Mapa enviou comunicação à OIE, ao Panaftosa, aos países vizinhos e aos países e blocos econômicos com os quais o Brasil mantinha laços comerciais. Todo o plantel da Vezozzo, de 582 bovinos, foi abatido. Logo, porém, a doença se espalhou para fazendas e municípios vizinhos. Japorã, Eldorado e Mundo Novo foram isolados com bloqueios sanitários e foram sacrificados 34.330 animais susceptíveis: 33.064 bovinos, 637 suínos e 629 pequenos ruminantes. O valor pago em indenização aos proprietários foi de US$ 8.517.480,00. De acordo com Leôncio de Souza Brito Filho[74], que foi presidente da Famasul de 2000 a 2006, e portanto esteve no olho do furacão quando ocorreram os focos de aftosa no estado, as primeiras indenizações foram cobertas pelo Fundo Emergencial para a Defesa da Saúde Animal de Mato Grosso do Sul (Fesa-MS)[75] e o go-

---

74 Engenheiro-agrônomo formado pela Esalq/USP em 1968, Leôncio de Souza Brito Filho, 76 anos, é natural de Campo Grande (MS). Tem como atividade principal a Integração Lavoura Pecuária (ILP) com ciclo completo de cria a confinamento com 6 mil cabeças de gado nelore e cruzamento com aberdeen angus, localizado no município de Bonito (MS), na Fazenda Laudejá. Seu primeiro contato com a febre aftosa foi em 1958, aos 14 anos de idade, nas férias escolares, quando ajudou o pai a curar bois com "frieiras" com produtos veterinários para boca e cascos.

75 O Fesa-MS foi criado em 2000, durante a gestão de Leôncio Brito. Era composto pela Famasul, Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), Sindicato da Indústria de frios, carnes e derivados do Estado de Mato Grosso do Sul (Sicadems), Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Produção, Indústria, Comércio e Turismo (Seprotur/Iagro) e Superintendência Federal da Agricultura (SFA). Tinha por finalidade assegurar aos produtores rurais o ressarcimento do valor de seus animais eventualmente sacrificados em abates

verno federal, sob o comando de Luiz Inácio Lula da Silva, completou os recursos para as demais indenizações.

Para Inácio Kroetz, à época diretor de Programa da Área Animal e secretário substituto da SDA/Mapa, foi uma grande escola que, infelizmente, custou milhares de cabeças de gado. "Demorou demais até o foco ser detectado e comunicado para se adotarem as primeiras medidas realmente capazes de extingui-lo. É certo que a estrutura veterinária existente não funcionou a tempo com a presteza que essa doença requer". O episódio teve repercussões no Paraná, quando animais levados de Mato Grosso do Sul para um leilão em Londrina, durante a ocorrência do foco em Eldorado, foram diagnosticados por "vínculo epidemiológico", embora, segundo Kroetz, não tenham apresentado sintomas clínicos da doença. "Aqui (no Paraná) não se culpa ninguém, aqui se diz: se esses fatores não tivessem acontecido, o nosso serviço hoje não teria a experiência que tem. Mas foi uma escola muito cara. Foi um negócio assombroso o que teve que ser feito com esses animais em Mato Grosso do Sul e a repercussão que deu no Paraná, que não teve nenhum caso clínico comprovado".

Foi o último grande episódio de aftosa no país, de grande repercussão no mercado pecuário de todo o Brasil. A ocorrência levou à suspensão do reconhecimento de zona livre com vacinação de Mato Grosso do Sul e do Paraná, e dos demais estados reconhecidos pela OIE nos anos 2000 e 2001: Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

---

sanitários, além de proporcionar celeridade nos momentos emergenciais e intensificar as ações de prevenção a enfermidades. Foi dissolvido em 2008 e o saldo remanescente foi rateado entre as entidades que o constituíram.

Mais de 50 países proibiram importações da carne brasileira. "Isso foi determinante para o pessoal tomar um pouco mais de consciência do que a aftosa é capaz de causar em prejuízos", observa Kroetz. "A imagem do Brasil no mercado foi arranhada, prejudicada, mas o país também melhorou muito seu serviço depois desse acontecimento".

Se o baque foi forte na pecuária sul-mato-grossense, com redução significativa do preço da arroba e a proibição de exportar, para o mercado de carnes brasileiro em geral os casos de aftosa não chegaram a ser catastróficos. Um surto de gripe aviária na Ásia na mesma época dividiu as atenções do mundo, e os focos em Mato Grosso do Sul, segundo especialistas, ocorreram num momento de mercado internacional de carnes enxuto, sem grandes estoques. Por conta disso e da flexibilidade dos frigoríficos exportadores, que passaram a exportar carne de plantas situadas em estados não atingidos pelo embargo internacional, as vendas externas mantiveram um patamar de quase normalidade.

Vilão – Até hoje se discute de onde teria surgido o foco de 2005 em Mato Grosso do Sul. Na época, houve autoridade que disse que tinha vindo do Paraguai, mas ninguém provou nem que sim nem que não, e a insinuação provocou a ira dos paraguaios, que passaram a sobrevoar a fronteira para impedir a entrada de gado brasileiro em seu território. Do lado brasileiro, estabeleceu-se uma Zona de Alta Vigilância na fronteira com o Paraguai. A doença estava tão disseminada que era difícil rastrear o foco zero.

"A verdade é a seguinte: não era obrigado a vacinar? A vacina não era boa, não era a mesma de hoje, que é eficiente? Então, por que tantos animais ficaram doentes?", questiona Kroetz. "Mesmo que o vírus viesse de outro planeta, se os animais estivessem imunizados não apresentariam sinais clínicos da doença. Eles seriam soropositivos por terem tido contato com o vírus, mas

não iriam expressar clinicamente tão forte como foi. Isso significa cabalmente que esses animais não estavam imunizados. E não foi por falta de vacina. Ela não foi aplicada ou foi mal aplicada".

"A febre aftosa não era uma questão de sanidade animal somente. Também era um problema cultural, geopolítico e técnico", comenta Leôncio Brito. "A atividade viral 'caminhava' pelo estado. E o vírus não tem passaporte, nem origem ou destino. As possibilidades eram diversas e na época cogitaram-se várias hipóteses de contaminação, mas, depois que a doença está instalada, é muito difícil saber a origem de sua procedência".

Segundo Brito, o trabalho conjunto da iniciativa privada – CNA, Famato e Famasul – já existia na região de fronteira muito antes de sua gestão. Seu antecessor na presidência da Famasul, José Armando Cerqueira Amado, confirma. Conta que quando o pecuarista Eduardo Machado Metelo era presidente da Famasul e Antonio Cabrera ocupava o Ministério da Agricultura, entre 1990 e 1992 (governo Fernando Collor de Mello), criou-se uma comissão com vários técnicos e foi feita uma visita de reconhecimento aos países vizinhos – Uruguai, Paraguai e Argentina. Amado também participou, ao lado de Zeca D'Ávila, de ações na Bolívia em meados dos anos 90. Ele foi um dos signatários do Plano Interinstitucional Brasil-Bolívia, em 1997. "Continuamos esses contatos juntamente com Zeca D'Ávila, nós da Famasul e a ajuda do Fórum Nacional da Pecuária de Corte da CNA, através do Antenor Nogueira", conta Brito.

"Acompanhamos a distribuição de milhares de doses da vacina e fizemos inúmeras visitas à Fegasacruz. Também conversávamos muito com os paraguaios nas fronteiras de Corumbá, Porto Murtinho, Ponta Porã e Bela Vista".

Para ele, parte do trabalho era burocrático, mas havia muitas dificuldades no campo. "A questão cultural na fronteira, entre vi-

zinhos e compadres, a troca de animais com casco bipartido, facilitava a movimentação do vírus", explica Brito. "Era comum o gado pastar nos dois lados dos 600 quilômetros de fronteira seca com o Paraguai". Segundo ele, a intensidade do evento sanitário foi um corte abrupto naquela situação e impôs muitos desafios. "Os recursos eram escassos e as necessidades eram muitas e imediatas, por isso o serviço de defesa sanitária não atingiu seu objetivo pleno". Brito conta que durante o período de abate sanitário sua principal tarefa foi a efetivação dos ressarcimentos junto aos produtores rurais com rebanho afetado, via Fundação Educacional para o Desenvolvimento Rural (Funar), ligada à Famasul e administradora, à época, do Fesa-MS. Hoje, o estado possui o Refasa (Reserva Financeira para as Ações de Defesa Sanitária Animal), que recebe recursos oriundos da cobrança da taxa de atualização do Cadastro da Agropecuária e do Estoque de Animais Bovinos e Bubalinos, mas está em discussão a criação de um novo modelo de fundo indenizatório com participação da iniciativa privada.

Ao longo dos anos, segundo Leôncio Brito, o Serviço Veterinário Oficial tem acompanhado a evolução da agropecuária do estado. "Reestruturações e reorganizações ocorreram na Iagro ao longo dos anos, sendo várias delas para atender as ações do plano estratégico do Pnefa".

Passo a passo

Um relatório do Pnefa de 2007 registra as ações implementadas em Mato Grosso do Sul depois das ocorrências de febre aftosa no estado em 2005 e início de 2006:

> "[...] nos períodos de março a agosto de 2006 e de outubro de 2006 a janeiro de 2007, foram realizados dois estudos soroepidemiológicos contemplando 826 propriedades e 21.396 amostras, segundo as diretrizes estabelecidas pela OIE. Os resultados desses estudos não permitiram descartar a ocorrência de circulação viral na área interditada: Eldorado, Japorã e Mundo Novo. Concluiu-se que as medidas zoossanitárias foram suficientes para impedir a difusão do agente viral para fora dos três municípios interditados, mas não foram efetivas para conter sua circulação entre as propriedades dentro dos municípios afetados.
>
> [...] O serviço veterinário optou pela estratégia de reduzir o número de animais soropositivos da área com a eliminação preventiva desses rebanhos e dos seus contatos e intensificou ainda mais os trabalhos de vigilância, realizando inspeções clínicas em todos os rebanhos remanescentes na área antes de realizar novo inquérito sorológico. Os rebanhos onde existiam bovinos com qualquer tipo de lesão inespecífica ou cicatrizes em boca ou patas, decorrentes inclusive de traumatismo, foot rot e outras, foram sacrificados em frigorífico com inspeção veterinária oficial e aproveitamento condicional das carcaças.
>
> Foram sacrificados preventivamente 43.565 bovinos, provenientes de 118 propriedades. Os animais foram inspecionados antes e após o sacrifício e nenhuma lesão vesicular foi identificada. Os proprietários dos animais foram indenizados pela diferença entre o valor dos animais e o valor pago pelo frigorífico, num total de US$ 7.966.050,00. Esse abate preventivo foi finalizado em 21 de junho de 2007.

[...] Após a realização do inquérito em 2007, o serviço veterinário brasileiro pôde certificar ausência de circulação viral em todo o estado do Mato Grosso do Sul".

Wanderson Lara | APN 10.2005

O ministro da Agricultura Roberto Rodrigues numa das barreiras sanitárias próximas ao local do foco de febre aftosa

Arquivo Mapa

Iagro/MS

Iagro/MS

Iagro/MS

Nos municípios sul-mato-grossenses de Japorã, Eldorado e Mundo Novo foram sacrificados 34.330 animais, dos quais 33.064 bovinos. O valor das indenizações aos proprietários foi de 8,5 milhões de dólares, pagos pelo Fesa-MS e governo federal

Ainda traumatizado pelos focos de aftosa de Mato Grosso do Sul, que provocaram graves prejuízos ao mercado nacional da carne bovina, o serviço veterinário brasileiro – e o Indea em particular – entrou em alerta máximo quando, em janeiro de 2007, a Bolívia notificou casos da doença a menos de 200 km da fronteira com o Brasil

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT

Capítulo 13

Tensão máxima na fronteira

> "Por ocasião do foco na Bolívia montamos uma verdadeira operação de guerra na fronteira, com 17 postos de fiscalização. Todo o desespero que passamos com Mato Grosso do Sul ficou no nosso inconsciente, porque os prejuízos lá foram muito grandes" – *Décio Coutinho*, presidente do Indea-MT de 2003 a 2010.

Embora Mato Grosso tenha tido seu certificado da OIE de área livre de aftosa com vacinação suspenso em 2005, após a ocorrência de focos da doença em Mato Grosso do Sul, não havia motivos para maiores preocupações no que se referia ao comércio da carne bovina produzida no estado: os parceiros comerciais só aumentavam, juntamente com o rebanho, e a segurança sanitária parecia garantida com a evolução das campanhas de vacinação interna e nas vizinhanças.

Porém, depois de um curto período sem a presença do vírus nas imediações, em janeiro de 2007 o governo da Bolívia informou à OIE um foco da doença em Cuatro Cañadas, na província de Ñuflo de Chávez, Departamento de Santa Cruz, a menos de 200 km da fronteira com o Brasil. Logo depois, mais dois focos de febre aftosa foram registrados nas províncias de Andrés Ibáñez e de Cordillera, nos arredores da cidade de Santa Cruz de La Sierra.

O chefe do serviço veterinário boliviano, Ernesto Salas García, informou na ocasião que "os focos tiveram origem numa fa-

zenda na localidade de Montero Hoyos, de onde saíram 60 animais, sobretudo gado de leite, para vários leilões em Santa Cruz de La Sierra. Os bovinos foram levados a 22 recintos de remate de gado da cidade e foram adquiridos por vários pecuaristas". A decisão dos bolivianos de não sacrificar os animais infectados e seus contatos, pelo elevado custo que isso representaria, deixou ainda mais preocupados os brasileiros, que temiam que o vírus pudesse continuar circulando e viesse a se espalhar pela Chiquitania – área livre com vacinação vizinha a Mato Grosso – e logo atravessar a fronteira.

"O vírus da aftosa ainda permanece na faringe dos bovinos por dois anos depois de terem sido tratados", explicou à época a dra. Rísia Negreiros, do Indea. Daí todo o esforço brasileiro em relação à vigilância epidemiológica na fronteira com o Brasil: a força-tarefa montada para fazer frente à ocorrência mobilizou o Ministério da Agricultura, o Indea, as polícias Militar e Federal, o Exército, o Fefa, além de entidades setoriais. Um encontro, ainda em fevereiro daquele ano, dos presidentes Evo Morales e Luiz Inácio Lula da Silva, resultou em um acordo de cooperação sanitária que previa apoio técnico e doação de 3 milhões de vacinas contra a aftosa pelo Brasil.

O Senasag optou por isolar as propriedades afetadas, com restrição total do movimento de animais nas áreas dos focos da doença, e impôs quarentena e controle de movimento com restrição parcial na área, com desinfecção de todos os veículos em postos de controle e reforço de todos os postos fixos do país, além de estabelecer postos de controle móveis. Também foram suspensas atividades de concentração de animais, como feiras e remates. A Chiquitania teve suspensa sua condição de livre de aftosa com vacinação pela OIE, mas a reconquistou dois meses depois pelo fato

de haver identificado a origem do foco e conseguido rastrear os animais infectados.

Do lado brasileiro, a OIE impôs como condição fundamental para rever o status sanitário daqueles estados suspensos durante a crise de 2005 em Mato Grosso do Sul e Paraná a apresentação do plano de contingenciamento de fronteiras, principalmente com a Bolívia e o Paraguai. Só depois que a comissão científica da OIE aprovasse o plano é que se abriria a possibilidade da retomada da condição de livre de aftosa com vacinação.

Embora os focos estivessem para além da Chiquitania, o trauma vivido apenas dois anos antes em Mato Grosso do Sul deixou em alerta máximo o serviço veterinário oficial brasileiro. "O Indea rapidamente instalou barreiras sanitárias ao longo da fronteira, num trabalho em conjunto com o Senasag, o serviço oficial boliviano", lembra Janice Barddal, da SFA-MT. "Houve, como já era praxe, um trabalho de estreita colaboração entre os serviços dos dois países".

"Tivemos a ajuda de profissionais de todo o país; havia uma coordenação de febre aftosa em Brasília e em Mato Grosso tinha uma equipe muito bem preparada, sob coordenação da dra. Maria Auxiliadora, nossa diretora técnica, que nos ajudou muito. Foi uma grande mobilização, e felizmente conseguimos passar sem nenhum problema para a carne de Mato Grosso. Foram ações técnicas, com respostas a tempo e a hora. Tivemos várias auditorias da União Europeia e de outros países e estava tudo ok", conta Décio Coutinho, à época presidente do Indea. Segundo ele, a informatização do Indea foi fundamental para o fornecimento de dados atualizados e com rapidez durante as auditorias, o que evitou a interrupção do fornecimento de carne ao exterior.

A médica-veterinária Rísia Negreiros, que havia atuado no combate aos focos de Mato Grosso do Sul dois anos antes, foi

mais uma vez escalada para lidar com a situação na fronteira, graças à larga experiência adquirida no processo de cadastramento de propriedades e sorologia na Bolívia, que levou à certificação da Chiquitania em maio de 2003. Desta vez, esteve no comando da equipe de técnicos e veterinários que se deslocaram para os postos de fiscalização. Ela conta que as barreiras no início eram simples acampamentos, sem nenhum conforto, com barracas montadas em lugares inóspitos. Três equipes volantes, compostas por veterinários e policiais, patrulhavam a região, rodando milhares de quilômetros sete dias por semana, mapeando as chamadas "cabriteiras", estradinhas pelo meio das fazendas que ligam um país ao outro, por onde passa todo tipo de contrabando – e por onde o vírus poderia se infiltrar em solo mato-grossense, ou através do comércio clandestino de animais, ou pelo trânsito de pessoas. Centenas de porteiras foram lacradas ao longo da fronteira.

> "Chegou-se em fevereiro de 2008 com 568 propriedades georreferenciadas, 378 com vacinação assistida, 71.550 bovinos inspecionados, totalizando 77.933 susceptíveis somando-se ovinos, caprinos e outros. O acompanhamento da operação demonstrou a necessidade de permanência das barreiras; os custos operacionais entraram para os planos de trabalho anual do Mapa, do Indea e do Fefa e elaborou-se um projeto para a construção definitiva de prédios nos sete pontos de maior importância, ficando as outras fragilidades para atendimento das barreiras volantes. Os prédios foram finalizados em 2009 com recursos do convênio de assistência técnico-financeira multilateral entre países, denominado Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). A denominação das barreiras seguiu a referência da localidade mais próxima e de maior influência, algumas com o nome da comunidade brasileira, outras, da comunidade boliviana:

Corixa, Corixinha, Avião Caído, Las Petas, Fortuna, Ponta do Aterro e Marfil"[76].

O plano de contingenciamento de fronteiras exigido pela OIE foi apresentado e a reconquista do status sanitário de livre com vacinação efetivou-se em 2008.

Barreiras – A ex-presidente do Indea Daniella Bueno, que retornou ao órgão depois de ocupar o cargo de superintendente da Acrimat por dois anos, conta que as sete barreiras sanitárias fixas construídas nos municípios de Cáceres, Porto Esperidião e Vila Bela da Santíssima Trindade funcionaram até 2017; em sua gestão como diretora técnica do órgão elas foram transformadas em pontos de apoio para barreiras volantes e vigilâncias. "Paramos de fazer somente barreira sanitária e implementamos a vigilância de fronteira. Desde 2007 já fazíamos o acompanhamento da vacinação nas propriedades da fronteira e passamos a fazer o acompanhamento do embarque e desembarque de animais. Vimos que, como nossa presença era constante nas etapas de vacinação, o produtor que queria fazer errado aprendeu a fazer. Mesmo com a constatação de irregularidades no saldo identificadas nas vacinações, quando chegávamos lá ele tinha um GTA para dizer que aquele gado tinha vindo de Pontes e Lacerda ou Juína, por exemplo. Por isso começamos a acompanhar embarque e desembarque. Instituímos sistema online a partir de 2012. Toda vez que alguém emitia um GTA de animal indo para alguma dessas propriedades da fronteira era dado um alerta. As equipes iam para lá acompanhar o desembarque desses animais. Então a gente fazia o acompanhamento do embarque e desembarque, e tinha equipes volan-

76 Trecho extraído do livro "Fronteira Brasil-Bolívia em Mato Grosso", op cit.

tes para fazer a fiscalização do trânsito de animais. Foi um grande divisor de águas: a implementação de um sistema de vigilância nas propriedades de fronteira não só nas etapas de vacinação".

Emanuele de Almeida[77], que assumiu a presidência do Indea em janeiro de 2021, explica que gradativamente foram sendo retirados os pontos de apoio que funcionavam nas extintas barreiras sanitárias, onde os veterinários pernoitavam enquanto participavam das barreiras volantes. "Em 2020, o ex-presidente Marcos Catão fez a desativação dos pontos de apoio por questões administrativas, legais e financeiras. Houve reforço nas barreiras volantes", diz ela. "Esses pontos de apoio já não tinham veterinário, agente disponível para fiscalização. Antes nós tínhamos isso por uma questão de *timing*. Ficava mais fácil, rápido, chegar na propriedade para fazer a vigilância. Administrativa e juridicamente, não tem por que manter esses pontos de apoio. Como eu tinha bases de apoio nas barreiras, precisava ter PMs. Eu tinha PMs e não tinha agentes do Indea. Eu tinha que pagar diárias para policial militar cuidar de prédios, que eram do Mapa. Houve um imbróglio administrativo, financeiro, jurídico. Ficou provado que quem está na irregularidade sanitária, na ilicitude, não vai passar no ponto fixo para ser pego. A eficácia da barreira volante é bem maior".

"A vigilância deve ter a presença de um médico-veterinário, que tem condições de verificar a situação dos animais *in loco* nas propriedades", explica Daniella Bueno. "O Mapa fez uma auditoria em outubro de 2020 e identificou essa falha. 'Vocês não estão fazendo vigilância, estão fazendo só volante'. Após meu retorno ao Indea, elaboramos uma nova estratégia, que apresentamos ao Fesa

---

77 Emanuele de Almeida foi nomeada presidente do Indea em janeiro de 2021. É advogada, concursada e trabalha há sete anos no órgão de defesa como analista, tendo exercido anteriormente o cargo de diretora administrativa.

e à atual presidente da autarquia. A proposta é retomar a atividade de controle de embarque e desembarque, além da fiscalização volante. Está em análise no Mapa".

O superintendente federal do Mapa em Mato Grosso, José de Assis Guaresqui[78], concorda com a desativação das antigas barreiras por considerá-las pouco efetivas na questão da vigilância sanitária. "Elas foram construídas para atender a uma demanda internacional, mas hoje, em algumas situações, a Bolívia está até mais avançada que nós. Hoje as barreiras só servem para segurança mesmo, por isso alguns produtores das vizinhanças pedem a sua permanência. Mas do ponto de vista agropecuário as barreiras volantes dão mais segurança. As físicas foram desativadas porque além de serem ineficientes têm um alto custo. O Indea tinha que pagar policiais, e não veterinários. Temos que gastar os recursos com defesa agropecuária". Segundo Guaresqui, a desativação não representa desperdício para o Mapa: "As barreiras já se pagaram várias vezes pela importância que tiveram para a conquista do atual status sanitário de livre de febre aftosa pelo estado". As estruturas físicas estão sendo oferecidas pelo Mapa ao estado, prefeituras, Exército, para serem utilizadas como base de policiamento na fronteira. Fogões, geladeiras, camas e outros móveis foram doados a diversas instituições assistenciais.

Há, porém, quem discorde da desativação das barreiras. A médica-veterinária Rísia Negreiros afirma que "as barreiras acabaram por transformar-se num espaço de inclusão das comunidades vizinhas, eram uma forma de detecção precoce de problemas,

---

78 Nascido em julho de 1954, o capixaba José de Assis Guaresqui formou-se em Engenharia Agronômica pela Universidade Federal do Espírito Santo e tem mestrado em Agronomia pela Universidade Federal de Lavras/MG. Assumiu como superintendente da SFA-MT em 2015.

numa faixa em que o Brasil é quase Bolívia e vice-versa. Poderiam servir, no futuro, para abrigar os serviços dos dois países". O pecuarista Jeremias Pereira Leite[79], ex-presidente do Sindicato Rural de Cáceres, vai além: para ele, é importante que se legalize e se integre a economia na fronteira. "As importações e exportações na fronteira devem ser todas legalizadas, com cobrança de impostos, porque isso irá gerar receita para os municípios dos dois lados. Os municípios não estão percebendo a oportunidade de desenvolvimento que o comércio bilateral representa". Segundo Rísia, "nunca conseguimos fazer Brasília entender o comércio na fronteira e agir preventivamente".

Tanto Rísia Negreiros como Jeremias Pereira Leite – e vários outros entrevistados – reconhecem que o comércio de gado na fronteira continua ativo, com número de animais que chega aos milhares cruzando daqui *pra* lá e de lá *pra* cá ao sabor do câmbio. A mesma situação é identificada na fronteira do Paraguai pelo ex-presidente da Famasul José Armando Amado. Por isso mesmo, o documento intitulado "Avaliação dos fatores de risco da febre aftosa nas unidades federativas do Brasil e adequação da avaliação Quali-SV", datado de julho de 2020, coloca Mato Grosso como o estado mais vulnerável de todos. Em segundo lugar na classificação vem Mato Grosso do Sul. No caso de Mato Grosso, o estudo aponta como fatores de risco a extensa fronteira seca com a Bolívia, país que apesar da vacinação sistemática contra febre aftosa teve ocorrências da doença nos últimos 15 anos (2007); as poucas

79 Jeremias Pereira Leite, nascido em 2 de maio de 1952, vem de uma família de pecuaristas "desde o tempo do império". É tecnólogo em Cooperativismo formado pela UFMT e funcionário aposentado da Empaer. Foi secretário da Agricultura de Mato Grosso durante o governo Dante de Oliveira. Exerce sua atividade pecuária na Fazenda Porto Estrela, na comunidade Salobinha, em Cáceres, onde faz IATF, inseminação artificial e controle genético do rebanho.

barreiras florestais entre Mato Grosso e Bolívia, com grande quantidade de pontos e vias de acesso na fronteira; e a grande densidade de ocupação pecuária em ambos os lados da fronteira. Ressalta ainda que Mato Grosso é um estado que exporta muito, portanto tem a economia fortemente dependente da produção pecuária, daí a necessidade de um serviço veterinário robusto, bem preparado e sobretudo capaz de responder com prontidão a qualquer ameaça de reintrodução do vírus, principalmente a partir do momento em que o estado for liberado da vacinação em sua totalidade.

"Mato Grosso é avaliado constantemente pelo Quali-SV, que o Mapa instituiu", diz Daniella Bueno. "É um *checking list*, que trata da estrutura física, de pessoal, inter-relação entre o setor público e o privado, o cumprimento de metas. Avalia toda a parte administrativa e técnica do Indea. No caso de Mato Grosso, temos um desafio maior. O Mapa fez uma classificação de risco e Mato Grosso tem o maior risco por causa da fronteira seca. Temos que alcançar as melhores notas: nós e Mato Grosso do Sul. Temos que estar num estado de excelência de defesa sanitária para retirar a vacina".

Para Jamil Gomes de Souza, do Mapa, sempre haverá uma possibilidade de reintrodução do vírus. "Mato Grosso tem uma fronteira muito extensa e de elevada permeabilidade com a Bolívia. Erradicar uma doença como a febre aftosa sem infraestrutura adequada, aí envolvidas questões como provisão de recursos orçamentários e financeiros, envolvimento político e participação do sistema produtivo, sempre sinaliza a possibilidade de que algo ficou incompleto. As dificuldades econômicas que todos os países da região vêm experimentando nos últimos dez anos poderá sinalizar o nível de prioridade com que o tema é tratado internamente. Uma coisa é certa: ninguém investe em um assunto que o próprio setor considera como resolvido".

Jogi Humberto Oshiai | 2007

O Indea espalhou barreiras sanitárias em vários pontos da fronteira com a Bolívia e equipes de médicos-veterinários vieram de várias partes do Brasil para auxiliar Mato Grosso na fiscalização

s/a | Panaftosa-Opas/OMS | 2009

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT | 2008

Acervo revista Produtor Rural

O controle e a desinfecção de veículos que transitavam na região da fronteira foram rigorosos. A Bolívia também tomou providências imediatas e a doença não chegou a se espalhar pelo país vizinho

Jogi Oshiai, cujo trabalho junto à União Europeia contribuiu para a abertura do mercado da UE para a carne mato-grossense na década de 1990, mais uma vez foi chamado a Mato Grosso e, juntamente com a epidemiologista Rísia Negreiros, do Indea, vistoriou o trabalho realizado para manter a febre aftosa longe do estado

s/a | Acervo Jogi Humberto Oshiai | 2007

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT | 2002

Jorge Prestel, presidente da Fegasacruz, conversa com Zeca D'Ávila, presidente do Fefa/MT, Ernesto Salas Garcia, chefe do Serviço Veterinário boliviano, e Pedro Lacerda, pecuarista da região de Cáceres

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT | 2008

Zeca D'Ávila, Wilfredo Peinado Cuéllar (Liqui) e Décio Coutinho, então presidente do Indea, durante entrega de vacinas na Bolívia, em novembro de 2008

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT | 2007

Palestra do Fefa para produtores da região da fronteira, alertando para os riscos de reentrada do vírus em Mato Grosso

Carona no Bloco I

Em 2020 Mato Grosso experimentou o gostinho de viver sem vacinação contra aftosa. No Pnefa 2017-2026 o estado está alocado no Bloco IV, juntamente com Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe e Tocantins, e deveria ser o último bloco a deixar para trás a vacinação, em 2022. Um pedacinho do estado, porém, pegou carona no Bloco I, pela localização geográfica, e entrou para a história ao aposentar as pistolas – a última etapa de vacinação aconteceu em novembro de 2019. Também entraram para este bloco alguns municípios da faixa sul do Amazonas.

"Em 2017, o Bloco I era formado apenas por Acre e Rondônia, mas o Mapa solicitava a participação dos estados vizinhos – Mato Grosso e Amazonas – nas reuniões", explica Daniella Bueno, do Indea. Representantes de diversas entidades – Indea, Mapa, Famato, Fesa/MT, Acrimat, Acrismat, Sindifrigo e CRMV-MT – já tinham formatado o Comitê Estadual de Febre Aftosa de Mato Grosso, em que todas as políticas voltadas para combate à febre aftosa são discutidas, e foram participar dessas reuniões. "Descobrimos que, a partir do momento em que fosse retirada a vacina do Bloco I, Mato Grosso não poderia mais enviar animais para o Acre e Rondônia. O presidente do Sindicato Rural de Rondolândia, que também estava na reunião, disse que se fechasse o comércio com Rondônia a pecuária de seu município ia acabar. A gente pegou uma lupa e começou a verificar a divisa de Mato Grosso com Rondônia", recorda Daniella.

O comitê de Mato Grosso solicitou ao Mapa um estudo de trânsito animal e Daniella, juntamente com Francisco Manzi, diretor técnico da Acrimat, e Antonio Carlos Carvalho de Sousa, do

Fesa, foi a Rondolândia para uma reunião onde estavam presentes mais de 200 pessoas, a maioria pecuaristas. De lá foram a Vilhena (RO), onde vivem muitos produtores de Mato Grosso. "Eles foram unânimes em dizer que não podiam romper o comércio com Rondônia, que isso ia acabar com a pecuária na região. Eu pedi à minha área técnica para fazer um estudo de trânsito para ver se isso era verdade. A gente verificou todas as propriedades de Rondolândia, todas as propriedades da margem esquerda do rio Roosevelt em Colniza, algumas propriedades que ficam coladas com Rondônia mas fazem parte de Juína, três propriedades de Aripuanã e uma vilazinha em Comodoro. Fizemos um arrazoado técnico e apresentamos uma propositura ao Mapa para que esta faixa de Mato Grosso entrasse como zona do Bloco I".

Segundo Daniella, a proposta foi aprovada pelo Mapa e aquele cantinho de Mato Grosso, onde vivem 400 mil animais, deixou de vacinar o rebanho. O Indea montou barreiras sanitárias na região, com todas as despesas pagas pelo Fesa, e as divisas com outros municípios estão fechadas desde abril de 2020.

Em agosto o Bloco I foi reconhecido pelo Mapa[80] como livre de aftosa sem vacinação e, em setembro, o pleito foi enviado para a OIE. A entidade emitiu parecer favorável no início de março de 2021 e o reconhecimento foi anunciado durante a 88ª Sessão Geral da Assembleia Mundial dos Delegados da OIE em maio. Uma auditoria do Mapa, que deveria ter sido feita no final de 2020 em Mato Grosso e outros estados, aconteceu também no mês de maio; embora as conclusões não tenham sido divulgadas a tempo

---

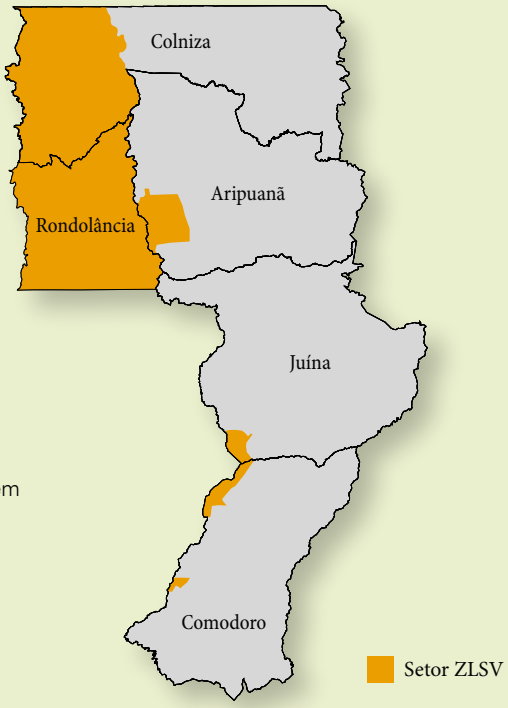
80 Instrução Normativa nº 52, de 11 de agosto de 2020, assinada pela ministra Tereza Cristina, reconheceu "como livres de febre aftosa sem vacinação os estados do Acre, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia e regiões dos estados do Amazonas e Mato Grosso".

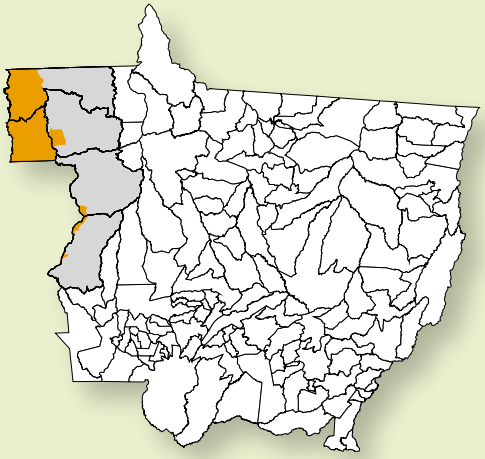
para constar deste livro, tanto Daniella quanto Guaresqui se mostraram otimistas em relação aos resultados.

A atual presidente do Indea, Emanuele de Almeida, acredita que, devido ao atraso nas etapas do Pnefa por conta da pandemia de Covid-19 essa data não está tão próxima. Numa perspectiva pessimista, segundo ela, "a retirada da vacinação acontecerá lá por 2024. Nos municípios que já estão livres, a vigilância tem que ser redobrada. Você tem uma janela aberta. É o que estamos vivendo com a pandemia: quem está vacinado está mais seguro. Enquanto instituição, nosso cuidado, nossa vigilância terá que ser maior, teremos que ter mais gente no campo e menos pessoas no escritório. Esta é a minha grande preocupação como gestora". Ainda segundo Emanuele, alguns estados do Bloco IV colocam como condicionante Mato Grosso estar junto na retirada da vacinação. "Nosso bloco é muito conciso. A suspensão só pode acontecer de forma conjunta com Mato Grosso. Teremos que criar e manter condições sustentáveis. Teremos que nos projetar para a ampliação de zona livre, com outras formas de fiscalização para garantir o novo status sanitário".

Para Guaresqui, se os institutos de defesa estaduais de determinado bloco não conseguirem atingir o status desejado de modo uniforme, o Mapa pode isolar um estado se ele estiver mais avançado, sem precisar esperar pelo restante do bloco. "É possível fazer uma solicitação de antecipação, mas trabalhamos pela retirada em bloco para minimizar o esforço e o custo no período de transição". Segundo ele, "o Mapa reconhece o Indea como um dos mais importantes e organizados órgãos de defesa do país, e quando alertamos para alguma melhoria no serviço temos resposta".

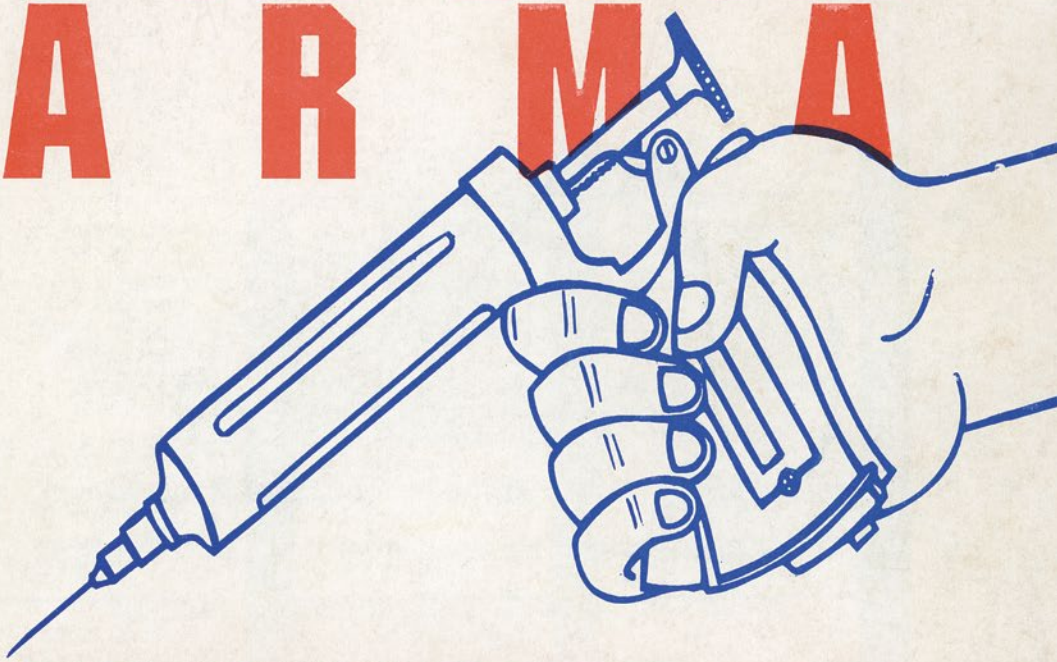
Parte de Mato Grosso incluída no Bloco 1 e reconhecida pela OIE como livre de aftosa sem vacinação em 2021





Fonte: Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado de Mato Grosso / Coordenadoria de Defesa Sanitária Animal / Programa de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (2019)

NÃO SEJA COVARDE USE ESTA ARMA



COMITÊ DE ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA
NOVA XAVANTINA - MATO GROSSO

FEFA

FUNDO EMERGENCIAL DA FEBRE AFTOSA

Alameda Dr Annibal Molina, s/n - CEP 78115-901 ANEXO AO MAARA
Fone: (065) 682-3727 - FAX (065) 682 2196 - Porto - Várzea Grande - MT

Capítulo 14

De Nova Xavantina à Venezuela

O carioca Guilherme Henrique de Figueiredo Marques chegou a Mato Grosso no dia 10 de janeiro de 1994, recém-formado em medicina veterinária pela UFRRJ. Com ele vieram vários outros colegas para trabalhar na erradicação da aftosa no estado. "Eu convidei o pessoal da mesma turma da universidade. Pouco tempo depois do nosso ingresso no Indea, só ficamos eu e o Marcos Catão, os outros voltaram para o Rio".

Guilherme Marques foi nomeado chefe da Unidade Local de Execução (ULE) de Nova Xavantina. Naquela época, o Estado era endêmico, tinha aftosa *pra* todo lado. "Nós convivíamos sistematicamente com a doença. Eu atendia dezenas de focos não só em Xavantina como em Água Boa, Canarana, Ribeirão Cascalheira, São Joaquim, enfim, por toda a região". A mudança, segundo ele, ocorreu quando se deixou de lado a ideia de controlar a aftosa e adotou-se o princípio da erradicação, a partir de 1995. "Quando se encontrava um foco mediante diagnóstico clínico-epidemiológico e/ou laboratorial, todos os animais eram sacrificados, animais enfermos e contatos. Fazíamos a interdição e desinfecção das propriedades envolvidas, além da investigação epidemiológica para buscar outros eventuais focos na região".

Naquele momento se percebeu a necessidade de maior envolvimento da população, particularmente dos produtores rurais no enfrentamento à doença. Foram criados então os Comitês Muni-

cipais por todo o estado; o veterinário do escritório local do Indea daria as orientações técnicas, mas eles seriam compostos eminentemente pelo setor privado – sindicatos rurais e demais segmentos sociais envolvidos com a atividade pecuária. "Em Nova Xavantina as pessoas realmente se envolveram muito no processo. Criamos um comitê muito forte, que produzia vários materiais didáticos, fazia campanhas de divulgação da vacinação com carro de som, faixas na rua, outdoors".

Marques relembra que no leilão de Nova Xavantina as pessoas doavam um boi gordo e esse mesmo animal era comprado e doado por diversas vezes, para apoiar financeiramente as estratégias de divulgação das campanhas e a vacinação comunitária que ocorria nos assentamentos e aldeias indígenas na região. "Por aí se tem uma ideia do envolvimento das pessoas", ressalta. "A gente também tinha parceria com a Prefeitura, Rotary, Lions Club, e colocávamos dezenas de motociclistas com isopor de vacina na garupa da moto – fazíamos cursos de treinamento desse pessoal para vacinar nas comunidades, assentamentos, aldeias indígenas. Era uma operação de guerra no período da campanha". Isso, segundo Marques, gerou muito comprometimento e cumplicidade de todo o município e região com o comitê, "a ponto de o Fefa solicitar os direitos autorais de uma cartilha que o Cefa-NX (Comitê de Erradicação da Febre Aftosa – Nova Xavantina) havia feito na época, de perguntas e respostas, que tirava as maiores dúvidas dos produtores rurais em relação aos efeitos da vacina, aos riscos, prejuízos, vantagens etc.". A cartilha acabou sendo replicada a nível estadual e foi apresentada em vários fóruns internacionais.

"Foi um momento muito precioso. Deixou de ser uma coisa meramente chapa-branca e obrigatória, simplesmente porque o governo está mandando, senão tem multa', e tornou-se muito mais um sentimento e um comprometimento de todos os envol-

vidos nesse processo. Fiquei lá por cinco anos, recebi o título de Cidadão Nova-xavantinense, moção de aplauso da Câmara dos Vereadores pelo serviço prestado em prol da erradicação da febre aftosa". Marques se diz muito grato pela oportunidade que teve como chefe da ULE de Nova Xavantina e também como professor concursado da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). "Pude conhecer a realidade do campo e a participação da academia, o que depois colaborou muito na minha gestão como diretor do Departamento de Saúde Animal (DSA), do Mapa, por oito anos, e em toda a minha carreira de mais de 25 anos no Ministério, sempre atuando na área de saúde animal. Tive a honra de ser delegado do Brasil perante a OIE por muitos anos".

Guilherme Marques tem várias especializações, além de mestrado na área de gestão pública e sanidade animal. Prestou concurso para o Mapa no ano 2000 e construiu uma sólida carreira no Ministério como auditor fiscal federal agropecuário, tendo ocupado vários cargos importantes no Mapa. Há três anos trabalha como especialista em Saúde Pública Veterinária no Panaftosa com um projeto prioritário na Venezuela para buscar a erradicação da febre aftosa naquele país. "A exemplo do que fizemos no Brasil, onde conseguimos declarar todo o território como livre de febre aftosa pela OIE, esperamos avançar também na Venezuela, que segue sendo o único país considerado não livre para essa doença em todo o continente americano. Estamos a um passo de declarar todo o continente livre de febre aftosa".

Por esta razão, o ex-ministro Blairo Maggi e depois a ministra Tereza Cristina, que o sucedeu, endossaram e propuseram que Marques atuasse, temporariamente, junto ao Panaftosa para auxiliar numa estratégia mais profícua e permanente com a Venezuela. "Recentemente conseguimos sensibilizar as autoridades venezuelanas do Instituto Nacional de Salud Agricola Integral (Insai) em

reconhecer a recém-criada Fundação Venezuelana de Saúde Animal (Funvesa) e delegar poderes para que esta possa realizar todas as ações pertinentes para uma vacinação efetiva em território venezuelano, desde a importação, armazenamento e vacinação contra febre aftosa". Segundo Marques, a Fundação é constituída pelas mais representativas federações de produtores do país e indústrias frigoríficas (Federación Nacional de Ganaderos – Fedenaga; Confederación de Agricultores y Ganaderos – Confagan; e Consejo Venezolano de la Carne – Convecar) e, de acordo com os estatutos elaborados e aprovados pelos cartórios públicos do Estado venezuelano, possui figura jurídica legalmente constituída e reconhecida pela autoridade pública sanitária daquele país – o Insai. Trata-se de um acordo histórico entre o setor privado da pecuária nacional e o Executivo Nacional. "Mas, ainda temos muitos desafios para superar por lá". De agora em diante o setor privado brasileiro e dos demais países da região buscarão tratar com os seus pares venezuelanos para que juntos possam ajudar nesse desafio, sempre com o acompanhamento, a facilitação e supervisão das autoridades nacionais.

Calcanhar de Aquiles

A Venezuela é o calcanhar de Aquiles da erradicação da aftosa no continente sul-americano, daí o esforço dos organismos ligados à sanidade animal para ajudar aquele país a superar suas dificuldades. "A Venezuela é uma zona complicada, pois não destina recursos para estruturar um serviço veterinário público à altura, de modo a garantir que não está havendo aftosa clínica, muito menos para executar a necessária vigilância visando a informar sobre circulação viral em seu território, com dados confiáveis", diz Inácio Kroetz, ex-secretário de Defesa Agropecuária do Mapa.

"Em 2018, disponibilizamos equipes de veterinários dos serviços estaduais para colaborarem no combate e prevenção da febre aftosa na área fronteiriça porque estava havendo focos da enfermidade na Venezuela, que inclusive se disseminou, atingindo a Colômbia. A fronteira com o Brasil é a floresta e dificilmente vai entrar aftosa por Santa Helena, onde foi estruturado um serviço preventivo de vigilância de fronteira específico, mas estamos falando de febre aftosa, onde todo cuidado é necessário, e sempre algum evento pode acontecer, onde menos se espera, se o serviço não for consistente e ágil". Kroetz pondera, no entanto, que daquele país não há chance, por muito tempo, de se exportarem animais vivos para o Brasil, uma vez que a corrente é favorável a este país, já que está faltando comida na Venezuela. "Houve uma época em que o valor da arroba do boi flutuava muito entre países e era vantajoso comprar de fora do Brasil. Em termos sanitários, é até favorável que o preço dos animais seja mais caro além da fronteira porque aí ninguém vai lá buscar". Ele acrescenta que, graças à evolução do status sanitário em relação à febre aftosa na América do Sul e aos investimentos nas plantas frigoríficas de países vizinhos – principalmente por parte de indústrias brasileiras – atualmente essas nações têm oportunidades para exportar carne e, por isso, o trânsito de animais vivos nas fronteiras do Mercosul tornou-se pouco atrativo.

De acordo com o chileno Alejandro Rivera, médico-veterinário e mestre em epidemiologia veterinária que desde 2015 coordena a área de febre aftosa do Panaftosa, a doença chegou às Américas no final do século 19, atingindo principalmente Brasil, Argentina e Estados Unidos. Os Estados Unidos a eliminaram na década de 1920, com o sacrifício de todos os animais infectados. Na América do Sul, por outro lado, a aftosa se espalhou, e quando começou a chegar à Colômbia e Venezuela, a OEA decidiu que

ela deveria ser barrada para não chegar à América Central e daí aos Estados Unidos novamente. A Opas criou então o Panaftosa, em 1951, um centro especializado na doença.

Em 1988 todas as Américas aprovaram o Programa Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa (PHEFA), cuja meta era erradicar a doença no continente até 2009. Mas Rivera ressalta que na América do Sul não é como na União Europeia, que adota uma norma e esta tem que ser seguida por todos os países: "Aqui os países são soberanos, então foram feitas sugestões aos respectivos governos através da Comissão Sul-Americana para a Luta contra a Febre Aftosa (Cosalfa)". Em 2009, 80% dos países tinham erradicado a febre aftosa, e aí se criou o plano 2011-2020. "A ideia era encerrar o trabalho em 2019", diz Rivera. "O progresso foi muito bom, todos os países conseguiram tornar-se livres de aftosa com vacinação e alguns sem vacinação, com exceção da Venezuela". Rivera explica que o Panaftosa tem trabalhado com a Venezuela, mas que a situação é complicada. "Você avança e retrocede, mas nossa vontade é trabalhar para que o país seja também livre".

Segundo ele, em 2008 o então presidente Hugo Chávez havia decidido fazer um programa social de vacinação para pequenos produtores. "Conseguiu eliminar o endemismo, verificamos efetivamente a queda nos surtos em consequência do programa. Em 2016 o programa foi ampliado, mas a crise econômica se acentuou e o país não conseguiu mantê-lo: não havia dólares para comprar as vacinas. Eles têm que importar antígenos, e houve um retrocesso. Os produtores maiores compram vacinas dos países vizinhos, de forma clandestina, mas não resolvem o problema". De acordo com Rivera, tanto o Estado como os produtores querem avançar, mas o problema está em organizar uma boa campanha. O Brasil foi um dos países que tentou ajudar a Venezuela, oferecendo a doação de vacinas, diz Rivera, mas não era uma boa so-

lução. “A recepção e distribuição seriam muito complicadas. Historicamente o governo é muito separado da iniciativa privada”. Foi assim no programa de Chávez: o governo separou os menores (a quem subsidiou a vacinação) dos grandes, que vacinavam por conta própria. Agora, com a Fundação (Funvesa), a expectativa é que os “privados” ajudem a vacinar os pequenos rebanhos, com supervisão do Estado.

“Estamos no processo, mas o estado está muito fragilizado na área diagnóstica. Houve muita rotatividade no serviço oficial, mas temos que ser otimistas”, diz Rivera. O problema da Venezuela afeta a Colômbia, porque a produção é muito similar. Mas, segundo Rivera, a Venezuela não é risco para a Guiana ou Brasil, porque os estados que são vizinhos ao Brasil não têm gado. Isso permite pensar que todos os outros países retirem a vacina, com exceção da Colômbia.

“Ou você apoia ou nunca terá resultado positivo na Venezuela”, diz Júlio Pompei, do Panaftosa. “Um veterinário lá recebe 6 dólares por mês! É de chorar! A Venezuela vai ter que resolver o problema dela, mas em relação à aftosa já tem o apoio do Panaftosa e a solidariedade dos países, que tem que ser mais materializada. Lá tem 12 milhões de cabeças de gado, cada país dá um tanto e vamos fazer a vacinação. E quem vai fazer é o setor privado de lá”. No Equador, segundo Pompei, em 2011 havia 160 focos de aftosa. O Panaftosa estruturou um programa de vacinação, o governo deu prioridade política, investiu, doou vacina durante cinco anos. “Estruturamos normas, leis, controle, e em 2014 o Equador conseguiu o reconhecimento como país livre com vacinação. Com três ou quatro anos de bom trabalho, você consegue eliminar a enfermidade. A fórmula de erradicação está pronta, é só aplicar. É só ter dinheiro e dar prioridade”.

Panorâmica da erradicação

Segundo Sebastião Costa Guedes, na América do Sul o combate mais criterioso aconteceu, no início, sob a liderança da Colômbia, a mesma que, tantos anos depois, se vê refém da situação venezuelana. Depois, o combate se expandiu por todo o continente. O Chile foi o primeiro país sul-americano a ser livre da aftosa sem vacinação; posteriormente, a atual Guiana (ex-inglesa), a Guiana Francesa e o Suriname (antiga Guiana Holandesa) também erradicaram a doença.

Nos demais países a doença começou a ser erradicada depois que a OIE aprovou o conceito de regionalização, ou seja, os grandes países poderiam ter zonas livres e zonas não livres. "Nós tivemos também, em diferentes países da região, a presença do setor privado, e o programa começou a evoluir", diz Guedes. Os primeiros países a terem áreas livres sem vacinação foram a Argentina – a Patagônia, ao sul – e, no Brasil, Santa Catarina. "Tivemos uma evolução no Peru, que já há uns três ou quatro anos é totalmente livre sem vacinação, e temos, livres com vacinação, parte do Brasil, parte da Argentina, todo o Uruguai (sempre com a alegação de que não confia nos vizinhos. Isso é uma alegação muito cômoda para eles! Muito cômoda!)". Como o Uruguai tem um rebanho relativamente pequeno, ao redor de 10 milhões de cabeças, ele não faz sombra no mercado internacional como faz o Brasil, que hoje tem entre 220 e 230 milhões de cabeças.

"Por isso o Brasil tem regras muito mais rigorosas impostas internacionalmente do que um país pequeno que tem ao redor de 5% do nosso rebanho. O Uruguai tem uma defesa boa, mas como não tem um grande rebanho isso facilita as coisas. O único país da região que insiste em manter a vacinação é a Argentina, por razões até mesmo inexplicáveis. O Uruguai fala que mantém, mas o

Brasil retirando eles vão retirar em seguida, não resta a menor dúvida. O último foco que teve foi a Argentina que deu de presente a eles quando o Menem (Carlos Saúl Menem Akil, ex-presidente da Argentina) se antecipou retirando a vacinação. Mas hoje, na América do Sul, dos países que poderiam retirar o único que quer manter a vacinação é a Argentina. É algo a ser analisado: qual a razão desta manutenção...".

Ainda segundo Guedes, o território continental do Equador é livre com vacinação – e livre sem vacinação nas Ilhas Galápagos. "Esse é o quadro da aftosa na América do Sul. O Brasil está puxando esta fila, seguido da Bolívia, que tem grande parte do seu território livre sem vacinação; recentemente retirou a vacinação no Pando e está iniciando a retirada gradativa no Beni e deixando por último a região de Santa Cruz de La Sierra. Mas deve ser o próximo país totalmente livre sem vacinação. Isso vai forçar o Uruguai a retirar, e possivelmente o Paraguai". Guedes se exalta ao comentar, sem nomear, a situação em alguns países sul-americanos: "Nós temos que entender o seguinte: há países aqui na América do Sul cujas entidades de criadores VIVEM em função da vacinação de aftosa, eles cobram uma taxa sobre a vacinação ou fazem a vacinação. Não é o caso do Brasil: aqui é o criador quem compra e paga. Em outros países às vezes tem um incentivo governamental ou, então, através da vacinação, as entidades de criadores recolhem dinheiro. Isso diferencia um pouco a postura de uns e outros".

Transparência

Uma medida importante no combate à aftosa no continente foi a criação do Comitê Veterinário Permanente (CVP) em 2000, quando houve a crise sanitária com milhares de focos na Argen-

tina e Uruguai. De acordo com Guilherme Marques, "as fronteiras com os países vizinhos foram muito trabalhadas, muito mesmo. Os ministros criaram o CVP e ele foi uma grande oportunidade de fortalecer a transparência e solidariedade entre os países. Nós tivemos muitas missões de fronteira, só que elas não foram suficientes; tivemos que conhecer o interior dos países, ainda mais quando o Paraguai, que se declarava livre, teve um foco no coração de seu território; ou seja, ele não sabia o que estava acontecendo ou escondia o que estava acontecendo. Eu estava como presidente do CVP na época e decidimos criar um mecanismo de auditoria do sistema veterinário, de avaliação e melhoramento do serviço dos países do CVP – Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia. Dessa forma, passamos a fazer supervisões em todo o sistema veterinário de cada país para poder detectar se havia problemas e corrigi-los para não termos focos, o que invariavelmente só vinha à tona quando surtos da doença apareciam, e isso não podia seguir assim. E foi extremamente exitoso, foi uma mudança de comportamento, os países foram muito mais transparentes e solidários. O Paraguai se abriu para várias missões internacionais, reconheceu a sua falha, corrigiu seus erros e hoje segue fortalecido e livre de aftosa, com vacinação".

Outro ponto de virada da situação continental em relação à aftosa, segundo Guedes, foi a conferência de 2004 em Houston, no Texas, patrocinada pela Opas e pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), que criou o Giefa. "Isso melhorou muito a situação de controle. Devido ao problema argentino em 2000, tivemos diversos países com problemas de aftosa. Os países-membros do Comitê Hemisférico para Erradicação da Febre Aftosa (Cohefa) resolveram redirecionar o PHEFA a fim de apontar aos países as zonas de maior risco no período 2005-2009

e, com o Giefa, orientar a elaboração do novo plano e procurar recursos nacionais e internacionais para financiá-lo".

Guilherme Marques finaliza seu depoimento com otimismo: "Tenho convicção de que o Brasil tem um sistema exemplar, pela qualidade dos seus profissionais, pela capilaridade e robustez das estruturas que existem em todos os estados brasileiros. Não temos um sistema perfeito, mas o nosso sistema veterinário tem independência e competência técnica, significativo aporte de recursos públicos, com profissionais estáveis (concursados) fazendo toda a gestão desse processo e com envolvimento máximo do setor privado, mas sempre ciente de que a responsabilidade da gestão do Programa é do estado. O envolvimento e a parceria do setor privado são fundamentais para a execução de toda a estratégia, sem ele seria impossível termos avançado. O dono do boi é o maior interessado em chegar aonde nós chegamos e querer se manter assim. Razão pela qual eles têm que participar ativamente das políticas e estratégias de erradicação e prevenção da febre aftosa. A gente trabalha agora é com a prevenção, porque a erradicação já aconteceu. Temos que prevenir para que a doença não ingresse novamente, e somente a vacina não nos dá essa garantia".

Pedro França | Agência Senado | 2017

Apresentação do Pnefa 2017-2026 na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado pelo então diretor do DSA/Mapa, Guilherme Marques

s/a | Secom-MT | 2006

Sebastião Guedes, com larga história na luta contra a aftosa, em palestra no Enipec, evento promovido pela Famato

s/a | Acervo Fesa/MT | 2001

28ª Reunião Ordinária da Cosalfa e Seminário Internacional reúnem no Paraguai (da esq. para a dir.) Paulo Bilégo, Antonio Carlos Carvalho de Sousa, Ênio Arruda, Zeca D'Ávila, João de Freitas (coordenador do Indea), Donizete Pereira de Mesquita e Guilherme Marques (os dois últimos representando o Mapa)

s/a | Acervo Fesa/MT | c. 1990

s/a | Acervo Fesa/MT | c. 1990

s/a | Acervo Fesa/MT | c. 1990

Os comitês municipais foram muito atuantes e fundamentais no combate à febre aftosa em municípios como Apiacás, no Nortão. Nas fotos reunidas pelo coordenador do Comitê Municipal, Maurício César Bento, alguns registros das dificuldades enfrentadas na vacinação comunitária, no final da década de 1990

Cely Ávila | Panaftosa-Opas/OMS | 2019

Alejandro Rivera, coordenador da Área de Febra Aftosa do Panaftosa, na 46ª Reunião Ordinária da Cosalfa em Cartagena das Índias, Colômbia, em abril/maio de 2019

Capítulo 15

Adeus ao vírus?

"Em primeiro lugar, gostaria de dizer que isso (o fato de Mato Grosso ter completado 12 anos sem febre aftosa) é fruto da consciência do segmento da pecuária. O produtor está consciente de sua obrigação e de que seu negócio tem que ser lucrativo. Para que isso aconteça, a questão da sanidade é fundamental. O pecuarista tem cumprido sua obrigação. A partir da hora que o governo não deu conta de fazer sozinho e nos chamou para parceiro, o produtor rural conscientemente aderiu, assimilou e está vacinando o seu rebanho. O objetivo é atingir 100% do rebanho[81]e esperamos conseguir isso em breve. Mas isso não significa tranquilidade ou acomodação. O produtor tem que estar permanentemente vigilante para que amanhã, após o governo sinalizar no sentido de que vai fazer aquilo que é da sua competência – a realização de exames laboratoriais para saber como está o vírus circulante no meio ambiente mato-grossense – tenhamos tranquilidade para darmos o passo seguinte, que é ter o estado livre de febre aftosa sem vacinação" – *Zeca D'Ávila*, em entrevista à equipe da revista "Produtor Rural"[82], como presidente do Fefa, em fevereiro de 2008.

---

81 Na última etapa da Campanha de Vacinação, realizada em dezembro de 2020, Mato Grosso atingiu 99,8% dos animais foco, de acordo com dados do Indea.

82 *In* revista "Produtor Rural", nº 177, fevereiro de 2008.

Ao longo das primeiras duas décadas do novo milênio, em diversas ocasiões, lideranças do setor produtivo rural mencionaram a possibilidade de Mato Grosso conquistar o status de livre de aftosa sem vacinação em datas que já pertencem ao passado.

> "Ainda não acabamos com a aftosa por falta de vergonha na cara e não por falta de dinheiro", afirmou o presidente do Grupo Interamericano da Erradicação de Febre Aftosa (Giefa) e do Conselho Nacional de Pecuária de Corte (CNPC), Sebastião da Costa Guedes, durante mesa-redonda sobre o tema no Encontro Internacional dos Negócios da Pecuária (Enipec 2006), realizado em Cuiabá, em maio. Ele garante que a febre aftosa pode ser erradicada na América do Sul em cinco anos, desde que se faça um trabalho direcionado às regiões específicas para alcançar a meta do Giefa: a eliminação da doença no continente até 2009".[83]

Se o último foco de febre aftosa no Brasil ocorreu em 2006[84], por que então o debate sobre retirar a vacinação ainda desperta controvérsia?

"A vacina contra febre aftosa já cumpriu seu papel. Tirou a enfermidade da maioria dos países e hoje eles têm que fortalecer outras medidas: manter a vigilância forte, fazer restrição de trânsito de animais e só comprar gado de países que têm o mesmo status sanitário, ou seja, livre de aftosa sem vacinação", defende Júlio Pompei, coordenador de Cooperação Técnica do Panaftosa. "Não existe risco zero. Hoje, com vacinação ou sem, o produtor mato-grossense ou de qualquer outro estado brasileiro ou país das

---

83 *In* revista "Produtor Rural", nº 159, junho de 2006.

84 Segundo o Relatório Pnefa 2007, do Mapa, o último foco registrado de febre aftosa ocorreu em abril de 2006 em Mato Grosso do Sul.

Américas está totalmente suscetível a quatro tipos de vírus: SAT 1, SAT 2, SAT 3 e Ásia 1. Só estamos prevenidos quanto aos vírus A e O. O vírus C foi erradicado no mundo inteiro. Os três tipos de SAT estão presentes em toda a África, além do A e O, e o Ásia 1 está na Ásia, na Índia e chega à Europa do Leste".

Se esse é o quadro, o que deve ser feito? Mais uma vez, Pompei sintetiza o pensamento de muitos especialistas:

"Viramos a página. Para se prevenir da febre aftosa, é preciso usar outras medidas: vigilância, barreiras sanitárias, controle de trânsito. O que vai segurar a doença no caso de haver um foco não é ter um forte esquema de vacinação permanente – uma medida que foi usada para curar o problema que nós tínhamos".

O veterano Sebastião Costa Guedes também se mantém firme em sua cruzada pró-retirada da vacinação contra febre aftosa:

"Cabe ao Brasil liderar o processo de erradicação, como tem feito nos últimos anos, com grande apoio da suinocultura, que é muito boa, principalmente no Sul do país. O setor da suinocultura não consegue acessar os melhores mercados, como a Coreia e o Japão, porque nós vacinamos os bovinos contra aftosa contrariando uma exigência desses países. O circuito não aftósico, que é representado hoje pela América do Norte, Japão, Coreia do Sul e pelos países da União Europeia, exige a retirada da vacinação, principalmente Japão e Coreia, e isso prejudica muito os suinocultores que não podem exportar carne para lá".

Na avaliação de Guedes, o programa de vacinação foi fundamental para a evolução do rebanho brasileiro e o Brasil lutou muito pela regionalização junto à OIE. Segundo ele, a aplicação da vacina contra febre aftosa melhorou a situação do país no mercado internacional e agora a meta é chegar "aos mercados nobres", que chama de circuito não aftósico, onde o Brasil tem concorren-

tes fortes, como Austrália, Estados Unidos, Canadá e alguns países da UE que participam numa escala mais reduzida.

"Mas poucos países competem com o Brasil em termos de volume. Se nosso país se tornar livre sem vacinação vai adquirir a liderança", acredita Guedes. Ele adverte que um país da dimensão do Brasil "não consegue ser totalmente livre num determinado momento, tem que evoluir de acordo com os circuitos pecuários" e é exatamente isso que vem acontecendo, de acordo com o Plano Estratégico do Pnefa, que desde 2020 passou a se chamar Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa, indicando no nome a mudança dos tempos.

"Desde o último foco de febre aftosa em 2006, o Brasil ampliou gradativamente as áreas livres de febre aftosa com reconhecimento internacional, chegando a 2018 com a conquista de todo o país reconhecido pela OIE como livre da doença, sendo que a grande maioria dos estados utiliza a vacinação sistemática de bovinos e bubalinos", afirma Diego Viali dos Santos, da Divisão de Febre Aftosa da Secretaria de Defesa Agropecuária do Mapa.

Ele acrescenta que o país busca, até o ano de 2026, se tornar livre da doença sem a utilização da vacinação, condição sanitária que durante anos só coube a Santa Catarina em nível internacional. De acordo com o Plano Estratégico 2017-2026 do Pnefa, atualizado em 2019, a redistribuição das unidades federativas em cinco blocos[85] visou "favorecer o processo de transição de *zo-*

85 (a) Bloco I – região amazônica: Acre, Rondônia, parte do Amazonas e parte do Mato Grosso; (b) Bloco II – região amazônica: Amazonas, Amapá, Pará e Roraima; (c) Bloco III – região Nordeste: Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte; (d) Bloco IV – região central: Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe e Tocantins; (e) Bloco V – região Sul: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina

nas livres de febre aftosa com vacinação para *livre sem vacinação* de forma regionalizada, com início em 2019 e conclusão em 2023, quando, então, todo o país alcançaria a condição de livre de febre aftosa sem vacinação, reconhecida pela OIE".

A chegada de outro vírus (o SARS-Cov-19) e a consequente pandemia de Covid-19, entretanto, interferiram no calendário previsto pelo Plano Estratégico. "A retirada da vacinação em 2021 teve que ser postergada devido ao não atendimento das ações previstas no plano, devido, em parte, à pandemia da Covid-19", reconhece Viali.

Mas algumas etapas seguem normalmente e, no dia 27 de maio deste ano, a ministra Tereza Cristina celebrou o reconhecimento concedido pela OIE na 88ª Sessão Geral da Assembleia Mundial dos Delegados da organização, aos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Acre, Rondônia e parte do Amazonas e Mato Grosso como zonas livres de febre aftosa sem vacinação, ratificando o parecer favorável da Comissão Científica anunciado em março. Nesta área, de acordo com o Mapa, há aproximadamente 40 milhões de bovinos que já não estavam sendo mais vacinados, cumprindo uma etapa anterior necessária ao reconhecimento pela OIE. Esse total corresponde a cerca de 20% do rebanho bovino brasileiro e a um montante de 60 milhões de doses anuais da vacina que deixam de ser utilizadas, gerando uma economia de aproximadamente R$ 90 milhões ao produtor rural.

"O reconhecimento da OIE significa confirmar o elevado padrão sanitário da nossa pecuária e abre diversas possibilidades para que o Ministério da Agricultura trabalhe pelo alcance de novos mercados para a carne bovina e carne suína do Brasil, assim como pela ampliação dos tipos de produtos a serem exportados aos mercados aos quais já temos acesso", disse a ministra Tereza Cristina

na *live* realizada com as presenças de governadores e representantes dos estados contemplados com o novo status sanitário.

De acordo com o Mapa, existem em torno de 70 países reconhecidos livres de febre aftosa sem vacinação, que são potenciais mercados para a produção de carne bovina e suína, com melhor preço e sem restrições sanitárias como, no caso da carne bovina, desossa e maturação. Entre eles estão Japão, EUA, México e países da UE.

Uma nova avaliação de todos os demais estados brasileiros (o que inclui a maior parte dos municípios de Mato Grosso) está sendo realizada este ano e, somente depois, será possível determinar quais deles poderão buscar a suspensão da vacinação a partir do final de 2022, segundo Viali.

Banco de reserva

Além das questões que envolvem outros países da América do Sul, outro tema bastante presente no debate em torno da retirada da vacinação diz respeito à estruturação de um banco de vacinas – item considerado indispensável para manter a tranquilidade geral da nação no caso de não haver mais campanhas de vacinação. Uma das vozes mais ativas nesse campo é a de Emílio Salani, vice-presidente executivo do Sindan. Ele garante que a indústria de produtos para saúde animal vem se preparando para abrir mão do vultoso mercado de imunizantes contra febre aftosa, mas se preocupa com a indefinição do governo federal quanto ao banco de reserva de vacinas para o caso de uma emergência sanitária.

"Para ter as plantas brasileiras se propondo a ser um banco das vacinas, o governo tem que tomar uma decisão de autorizar essas empresas a manipularem cepas que não estão presentes

no território brasileiro, obviamente dentro de condições biosseguras, de laboratórios P3, com filtros absolutos, gradientes de pressão, esgotos e efluentes tratados, tudo perfeito", diz, numa referência ao fato de que atualmente as vacinas brasileiras são bivalentes, atuando somente contra os vírus A e O. Salani acrescenta que já solicitou oficialmente a publicação dessa portaria, cujo teor é fundamental para que as empresas associadas ao Sindan tomem a sua decisão.

Na avaliação do representante do Sindan, o governo está numa encruzilhada, pois está dizendo à sociedade que a vacina está sendo retirada e, ao mesmo tempo, informando que vai autorizar a entrada no Brasil de cepas inexistentes do vírus da febre aftosa. "O Brasil não tem escolha. Se esse rebanho comercial de aproximadamente 220 milhões de cabeças de bovinos, mais os milhões de suínos e aves impactados indiretamente pela aftosa, quiser ter proteção brasileira, o governo terá que autorizar os laboratórios a manipularem todas as cepas causadoras da doença. Vivemos num mundo globalizado e, quando retirar a vacina, o rebanho brasileiro estará sujeito às cepas que existem aqui e às de fora".

O representante do Sindan reivindica que o arcabouço regulatório do Mapa inclua a volta da vacina aquosa e monovalente:

"A vacina monovalente é mais barata, rápida e eficaz. Se ocorrer um surto de febre aftosa em alguma propriedade brasileira, será tirado material do epitélio da língua de um animal contaminado, que será imediatamente enviado ao laboratório de Pedro Leopoldo (em MG)[86]. Teremos a identificação da cepa do vírus e seu subtipo, e em seguida o banco de antígenos poderá preparar a

86 Em São Leopoldo (MG) funciona, desde setembro de 2014, o laboratório de referência de Panaftosa-Opas/OMS. Leia mais em: https://url.gratis/XAOMT

vacina aquosa específica para aquele caso, obtendo uma resposta imunitária mais imediata".

Sebastião Guedes também destaca a importância de ter preferencialmente vacinas hidroxi-saponinadas (aquosas) no banco de reservas, pelo mesmo motivo. Ele defende que o Brasil tenha um banco de antígenos e de reserva de vacinas (prontas e concentradas) e que seja feita uma concorrência para decidir sobre que empresas ficarão responsáveis por sua produção.

"É imprescindível que o Brasil tenha o seu próprio banco. É inaceitável termos um banco em outro país, considerando que temos um rebanho com cerca de 220 milhões de cabeças de gado", sustenta Guedes, ressaltando que o banco de reserva pode ficar sob a bandeira do Panaftosa e atrair outros países associados. "Normalmente, o banco de reserva tem vacinas prontas e concentradas para abastecer cerca de 4% do seu rebanho em áreas estratégicas, onde a análise de risco mostra a possibilidade de haver reintrodução da doença. Então não é algo grandioso, mas eu acho que o Brasil deve ter seu próprio banco nas mãos de uma indústria instalada aqui em nosso país".

Desde 2012, o Panaftosa está encarregado de montar o projeto de um banco de antígenos e vacinas (o Banvaco) diante da perspectiva da retirada de vacinação, segundo Alejandro Rivera, coordenador da área de febre aftosa da entidade.

"No mundo, os países livres – com e sem vacinação – têm bancos de vacinas (na Europa, América do Norte, Austrália), porém a América do Sul é livre e não tem banco de vacinas. Hoje se considera o uso de vacinas em caso de surgimento de um foco, mas se o país não tem um banco, onde vai conseguir vacinas? Os bancos têm que ter todos os sorotipos virais e só temos para dois tipos no nosso laboratório", explica Rivera.

O Panaftosa apresentou a minuta do projeto do Banvaco e a expectativa é que o Brasil lidere o banco de vacinas por conta do tamanho de seu rebanho bovino. Os demais países sul-americanos permanecem aguardando a decisão brasileira, que se divide em duas visões: a de formar o próprio banco de vacinas ou participar de um banco regional. Após traçar um panorama da situação na UE e nos EUA[87], Rivera diz que a experiência mundial demonstra que não há incompatibilidade na coexistência de um banco regional com um banco nacional, principalmente no caso de países como o Brasil, que têm uma atividade pecuária muito importante. "Um banco regional provavelmente não terá toda a capacidade para responder à demanda no caso de uma emergência grave", argumenta. Por isso, a atual posição do Panaftosa é a de que se justifica o Brasil ter um banco nacional, porém o país também deve participar de um banco regional. "Até porque isso permite conhecer o grau de preparação dos demais países e mitigar o risco de introdução se houver um surto de febre aftosa em países vizinhos", sustenta Rivera.

Emílio Salani diz que não é contra o Panaftosa coordenar o banco de reserva de vacinas desde que esteja instalado no Brasil. "Sou o maior perdedor com o reingresso da febre aftosa porque tenho responsabilidade social neste meu final de carreira. Em torno de 220 milhões de cabeças de gado precisam ser protegidas. Estou pensando no bem-estar animal, e também naqueles que trabalham com a pecuária e nos consumidores de carne bovina", afir-

87 Segundo Alejandro Rivera, em 1991 a Europa tirou a vacina, mas vários países mantiveram bancos próprios, depois partiram para o banco regional da UE, mantendo três ou quatro bancos nacionais. Os Estados Unidos traçaram cenários na década passada e concluíram que num caso extremo seria bom ter um banco nacional.

ma. "Temos as melhores plantas do mundo, as mais modernas e o maior *know-how* produtivo em termos de vacina, mas os donos dos laboratórios querem conhecer as regras. O meu papel como vice-presidente executivo do Sindan é espernear quando retiram a vacinação sem as condições necessárias, principalmente de infraestrutura, tais como postos de fiscalização, realização de concursos, treinamentos, comunicação, internet, instalações físicas e reserva financeira para indenização dos produtores no caso de ocorrer um foco de aftosa e ser necessário o sacrifício de animais".

Essa preocupação é recorrente entre produtores, representantes da indústria frigorífica e até entre médicos-veterinários. Como garantir o status de livre de febre aftosa sem vacinação e a estrutura necessária no caso de ocorrência de um foco, sem repetir os erros do passado? A resposta inclui vigilância sanitária permanente e fundos indenizatórios com recursos suficientes e garantidos para o caso de haver uma emergência.

O pecuarista Oswaldo Pereira Ribeiro Júnior, 60 anos, presidente da Acrimat no triênio 2020-23, é cauteloso em relação à retirada da vacinação. Natural de Bauru (SP) e médico radiologista de formação, dr. Oswaldo elogia o Plano Estratégico do Pnefa e defende que ele seja seguido à risca.

"A alteração do calendário está prevista no plano. O produtor já absorveu a necessidade da vacinação, faz isso há décadas e vê seus efeitos positivos, como a não ocorrência de focos de aftosa. Se com a execução do plano podemos parar de vacinar, ótimo, mas o fortalecimento da vigilância para que tenhamos uma rápida mitigação com menor impacto possível na cadeia da carne é ainda mais importante", argumenta.

O atual presidente da Acrimat vê vantagens na retirada da vacinação: conquistar ainda mais mercados que procuram comprar carne bovina – e suína – de países que não vacinam contra

aftosa, dar mais transparência aos consumidores do mundo todo de que "somos de fato um país livre da doença", economizar no manejo e na aplicação das vacinas, e evitar perdas nas carcaças por reação vacinal. Mas ele não despreza os riscos envolvidos:

"Em que pese não tenhamos o vírus circulante, em caso de reintrodução com rebanho desprotegido, a mitigação do surto terá que ser mais precisa e imediata. O mais importante é sabermos exatamente com que velocidade iremos eliminar o foco caso ele ocorra. Para isso o produtor tem que ter na vigilância o seu porto seguro; ter nos órgãos de defesa nacional como o Mapa, e estaduais como o Indea, locais em que possa chamar e ser atendido rapidamente no caso de suspeita de doença infecciosa, e que esses mesmos órgãos sejam parceiros do produtor. Enquanto existir o vírus em algum lugar do planeta sempre existirá o risco de reintrodução da doença e é por isso que sempre batemos na tecla de vigilância forte. Fronteiras bem vigiadas, portos, aeroportos, insumos e produtos de origem animal precisam ser fiscalizados".

O pecuarista Marco Túlio Duarte Soares, ex-presidente da Acrimat e do Fesa/MT (no biênio 2017-2019), também externa sua preocupação com a futura retirada da vacinação e se queixa da falta de investimentos por parte dos governos federal e estadual:

"Sempre fui a favor desde que os órgãos competentes, principalmente o governo estadual, investissem mais recursos no Indea, para a gente ter a segurança de uma estrutura melhor, que fossem criadas barreiras sanitárias, com equipamentos, tecnologia de rádio, internet, computadores; barreiras efetivas nos locais, nas divisas de estados e nas fronteiras. Mas a gente vem observando que pouco tem sido feito pelo governo federal e muito menos pelo governo estadual. Não é dada a devida atenção, não é feito o devido investimento necessário para que se tenha segurança para a reti-

rada da vacinação. Acho que a retirada é importante, é algo a ser conquistado, mas tem que ser conquistado com segurança".

A atual presidente do Indea, Emanuele de Almeida, sabe que tem uma missão desafiadora como gestora. Graduada em Direito e servidora do quadro do Indea há sete anos, ela busca manter um bom diálogo com o corpo técnico da autarquia, cuja autonomia administrativa e financeira quer conquistar.

"Hoje o Indea tem duas pernas: uma pública e outra privada, em que buscamos convênios e aportes financeiros oriundos das parcerias feitas com os fundos. Temos que ter autonomia para não ficarmos tão dependentes dos fundos no dia a dia, não termos que fazer convênios para pagar diárias de servidores. Nosso objetivo como gestora é obter autonomia administrativa e financeira para que um fundo, como o Fesa, seja somente uma fonte de recursos no caso de haver uma emergência sanitária e não para que tenhamos condição de cumprir nossa missão enquanto autarquia. Temos que andar com nossas próprias pernas", afirma.

Outro desafio apontado pela atual presidente do Indea é a renovação do quadro de servidores, já que o último concurso público foi realizado em 2009 e muitos servidores que participaram ativamente do combate à febre aftosa e outras enfermidades estão se aposentando. "O trabalho do Indea precisa ser feito junto às propriedades rurais e a vigilância terá que ser maior à medida que avançamos rumo ao novo status de livre de aftosa sem vacinação. Teremos que ter mais servidores no campo e menos no escritório. Esta é minha grande preocupação como gestora".

Quanto aos fundos indenizatórios no caso de haver a ocorrência de um foco de febre aftosa e consequentemente a urgência de se tomarem medidas drásticas, como a interdição da área e até o sacrifício de animais, todos são unânimes em defender sua existência. Emílio Salani propõe a criação de um Fundo Sanitá-

rio Nacional, a ser coordenado por um nome de peso. Ele acredita que seria uma forma de ter um fundo robusto e impedir que a conta recaia somente sobre as costas de produtores de estados como Mato Grosso, onde a preocupação em evitar a reintrodução de febre aftosa é maior. Josélio Moura, ex-secretário nacional de Defesa Agropecuária, também é favorável à manutenção de um fundo polpudo, que dê segurança ao produtor rural para que faça a notificação aos órgãos de defesa estadual caso haja um episódio de febre aftosa em sua propriedade. "Ele tem que ser o primeiro a fazer a notificação porque sabe que será indenizado, por isso o fundo deve ter um valor significativo", sustenta.

Moura alerta que o risco de reintrodução de febre aftosa é sempre presente:

"O Japão ficou 98 anos sem aftosa. Como a aftosa chegou ao Japão? O país comprou feno da Coreia de uma fazenda onde sequer havia bovinos, mas havia suínos que estavam contaminados por aftosa. O vírus de aftosa foi junto com o feno. Porém, como tomou as medidas necessárias, controlou o foco e fez vigilância ativa, em três meses, o Japão era novamente considerado livre de aftosa sem vacinação. Demérito não é ter reintrodução da doença, mas não ter estrutura para silenciar o foco. Risco é não ter sistema de vigilância".

Na opinião de Moura, é preciso "reforçar as estruturas de vigilância sanitária nos estados, ter pessoal preparado e um plano de mobilização por regiões – um plano dinâmico, que precisa ser constantemente exercitado, com a realização de simulações".

Não há muito mistério em relação ao que se deve fazer para proteger Mato Grosso (e o restante do Brasil do vírus da febre aftosa) após décadas de combate bem-sucedido. Também não há muitas dúvidas em relação às vantagens da retirada da vacinação e, tampouco, à inexistência de risco zero:

"Enquanto o vírus da febre aftosa estiver em rebanhos em outros países do mundo, sempre haverá um risco ao rebanho brasileiro, por isso, é muito importante que todas as ações previstas no plano estratégico sejam realizadas previamente à suspensão da vacinação, já que se estará substituindo a vacinação pelo incremento de outras ações de vigilância, em especial aquelas ligadas aos produtores rurais, que estão todo dia em contato com seus animais e devem estar bem orientados sobre seu papel nesse novo cenário, sem a utilização da vacinação", afirma Diego Viali dos Santos, do Mapa.

"O papel do pecuarista é muito importante nesse processo. A vigilância para detecção precoce deve ser contínua e universal, ou seja, realizada todos os dias e alcançar toda a população suscetível. Só os produtores, com o cuidado diário que realizam em seus animais, podem cumprir com as condições de uma vigilância para a detecção e notificação precoce das suspeitas de infecção. Para assegurar a notificação de suspeitas, deve-se também dispor de mecanismos de indenização que compensem os eventuais prejuízos que um produtor possa sofrer em decorrência das medidas sanitárias aplicadas para o controle", complementa Alejandro Rivera, do Panaftosa.

Segundo ele, este é o enfoque adotado por mais de 60 países livres de febre aftosa sem vacinação no mundo e que, junto com a preparação contínua do serviço veterinário para responder rapidamente ao surgimento de um foco de febre aftosa, tem mitigado efetivamente o risco de reintrodução e, com isso, reduzido o impacto de eventuais focos da enfermidade.

Na opinião do veterano epidemiologista José de Angelis Côrtes, enquanto a febre aftosa não for erradicada no mundo, sempre haverá um risco iminente de reintrodução do vírus em Mato Grosso ou qualquer estado com atividade pecuária. Por isso o Sis-

tema de Vigilância Epidemiológica e Sanitária deverá estar sempre alerta. Para o especialista, a vigilância epidemiológica é o carro-chefe do Sistema de Saúde Animal, que devido ao estágio já atingido pelo Brasil em relação à febre aftosa deve se manter em situação de "alerta permanente". O cuidado com a formação e atualização de todos os envolvidos deve ser mantido e é fundamental manter um nível ainda maior de atenção do que aquele alcançado nos primeiros passos da campanha contra a febre aftosa.

A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, também é enfática em seu posicionamento:

"O Brasil chegou à fase final de erradicação da febre aftosa. Em 2018, todo o território brasileiro foi inserido em zonas livres da doença, com reconhecimento pela OIE. Essa conquista foi fruto de muito trabalho e resultado de uma efetiva parceria entre os setores público e privado. Um exemplo de dedicação e esforço conjunto do governo federal, governos estaduais, produtores e empresários do agronegócio. Agora, necessitamos avançar ainda mais, preparar o país para o reconhecimento de livre de febre aftosa sem vacinação. Chegamos a 2021 com 15 anos da última ocorrência da doença. Há estados brasileiros onde a febre aftosa não é registrada há mais de 25 anos! E a condição atual na América do Sul é bastante favorável. Temos o cenário adequado para evoluirmos para um novo patamar de qualidade do nosso sistema de saúde animal, abrindo excelentes perspectivas para inserção mundial, ainda maior, da nossa produção pecuária. Essa evolução deve ocorrer de forma segura, reforçada na manutenção e no fortalecimento da parceria entre todos os segmentos envolvidos. Devemos, produtores e serviço veterinário brasileiro, substituir a vacinação pelo compromisso contínuo de vigilância do nosso rebanho pecuário".

Aos 78 anos completados no dia 2 de junho de 2021 e de volta a Mato Grosso, após uma longa temporada em terras paulistas, Zeca D'Ávila concorda:

"Confio plenamente na vacinação contra a aftosa, mas confio também na retirada da vacinação, que considero uma despesa desnecessária no atual momento. O rebanho está imune, mais que vacinado", diz. Mas o produtor alerta que manter a vigilância sanitária é crucial para o sucesso desta nova etapa. "Se houver vigilância, nada acontecerá. Se Deus quiser..." – conclui, baseado na experiência de quem enfrentou a febre aftosa em Mato Grosso em seu momento mais crítico e contribuiu decisivamente para escrever esta história de sucesso.

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT | 2008

Zeca D'Ávila atuando na linha de frente no combate à febre aftosa em Mato Grosso

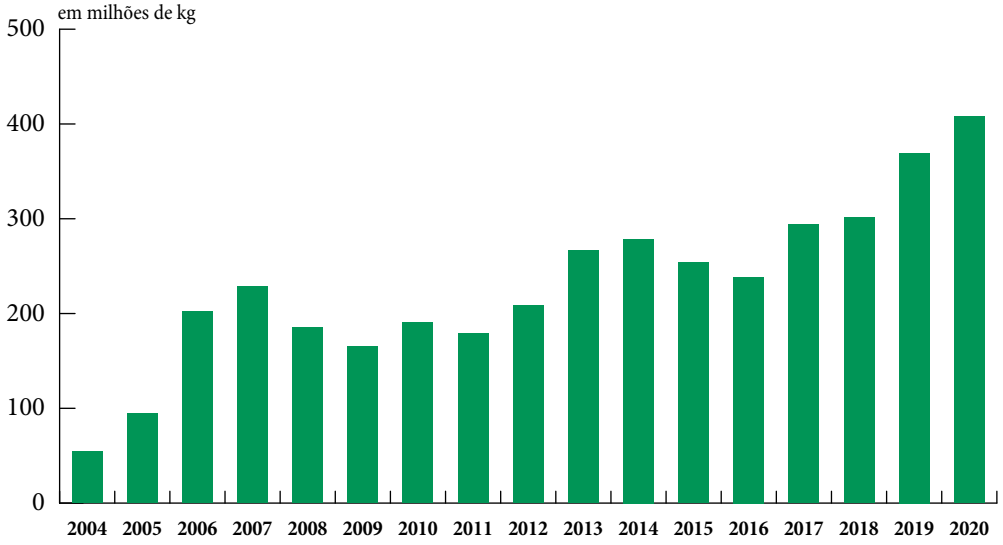
Ascom/Acrimat | 2021

Oswaldo Pereira Ribeiro Junior, presidente da Acrimat e vice-presidente do Fesa/MT

Divulgação/Sindan | 2021

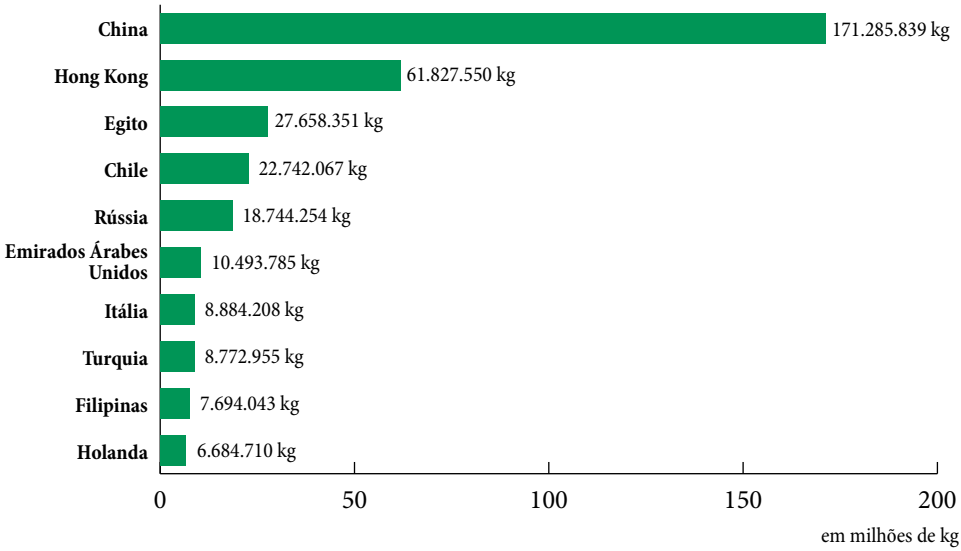
Emílio Salani, vice-presidente executivo do Sindan

Exportação de carnes e derivados de bovinos – Mato Grosso – 2004-2020



Fonte: Gráficos e mapa desenvolvidos a partir de material elaborado pelo Sindifrigo com dados da Secex/Decex/MDIC

10 maiores importadores de carnes e derivados de bovinos de Mato Grosso – jan.-dez./2020



Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT

Pantaneiro nascido em Santo Antônio de Leverger, Ênio Arruda foi figura incansável na defesa sanitária em Mato Grosso, seja na Superintendência do Mapa no estado, seja como presidente do Indea durante o governo Dante de Oliveira. Foi durante sua gestão à frente do Indea que Mato Grosso recebeu da OIE o certificado de Livre de Aftosa com Vacinação

Eudes Tatavera | Acervo Fesa/MT

Homenagem ao dr. Ênio José de Arruda Martins

No dia 17 de maio de 2016 Mato Grosso perdia um de seus mais valorosos combatentes no campo da defesa agropecuária. Naquela data, o dr. Ênio José de Arruda Martins, então com 65 anos, foi vencido por um câncer contra o qual lutava há sete meses. Citado por diversos entrevistados, sempre com muito carinho e respeito, dr. Ênio deixou uma marca na história da sanidade animal e vegetal do estado, cuja produção avançou até alcançar o alto do pódio no ranking nacional de várias commodities, entre elas a carne bovina. O texto a seguir, elaborado pela família do dr. Ênio, conta um pouco desse homem ao mesmo tempo discreto e decidido, um autêntico pantaneiro que ajudou Mato Grosso a destacar-se na produção de alimentos e fibras.

"O dr. Ênio José de Arruda Martins nasceu em 1º de agosto de 1950, no município de Santo Antônio de Leverger, Mato Grosso. Estudou Medicina Veterinária na Universidade Federal do Paraná e era especialista em Sanidade Animal. Uma de suas principais lutas foi pela Defesa Sanitária do Estado, tendo atuado em diversas frentes em prol desta causa.

Dr. Ênio foi presidente do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea-MT) entre os anos de 1995 e 2002. Sob a sua gestão, Mato Grosso recebeu o importante "Certificado Internacional de Área Livre de Febre Aftosa", emitido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), no ano 2000.

Em sua carreira como auditor fiscal federal agropecuário do Mapa, atuou na Superintendência Federal de Agricultura de

Mato Grosso (SFA-MT), onde assumiu os cargos de delegado da Delegacia Federal de Agricultura em Mato Grosso, chefe da Seção de Inspeção de Leite e Derivados, chefe do Serviço de Defesa Animal, entre outros.

Ele exerceu também relevante função como conselheiro do Fundo Emergencial de Febre Aftosa (Fefa). Desde 2008, dr. Ênio exercia os cargos de chefe do Serviço de Saúde Animal da SFA-MT e membro do Conselho do Fundo Emergencial de Saúde Animal do Estado de Mato Grosso (Fesa).

No IV Encontro Nacional de Defesa Sanitária Animal – Endesa 2015, realizado em Cuiabá, MT, considerado um dos principais eventos técnico-científicos dirigidos ao público com interesse em Defesa Sanitária Animal, dr. Ênio recebeu importante homenagem por sua contribuição para a política pública de Defesa Sanitária Animal em Mato Grosso.

Em 2016, dr. Ênio marcou a história da agropecuária do nosso estado e do Brasil com um importante legado construído a partir de suas competências técnico-administrativas, do diálogo com todas as partes interessadas e do seu reconhecido trabalho árduo, destemido e incansável, ao longo de mais de trinta e cinco anos dedicados ao serviço público.

A relação de comprometimento, dedicação e seriedade com o trabalho materializava seus valores edificantes. O caráter íntegro, a postura ética e o tratamento respeitoso eram os pilares em suas relações pessoais e profissionais.

Aqueles que puderam conhecê-lo sabem que a primeira impressão, marcante pela sua postura assertiva, forte e reservada, logo dava lugar ao olhar amigável e ao sorriso franco. Palavras simples, mas de grande significado, como alegria, bondade e generosidade descrevem a relação do dr. Ênio com o mundo e com as pes-

soas. O amor e o carinho pelos familiares e amigos eram expressos no cotidiano, em suas atitudes, esforços e sacrifícios sem medidas.

Dr. Ênio trazia em sua essência as memórias da vida no Pantanal mato-grossense, onde cresceu com seus nove irmãos. É impossível falar sobre ele sem remeter ao seu lugar preferido no mundo, o Pantanal. Filho orgulhoso, grande conhecedor de sua fauna e flora, e ferrenho defensor e protetor dessa importante planície inundável. Era o seu assunto mais comum e sobre o qual todos gostavam de conversar com ele. Indubitavelmente, o seu paraíso na Terra.

Para a família, ao redigir estas palavras, as memórias fluem naturalmente, como as águas do rio Perigara. Ele dirigindo pela estrada Transpantaneira, ouvindo os clássicos da música sertaneja, a caminho do Pantanal, tendo feito antes diversas paradas em Poconé, cidade onde também mantinha suas raízes. Era em seu lugar de origem onde encontrava o descanso e renovava as energias à sua maneira, ainda que trabalhando no campo, mas certamente desfrutando as belezas, o balanço na rede, o céu estrelado, a pescaria, as rodas de conversa, a paz e a vida que apenas o Pantanal lhe oferecia.

Aos olhos e corações da família e dos amigos, dr. Ênio marcou sua história e presença ensinando, pelo exemplo, a ter os valores firmes e fortes, mostrando sempre que os estudos e o trabalho eram o caminho correto e, ao mesmo tempo, com a humildade no modo de viver a vida, na sua forma mais bonita e simples, junto à natureza. Como dizem os versos da letra da poética música de Almir Sater e Renato Teixeira, *Tocando em Frente*: "Cada um de nós compõe a sua história / Cada ser em si / Carrega o dom de ser capaz / E ser feliz."

Todos aqueles que compartilharam da vida do dr. Ênio, em seus múltiplos papéis, como pai, marido, tio, irmão, amigo e colega de profissão e trabalho, expressam sua saudade, seu amor e or-

gulho por sua história de vida, pelos seus ensinamentos e momentos divididos, e sobretudo, no contexto deste livro, por sua dedicação, esforços e trajetória de trabalho árdua, destemida, e inspiradora para o importante legado na história da política pública de saúde animal do nosso estado e do Brasil com a erradicação da febre aftosa em Mato Grosso."

O colega e amigo Donizeti Pereira de Mesquita também contribuiu com suas lembranças para esta homenagem. A seguir um trecho de seu depoimento:

Dr. Ênio Arruda era um homem destemido e extremamente dedicado a tudo que fazia, daqueles de enfrentar desafios por maiores que fossem, chegando, por diversos anos, a abdicar de suas férias para não se ausentar de suas rotineiras incumbências laborais ligadas à gestão administrativa ou à defesa sanitária animal.

Dedicou-se com esmero e profissionalismo à Medicina Veterinária Preventiva, na área da defesa sanitária animal, sem deixar de lado os valores familiares que o fortaleciam, tendo sido, conforme sempre pontuava sua esposa e mãe de seus três filhos, Tânia Martins, um marido e pai exemplar e abnegado. E por tudo que construiu como homem de bem, também detinha um perfil profissional de excelente comunicador e executor, de uma personalidade otimista e confiante. Perseguia sempre a vitória, mas, nas adversidades, saía fortalecido e com ânimo para novos desafios.

Pelo excelente trabalho altruísta, vencedor, e invejável exemplo de vida, presto minhas homenagens a este meu amigo que me acolheu no mês de agosto do ano de 1991, quando cheguei removido da DFA/RO.

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT

O Pantanal era o lugar de descanso e de renovação das energias para o dr. Ênio. Em conversa com os peões ou em companhia do amigo Zelito Dorileo, seu assunto preferido era sobre a importância da preservação do bioma

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT

Wilson Santos (camisa branca), então secretário de Agricultura de Mato Grosso, e Ênio Arruda, falam aos vaqueiros pantaneiros sobre a importância da vacinação contra febre aftosa

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT

Lista de abreviaturas

ABCZ Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
Abrafrigo Associação Brasileira de Frigoríficos
Acarmat Associação de Crédito e Assistência Rural de Mato Grosso
Acrimat Associação dos Criadores de Mato Grosso
Agasam Asociación de Ganaderos de San Matías
BID Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird Banco Mundial
Cacofa Campanha de Combate à Febre Aftosa de Mato Grosso
Cati Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CCFA Coordenação de Combate à Febre Aftosa
Cepa Comissão Estadual de Planejamento Agrícola
Cepanzo Centro Pan-Americano de Zoonoses
Cidasc Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CIMBB Comitê Internacional Misto Brasil-Bolívia
CNA Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNPC Conselho Nacional de Pecuária de Corte
Codeagri Companhia de Desenvolvimento Agrícola
Codemat Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso
Cohefa Comitê Hemisférico para Erradicação da Febre Aftosa
Conbravet Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária
Cosalfa Comissão Sul-Americana para a Luta contra a Febre Aftosa
CRMV Conselho Regional de Medicina Veterinária
CVP Comitê Veterinário Permanente
DFA Delegacia Federal de Agricultura e Abastecimento
DG Sanco Direção-Geral de Saúde e Consumidores

DG Sante	Direção-Geral de Saúde e Segurança Alimentar
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso
Empa	Empresa de Pesquisa Agropecuária
Empaer	Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
Enesco	Encontro Nacional de Educação Sanitária e Comunicação para a Saúde
Enipec	Encontro Internacional dos Negócios da Pecuária
Esalq	Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"
ESAMV	Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária
Famasul	Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul
Famato	Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso
Fefa/MT	Fundo Emergencial da Febre Aftosa do Estado de Mato Grosso
Fegasacruz	Federación de Ganaderos de Santa Cruz
Fesa/MS	Fundo Emergencial para a Defesa da Saúde Animal de Mato Grosso do Sul
Fesa/MT	Fundo Emergencial de Saúde Animal do Estado de Mato Grosso
Funapec	Fundo Nacional de Defesa Agropecuária
Fundecitrus	Fundo de Defesa da Citricultura
Fundepec	Fundo de Desenvolvimento da Pecuária do Estado de São Paulo
Funar	Fundação Educacional para o Desenvolvimento Rural
Gatt	General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral de Tarifas e Comércio)
Gecofa	Grupo Executivo de Combate à Febre Aftosa
Geipot	Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte

Giefa	Grupo Interamericano de Erradicação da Febre Aftosa
GTA	Guia de Trânsito Animal
Iagro	Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Idaron	Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril
Igap	Instituto Goiano de Defesa Agropecuária
Indea/MT	Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso
Imac	Instituto Mato-Grossense da Carne
Inpas	Instituto de Inocuidade de Alimentos
Lanagro	Laboratório Nacional Agropecuário
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIE	Organização Mundial de Saúde Animal
OMC	Organização Mundial do Comércio
Opas	Organização Pan-Americana de Saúde
Ovinomat	Associação Mato-grossense dos Criadores de Ovinos
Panaftosa	Centro Pan-Americano de Febre Aftosa
PHEFA	Plano Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa
PNCFA	Programa Nacional de Combate à Febre Aftosa
Pnefa	Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa
Prommepe	Programa Mato-Grossense de Melhoramento da Pecuária
PUC	Pontifícia Universidade Católica
Refasa	Reserva Financeira para as Ações de Defesa Sanitária Animal
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Senasag	Servicio Nacional de Sanidad Agropecuaria e Inocuidad Alimentaria
SFA	Superintendência Federal de Agricultura
Sindan	Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal

Sindifrigo	Sindicato das Indústrias de Frigoríficos do Estado de Mato Grosso
Sudeco	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
UCV	Unidade de Controle de Vacina
UE	União Europeia
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília
Unemat	Universidade do Estado de Mato Grosso
Unesp	Universidade Estadual Paulista
Unic	Universidade de Cuiabá
Univag	Centro Universitário de Várzea Grande
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
USP	Universidade de São Paulo

Eudes Talavera | Acervo Fesa/MT

Referências

CÔRTES, José de Angelis. *Epidemiologia – Conceitos e princípios fundamentais*. São Paulo: Livraria Varela, 1993.

Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – Geipot. *Estudo do sistema rodoviário coletor do Pantanal Matogrossense*. Brasília, 1974.

LYRA, Tânia Maria de Paula. *A febre aftosa no Brasil: evolução e determinantes das políticas públicas de controle e erradicação, 1950-2002*. Tese de Doutorado em Ciência Animal apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

LYRA, Tânia Maria de Paula. *Defesa Agropecuária: histórico, ações e perspectivas*. Brasília: Mapa, 2018.

MIRANDA, Leodete; BASTOS, Helton. *Atlas geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá: Entrelinhas, 2016. p. 32-33.

MORAES, G.M. *Estudos epidemiológicos para fundamentar a implantação de zonas livres de febre aftosa no Brasil*. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2018, 220 p. Tese de Doutorado.

PEREIRA, Kleiber Leite. *A História dos Leilões em Mato Grosso passa por aqui*. Cuiabá: KCM Editora, 2007

REVISTA “Produtor Rural”. Cuiabá: Famato, [várias edições].

FRONTEIRA Brasil-Bolívia em Mato Grosso – Cootrade Mista de Trabalho Multidisciplinar Ltda. (org.). Cuiabá – Assembleia Legislativa de Mato Grosso – ALMT.

MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Plano de vigilância para a febre aftosa / Secretaria de Defesa Agropecuária* – Brasília: Mapa / AECS, 2020.

Sobre os autores

Natural de Corumbá (MS), **Martha Baptista** foi criada no Rio de Janeiro, onde se graduou em Jornalismo pela Escola de Comunicação da UFRJ, em 1978. Em 1988, após uma temporada de férias em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, mudou-se para Cáceres, onde se casou e teve duas filhas. Em 2003, instalou-se em Cuiabá onde trabalhou como professora e jornalista. Foi repórter e editora assistente da revista "Produtor Rural" (da Famato) de 2003 a 2010; trabalhou em jornais e revistas da capital, e foi assessora de comunicação da Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (Ampa). É autora de cinco livros publicados pela Entrelinhas, entre eles, "Cantos de amor e saudade – a história de Cáceres contada através das lembranças de vó Stella" (2005), "Algodão: a história dos pioneiros que transformaram Mato Grosso em um grande produtor" (2016) e "André Maggi: do cabo da enxada ao centro do agronegócio brasileiro" (2018), que inaugurou a Série "Memórias do Agronegócio", da editora.

Dizão Gonçalves | 2021

Sérgio de Oliveira é jornalista formado pela FAAP (SP). Iniciou sua carreira na revista "Veja" e trabalhou na revista "Globo Rural". Assumiu a direção da revista "Produtor Rural", da Famato, em 2001, onde ficou até 2010. Acompanhou as viagens realizadas pelo governo e empresários à China (2004), Rússia e União Europeia (2007), e fez diversas reportagens internacionais ao longo da carreira. Foi um dos ganhadores do Prêmio CNA de Jornalismo 2002 e do Prêmio Brasil-China 2005. Em 2012 voltou para São Paulo, como redator-chefe da revista "Globo Rural", onde ganhou o Prêmio Globo de Jornalismo. Em 2015 tornou-se editor do Portal DBO, cargo que ocupou até 2019. Hoje vive na zona rural de Cáceres (MT), com a designer Rosana Schmitt e a filha Maria Rita, gestora ambiental. Ali funciona a Drupa, criações em Teca, e está em processo de implantação uma agrofloresta.

Arquivo pessoal | 2021

entrelinhas

Av. Senador Metelo 3773, Jardim Cuiabá | CEP 78.030-005 | Cuiabá-MT
Tel.: (65) 3624 5294 | 3624 8711
e-mail: editora@entrelinhaseditora.com.br | www.entrelinhaseditora.com.br

Este livro conta a história do combate à febre aftosa em Mato Grosso, mas também dá uma visão panorâmica da doença no continente.

Nas entrevistas realizadas para sua elaboração, nota-se um corpo técnico absolutamente convencido da oportunidade de se retirar a vacinação. Entre produtores e representantes da indústria, no entanto, as opiniões são mais difusas.

Conhecer o passado e o presente da batalha contra o vírus pode contribuir para que o leitor tire suas próprias conclusões desse debate que, ao fim e ao cabo, definirá o futuro da pecuária brasileira e continental.

FESAMT

ISBN 978-65-86328-58-5
9 786586 328585